



## **PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa**

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJETO**



## Sumário

1.	Introdução:	6
2.	A UERJ:	7
3.	A Secretaria do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH):	8
4.	Contextualização e Justificativa:	8
5.	Objetivos:	10
5.1.	Objetivo Geral:	10
5.2.	Objetivos específicos:	11
6.	Eixos:	11
6.1.	Eixo 1: Processamento de Dados Quantitativos:	11
6.2.	Eixo 2: Interação com Favelas e outras Áreas Sensíveis:	12
6.3.	Eixo 3: Capacitação e interação com os CRAS:	14
6.4.	Eixo 4: Interação com GPTE's:	15
7.	Objetivos específicos:	17
8.	Da Retribuição Pecuniária:	17
9.	Da Seleção:	18
9.1.	Do Núcleo Estruturante:	18
9.2.	Dos Demais Colaboradores:	18
10.	Estrutura organizacional do Projeto:	20
11.	Dos Cargos, Funções, Requisitos e Atribuições:	20
11.1.	Do Núcleo Estruturante:	20
11.2.	Do Núcleo Executivo:	22
11.3.	Produtos Finais:	23
11.4.	Taxas e custos administrativos:	23
12.	Período das Atividades do Projeto:	24
13.	Alguns números do Projeto:	24
14.	Metodologia de Gerenciamento do Projeto:	24
15.	Acompanhamento das atividades:	25
16.	Pontos de Atenção:	29



<b>17.</b>	<b>Anexos:</b> .....	<b>29</b>
<b>17.1.</b>	<b>Termo de Abertura:</b> .....	<b>30</b>
<b>17.2.</b>	<b>Plano de Gerenciamento do Projeto:</b> .....	<b>32</b>
<b>17.3.</b>	<b>Plano de Gerenciamento do Escopo:</b> .....	<b>39</b>
<b>17.4.</b>	<b>Plano de Gerenciamento do Escopo:</b> .....	<b>43</b>
<b>17.5.</b>	<b>Plano de Gerenciamento do Cronograma:</b> .....	<b>47</b>
<b>17.6.</b>	<b>Plano de Gerenciamento de Qualidade:</b> .....	<b>51</b>
<b>17.7.</b>	<b>Plano de Gerenciamento de Partes Interessadas:</b> .....	<b>58</b>
<b>17.8.</b>	<b>Plano de Gerenciamento de Comunicação:</b> .....	<b>64</b>
<b>17.9.</b>	<b>Plano de Gerenciamento de Riscos:</b> .....	<b>68</b>
<b>17.10.</b>	<b>Plano de Gerenciamento de Recursos:</b> .....	<b>71</b>
<b>17.11.</b>	<b>Reunião de Planejamento:</b> .....	<b>75</b>
<b>17.12.</b>	<b>Reunião de Equipe:</b> .....	<b>75</b>
<b>17.13.</b>	<b>Reunião de Alinhamento do Edital:</b> .....	<b>76</b>
<b>17.14.</b>	<b>Reunião de Alinhamento sobre SEI:</b> .....	<b>76</b>
<b>17.15.</b>	<b>Construção AVA:</b> .....	<b>77</b>
<b>17.16.</b>	<b>Treinamentos Online:</b> .....	<b>77</b>
<b>17.16.1.</b>	<b>CURSO I: COMUNIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIAIS:</b> .....	<b>77</b>
<b>17.16.2.</b>	<b>CURSO II: GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS:</b> .....	<b>92</b>
<b>17.16.3.</b>	<b>CURSO III - Mapeamento, Busca Ativa, Cadastramento e Recadastramento das Famílias:</b> 105	
<b>17.16.4.</b>	<b>CURSO IV: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:</b> .....	<b>141</b>
<b>17.16.5.</b>	<b>CURSO IV: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:</b> .....	<b>154</b>
<b>17.16.6.</b>	<b>CURSO V - UMA ABORDAGEM ANTIRRACISTA NO RECENSEAMENTO DE FAMÍLIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:</b> .....	<b>168</b>
<b>17.16.7.</b>	<b>CURSO VI - CADASTRO ÚNICO:</b> .....	<b>178</b>
<b>17.16.8.</b>	<b>CURSO VII - FREQUÊNCIA ESCOLAR E BOLSA FAMÍLIA: CRITÉRIOS CUMPRIDOS EM SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL:</b> .....	<b>201</b>
<b>17.16.9.</b>	<b>CURSO VIII - TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZAÇÃO E A VISITA DOMICILIAR DO BOSA FAMÍLIA:</b> .....	<b>220</b>



17.16.10.	CURSO IX FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO RECADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA:	242
17.16.11.	CURSO X - POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DESAFIOS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMÍLIA:	251
18.	Mapeamento de Comunidades:	264
19.	Artefatos de Imagem:	271
19.1.	Templates do Material de Aula - PIBA:	271
19.2.	Cards de Divulgação - PIBA:	272
19.3.	Logo - PIBA:	274
19.4.	Card divulgação ACNUR - PIBA:	275
19.5.	Logos PIBA por municípios:	276
19.6.	Logos PIBA por região:	276
20.	Construção BI - PIBA:	276
21.	Propostas Comerciais Construção de BI:	278
21.1.	Propostas 01:	278
1.1.	Propostas 02:	278
21.2.	Propostas 03:	279
22.	Propostas Comerciais Construção de Moodle:	280
22.1.	Propostas 01:	280
22.2.	Propostas 02:	281
22.3.	Propostas 03:	283
22.4.	Propostas 04:	283
23.	Propostas Comerciais Construção Identidade Visual:	287
23.1.	Propostas 01:	287
23.2.	Propostas 02:	288
23.3.	Propostas 03:	289
24.	Propostas Comerciais Gerente de Projetos:	290
24.1.	Propostas 01:	290
24.2.	Propostas 02:	290
24.3.	Propostas 03:	293



24.4.	Propostas 03:	296
25.	Portifólio de Cursos:	301
26.	Termos de Imagem:	305
27.	Solicitação de Proposta Comercial de Vídeos:	307
27.1.	Proposta 01:	307
27.2.	Proposta 02:	309
27.3.	Proposta 03:	310
27.4.	Proposta 04:	311
27.5.	Proposta 05:	312
27.6.	Proposta 06:	313
28.	AEDA:	313
28.1.	Cláudia Cristina Mendes Giesel:	313
28.2.	Anne Caroline de Moraes Santos:	314
28.3.	Silvana Moreli Vicente Dias:	315
28.4.	Juliane Erica Cristina de Oliveira Carvalho	316
28.5.	Mirella Barreto Sampaio	318
28.6.	Jociane Souza da Silva	319
28.7.	Gabriela Gonzalez da Silva Castro	320
28.8.	Mary Lane Cruz Madureira	320
28.9.	Larissa de Azevedo Cruz	321
28.10.	Waléria Silva de Medeiros	322
28.11.	Claudio Fico Fonseca	323
28.12.	Marcelo Nunes de Oliveira	324
28.13.	Jalme da Silva Pereira:	325
28.14.	Rodrigo Felix da Silva	326
28.15.	Raul Carlos Costa Queirós	327
29.	Histórico de Modificações:	328



## 1. Introdução:

O presente plano trabalho objetiva estabelecer as linhas gerais de execução do Projeto de Integração de Busca Ativa (PIBA) de potenciais beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) a serem registrados no Cadastro Único (CadÚnico). O Programa Bolsa Família é a maior política de transferência de renda do Brasil e objetiva reduzir a pobreza e a fome no país. Criado inicialmente em 2003 e recriado em 2023, o PBF é reconhecido internacionalmente por conceder a famílias brasileiras um conjunto de benefícios integrados que consideram as diferentes características dos domicílios brasileiros, integrando a garantia de uma renda básica a outras políticas públicas de acesso à saúde, educação e assistência social.

O Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é uma plataforma que reúne os dados das famílias de baixa renda no Brasil utilizado pelo Bolsa Família para identificar os potenciais beneficiários da política. Criado em 2001, o CadÚnico serviu de base para a unificação de diferentes políticas de assistência social antes da construção do Bolsa Família. Embora ambos os programas sejam de autoria e gestão do Governo Federal, o cadastramento das famílias é de responsabilidade dos municípios. Dentre as informações coletadas no Cadastro, merecem destaque as características do domicílio, sua composição familiar, os documentos civis de cada membro da família, grau de instrução escolar e qualificação profissional, bem como a situação no mercado de trabalho, rendimentos e as despesas familiares.

Para monitorar a cobertura do Programa Bolsa Família, o governo federal criou em 2006 o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) que busca medir o desempenho de cada município no processo de alimentação do CadÚnico e, sobretudo, determinar o montante de recursos financeiros a serem repassados aos municípios pelo PBF.

A Busca Ativa é particularmente sensível quando se trata da incorporação ao CadÚnico dos Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE's), como os membros de famílias indígenas, famílias quilombolas, famílias ciganas, famílias pertencente à comunidades de terreiro, famílias extrativistas, famílias de pescadores artesanais, famílias ribeirinhas, famílias de agricultores, famílias assentadas da reforma agrária, famílias beneficiárias do programa nacional de crédito fundiário, famílias acampadas, famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura, famílias de presos do sistema carcerário, famílias de catadores de material reciclável, famílias de refugiados, em especial a população em situação de rua, as pessoas com deficiência, as pessoas idosas e as crianças em situação de trabalho infantil.

Tendo em vista essa estrutura institucional, é fundamental que os municípios estabeleçam parcerias de diferentes tipos para não apenas garantirem a atualização periódica do Cadastro Único e o pagamento adequado dos benefícios do Programa Bolsa Família, mas também a Busca Ativa de potenciais beneficiários ainda não contemplados. Este Plano de Trabalho estabelece os



objetivos e eixos gerais do Projeto de Integração de Busca Ativa (PIBA) de famílias potencialmente beneficiárias do Programa Bolsa Família não registradas ou parcialmente contempladas pelo Cadastro Único, com vista a uma melhora do IGD nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. A busca ativa é um instrumento que aproxima o Estado da pessoa que não tem acesso ou não desfruta de determinados serviços públicos e/ou vive fora de qualquer rede de acolhimento e promoção social. Ressalte-se que a busca ativa não acontece na atuação pautada exclusivamente na demanda espontânea, porque nesse caso a pessoa procura a assistência social por livre e espontânea vontade.

Para tal, este projeto se baseia numa parceria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com a Secretaria do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH). A Universidade do Estado do Rio de Janeiro é uma instituição de ensino superior pública, com mais de 70 anos de existência e longa experiência em projetos de pesquisa e extensão, sobretudo em parcerias com outras instituições governamentais e da sociedade civil como um todo. Já a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH) tem por finalidade a coordenação e operacionalização das políticas públicas de assistência e responsabilidade social, além da promoção de políticas para mulheres, defesa e garantia dos direitos humanos.

## **2. A UERJ:**

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é uma instituição de ensino superior pública, com mais de 70 anos de existência e amplo reconhecimento nacional e internacional como instituição de excelência nas tarefas de ensino, pesquisa e extensão. Fundada em 1950 a partir da fusão de diferentes faculdades já em operação, a UERJ possui inúmeros centros de excelência, além de ter sido pioneira nas políticas de inclusão social como as cotas socio raciais e diferentes programas de permanência universitária.

Hoje, a universidade é constituída de 19 campi e unidades externas, que atendem a cerca de 38 mil alunos e alunas, distribuídos em 80 cursos de graduação, 111 cursos de graduação e mais de mil projetos de extensão, todos coordenados por mais de 3 mil docentes e 5 mil servidores. Todas essas atividades são realizadas com o apoio de inúmeros convênios e projetos interinstitucionais com diferentes entidades governamentais e da sociedade como um todo.

No que se refere às atividades extensionistas, a condição de instituição estadual confere à UERJ um forte compromisso com o desenvolvimento regional, que se materializa em uma intensa atividade de extensão. Ao longo dos anos, a Universidade tem colaborado para a construção de políticas públicas por meio de projetos destinados a melhorar as condições de vida da população fluminense. Atualmente, estão em execução: mais de 900 projetos de extensão, mais de 250 turmas de cursos, 33 programas, centenas de eventos e oficinas junto às comunidades



fluminenses. No que tange as áreas geográficas de atuação extensionista dentro do Estado Fluminense, os principais locais de atuação dos Projetos de Extensão são: Angra dos Reis, Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Itaperuna, Itatiaia, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Paraty, Petrópolis, Quissamã, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Teresópolis

### **3. A Secretaria do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH):**

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH) tem por finalidade a coordenação e operacionalização das políticas públicas de assistência e responsabilidade social, além da promoção de políticas para mulheres, defesa e garantia dos direitos humanos. No âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro, é composta pelas Subsecretarias: Subsecretaria de Políticas para Mulheres; Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos; Subsecretaria de Gestão do SUAS; Subsecretaria de Prevenção à Dependência Química; Subsecretaria de Articulação Política; e a Subsecretaria de Governança, Compliance e Gestão.

Para dar sua contribuição na inclusão das camadas menos favorecidas da população do Estado, a SEDSODH visa promover recursos humanos em todos os níveis, sobretudo em programas de extensão científica e tecnológica. Dessa forma, para possibilitar o acesso e promoção de direitos humanos e da assistência social, por intermédio de uma educação pública de qualidade, a SEDSODH estabelece parceria com a Universidade, com entidades do segundo e terceiro setor.

### **4. Contextualização e Justificativa:**

O Programa Bolsa Família (PBF) é um dos maiores e mais bem sucedidos programas de transferência de renda e luta contra a pobreza do mundo. Vigente entre 2003 e 2021, o programa contemplou quase um quinto da população brasileira, mas custou em média menos de 1% do PIB. Há uma relativa convergência na literatura especializada em relação ao seu efeito de redução da pobreza, especialmente da pobreza extrema, e dos efeitos positivos de suas condicionalidades, sobretudo das exigências de frequência escolar para as crianças e atualização do cartão de vacina.

Apesar disso, o programa foi descontinuado em 2021 e substituído por outros modelos de transferência de renda, sobretudo o Programa de Auxílio Emergencial e o Programa Auxílio Brasil. O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19 e consumiu proporcionalmente mais recursos que o Bolsa Família. Já o Auxílio Brasil foi uma tentativa do



governo em rotinizar as transferências realizadas na pandemia, ainda que em um patamar menor.

Apesar do aumento dos repasses, os dois programas que sucederam o Bolsa Família criaram problemas crônicos e tiveram efeitos limitados. O fim de uma ênfase nas famílias com vários membros em prol da concessão de benefícios individuais incentivou o registro de indivíduos, o que certamente reflete a divisão de unidades domiciliares maiores em núcleos menores. Isso diminuiu sensivelmente a operabilidade do Cadastro Único, colocando em xeque a validade de suas informações. Outro problema dos Auxílios foi o fim das condicionalidades, o que reduziu sensivelmente o poder multiplicador dos programas de transferência de renda.

Por tudo isso, o governo retomou o Programa Bolsa Família em 2023, com seu desenho focado em famílias de vários membros e com o retorno das condicionalidades. Mas apesar de buscar editar uma experiência testada e bem-sucedida no passado, essa reedição do Programa Bolsa Família enfrenta desafios renovados. O principal deles tem a ver com as deficiências acumuladas nos últimos anos nos registros do Cadastro Único, base para o bom funcionamento do Programa. Vale mencionar que o município do Rio de Janeiro apresenta um dos piores IGDs dentre as capitais brasileiras.

Nesse sentido, o Projeto de Integração de Busca Ativa (PIBA) pode assumir um papel central na recomposição do Cadastro Único e na maior cobertura e efetividade do Bolsa Família. Para além disso, ele pode gerar importantes avanços, não apenas para a universidade, mas para toda a sociedade. A realização de projetos que combinam pesquisa e extensão como esse podem contribuir para a formação de recursos humanos altamente qualificados, que são essenciais para o desenvolvimento do país. A experiência de trabalhar com situações tão complexas pode proporcionar aos colaboradores e estudantes uma formação acadêmica e profissional única, que pode ser aplicada em diferentes áreas de atuação. Ademais, a universidade possui interesse institucional legítimo na realização de projetos de pesquisa e extensão, o que contribuirá significativamente para o avanço do conhecimento social, acadêmico, político e financeiro, além de formar recursos humanos altamente qualificados.

Por intermédio da busca ativa é possível localizar e incluir no Cadastro Único as famílias que vivem em circunstâncias de privação socioeconômica e vulnerabilidade social. Também é possível mantê-lo atualizado, o que é importantíssimo, visto que o cadastro único é a abertura para vários Programas Sociais do Governo e funciona como uma referência e direção para que ele possa compreender e tentar suprir os anseios básicos da população.

O Projeto de Integração da Busca Ativa (PIBA), priorizará os Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE's) e se dará no contexto, de fomento ao desenvolvimento social,



fortalecimento da capacidade dos municípios junto à Gestão do Cadastro Único, enfrentamento de dificuldades de inclusão social e de menores patamares de renda. Ou seja, as parcelas mais vulneráveis e que demandam estratégias diferenciadas de cadastramento. com foco na busca ativa. A busca ativa de Grupos Populacionais

Tradicionais Específicos (GPTE's) é uma importante área de pesquisa e extensão, que visa aprimorar a compreensão e a atuação em relação a esses grupos. Para que essa busca seja efetiva, é essencial que sejam estabelecidos projetos de pesquisa e extensão bem estruturados e integrados.

A pesquisa é o primeiro passo para a busca ativa de GPTE's. Ela é essencial para compreender as características desses grupos, suas necessidades e desafios, bem como as melhores estratégias para abordá-los. Os projetos de pesquisa podem envolver a coleta de dados por meio de entrevistas, observação participante ou outras metodologias qualitativas e quantitativas. Esses dados ajudarão a formar um quadro mais completo dos GPTE's e a direcionar as atividades de extensão.

A extensão é a etapa seguinte, que busca aplicar os resultados da pesquisa para promover mudanças efetivas nos GPTE's. A extensão pode incluir atividades como programas de educação, capacitação e treinamento, assistência técnica, desenvolvimento de tecnologias apropriadas e outras formas de intervenção. Os projetos de extensão devem ser desenvolvidos em colaboração com os GPTE's, de forma a garantir que suas necessidades e desafios sejam abordados de forma efetiva e participativa.

A relação entre projeto de pesquisa e extensão é essencial para garantir a efetividade da busca ativa de GPTE's. A pesquisa fornece a base de conhecimento necessária para o desenvolvimento de projetos de extensão eficazes, enquanto a extensão ajuda a aplicar os resultados da pesquisa na prática. Juntos, esses dois tipos de projetos formam um ciclo contínuo de aprendizado e aplicação, que pode ajudar a melhorar a qualidade de vida dos GPTE's.

## **5. Objetivos:**

### **5.1. Objetivo Geral:**

O objetivo geral deste projeto é diagnosticar os motivos que levam às deficiências do Cadastro Único (CadÚnico) e do consequente baixo desempenho dos municípios do Estado do Rio de Janeiro no Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e iniciar o planejamento de iniciativas para solucionar essas deficiências. Nesse sentido, trata-se de um projeto que envolve a produção de



diagnóstico oriundo de pesquisa acadêmica rigorosa, mas com vistas ao planejamento de atividades de impacto social via extensão universitária.

## 5.2. Objetivos específicos:

- Construir um diagnóstico dos problemas e deficiências que atingem o Cadastro Único dos domicílios do Estado do Rio de Janeiro a partir do cruzamento de diferentes bases de dados como o próprio Cadastro, dados produzidos pelo IBGE e outras fontes diversas;
- Identificar experiências positivas de busca ativa em outros momentos e contextos regionais através de uma revisão bibliográfica que sirvam de parâmetro para iniciativas nos municípios do Estado do Rio de Janeiro;
- Compreender em quais itens do Índice de Gestão Descentralizada os principais municípios do Estado do Rio de Janeiro tem pior desempenho com vistas à sua melhoria futura;
- Identificar as regiões do Estado do Rio de Janeiro menos assistidas e cobertas pelo Programa Bolsa Família.
- Identificar os principais grupos sociais, particularmente os Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE's) mais vulneráveis e menos atingidos pelo Bolsa Família;
- Identificar as razões específicas que levam determinados grupos sociais, particularmente os Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE's), a não se beneficiarem a contento pelo Bolsa Família;
- Planejar cartilhas e capacitações para gestores de políticas públicas, sobretudo aqueles lotados em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), responsáveis pela atualização dos dados no Cadastro Único.
- Planejar cartilhas e outras iniciativas de sensibilização de potenciais famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

## 6. Eixos:

### 6.1. Eixo 1: Processamento de Dados Quantitativos:

O objetivo geral desta frente do projeto é realizar um diagnóstico sobre a cobertura dos cadastramentos de famílias para o CadÚnico no município do Rio de Janeiro. Para tal, pretendemos analisar as bases de dados disponíveis e relacionadas ao PBF como Censo, PNADC,



CadÚnico etc. com o objetivo de mapear a incidência de erros de inclusão e exclusão de famílias, bem como identificar, nos territórios do Estado do Rio de Janeiro, áreas com carência de cobertura e problemas de focalização socioeconômica.

A ideia é produzir análises agregadas combinando dados do Cadastro Único e de pesquisas socioeconômicas do IBGE (em especial PNADC 2012-2023 e POF 2017/8). O intuito é identificar, de forma agregada, problemas de focalização: i.e., a magnitude dos erros de inclusão e exclusão. Cobriremos o período de 2012 a 2023, com o intuito de descrever as dinâmicas da pobreza e da demanda por política social inauguradas com a crise econômica de 2014, seguida por período de estagnação do emprego e depois pela pandemia de Covid-19. Uma vez que tais dinâmicas atingiram grupos sociais de forma diferencial, todas as análises serão realizadas com recortes de raça e gênero.

Numa segunda etapa, faremos análises espaciais e um diagnóstico socioeconômico das regiões da cidade, cruzando com dados do CadÚnico e, eventualmente, outras informações administrativas da Assistência Social. O propósito é contrastar a evolução da pobreza e as dinâmicas sociais com a atuação das equipes, o ritmo de cadastramento e a cobertura de programas sociais. Identificaremos, assim, localidades específicas que concentram problemas de focalização. Assim como na etapa anterior, todas as análises serão realizadas com recortes de raça e gênero.

O projeto prevê a consultoria de especialistas (com notório saber e destaque nacional em seus campos de atuação). Pretendemos discutir nossas estratégias de investigação, métodos e resultados com os consultores ao longo de todo processo, como forma de validação de todos os procedimentos. Prevemos reuniões mensais com os consultores para apresentar resultados parciais, garantindo continuamente a qualidade das entregas.

## **6.2. Eixo 2: Interação com Favelas e outras Áreas Sensíveis:**

O objetivo geral desta frente do projeto é realizar um diagnóstico qualitativo sobre cadastramentos de famílias para o CadÚnico em favelas do Estado do Rio de Janeiro. O intuito é identificar, de forma detalhada, problemas de cadastramento do Bolsa Família a partir da escuta e do mapeamento de experiências de moradores de favelas localizadas em diferentes áreas do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, um segundo objetivo é mapear instituições, lideranças e redes locais que possam ajudar no mapeamento desses problemas ou mesmo colaborar para construção de ferramentas para melhorar os cadastramentos das famílias para o CadÚnico em favelas.



Em uma primeira etapa essa frente de trabalho escolherá favelas espalhadas em diferentes regiões da cidade. Serão levadas em consideração para escolha não só a zona da cidade onde se inserem, mas também tamanho das favelas, modalidades de presença estatal e criminal nos territórios, visando assim incluir na pesquisa territórios com características variadas. Em cada um desses territórios, a equipe fará, inicialmente, trabalho de campo, com observação participante em espaços públicos relevantes para compreender o tipo de presença estatal em cada localidade, além das dinâmicas políticas locais.

A partir da observação participante e contato com o cotidiano dessas favelas, em uma segunda etapa, serão realizadas entrevistas em profundidade com moradores de cada um desses territórios. Os blocos de entrevistas serão divididos em dois grandes grupos de cada favela: a) moradores que já possuem cadastro no bolsa família visando compreender como foi a experiência de cadastramento; b) moradores que não possuem cadastro para mapear possíveis dificuldades, falta de informações ou questões que não os levaram a realizar cadastro. Incluiremos em cada um desses grupos, entrevistados com perfis variados levando em consideração faixa de renda, gênero, raça, geração, ocupação, religião, entre outros marcadores sociais.

Em uma terceira etapa da pesquisa será feito um levantamento de associações, Ongs, grupos, coletivos, projetos, redes e lideranças reconhecidas como importantes em cada localidade. A partir desse mapeamento, serão realizadas entrevistas em profundidade com lideranças visando compreender a relação dessas instituições com CRAS e outros órgãos estatais.

Além disso, a partir dessas entrevistas com lideranças, será feito um mapeamento de grupos locais que produzem dados sobre favelas cariocas. Durante a pandemia, vários grupos fizeram, por exemplo, levantamento de dados das famílias mais necessitadas que

precisavam de ajuda para orientar a distribuição de cestas básicas, de máscara e material de limpeza ou outros tipos de auxílio. Mapear tais experiências de organização comunitária e levantamento de dados produzidos pelos próprios moradores, pode futuramente orientar a elaboração de ações de extensão visando aproximar a atuação do CRAS e dessas lideranças que já atuam produzindo dados nas favelas e mobilizando moradores. Essa parceria pode contribuir para reduzir a desinformação ou dificuldade associados ao cadastramento de famílias que deveriam estar sendo contempladas pelo bolsa família.

Vale lembrar que segundo uma prévia dos dados do Censo Demográfico 2022, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 11.403 favelas, onde vivem cerca de 16 milhões de pessoas, em um total de 6,6 milhões de domicílios. Desde o último censo, houve uma expansão de cerca de 40% no número de brasileiros morando em favelas.



O Rio de Janeiro concentra algumas das maiores favelas do país. Segundo dados do Censo de 2010, existem 763 favelas na cidade. Cerca de 22% da população da cidade do Rio de Janeiro mora em favelas, sendo a capital fluminense o município com o maior número de moradores favelados do Brasil, 1.393.314 habitantes. Mapear o crescimento desse grande contingente populacional é muito importante e difícil. Por isso, diante da baixa coleta de dados nos territórios de favelas, diferentes estratégias foram adotadas pelo IBGE. Uma delas foi a criação do projeto chamado “Favela no Mapa”, um esforço conjunto do governo federal, do Instituto Data Favela e da Central Única das Favelas (CUFA) para intensificar o trabalho de recenseadores nestas localidades. A ideia era que líderes comunitários dessas localidades deveriam servir de guias e ajudar a sensibilizar os moradores quanto à importância do Censo Demográfico.

Experiências como essa mostram a importância de parcerias e articulações entre órgãos estatais e grupos locais para produção de políticas públicas ou mesmo de uma atuação mais qualificada do poder público nas favelas. Por isso, a atual frente investirá não só na produção de um diagnóstico dos problemas de cadastramento nas favelas, mas também na realização de um mapeamento de grupos, lideranças e redes que atuam nesses territórios que pode servir como subsídio para orientar iniciativas de extensão que serão desenvolvidas pelo projeto futuramente.

### **6.3. Eixo 3: Capacitação e interação com os CRAS:**

Um objetivo fundamental do PIBA é compreender o fluxo e a dinâmica dos serviços de Assistência Social oferecidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Para isso, faremos primeiramente análises quantitativas a partir de dados administrativos municipais sobre o funcionamento e fluxo dos atendimentos e microdados do Censo SUAS. De forma complementar, pretendemos fazer entrevistas qualitativas com gestores e funcionários da Assistência Social com vistas a mapear as dificuldades práticas implicadas nas rotinas e gargalos da política. Desejamos também investigar as dinâmicas de buscas ativas para cadastramento e como as famílias respondem aos atendimentos por agendamento.

CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é uma unidade de atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. Os CRAS são responsáveis por oferecer serviços de proteção social básica às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, buscando fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promover a inclusão social e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade.

Os CRAS desempenham um papel fundamental no funcionamento do Programa Bolsa Família, que é um programa de transferência de renda direta do governo federal para famílias em



situação de pobreza e extrema pobreza. Além de ser uma porta de entrada para o cadastramento no programa, os CRAS também são responsáveis por acompanhar as famílias beneficiárias, realizar o acompanhamento familiar e fornecer orientações sobre a utilização adequada dos recursos recebidos.

A importância dos CRAS para o funcionamento do Programa Bolsa Família pode ser resumida em alguns pontos. Primeiro, os CRAS realizam o cadastramento das famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, garantindo que aquelas em situação de vulnerabilidade tenham acesso ao benefício. Segundo eles fazem o acompanhamento das famílias beneficiárias do programa, verificando se as condições de elegibilidade são mantidas ao longo do tempo. Terceiro, os CRAS têm a função de articular e integrar os beneficiários do Bolsa Família com outros serviços e programas sociais, como ações de saúde, educação, capacitação profissional, entre outros. Quarto, eles também atuam na mediação de conflitos familiares e na promoção do apoio social, oferecendo orientação e encaminhamento para serviços especializados, quando necessário.

Além de compreender, o PIBA visa qualificar as equipes dos CRAS, assim o Programa de Capacitação para maior qualidade na implementação dos recursos de Programas Sociais como o Programa Bolsa Família e o devido preenchimento do Cadastro Único. O programa justifica-se, pois, visa capacitar trabalhadores da administração pública dos municípios do Estado do Rio de Janeiro a fim de atualizar o banco de cadastro dos cidadãos beneficiários do programa bolsa família e atualização do cadastro único, e desta forma, otimizando o emprego dos recursos públicos disponibilizados.

Como produto, o Programa de Capacitação promoverá para maior qualidade na implementação dos recursos de Programas Sociais como o Programa Bolsa Família e o devido preenchimento do Cadastro Único. Especificamente para o período inicial, buscará a promoção cursos de capacitação para permitir a atualização de dados cadastrais dos beneficiários de Programas Sociais do Governo Federal.

Trazendo benefícios futuros como a melhoria da qualidade nas informações relacionadas ao programa bolsa família e do cadastro único para benefícios sociais do governo federal, bem como a avaliação de reação dos alunos quanto ao curso. Ademais, contará com análise da quantidade de municípios impactados, que aderirem ao programa de capacitação. Com a meta, inicialmente de alcance em média de 60% a 70% dos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

#### **6.4. Eixo 4: Interação com GPTE's:**

Este eixo vai se concentrar nas pesquisas e atividades de extensão dedicadas à interação com GPTE's ligados a coletividades tradicionais e rurais como membros de famílias indígenas, famílias quilombolas, famílias ciganas, famílias pertencente à comunidades de terreiro, famílias



extrativistas, famílias de pescadores artesanais, famílias ribeirinhas, famílias de agricultores, famílias assentadas da reforma agrária, famílias beneficiárias do programa nacional de crédito fundiário, famílias acampadas etc. Apesar de profundamente distintos, esses grupos compartilham algumas particularidades como tradições e práticas culturais específicas, o que demanda dos profissionais contratados alguns conhecimentos específicos sobre sua realidade. De acordo com a legislação brasileira, são considerados indígenas aqueles que pertencem a uma das várias etnias reconhecidas no país e que preservam suas tradições

culturais, línguas, formas de organização social e relação com o território. Os indígenas têm direito à sua identidade étnica, à preservação de suas culturas, às terras que tradicionalmente ocupam e utilizam, bem como a políticas públicas específicas para sua proteção e desenvolvimento. Os indígenas urbanos, por seu turno, são definidos como os indígenas que residem em áreas urbanas, fora dos territórios tradicionais de suas etnias. A condição de indígena urbano não invalida sua identidade étnica e seus direitos como indígena. Mesmo vivendo em contextos urbanos, essas pessoas continuam a se reconhecer como parte de um grupo étnico específico, mantendo vínculos com sua cultura, língua e práticas tradicionais. A estimativa mais grosseira sugere que o município do Rio de Janeiro conta com uma população de cerca de 4mil indígenas autodeclarados a partir de projeções do IBGE.

Os quilombolas no Brasil são definidos como comunidades remanescentes de quilombos, que eram assentamentos formados por pessoas negras fugitivas do sistema escravista durante a época da escravidão no país. Os quilombos eram locais de resistência e autossuficiência, onde os quilombolas buscavam liberdade e preservação de sua cultura e identidade. A definição oficial de quilombola é estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Segundo essas normas, são considerados quilombolas os descendentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras tradicionais e que preservem suas tradições culturais, formas de organização social e relação com o território. O Rio de Janeiro abriga algumas comunidades quilombolas urbanas significativas, onde os quilombolas preservam sua cultura, tradições e identidade. Essas comunidades são reconhecidas como remanescentes de quilombos e estão empenhadas na luta pela preservação de seus territórios e direitos.

Afora esses dois grupos, o Rio de Janeiro possui uma substantiva população ligada às comunidades de terreiro, bem como de grupos rurais e semirurais. Todos esses grupos possuem particularidades geográficas e culturais, bem como vulnerabilidades específicas, que complexificam o seu acesso a programas sociais como o Bolsa Família. A ideia é que as equipes contratadas contenham pesquisadores e extensionistas especializados em cada uma dessas categorias para que o diagnóstico seja voltado às suas idiosincrasias.



Este eixo também buscará contemplar grupos urbanos em situação de vulnerabilidade social e que têm em comum a demanda por uma atenção integral mais ampla pela sua situação de moradia ou de saúde. Serão contempladas aqui as famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura, famílias de presos do sistema carcerário, famílias de

catadores de material reciclável, em especial a população em situação de rua, as pessoas com deficiência, as pessoas idosas e as crianças em situação de trabalho infantil.

Novamente, estamos trabalhando com uma pluralidade enorme de grupos sociais, mas a intenção em incorporar à equipe uma série de pesquisadores e extensionistas que tenham alguma experiência prévia na atuação junto a esses grupos. Mais do que produzir um mapeamento geral dessas coletividades, nosso objetivo aqui é inventariar, sobretudo a partir de pesquisas qualitativas, as principais dificuldades enfrentadas por esses grupos quando o tema é o acesso ao PBF.

## **7. Objetivos específicos:**

- Nota Técnica Parcial “Hipóteses para as insuficiências do CadÚnico no Rio de Janeiro”
- Relatório “Diagnóstico Geral do Cadastro Único Rio de Janeiro”
- Relatório “Iniciativas bem-sucedidas de Busca Ativa”
- Seminário com lideranças do GPTE’s
- Cartilha para gestores públicos
- Planejamento e Promoção do Curso de Capacitação para Gestores
- Planejamento do Curso de Capacitação para Lideranças Locais
- Seminário com Apresentação dos Produtos Finais.

## **8. Da Retribuição Pecuniária:**

Os valores pagos a cada participante do Projeto, com caráter de bolsa de estímulo à inovação (art. 30, §3º, Lei Estadual 9.809/2022), ficam sujeitos à incidência dos tributos e contribuições aplicáveis à espécie, vedada a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, bem como a referência como base de cálculo para qualquer benefício, adicional ou vantagem coletiva ou pessoal.

Em conformidade com a AEDA 134/REITORIA/2022, a remuneração de servidores públicos no Projeto da UERJ deve ser realizada sob a forma de bolsa de inovação (arts. 30, §§3º e 4º e 37 da



Lei Estadual 9.809/2022) ou adicional variável (art. 8º, §§2º e 3º, Lei Estadual 5.361/2008). Art. 17. A remuneração dos colaboradores extraquadro do serviço público deve ser realizada sob a forma de bolsa de inovação, se pertencente ao núcleo estruturante (art. 30, §3º, da Lei Estadual 9.809/2022), ou sob a forma de contrato temporário (art. 8º, §§4º a 7º, Lei Estadual 5.361/2008, incluídos pela Lei Estadual 9.255/2021, mantidos em vigor pelos vetos apostos à Lei 9.809/2022), se integrante do núcleo operacional ou de execução. Todas as bolsas, remunerações e adicionais deste projeto não configuram vínculo empregatício.

## **9. Da Seleção:**

### **9.1. Do Núcleo Estruturante:**

É o núcleo estratégico do projeto responsável pela direção e assessoramento superior. A contratação dos integrantes do Núcleo Estruturante se dará conforme o art. 8º, §4º da Lei nº 5.361/2008, bem como o previsto na seção atividades estratégicas e gerenciais da AEDA 134/2022 em seus artigos 22 a 26. Além desses requisitos, os seus integrantes são selecionados mediante análise de currículo e entrevista com a Coordenação do Projeto.

Para compor o Núcleo Estruturante do Projeto, o prestador deverá exercer atividades consideradas estratégicas e gerenciais que tenham como objetivo garantir a fiel execução do projeto, isto é, a fiscalização das atividades, a gestão de equipes e colaboradores, a realização das entregas, o cumprimento do objeto, o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, garantindo produção acadêmico-científica, de acordo com os princípios de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, a gestão dos processos, atividades de assessoria e consultoria, a interlocução institucional e a prestação de contas, a consultoria e a análise de processos e situações para a boa tomada de decisões, entre outras atividades essenciais.

O Núcleo Estruturante será nomeado, pela Coordenação Geral, por meio de portaria, após a aprovação deste Plano de Trabalho por parte da Diretoria de Projetos Especiais – UERJ/Projetos, observados os requisitos previstos no item 07 deste e os critérios de seleção previstos neste item.

### **9.2. Dos Demais Colaboradores:**

A seleção dos demais colaboradores participantes seguirá os artigos 18 a 21 da AEDA 134/REITORIA/2022. Serão selecionados por meio de processo seletivo simplificado realizado por edital público disponibilizado no site da UERJ ou de aviso público no site do ente ou órgão partícipe, site ou jornal especializado, ou devidamente documentado, nas regiões, territórios e localidades em que o projeto e as políticas públicas vierem a ser realizadas. Os critérios de



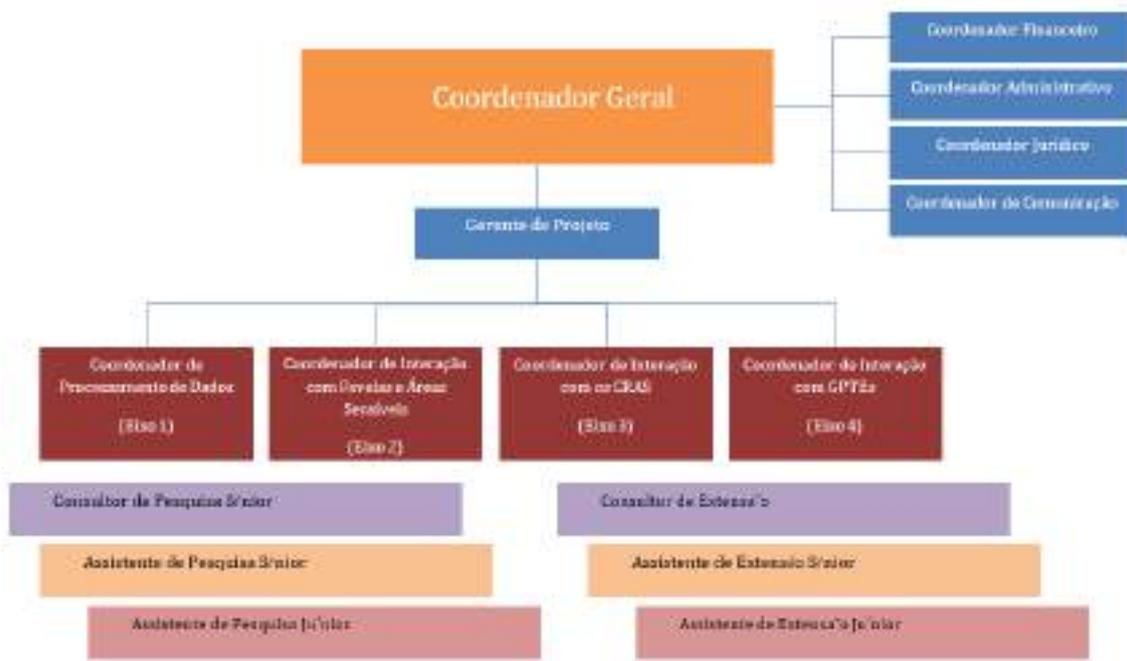
seleção serão objetivos e respeitarão a publicidade, a impessoalidade, a universalidade e a isonomia.

Conforme o AEDA 134/REITORIA/2022 da UERJ, se os aprovados no processo seletivo forem extraquadro do serviço público, o vínculo deverá ser formalizado por meio de contrato temporário com a UERJ firmados por prazo determinado, limitado à duração do projeto, admitida a prorrogação do contrato em caso de prorrogação do projeto (art. 8º, §§4º a 7º, Lei Estadual nº 5.361/2008, incluídos pela Lei Estadual nº 9.255/2021, mantidos em vigor pelos vetos apostos à Lei nº 9.809/2022). No caso de servidores públicos aprovados serão observadas as regras constitucionais relativas à acumulação de cargos e funções públicas.

Prezando pela coerência com a perspectiva de educação trabalhada neste projeto, e considerando ainda a seleção simplificada mencionada no artigo 18 da AEDA 134/REITORIA/2022, o Projeto de Integração de Busca Ativa – PIBA realizará a seleção por meio de aplicação de provas (objetivas, discursivas ou de títulos), redação, análise de currículo e/ou entrevista. Os critérios serão identificados e justificados em edital a ser analisado e aprovado pela Procuradoria Geral da UERJ e publicizado pela coordenação geral do Projeto.

As remunerações fixadas neste Projeto estão baseadas na média de remuneração praticada no mercado para cada função listada abaixo. Além da compatibilidade de mercado, as remunerações atendem aos critérios de atratividade para a função, disponibilidade de tempo para execução de suas responsabilidades e atribuições de acordo com a complexidade exigida, experiência na função e senioridade

## 10. Estrutura organizacional do Projeto:



## 11. Dos Cargos, Funções, Requisitos e Atribuições:

### 11.1. Do Núcleo Estruturante:

- Coordenador Geral:** Experiência em gestão de projetos. Professor Doutor da UERJ. Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, senioridade e domínio no uso de aplicativos de gestão. Além dos conhecimentos técnicos, deve ter liderança e vivência, capacidade de articulação e formação de parcerias com interação entre os aspectos políticos e técnicos na gestão dos serviços. Sólidos conhecimentos da gestão pública. Responsável por viabilizar a execução das ações previstas. Administrar a alocação de pessoal, o acompanhamento dos relatórios de execução, prestação de contas e relatórios de execução.
- Coordenador de Eixo:** Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, senioridade e domínio no uso de aplicativos de gestão. Além de conhecimentos técnicos, deve ter liderança, vivência e capacidade de articulação e formação de parcerias de interação entre os aspectos políticos e técnicos na gestão dos serviços. Substituirá o



Coordenador Geral nas suas ausências e o auxiliará na gestão das Coordenações e demais membros do Núcleo Estruturante. Reporta-se diretamente ao Coordenador Geral.

- **Gerente de Projeto:** Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, domínio no uso de aplicativos de gestão. Deve possuir conhecimento especializado na área da sua coordenação. Além de conhecimentos técnicos, deve ter liderança, vivência e capacidade de técnica na gestão dos serviços. Reporta-se diretamente ao Coordenador Geral e orienta os coordenadores de eixo quanto às questões burocráticas.
- **Coordenadores Técnicos (Financeiro, Administrativo, Jurídico e de Comunicação):** Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, domínio no uso de aplicativos de gestão. Além de conhecimentos técnicos, deve ter liderança, vivência e capacidade de técnica na gestão dos serviços. Reporta-se diretamente ao Coordenador Geral e ao Gerente de Projeto, bem como aos coordenadores de eixo quanto às questões burocráticas.
- **Assessoria administrativa:** Tem a função de auxiliar os coordenadores e gerentes em suas atividades específicas. Deve possuir formação e experiência condizente com sua área de atuação. Reporta-se diretamente ao seu coordenador imediato.
- **Assistentes técnicos:** Tem a função de auxiliar os coordenadores e gerentes em suas atividades específicas. Deve possuir formação e experiência condizente com sua área de atuação. Reporta-se diretamente ao seu coordenador imediato.
- **Coordenadores de prática e estratégia de cadastro único (EIXO CAPACITAÇÃO E INTERAÇÃO COM OS CRAS):** Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, senioridade e domínio no uso de aplicativos de gestão. Além de conhecimentos técnicos, deve ter liderança, vivência e capacidade de articulação e formação de parcerias de interação entre os aspectos políticos e técnicos na gestão dos serviços. Substituirá o coordenador de Eixo Integração com CRAS, além de ser responsável pela interlocução, junto com a coordenação geral, junto aos municípios.
- **Subcoordenadora de Assistência Social para integração (EIXO CAPACITAÇÃO E INTERAÇÃO COM OS CRAS):** Curso superior completo, conhecimento de gestão de projetos, senioridade e domínio no uso de aplicativos de gestão. Além de conhecimentos de assistência social voltada para o PBF e CadÚnico, deve ter liderança, vivência e capacidade de articulação e formação de parcerias de interação entre os aspectos políticos e técnicos na gestão dos serviços. Auxiliará os coordenadores de prática de Eixo Integração com CRAS, além de ser



responsável pela comunicação de todas as etapas junto com a coordenação geral, perante os municípios alcançados e monitoramento do Núcleo Associado.

- **Assessoria técnica:** Suporte técnico para as atividades realizadas na capacitação.

### 11.2. Do Núcleo Executivo:

- **Consultorias de Pesquisa:** Curso superior completo e notório saber na área de consultoria para qual for contratado. Atuará no auxílio aos coordenadores em tarefas específicas e na redação de relatórios focados.
- **Assistente de Pesquisa Sênior:** Curso superior completo e notório saber na área de pesquisa para qual for contratado. Atuará no auxílio aos coordenadores em tarefas estruturantes da pesquisa, tendo de redigir relatórios recorrentes sobre suas atividades.
- **Assistente de Pesquisa Junior:** Curso superior em curso ou completo e interesse na área de pesquisa para qual for contratado. Atuará no auxílio aos coordenadores e aos assistentes sêniores em tarefas estruturantes da pesquisa, tendo de redigir relatórios recorrentes sobre suas atividades.
- **Consultorias de Extensão:** Notório saber prático e experiência de liderança no tema de consultoria para qual for contratado. Atuará no auxílio aos coordenadores em tarefas específicas e na relação com os grupos estudados.
- **Assistente de Extensão Sênior:** Experiência na relação com o grupo contemplado pelo projeto. Atuará no auxílio aos coordenadores e assistentes sêniores na relação com os grupos contemplados.
- **Assistente de Extensão Junior:** Interesse no objeto do projeto e nos grupos contemplados. Atuará no auxílio aos coordenadores e assistentes sêniores na relação com os grupos contemplados.



### 11.3. Produtos Finais:

- **Desenho e diagramação de Cartilhas e Relatórios:** Recurso para a concepção e diagramação das cartilhas e relatórios, a ser direcionado para pessoa jurídica especializada na tarefa.
- **SIDES: custos com materiais para a promoção do Seminário com experiências locais:** Recurso para a organização do seminário, envolvendo todos os custos dos convidados, material de apoio e divulgação etc.
- **SIDES: custos com compra de material para Evento de apresentação do relatório final:** Recurso para a organização do seminário, envolvendo todos os custos dos convidados, material de apoio e divulgação etc.
- **Contratação de coffee-break para o Evento:** Contratação de pessoa jurídica conforme licitação ou dispensa, de acordo com as regras da lei de licitações vigente e a regulamentação da universidade.
- **Montagem do curso de capacitação de gestores:** Contratação de pessoa jurídica especializada nas diferentes etapas e produtos de formulação de um curso de capacitação.
- **Montagem do curso de capacitação de lideranças locais:** contratação de pessoa jurídica especializada nas diferentes etapas e produtos de formulação de um curso de capacitação.

### 11.4. Taxas e custos administrativos:

- **Custos com taxas patronais:** Cálculo de 21% de patronal a ser recolhido pelo INSS sobre toda a folha de pagamento. Contudo, quando se tratar de servidor público da UERJ o valor não será recolhido.
- **Encargos sociais (apenas contratos temporários):** Encargos aproximados em 20% devido despesas de contratação de pessoal como férias, 13º, para a equipe de execução apenas.



- **5% de taxa administrativa (AEDA 134):** Apoio na administração e fiscalização dos Projetos, de 5% para a UERJ, prevista na AEDA 134/REITORIA/2022.

## 12. Período das Atividades do Projeto:

O Projeto de Integração de Busca Ativa – PIBA teve as atividades executadas de 28/09/23 a 31/12/23.

## 13. Alguns números do Projeto:

Quantidade Cursos	10
Quantidade de Aulas Criadas	90
Quantidade de Vídeos Gravados	76
Minutos de Aulas Gravadas (min.)	3.800
Vídeo de Tutoriais	4
Quantidade de Profissionais Acadêmicos	9
Quantidade de Coordenação acadêmica	1
Quantidade de Professores	8
Quantidade de Gerentes de Projetos	2
Quantidade de Analistas de Dados	1
Quantidade de Empresas Contratadas	4
Custo com Empresas	R\$ 59.920,00
Eventos Presencial Relacionados	1

## 14. Metodologia de Gerenciamento do Projeto:

Para todas as etapas do Projeto de Integração de Busca Ativa – PIBA, foi escolhida a metodologia de projeto Waterfall ou Cascata, pela característica do projeto, onde se possui um escopo conhecido e com poucas mudanças durante o projeto. A Metodologia Waterfall, às vezes chamada de Cascata, é uma das maneiras mais tradicionais de se organizar e desenvolver projetos. Trata-se de um modelo linear e cronológico, dividido em tarefas, em que uma obrigação deve ser finalizada completamente para que seja dada continuidade na próxima.



No Projeto de Integração de Busca Ativa – PIBA, serão utilizados os processos necessários, pelas características e necessidades do projeto, nos baseando no PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*), onde são desenvolvidos planos e ferramentas, utilizados no projeto.

No projeto PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa, será desenvolvido um Plano de Gerenciamento do Projeto, o qual irá direcionar e descreve os planos auxiliares. Sendo necessários no projeto os seguintes Planos de Gerenciamento Auxiliares:

- Plano de Gerenciamento de Escopo: Estabelece como o escopo será definido, desenvolvido, monitorado, controlado e validado.
- Plano de Gerenciamento do Cronograma: Estabelece os critérios e as atividades para desenvolvimento, monitoramento e controle do cronograma.
- Plano de Gerenciamento dos Riscos: Estabelece como as atividades de gerenciamento de risco serão estruturadas e realizadas.
- Plano de Gerenciamento da Comunicação: Estabelece como, quando e por quem informações sobre o projeto serão administradas e divulgadas.
- Plano de Gerenciamento de mudanças. Descreve como as solicitações de mudança ao longo do projeto serão formalmente autorizadas e incorporadas.
- Plano de Engajamento das Partes Interessadas. Estabelece como as partes interessadas serão engajadas nas decisões e execução do projeto, de acordo com suas necessidades, interesses e impacto.
- Plano de Gerenciamento da Qualidade. Estabelece como as políticas da qualidade, metodologias e padrões de uma organização serão implementados no projeto.
- Plano de Gerenciamento da Recursos. estimar, adquirir, gerenciar e utilizar recursos físicos e de equipe.

## **15. Acompanhamento das atividades:**

Neste item, informaremos os status das atividades do projeto, assim como a apresentação de documentos anexos com os resultados, com o objeto de evidenciar a conclusão delas.

As tabelas a seguir, irão informar a atividade, o status da atividade e se concluída o documento com o seu resultado, onde os arquivos serão incluídos ao final deste documento.

- a. Planos de Gerenciamento do Projeto: todos os planos referentes ao gerenciamento do projeto foram criados, e se encontram em sua versão inicial, conforme tabela abaixo:

PLANO	STATUS
Termo de Abertura	CONCLUÍDO
Plano de Gerenciamento de Projeto	CONCLUÍDO
Plano de Gerenciamento de Escopo	CONCLUÍDO
Plano de Gerenciamento de Cronograma	CONCLUÍDO
Plano de Gerenciamento de Partes Interessadas	CONCLUÍDO
Plano de Gerenciamento de Qualidade	CONCLUÍDO
Plano de Gerenciamento de Comunicação	CONCLUÍDO
Plano de Gerenciamento de Riscos	CONCLUÍDO
Plano de Gerenciamento de Recursos	CONCLUÍDO

- b. Reuniões de Inicial e de Acompanhamento: foram realizadas reuniões iniciais e de acompanhamento das atividades, conforme tabela abaixo:

REUNIÃO	STATUS
Reunião de Planejamento	CONCLUÍDO
Reunião de Equipe	CONCLUÍDO
Reunião de Alinhamento do Edital	CONCLUÍDO
Reunião de Equipe: SEI	CONCLUÍDO

- c. Edital de Contratação: o edital já foi construído e está em processo de aprovação.

ATIVIDADE	STATUS
Elaboração do Edital	CONCLUÍDO
Aprovação do Edital	EM ANDAMENTO
Publicação do Edital	NÃO INICIADO

- d. Construção do Ambiente Virtual de Aprendizagem: o ambiente foi construído com sucesso.

ATIVIDADE	STATUS
Construção AVA	CONCLUÍDO

- e. Construção das apresentações dos Treinamento Online: todas as apresentações foram construídas e entregues.

ATIVIDADE	STATUS
CURSO I: COMUNIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIAIS	CONCLUÍDO
CURSO II: GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS	CONCLUÍDO

CURSO III - Mapeamento, Busca Ativa, Cadastramento e Recadastramento das Famílias	CONCLUÍDO
CURSO IV: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	CONCLUÍDO
CURSO V - UMA ABORDAGEM ANTIRRACISTA NO RECENTEAMENTO DE FAMÍLIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	CONCLUÍDO
CURSO VI - CADASTRO ÚNICO (10H)	CONCLUÍDO
CURSO VII - FREQUÊNCIA ESCOLAR E BOLSA FAMÍLIA: CRITÉRIOS CUMPRIDOS EM SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL (20H)	CONCLUÍDO
CURSO VIII - TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZAÇÃO E A VISITA DOMICILIAR DO BOSA FAMÍLIA (20H)	CONCLUÍDO
09 - CURSO IX FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO RECADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA	CONCLUÍDO
10 - CURSO X POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DESAFIOS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMÍLIA	CONCLUÍDO

- f. Construção dos Vídeos das aulas: todos os vídeos para os treinamentos estão gravados e editados com exceção dos cursos III e IV. Serão evidenciados quando forem incluídos no Ambiente virtual de Aprendizagem (AVA).
- g. Mapeamento de Comunidades: a atividade de mapeamento de comunidades foi concluída.

ATIVIDADE	STATUS
Fase de Levantamento de Dados Iniciais e Diagnóstico	CONCLUÍDO
Fase de Entrevistas com Representantes e Líderes de Comunidades	CONCLUÍDO
Fase de Criação de um Banco de Dados	CONCLUÍDO
Fase de Análise e Relatórios	CONCLUÍDO
Fase de Divulgação e Sensibilização	CONCLUÍDO
Fase de Acompanhamento e Feedback	CONCLUÍDO

- h. Entregas de Marketing: a atividade de mapeamento de comunidades foi concluída.

ATIVIDADE	STATUS
Templates para Slides	CONCLUÍDO
Portfólio de Cursos	CONCLUÍDO
Vídeos informativos sobre as atividades do PIBA	EM ANDAMENTO
E-book sobre os Cursos de Capacitação	EM ANDAMENTO
Identidade Visual Adaptada para Seis Regiões	CONCLUÍDO

- i. Entregas de BI: a criação do painel com informações do Mapeamento de Comunidades foi concluída, e aguardando as informações da realização dos cursos para criação do respectivo painel.

ATIVIDADE	STATUS
BI Mapeamento de Comunidades	CONCLUÍDO
BI Treinamentos	NÃO INICIADO

- j. Treinamentos presenciais: estes treinamentos irão ocorrer em dezembro, então encontram-se com status não iniciado.

ATIVIDADE	EVIDÊNCIA	STATUS
Área Metropolitana 1 e 2 (20h)	NA	NÃO INICIADO
Área Serrana (20h)	NA	NÃO INICIADO
Área Norte fluminense (20h)	NA	NÃO INICIADO
Área Médio Paraíba (20h)	NA	NÃO INICIADO
Área Centro Sul fluminense (20h)	NA	NÃO INICIADO
Área Noroeste fluminense (20h)	NA	NÃO INICIADO
Área Baixada litorânea (20h)	NA	NÃO INICIADO

- k. Custos e propostas: neste item apresentamos as evidências de recebimento de propostas e as próprias em anexos.

ATIVIDADE	STATUS
Recebimento de propostas	NA
PROPOSTA MOODLE 01	NA
PROPOSTA MOODLE 02	NA
PROPOSTA MOODLE 03	NA
PROPOSTA MOODLE 04	NA
PROPOSTA BI 01	NA
PROPOSTA BI 02	NA
PROPOSTA BI 03	NA
PROPOSTA IDENTIDADE VISUAL 01	NA
PROPOSTA IDENTIDADE VISUAL 02	NA
PROPOSTA IDENTIDADE VISUAL 03	NA
PROPOSTA GP 01	NA
PROPOSTA GP 02	NA
PROPOSTA GP 03	NA
PROPOSTA GP 04	NA



- l. Termo de Uso de Imagem: termo para assinatura dos professores para utilização dos materiais e imagem.

ATIVIDADE	STATUS
Termo de Uso de Imagem	CONCLUÍDO

- m. Edição de Vídeos: atividade de edição para os vídeos gravados pelos professores.

ATIVIDADE	STATUS
Edição de vídeos	CONCLUÍDO

#### 16. Pontos de Atenção:

- Prazo de aprovação do Edital de Contratação
- Prazo de Contratação dos Agentes

#### 17. Anexos:

Neste item vamos incluir o resultado de todas as atividades executadas no projeto PIBA – Projeto Interativo de Busca Ativa.



## 17.1. Termo de Abertura:



### PROJETO PIBA - Projeto Integrativo de Busca Ativa

#### TERMO DE ABERTURA

---

PROJETO: PIBA - Projeto Integrativo de Busca Ativa  
GERENTE DO PROJETO: Raul Queirós

#### DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O Projeto de Integração de Busca Ativa - PIBA é uma parceria da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSOCH com a UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o compromisso do desenvolvimento social e fortalecimento da capacidade dos municípios junto à Gestão do Cadastro Único, que tem como foco a busca ativa dos Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE's): família cigana, família pertencente à comunidade de terreiro, família extrativista, família de pescadores artesanais, família ribeirinha, família de agricultores familiares, família assentada da reforma agrária, família beneficiária do programa nacional de crédito fundiário, família acampada, família atingida por empreendimento de infraestrutura, família de preso do sistema carcerário, família de catadores de material reciclável, família indígena e família quilombola, em especial a população em situação de rua, as pessoas com deficiência, as pessoas idosas e as crianças em situação de trabalho infantil que também são públicos prioritários do programa.

O projeto contará com a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento educacional e tecnológico de profissionais que atuarão na formação de equipes de Busca Ativa de famílias pertencentes aos Grupos Populares, Tradicionais e Específicos (GPTE's) que não estão inseridas no CadÚnico dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Programa Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (PROCAD-SUAS), auxiliando na ampliação, estimulação e atualização dos registros com inconsistências e a inclusão cadastral de famílias que realmente possuem o perfil.

#### DECLARAÇÃO DO ESCOPO:

O projeto tem como escopo as seguintes fases:

- **CONTRATAÇÃO DOS AGENTES:** esta fase tem como objetivo todo o processo de contratação dos agentes para trabalhar na busca ativa dos beneficiários do Programa do Bolsa Família.
- **MAPEAMENTO DE COMUNIDADES:** esta fase tem como objetivo a identificação dos grupos sociais mais vulneráveis e menos impactados pelo Programa do Bolsa Família, assim como as principais razões de não estarem sendo impactados pelo programa.
- **TREINAMENTO ONLINE:** esta fase tem como objetivo a construção do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), do material ser utilizado, a gravação as aulas, a inclusão de todo o material construído e as gravações no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e finalizando com a disponibilização do ambiente completo para treinamento.
- **TREINAMENTO PRESENCIAL:** esta fase tem como objetivo o treinamento presencial para os agentes nas seguintes regionais: Área Metropolitana 1 e 2, Área Serrana, Área Norte Fluminense, Área Médio Paraíba, Área Centro Sul fluminense, Área Noroeste fluminense e Área Baixada litorânea.
- **GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES (BI):** esta fase tem como objetivo consolidar e gerar informações das fases de Mapeamento de Comunidades e dos Treinamento Online e Presencial.



**PRAZO ESTIMADO:**

- Data de início prevista: 02/10/2023.
- Data de conclusão prevista: 20/12/2023.

**RESTRICÇÃO:**

- O projeto deverá ser finalizado no mês de dezembro.

**EXCLUSÕES:**

- Não faz parte do escopo do projeto a execução da Busca Ativa dos beneficiários do Programa do Bolsa Família.
- Não faz parte do escopo do projeto reciclagens e novos treinamentos com datas posteriores ao encerramento do projeto.

**RISCOS PREVIAMENTE IDENTIFICADOS:**

- Curto prazo para execução;
- Abrangência de 92 municípios, para contratação e treinamento;
- Quantidade de grande de feriados dentro do prazo de execução do projeto;

Desta forma, contamos com o apoio de todos os envolvidos para alcançarmos o sucesso do projeto.

Participante	Aprovações	
	Assinatura	Data
Patrocinador do Projeto		
Gerente do Projeto		



## 17.2. Plano de Gerenciamento do Projeto:





## PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa

### PLANO DE GERENCIAMENTO DE PROJETO





### 1. Objetivo do documento:

O Plano de Gerenciamento Projeto tem como objetivo descrever como o projeto será executado, monitorado e controlado, e encerrado. Ele integra e consolida todos os planos de gerenciamento auxiliares, linhas de base e outras informações necessárias para gerenciar o projeto. As necessidades do projeto determinam quais componentes do plano de gerenciamento do projeto são necessários.

### 2. Objetivo do Projeto:

O Projeto de Integração de Busca Ativa - PIBA é uma parceria da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SEDSODH com a UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o compromisso do desenvolvimento social e fortalecimento da capacidade dos municípios junto à Gestão do Cadastro Único, que tem como foco a busca ativa dos Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE's): família cigana, família pertencente à comunidade de terreiro, família extrativista, família de pescadores artesanais, família ribeirinha, família de agricultores familiares, família assentada da reforma agrária, família beneficiária do programa nacional de crédito fundiário, família acampada, família atingida por empreendimento de infraestrutura, família de preso do sistema carcerário, família de catadores de material reciclável, família indígena e família quilombola, em especial a população em situação de rua, as pessoas com deficiência, as pessoas idosas e as crianças em situação de trabalho infantil que também são públicos prioritários do programa.

O projeto contará com a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento educacional e tecnológico de profissionais que atuarão na formação de equipes do Busca Ativa de famílias pertencentes aos Grupos Populares, Tradicionais e Específicos (GPTE's) que não estão inseridas no CadÚnico dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Programa Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (PROCAD-SUAS), auxiliando na ampliação, estimulação à atualização dos registros com inconsistências e a inclusão cadastral de famílias que realmente possuem o perfil.

### 3. Planos de Gerenciamento Auxiliares:

No projeto PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa, serão desenvolvidos os seguintes Planos de Gerenciamento Auxiliares:

- Plano de Gerenciamento de Escopo: Estabelece como o escopo será definido, desenvolvido, monitorado, controlado e validado.
- Plano de Gerenciamento do Cronograma: Estabelece os critérios e as atividades para desenvolvimento, monitoramento e controle do cronograma.
- Plano de Gerenciamento dos Riscos: Estabelece como as atividades de gerenciamento de risco serão estruturadas e realizadas.
- Plano de Gerenciamento da Comunicação: Estabelece como, quando e por quem informações sobre o projeto serão administradas e divulgadas.



- Plano de Gerenciamento de mudanças. Descreve como as solicitações de mudança ao longo do projeto serão formalmente autorizadas e incorporadas.
- Plano de Engajamento das Partes Interessadas. Estabelece como as partes interessadas serão engajadas nas decisões e execução do projeto, de acordo com suas necessidades, interesses e impacto.
- Plano de Gerenciamento da Qualidade. Estabelece como as políticas da qualidade, metodologias e padrões de uma organização serão implementados no projeto.
- Plano de Gerenciamento da Recursos. estimar, adquirir, gerenciar e utilizar recursos físicos e de equipe.

#### 4. Linhas de Base:

Seguem abaixo as Linhas de Base definidas, que serão monitoradas e controladas pelo Plano de Gerenciamento do Projeto PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa:

- Linha de Base do Cronograma: macro cronograma com as principais fases do Projeto PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa

ÉAP	Nome da tarefa	Duração	Início	Término
1	- PROJETO PIBA	58 dias	Seg 02/10/23	Qui 21/12/23
1.1	- Início	58 dias	Seg 02/10/23	Qui 21/12/23
1.1.1	- CONTRATAÇÃO DOS AGENTES	26 dias	Seg 02/10/23	Ter 07/11/23
1.1.2	- TREINAMENTO ONLINE	45 dias	Seg 02/10/23	Seg 04/12/23
1.1.3	- MARKETING	30 dias	Seg 23/10/23	Seg 04/12/23
1.1.4	- TREINAMENTO PRESENCIAL	11 dias	Sex 01/12/23	Seg 18/12/23
1.1.5	- MAPEAMENTO COMUNIDADES	52 dias	Ter 10/10/23	Qui 21/12/23
1.1.6	- BI	37 dias	Ter 31/10/23	Qua 20/12/23
2	Término			

- Linha de Base do Escopo: EAP e Dicionário da EAP

EAP com os pacotes de trabalho do Projeto PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa



Pacotes da EAP com os pacotes de trabalho do Projeto PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa

WBS	Nome da tarefa
1	PROJETO PIBA
1.1	Início
1.1.1	CONTRATAÇÃO DOS AGENTES
1.1.1.1	Construção EDITAL
1.1.1.2	Publicação EDITAL
1.1.1.3	Contratação dos Agentes
1.1.1.4	ENTREGA: LISTA DE AGENTES CONTRATADOS
1.1.2	TREINAMENTO ONLINE
1.1.2.1	Construção do AVA
1.1.2.2	MATERIAL DO CURSO
1.1.2.2.1	CURSO I: COMUNIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIAIS
1.1.2.2.1.1	Construção do Material
1.1.2.2.1.2	Gravação do Vídeo
1.1.2.2.1.3	Inclusão do Material
1.1.2.2.2	CURSO II: GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS
1.1.2.2.2.1	Construção do Material
1.1.2.2.2.2	Gravação do Vídeo
1.1.2.2.2.3	Inclusão do Material
1.1.2.2.3	CURSO III: Mapeamento, Busca Ativa, Cadastro e Recadastro das Famílias
1.1.2.2.3.1	Construção do Material
1.1.2.2.3.2	Gravação do Vídeo
1.1.2.2.3.3	Inclusão do Material
1.1.2.2.4	CURSO IV: FÓRUMS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
1.1.2.2.4.1	Construção do Material



1.1.2.2.4.2	Gravação do Vídeo
1.1.2.2.4.3	Inclusão do Material
1.1.2.2.5	CURSO V - UMA ABORDAGEM ANTIRACISTA NO RECENTEAMENTO DE FAMÍLIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
1.1.2.2.5.1	Construção do Material
1.1.2.2.5.2	Gravação do Vídeo
1.1.2.2.5.3	Inclusão do Material
1.1.2.2.6	CURSO VI - FREQUÊNCIA ESCOLAR E BOLSA FAMÍLIA CRITÉRIOS CUMPRIDOS EM SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL (10h)
1.1.2.2.6.1	Construção do Material
1.1.2.2.6.2	Gravação do Vídeo
1.1.2.2.6.3	Inclusão do Material
1.1.2.2.7	CURSO VII - TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZAÇÃO E A VISTA DOMÉSTICA DO BOLSA FAMÍLIA (20h)
1.1.2.2.7.1	Construção do Material
1.1.2.2.7.2	Gravação do Vídeo
1.1.2.2.7.3	Inclusão do Material
1.1.2.2.8	CURSO VIII - MÃES SOLO, BOLSA FAMÍLIA E O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA (20h)
1.1.2.2.8.1	Construção do Material
1.1.2.2.8.2	Gravação do Vídeo
1.1.2.2.8.3	Inclusão do Material
1.1.2.2.9	CURSO IX - FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO RECADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA
1.1.2.2.9.1	Construção do Material
1.1.2.2.9.2	Gravação do Vídeo
1.1.2.2.9.3	Inclusão do Material
1.1.2.2.10	CURSO X - POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DESAFIOS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMÍLIA (20h)
1.1.2.2.10.1	Construção do Material
1.1.2.2.10.2	Gravação do Vídeo
1.1.2.2.10.3	Inclusão do Material
1.1.2.3	TREINAMENTO
1.1.2.3.1	Execução do Curso
1.1.2.3.2	ENTREGA: Relatórios dos Alunos Capacitados
1.1.3	MARKETING
1.1.3.1	E-book sobre os Cursos de Capacitação
1.1.3.2	Templates para Sites
1.1.3.3	Identidade Visual Adaptada para Seis Páginas
1.1.3.4	Redes Sociais e Marketing de Conteúdo
1.1.3.5	Vídeos informativos sobre as atividades do PIBA
1.1.3.6	ENTREGA: Artefatos de Marketing
1.1.4	TREINAMENTO PRESENCIAL
1.1.4.1	Área Metropolitana 1 a 2 (20h) - 0 a 18h



1.1.4.2	Área Serrana (20h)
1.1.4.3	Área Norte Fluminense (20h)
1.1.4.4	Área Médio Paraíba (20h)
1.1.4.5	Área Centro Sul Fluminense (20h)
1.1.4.6	Área Noroeste Fluminense (20h)
1.1.4.7	Área Baixada Iltorânea (20h)
1.1.4.8	ENTREGA: Relatórios das Áreas Capacitadas
1.1.5	MAPEAMENTO COMUNIDADES
1.1.5.1	Fase de Levantamento de Dados Iniciais e Diagnóstico
1.1.5.2	Fase de Entrevistas com Representantes e Líderes de Comunidades
1.1.5.3	Fase de Criação de um Banco de Dados
1.1.5.4	Fase de Análise e Relatório
1.1.5.5	Fase de Divulgação e Sensibilização
1.1.5.6	Fase de Acompanhamento e Feedback
1.1.5.7	ENTREGA: Relatórios das Mapeamentos Concluídos
1.1.6	BI
1.1.6.1	Mapeamento de Comunidades
1.1.6.1.1	Criação de Formas
1.1.6.1.2	Criação de Escal de Carga
1.1.6.1.3	Geração de relatórios e Análises
1.1.6.2	Treinamentos
2	Término

##### 5. Histórico de Modificações:

VERSÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	RESPONSÁVEL
01	09/11/2023	Versão Inicial	Raúl Queirós
02	21/11/2023	Edição e Revisão Informações	Raúl Queirós



### 17.3. Plano de Gerenciamento do Escopo:





## PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa

### PLANO DE GERENCIAMENTO DE ESCOPO





### 1. Objetivo do documento:

O Plano de Gerenciamento de Escopo documenta os processos necessários para assegurar que o projeto inclua todo o trabalho, e apenas o necessário, para que termine com sucesso.

### 2. Gerenciamento de Escopo:

Seguem os processos de Gerenciamento de Escopo:

- a. Planejamento do Escopo: deverá ser criado um documento de Termo de Abertura, com o escopo macro, que servirá de base para as entregas do projeto
- b. Definição do Escopo: todos os requisitos que devem ser atendidos no projeto, serão recebidos pela da Secretaria, através de documentos de apoio e orientações.
- c. Gestão de Mudanças: qualquer alteração ou mudança no escopo durante o projeto, deverá ser proveniente da responsável pelo projeto, que autoriza ou reprova as solicitações destas mudanças.
- d. Criação da EAP: deverá ser criada a EAP do projeto e seu respectivo dicionário, contemplando os seus pacotes de trabalho.
- e. Validação do Escopo: todas as entregas do projeto, deverão ser evidências em documentos em formato PDF, evidenciando as entregas.
- f. Controle de Escopo: o escopo deverá ser controlado em reunião de acompanhamento periódicas, com formalização das reuniões, evidenciadas em arquivos formato PDF, com print dos participantes.

### 3. Entregas do Projeto:

O projeto tem como escopo as seguintes fases e as suas respectivas entregas:

- a. **CONTRATAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES:** esta fase tem como objetivo todo o processo de contratação para capacitação dos agentes, para trabalhar na busca ativa dos beneficiários do Programa do Bolsa Família. ENTREGA: Publicação do Edital de Contratação
- b. **MAPEAMENTO DE COMUNIDADES:** esta fase tem como objetivo a identificação dos grupos sociais mais vulneráveis e menos impactados pelo Programa do Bolsa Família, assim como as principais razões de não estarem sendo impactados pelo programa. ENTREGA: Relatório de Mapeamento.
- c. **TREINAMENTO ONLINE:** esta fase tem como objetivo a construção do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), do material ser utilizado, a gravação as aulas, a inclusão de todo o material construído e as gravações no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e finalizando com a disponibilização do ambiente completo para treinamento. ENTREGAS:



Construção do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e Construção do Material Didático (apresentação e vídeos).

- d. **TREINAMENTO PRESENCIAL:** esta fase tem como objetivo o treinamento presencial para os agentes nas seguintes regionais: Área Metropolitana 1 e 2, Área Serrana, Área Norte fluminense, Área Médio Paraíba, Área Centro Sul fluminense, Área Noroeste fluminense e Área Baixada Iitorânea. ENTREGA: Execução dos Treinamento Presenciais.
  
- e. **GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES (BI):** esta fase tem como objetivo consolidar e gerar informações das fases de Mapeamento de Comunidades e dos Treinamento Online e Presencial. ENTREGA: Construção dos painéis de BI.

4. Histórico de Modificações:

VERSÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	RESPONSÁVEL
01	09/11/2023	Versão Inicial	Raul Queirós
02	16/11/2023	Revisão de texto	Raul Queirós



#### 17.4. Plano de Gerenciamento do Escopo:





## PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa

### PLANO DE GERENCIAMENTO DE CRONOGRAMA





### 1. Objetivo do documento:

O Plano de Gerenciamento de Cronograma tem como objetivo descrever e estabelecer as políticas, os procedimentos e a documentação para o planejamento, desenvolvimento, gerenciamento, execução e controle do cronograma do projeto.

### 2. Gerenciamento de Cronograma:

Seguem os processos de Gerenciamento de Cronograma:

- a. Informações do Cronograma: o cronograma do projeto deverá trazer, as seguintes informações: Atividades, Duração das Atividades, Percentuais de Conclusão, Data Inicial e Data final da Atividade e Principais entregas.
- b. Modelo do Cronograma: o cronograma deverá estar no modelo de controle de avanços e com o gráfico de Gantt, a unidade de tempo deverá ser o dia, não existindo atividades com prazo menor que esta unidade, e a medição de desempenho será executada apenas utilizando os prazos de atividades.
- c. Gerenciamento do Cronograma: as atividades definidas para o projeto no cronograma devem ser gerenciadas através de um Sistema de Informação de Gerenciamento de Projetos (SIGP), no caso do projeto definido o Microsoft Project.
- d. Manutenção do Cronograma: é de responsabilidade exclusiva do Gerente de Projetos, não possuindo veracidade outra fonte de informações sobre o cronograma.
- e. Relatórios do Cronograma: deverá ser disponibilizado, em formato PDF, as atualizações do cronograma, em formato relatório.
- f. Definição das Atividades: as atividades do cronograma devem ser definidas com base no Termo de Abertura e na EAP criada para o projeto.
- g. Duração das Atividades: as atividades terão durações definidas pelos recursos, com base em seu conhecimento e expertise das atividades, assim sendo assumida que é a duração necessária.
- h. Lista de Marcos: os marcos do cronograma serão as entregas de cada fase, as quais estarão sinalizadas no cronograma, com a palavra ENTREGA, em caixa alta.

### 3. Linha de Base do Cronograma:

Linha de Base do Cronograma: macro cronograma com as principais fases do Projeto PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa



IDP	Nome da tarefa	Duração	Início	Término
1	PROJETO PIBA	58 dias	Seg 02/10/23	Qui 21/12/23
1.1	Início	58 dias	Seg 02/10/23	Qui 21/12/23
1.1.1	CONTRATAÇÃO DOS AGENTES	20 dias	Seg 02/10/23	Ter 07/11/23
1.1.2	TREINAMENTO ONLINE	45 dias	Seg 02/10/23	Seg 04/12/23
1.1.3	MARKETING	30 dias	Seg 23/10/23	Seg 04/12/23
1.1.4	TREINAMENTO PRESENCIAL	11 dias	Sex 01/12/23	Seg 18/12/23
1.1.5	MAPEAMENTO COMUNIDADES	52 dias	Ter 10/10/23	Qui 21/12/23
1.1.6	BI	37 dias	Ter 31/10/23	Qui 20/12/23
2	Terraceau			

#### 4. Histórico de Modificações:

VERSÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	RESPONSÁVEL
01	09/11/2023	Versão Inicial	Raul Quirós



**17.5. Plano de Gerenciamento do Cronograma:**





## PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa

### PLANO DE GERENCIAMENTO DE CRONOGRAMA





### 1. Objetivo do documento:

O Plano de Gerenciamento de Cronograma tem como objetivo descrever e estabelecer as políticas, os procedimentos e a documentação para o planejamento, desenvolvimento, gerenciamento, execução e controle do cronograma do projeto.

### 2. Gerenciamento de Cronograma:

Seguem os processos de Gerenciamento de Cronograma:

- a. Informações do Cronograma: o cronograma do projeto deverá trazer, as seguintes informações: Atividades, Duração das Atividades, Percentuais de Conclusão, Data Inicial e Data final da Atividade e Principais entregas.
- b. Modelo do Cronograma: o cronograma deverá estar no modelo de controle de avanços e com o gráfico de Gantt, a unidade de tempo deverá ser o dia, não existindo atividades com prazo menor que esta unidade, e a medição de desempenho será executada apenas utilizando os prazos de atividades.
- c. Gerenciamento do Cronograma: as atividades definidas para o projeto no cronograma devem ser gerenciadas através de um Sistema de Informação de Gerenciamento de Projetos (SIGP), no caso do projeto definido o Microsoft Project.
- d. Manutenção do Cronograma: é de responsabilidade exclusiva do Gerente de Projetos, não possuindo veracidade outra fonte de informações sobre o cronograma.
- e. Relatórios do Cronograma: deverá ser disponibilizado, em formato PDF, as atualizações do cronograma, em formato relatório.
- f. Definição das Atividades: as atividades do cronograma devem ser definidas com base no Termo de Abertura e na EAP criada para o projeto.
- g. Duração das Atividades: as atividades terão durações definidas pelos recursos, com base em seu conhecimento e expertise das atividades, assim sendo assumida que é a duração necessária.
- h. Lista de Marcos: os marcos do cronograma serão as entregas de cada fase, as quais estarão sinalizadas no cronograma, com a palavra ENTREGA, em caixa alta.

### 3. Linha de Base do Cronograma:

Linha de Base do Cronograma: macro cronograma com as principais fases do Projeto PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa



ID	Nome da tarefa	Duração	Início	Término
1	PROJETO PIBA	58 dias	Seg 02/10/23	Qui 21/12/23
1.1	Início	58 dias	Seg 02/10/23	Qui 21/12/23
1.1.1	CONTRATAÇÃO DOS AGENTES	26 dias	Seg 02/10/23	Ter 07/11/23
1.1.2	TREINAMENTO ONLINE	45 dias	Seg 02/10/23	Seg 04/12/23
1.1.3	MARKETING	30 dias	Seg 23/10/23	Seg 04/12/23
1.1.4	TREINAMENTO PRESENCIAL	11 dias	Sex 01/12/23	Seg 18/12/23
1.1.5	MAPEAMENTO COMUNIDADES	52 dias	Ter 10/10/23	Qui 21/12/23
1.1.6	SI	37 dias	Ter 11/10/23	Qui 20/12/23
2	Término			

#### 4. Histórico de Modificações:

VERSÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	RESPONSÁVEL
01	09/11/2023	Versão Inicial	Raul Queirós



**17.6. Plano de Gerenciamento de Qualidade:**





## PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa

### PLANO DE GERENCIAMENTO DE QUALIDADE





### 1. Objetivo do documento:

O plano de gerenciamento da qualidade define requisitos e padrões da qualidade aplicáveis ao projeto e as suas entregas, descreve como será verificado a conformidade das entregas respeitando a política de qualidade da empresa e detalha como os processos de gerenciamento da qualidade serão usados.

### 2. Gerenciamento de Qualidade:

Gerenciar a qualidade do projeto requer um plano de qualidade aprovado englobando os principais processos de qualidade definidos abaixo. O plano de qualidade é desenvolvido e aprovado durante a fase de planejamento do projeto para confirmar requisitos e padrões da qualidade aplicáveis ao projeto e as suas entregas e gerenciar os processos de projeto aprovados. Seguem os processos de Gerenciamento de Qualidade:

- Realizar a garantia da qualidade: Auditoria dos requisitos de qualidade e dos resultados das medições do controle da qualidade para garantir que sejam usados os padrões de qualidade e definições operacionais apropriados. Também inclui a melhoria contínua do processo, meio iterativo de melhorar a qualidade de todos os processos. A melhoria contínua de processos reduz o desperdício e elimina as atividades que não agregam valor, permitindo que os processos sejam operados com níveis mais altos de eficiência e eficácia.
- Controlar a qualidade: Monitoramento e registro dos resultados da execução das atividades de qualidade para avaliar o desempenho e recomendar as mudanças necessárias.

### 3. Ferramentas da Qualidade:

Lista as ferramentas de qualidade que o projeto poderá empregar:

Ferramenta	Descrição da aplicação	Quando aplicar	Responsável
Listas de verificação da qualidade	Aplicável em todas as entregas deste projeto.	Ao término de cada etapa, conforme definido no cronograma do projeto.	Gerente do Projeto
Pareto_Ishikawa_SW2H.xlsx	Identificação da causa raiz de um determinado problema (causas comuns e causas especiais)	Quando uma entrega não for aprovada na inspeção do controle de qualidade.	Gerente do Projeto
Pareto_Ishikawa_SW2H.xlsx	Analisar os problemas e priorizar os mais críticos para tomada de decisões e melhoria de processos	Quando houver ocorrências de inconformidade na qualidade	Gerente do Projeto
Auditorias de qualidade	A auditoria é uma análise estruturada e independente que busca identificar políticas, processos e procedimentos ineficientes e	Mensalmente	Auditor



	inefcazes em uso no projeto e não aderentes às políticas e procedimentos do projeto e da empresa.		
--	---	--	--

#### 4. Métricas de Qualidade:

Uma Métrica de qualidade é uma definição operacional que descreve, em termos bem específicos, um atributo do projeto ou do produto, e como o processo de controle da qualidade irá medi-lo. Uma métrica é medida e possui um valor real. Nessa seção, defina primeiramente os requisitos de sucesso do projeto e como eles serão atendidos através das entregas do projeto e dos padrões e requisitos de qualidade determinados. Os padrões de mercado ou da organização a serem atingidos estão descritos abaixo e suas respectivas Normas e Procedimentos.

##### 4.1. Qualidade da modalidade a distância:

Mudanças ocorridas nas grandes sociedades contemporâneas geraram transformações profundas nas esferas política, social e econômica. A aceleração da competição promulgada pelo aparecimento de novas tecnologias gerou uma revolução sem precedentes nos meios de produção (CASTELLS, 1999), de forma que, na era da informação, a base da competitividade organizacional e individual é o conhecimento, cada vez mais profuso e difuso. Com isso, cursos oferecidos na modalidade a distância começaram a ser desenvolvidos para atender uma demanda reprimida do mercado em todas as áreas do conhecimento. Com esse aparecimento, se faz-se mister definir princípios, diretrizes e critérios que sejam referenciais de qualidade para as instituições que ofereçam cursos nessa modalidade.

Os debates a respeito da EaD, que acontecem no Brasil, sobretudo nos últimos anos, têm oportunizado reflexões importantes a respeito da necessidade de ressignificações de alguns paradigmas que norteiam nossas compreensões relativas à educação, escola, currículo, estudante, professor, avaliação, gestão escolar, dentre outros (MEC, 2007).

Segundo o Ministério da Educação e Cultura, as instituições de ensino precisam colocar em seus planos estratégicos, organizacional e acadêmicos alguns referenciais que devem servir como nortes para cursos nessa modalidade. Para que possamos atender às necessidades do público-alvo no Projeto Em, enumeramos abaixo alguns referenciais que nortearam o desenvolvimento dos cursos e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA):

##### 4.2. Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem:

Pensar em uma concepção educacional de currículo que engloba uma educação global, equitativa, plural e mais justa é de suma importância para que as necessidades do público-alvo sejam atendidas. Segundo Silva (1996, p. 23), "O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de



subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais." Assim, conectar as realidades das mulheres participantes do Projeto é de suma importância que possamos alcançar nossos objetivos no processo ensino e aprendizagem.

#### **4.3. Material didático:**

Pensar em uma concepção educacional de currículo que engloba uma educação global, equitativa, plural e mais justa é de suma importância para que as necessidades do público-alvo sejam atendidas. Segundo Silva (1996, p. 23), "O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais." Assim, conectar as realidades das mulheres participantes do Projeto é de suma importância que possamos alcançar nossos objetivos no processo ensino e aprendizagem.

#### **4.4. Equipe Capacitada:**

Em educação a distância, há uma diversidade de modelos, que resulta em possibilidades diferenciadas de composição dos recursos humanos necessários à estruturação e funcionamento de cursos nessa modalidade (MEC, 2007). Em qualquer projeto, os recursos humanos devem sempre contemplar uma equipe multidisciplinar que seja capaz de atender o público-alvo com excelência. Para isso, nossa equipe é formada por docentes qualificados com experiência nas áreas dos cursos que ministrarão e pessoal técnico-administrativo, que tem por função oferecer o apoio necessário para a plena realização dos cursos ofertados no Capacitar para Empoderar.

#### **4.5. Avaliação:**

Na educação a distância, o modelo de avaliação da aprendizagem deve ajudar o estudante a desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos. Para tanto, esta avaliação deve comportar um processo contínuo, para verificar constantemente o progresso dos estudantes e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento (MEC, 2007). Desse modo, o projeto se preocupa em avaliar continuamente o aprendizado do público-alvo e, para isso, processos avaliativos individuais e coletivos serão administrados durante as aulas e dentro do AVA para que possamos buscar melhorias significativas para todas as partes envolvidas.

Os requisitos de qualidade a serem atingidos pelo projeto estão descritos a seguir. O detalhamento dos indicadores de qualidade está descrito na seção "Processos de Monitoramento" neste plano.



Requisito de Qualidade	Ações para atingimento	Indicadores
Desenvolvimento educacional e tecnológico de profissionais que atuarão na formação de equipes de Busca Ativa de famílias pertencentes aos Grupos Populares,	<ul style="list-style-type: none"> <li>Treinamento presencial para os agentes nas seguintes regionais: Área Metropolitana 1 e 2, Área Serrana, Área Norte fluminense, Área Médio Paraíba, Área Centro Sul fluminense, Área Noroeste fluminense e Área Baixada litorânea.</li> <li>Construção do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), do material ser utilizado, a gravação as aulas, a inclusão de todo o material construído e as gravações no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e finalizando com a disponibilização do ambiente completo para treinamento.</li> <li>Avaliação contínua ao longo do módulo.</li> <li>Atividades práticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percentual de participação nos cursos oferecidos.</li> <li>Apresentações e relatórios, permitindo identificar pontos fortes e áreas de melhoria durante o treinamento.</li> </ul>

##### 5. Entregas do Projeto e Critérios de Aceitação:

O projeto tem como escopo as seguintes fases e as suas respectivas entregas:

Cod EAP	Entrega	Critérios de aceitação	Quando será verificado
1.3.2.3	CURSO III - Mapeamento, Busca Ativa, Cadastramento e Recadastramento das Famílias	<b>Avaliação de Reação</b> - Segundo Abbott (2000), a avaliação de reação é compreendida como o nível de satisfação dos participantes com a programação, o apoio ao desenvolvimento do curso, a aplicabilidade, a utilidade e os resultados do treinamento	Ao longo e ao final do treinamento
1.3.2.4	CURSO IV - POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS		Ao longo e ao final do treinamento
1.3.2.5	CURSO V - UMA ABORDAGEM ANTIRACISTA NO RECENSEAMENTO DE FAMÍLIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	<b>Aprendizagem</b> - Esse nível de avaliação tem por objetivo medir se o participante realmente aprendeu o que foi	Ao longo e ao final do treinamento



1.3.2.6	CURSO VI - CADASTRO ÚNICO (50H)	<p>ensinado no programa de treinamento.</p> <p><b>Comportamento</b> - O nível comportamental é mais complexo, precisa ser extremamente planejado e assim como já falamos ao longo do texto, tem que ter uma base bem sólida na Avaliação de Desempenho. Assim, como na avaliação de aprendizagem, recomenda-se analisar os mesmos indicadores de desempenho antes e após o treinamento, para mensurar a melhora.</p> <p><b>Avaliação de Desempenho</b> - Realizar as avaliações de desempenho por meio de trabalhos ou testes individuais ou em grupos (usando softwares ou não).</p>	Ao longo e ao final do treinamento
---------	---------------------------------	---	------------------------------------

**6. Histórico de Modificações:**

VERSÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	RESPONSÁVEL
01	16/11/2025	Versão Inicial	Marcelo Nunes



**17.7. Plano de Gerenciamento de Partes Interessadas:**





## PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa

### PLANO DE GERENCIAMENTO DE PARTES INTERESSADAS

#### 1. Objetivo do documento:

O plano de gerenciamento das partes interessadas tem como objetivo principal definir as estratégias para aumentar o apoio, reduzir as resistências e minimizar os impactos negativos das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projeto.

Inclui elementos como:

- Principais partes interessadas que podem afetar o projeto de modo significativo;
- Nível de participação no projeto desejado para cada parte interessada identificada;
- Grupos de partes interessadas e sua administração (como grupos);
- Matriz de análise das partes interessadas.

Como nosso objetivo é reduzir as resistências, o plano normalmente contém informações confidenciais e deve ser manuseado somente pelas pessoas autorizadas. O Gerente de Projeto avalia o tipo de informação e o nível de detalhe necessário.

#### 2. Método de gerenciamento das partes interessadas:

Gerenciar as partes interessadas do projeto requer um plano de gerenciamento das partes interessadas desenvolvido e aprovado durante a fase inicial do projeto. É necessário englobar os processos necessários para identificar as partes interessadas no projeto, analisar suas expectativas e capacidade de impactar o projeto e principalmente, desenvolver estratégias para garantir o engajamento adequado das partes interessadas para atender os objetivos do projeto.

#### 3. Processos de Gerenciamento das partes interessadas:

- a. Identificar as partes interessadas: Processo de identificar todas as pessoas ou organizações que podem ser afetadas pelo projeto e documentar as informações relevantes relacionadas aos seus interesses, nível de engajamento e impacto no sucesso do projeto, conforme descrito neste plano.
- b. Planejar o engajamento das partes interessadas: Processo de desenvolver e descrever de forma detalhada e clara neste plano estratégias eficazes de modo a garantir o engajamento adequado das partes interessadas no projeto com base nos levantamentos feitos no processo "Identificar as partes interessadas".



- c. Gerenciar o engajamento das partes interessadas: Processo de comunicar e interagir com as partes interessadas para atender às suas necessidades e solucionar as questões à medida que ocorrerem, conforme descrito neste plano.
- d. Monitorar o engajamento das partes interessadas: Processo de monitorar relacionamentos entre partes interessadas, ajustar estratégias para engajar partes interessadas eliminando as resistências e aumentando o suporte ao projeto, conforme descrito neste plano.

**4. Documentos padronizados das partes interessadas:**

Documento	Descrição
Registro das partes interessadas	Identificar as partes interessadas no projeto e definir estratégias para ganhar suporte ou reduzir obstáculos.
Plano de gerenciamento das partes interessadas	Descrever os processos usados de modo a garantir o engajamento das partes interessadas desde a identificação das partes interessadas até o encerramento do projeto.
Registro das questões	Registrar os problemas enfrentados e monitorar sua solução

**5. Ferramentas das partes interessadas:**

Ferramenta	Descrição da aplicação	Quando aplicar	Responsável
Análise de partes interessadas	A análise de partes interessadas é uma técnica de coleta e análise sistemática de informações qualitativas e quantitativas para determinar interesses a serem considerados. Ela identifica interesses, expectativas e influência das partes interessadas e determina seu relacionamento. Composta pelas seguintes etapas: 1-Identifica partes interessadas e suas informações; 2-Identifica impacto de cada parte interessada; 3-Prioriza para garantir o uso eficiente de esforços para gerenciar as expectativas através de modelos de classificação; 4-Avalia como as partes interessadas vão reagir a fim de planejar como influenciá-las.	No planejamento e sempre que for necessário reavaliar as partes interessadas	GP
Gerenciamento de conflitos	Técnicas a serem usadas para gerenciar os conflitos:	Sempre que ocorra conflitos no projeto	GP



	<p><i>Colaborar/resolver o problema:</i> Incorporar diversos pontos de vista e opiniões que resulta no consenso e compromisso (requer atitude de troca e diálogo);</p> <p><i>Comprometer/reconciliar:</i> (Negociação): Encontrar soluções que tragam alguma satisfação para os envolvidos (ganha-ganha);</p> <p><i>Forçar/direcionar (Imposição):</i> Forçar um ponto de vista em detrimento dos outros (ganha-perde);</p> <p><i>Suavizar/acomodar (Panos quentes):</i> Ênfazer as áreas de acordo e não as diferenças;</p> <p><i>Recuar/evitar (Retirada):</i> Postergar a entrada numa situação de conflito efetivo ou potencial e deixar para resolver mais tarde ou para que o problema seja resolvido por outros.</p>		
Grupos de discussão	Os grupos de discussão servem para agrupar as partes interessadas para debater sobre determinado assunto. Importante que haja um moderador para conduzir o grupo para atender o objetivo para o qual o grupo foi criado.	Serão usados para identificar e detalhar os requisitos de comunicação e as expectativas das partes interessadas.	GP
Oficinas facilitadas	Dinâmica ou sessão interativa para atingir determinado objetivo. Essas oficinas / workshops facilitam a participação e a contribuição dos participantes.	Serão usadas para quebrar resistências, reduzir desconfianças e facilitar o consenso entre as partes interessadas.	GP

#### 6. Identificar as partes interessadas:

Será feita entrevista individual com o patrocinador do projeto que indicará as partes interessadas para participar de um brainstorming conduzido pelo gerente de projetos para identificar as demais partes interessadas e priorizá-las baseada nas informações de interesse e poder.



Será feita uma revisão das informações das partes interessadas priorizadas de modo a garantir seu engajamento. As partes interessadas identificadas e suas principais responsabilidades, expectativas e necessidades de comunicação estão descritas no documento Registro das partes interessadas.xlsx em anexo.

#### 7. Gerenciar o engajamento das partes interessadas:

Determinar os níveis de engajamento atual e desejado para as partes interessadas mais importantes, quais estratégias serão usadas para quebrar resistências e garantir seu engajamento no projeto. As estratégias podem ser genéricas para grupos de pessoas ou para pessoas específicas.

Nível de engajamento	
A	Apoiador Suporta o projeto
N	Neutro Tem conhecimento sobre o projeto, porém, está neutro.
R	Resistente Se tiver oportunidade, prejudicará o andamento do projeto
D	Desinformado Não tem informação sobre o projeto, por isso, não tem posição formada
L	Líder Engajado em garantir o sucesso do projeto

Parte Interessada	Nível de engajamento atual e desejado	Estratégias para ganhar mais suporte ou reduzir resistências	Avaliação do impacto e Comentários
Cliente	N=>A	Identificar seus principais interesses e mostrar os benefícios do projeto relacionados	
Equipe resistente	R=>A	Identificar os motivos das resistências e atuar para engajá-los. Distribuir bônus para atingir as metas do projeto	
Gerentes funcionais	R=>A	Identificar seus principais interesses e mostrar os benefícios do projeto relacionados. Caso eles não existam, escalar.	Os gerentes responsáveis por membros da equipe do projeto podem impedir que eles trabalhem no projeto.



#### 8. Monitorar o engajamento das partes interessadas:

Descreva como irá monitorar os relacionamentos entre as partes interessadas e ajustar as estratégias quando necessário de modo a garantir o adequado engajamento para atender os objetivos do projeto. Saiba mais em Monitorar o engajamento das partes interessadas].

Serão feitas reuniões mensais com a equipe do projeto para:

- Verificar se as expectativas em relação ao projeto continuam as mesmas;
- Identificar novas partes interessadas;
- Verificar quais partes interessadas se tornaram mais importantes para o sucesso do projeto e rever as estratégias para engajá-las;
- Identificar se existem problemas de relacionamento ou de engajamento entre a equipe do projeto;
- Identificar e avaliar pontos de atenção relacionados com engajamento;
- Avaliar o tempo de resolução dos problemas e se houve dificuldade de engajamento de membros da equipe;
- Avaliar os problemas, suas causas e verificar se não estão atreladas com resistência de alguma parte interessada.

Serão feitas reuniões mensais de forma individual entre o gerente de projeto e as principais partes interessadas com o mesmo objetivo. Serão feitas pesquisas de satisfação garantindo sigilo dos participantes de modo a identificar problemas de relacionamento, pessoas resistentes ao projeto que estão impactando de forma negativa o desenvolvimento do planejamento.

#### 9. Anexos:

Registro das partes interessadas.xlsx.

#### 10. Histórico de Modificações:

VERSÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	RESPONSÁVEL
01	09/11/2023	Versão Inicial	Raul Queirós
02	16/11/2023	Inclusão de novas Partes Interessadas	Raul Queirós



### 17.8. Plano de Gerenciamento de Comunicação:





**PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa**

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE COMUNICAÇÃO**





### 1. Objetivo do documento:

O Plano de Gerenciamento Qualidade tem como objetivo descrever uma abordagem e um plano adequados para atividades de comunicação do projeto, com base nas necessidades de informação de cada parte interessada ou grupo, de ativos organizacionais disponíveis e nas necessidades do projeto.

### 2. Gerenciamento de Comunicação:

Seguem os processos de Gerenciamento de Comunicação:

- Planejamento da Comunicação: o gerenciamento da qualidade tomará como base as Partes Interessadas identificadas no projeto, onde já se possui o papel de cada um ao projeto.
- Tipos de Comunicação: no processo de comunicação, existem os seguintes tipos de comunicação
  - Informado: este perfil receberá as informações do projeto, avisos, direcionamentos e informações do dia a dia do projeto;
  - Consultado: este perfil será consultado para definições do projeto, avisos, direcionamentos e informações do dia a dia do projeto.
  - Decisório: este perfil possui poder de decisão no projeto.
- Manutenção da Comunicação: os perfis são revisados ao longo do projeto, com responsabilidade do gerente de Projetos.

### 3. Planilha de Comunicação:

Versão Inicial da Planilha de Comunicações:

Função	Nome	Responsabilidade no projeto	Perfil
PO	WALERIA MEDEIROS	Responsável pelo projeto.	Decisório
Gerente de Projetos	RAUL QUERÓS	Gerente de Projetos	Consultado
Analista BI	CLAUDIO FICO	Responsável por todas as atividades relacionadas aos dados do projeto	Consultado
Designer	ALME FERREIRA	Responsável por toda a identidade gráfica do projeto	Informado
Professora	JOCIANE SOUZA DA SILVA	Responsável por produção do conteúdo e lecionar o curso	Informado
Professora	GABRIELA GONZALEZ DA SILVA CASTRO	Responsável por produção do conteúdo e lecionar o curso	Informado
Professora	CLÁUDIA CRISTINA MENDES GIESEL	Responsável por produção do conteúdo e lecionar o curso	Informado
Professora	SILVANA MORELI VICENTE DIAS	Responsável por produção do conteúdo e lecionar o curso	Informado



Professora	ANNE CAROLINE DE MORAIS SANTOS	Responsável por produção do conteúdo e lecionar o curso	Informado
Professora	MIRELLA BARRETO SAMPAIO	Responsável por produção do conteúdo e lecionar o curso	Informado
Professora	JULIANE CARVALHO	Responsável por produção do conteúdo e lecionar o curso	Informado
Coordenadora pedagógica	MARYLANE MADUREIRA	Coordenadora de toda a produção dos cursos	Consultado

#### 4. Histórico de Modificações:

VERSÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	RESPONSÁVEL
01	09/11/2023	Versão Inicial	Raul Queirós



### 17.9. Plano de Gerenciamento de Riscos:





## PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa

### PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS





### 1. Objetivo do documento:

O Plano de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo descrever processos de condução do planejamento, da identificação, da análise, do planejamento das respostas, da implementação das respostas e do monitoramento dos riscos em um projeto.

### 2. Gerenciamento de Riscos:

Seguem os processos de Gerenciamento de Qualidade:

- Identificação de Riscos:** a identificação de riscos será feita no dia a dia do projeto, sem uma cerimônia específica, que será de responsabilidade do gerente de Projeto alimentar uma tabela com os riscos encontrados, com os seguintes campos: Risco, Status, Plano de ação e Fator.
- Níveis de Riscos:** os riscos serão divididos em três níveis, baixo, médio e alto, os quais serão representados respectivamente por verde, amarelo e vermelho.
- Manutenção de Riscos:** periodicamente deverá ser feita uma revisão para inclusão de novos riscos e retratada de riscos que não fazem mais sentido para o projeto.

### 3. Tabela de Riscos:

Tabela de Riscos inicial de:

PIBA - Projeto Institucional de Inovação em Saúde									
PIBA - Projeto Institucional de Inovação em Saúde					Tabela de Riscos Inicial				
ID	Descrição do Risco	Categoria	Impacto	Probabilidade	Índice	Plano de Ação	Responsável	Status	Data
01	Identificação de Riscos	1	Alto	Alta	100	Identificar todos os riscos do projeto	Raul Queirós	Ativo	09/11/2023
02	Identificação de Riscos	2	Médio	Alta	50	Identificar todos os riscos do projeto	Raul Queirós	Ativo	09/11/2023
03	Identificação de Riscos	3	Baixo	Alta	10	Identificar todos os riscos do projeto	Raul Queirós	Ativo	09/11/2023
04	Identificação de Riscos	4	Alto	Média	50	Identificar todos os riscos do projeto	Raul Queirós	Ativo	09/11/2023
05	Identificação de Riscos	5	Médio	Média	25	Identificar todos os riscos do projeto	Raul Queirós	Ativo	09/11/2023

Escala de Riscos utilizada:

Matriz de Probabilidade e Impacto (PI x I)										
Probabilidade	Baixo					Médio				
	10%	20%	30%	40%	50%	10%	20%	30%	40%	50%
Alto (90%)	0,90	1,80	2,70	3,60	4,50	0,90	1,80	2,70	3,60	4,50
Médio (70%)	0,70	1,40	2,10	2,80	3,50	0,70	1,40	2,10	2,80	3,50
Baixo (50%)	0,50	1,00	1,50	2,00	2,50	0,50	1,00	1,50	2,00	2,50
Muito Baixo (30%)	0,30	0,60	0,90	1,20	1,50	0,30	0,60	0,90	1,20	1,50
Muito Baixo (10%)	0,10	0,20	0,30	0,40	0,50	0,10	0,20	0,30	0,40	0,50

### 4. Histórico de Modificações:

VERSÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	RESPONSÁVEL
01	09/11/2023	Versão Inicial	Raul Queirós
02	21/11/2023	Revisão de Riscos	Raul Queirós



#### 17.10. Plano de Gerenciamento de Recursos:





## **PIBA – Projeto Integrativo de Busca Ativa**

### **PLANO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS**





### 1. Objetivo do documento:

O Plano de gerenciamento dos recursos fornece orientação sobre como os recursos do projeto devem ser definidos, mobilizados, gerenciados, controlados e, por fim, liberados.

### 2. Gerenciamento de Recursos:

Gerenciar os Recursos do projeto requer um Plano de gerenciamento dos recursos aprovado englobando os principais processos de Recursos Humanos definidos abaixo. O Plano de gerenciamento dos recursos é desenvolvido e aprovado durante a fase de planejamento do projeto para determinar e identificar recursos humanos com as habilidades necessárias para o êxito do projeto e orientar a equipe do projeto sobre como os processos de Recursos Humanos serão executados.

- **Estimar os recursos das atividades:** Estimar o tipo e quantidade dos recursos necessários para executar cada atividade.
- **Mobilizar a equipe do projeto:** Processo de confirmação da disponibilidade dos recursos humanos e obtenção da equipe necessária para concluir as designações do projeto.
- **Desenvolver a equipe do projeto:** Processo de melhoria de competências, interação da equipe e ambiente global da equipe para aprimorar o desempenho do projeto.
- **Gerenciar a equipe do projeto:** Processo de acompanhar o desempenho de membros da equipe, fornecer feedback, resolver questões e gerenciar mudanças para otimizar o desempenho do projeto.

### 3. Organograma do Projeto:





**4. Papéis e Responsabilidades:**

Função	Nome
PO	WALERIA MEDEIROS
Gerente de Projetos	RAUL QUEIRÓS
Analista BI	CLAUDIO FICO
Designer	JALME PEREIRA
Professora	JOCIANE SOLIZA DA SILVA
Professora	GABRIELA GONZALEZ DA SILVA CASTRO
Professora	CLÁUDIA CRISTINA MENDES GIESEL
Professora	SILVANA MORELI VICENTE DIAS
Professora	ANNE CARLINE DE MORAIS SANTOS
Professora	MIRELLA BARRETO SAMPAIO
Professora	JULIANE CARVALHO
Coordenadora Pedagógica	MARY LANE MADUREIRA

**5. Aprovações:**

Aprovações		
Participante	Assinatura	Data
Patrocinador do Projeto		
Gerente do Projeto		

**6. Histórico de Modificações:**

VERSÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	RESPONSÁVEL
01	21/11/2023	Versão Inicial	Raul Queirós

### 17.11. Reunião de Planejamento:



### 17.12. Reunião de Equipe:





### 17.13. Reunião de Alinhamento do Edital:



### 17.14. Reunião de Alinhamento sobre SEI:





### 17.15. Construção AVA:



### 17.16. Treinamentos Online:

#### 17.16.1. CURSO I: COMUNIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIAIS:

**PIBA** Programa de Integração da Base Acadêmica

**CURSO - Comunidade, Território e Políticas Sociais**

ÁREA I

BRUNO LACAZA

**Comunidade, Território e Políticas Sociais**

Prof.ª **Andrea Soares de Lima**  
 Mestre em Sociologia e Políticas  
 Departamento de Serviço Social, Instituto de Serviço Social  
 Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
 Instituto de Sociologia e de Políticas Sociais  
 Instituto de Sociologia e de Políticas Sociais

**PIBA** Programa de Integração da Base Acadêmica

**1 - PENSAR SOBRE O CONCEITO TERRITÓRIO**

- Quando falamos sobre um território, podemos nos referir a aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais, dependendo de **PARA QUE ALGUEM** se está falando.
- Toda vez que falamos sobre um território, estamos nos referindo a um espaço social, que é constituído por **INTERAÇÕES** que se passam no espaço físico, social, econômico, político, etc. (LACAZA, 2004).
- "Segundo o geógrafo francês Henri Lefebvre, a dimensão da qualificação social de um território é o que importa" (LACAZA, 2004).
- O espaço é **CONSTRUÍDO** socialmente e historicamente.
- O espaço é **REPRODUZIDO** historicamente e socialmente.
- **COMPREENSÃO** - Que é o território? Não há uma única resposta para essa pergunta. O território é um conceito que se constrói historicamente e socialmente, dependendo de quem está falando e para quem está falando. (LACAZA, 2004, p. 20)

**PIBA** Programa de Integração da Base Acadêmica

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das traças materiais e espirituais e de vida, sobre as quais ele reflete. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando um território usado, utilizado por uma dada população. (LACAZA, 2004, p. 20)

**PIBA** Programa de Integração da Base Acadêmica

**TERRITÓRIO**      **COMUNIDADE**

**COMUNIDADE**      **SOCIAIS**

**SOCIAIS**      **COMUNIDADE**

**PIBA** Programa de Integração da Base Acadêmica

**"território como chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva"** (LACAZA, 2004, p. 20)

**PIBA** Programa de Integração da Base Acadêmica

**Finalidade principal:**

• Promover a integração entre os cursos de graduação em Serviço Social e de Políticas Sociais, visando a formação de profissionais capazes de atuar em diferentes contextos sociais e culturais, promovendo a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

• Formar profissionais capazes de atuar em diferentes contextos sociais e culturais, promovendo a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

**TEXTOS DE REFERÊNCIA:**

BRUNO LACAZA. O território como chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva. In: *Revista de Sociologia e Política*, vol. 12, n. 31, p. 1-20, 2004.

**PIBA** Programa de Integração da Base Acadêmica

**Referências:**

LACAZA, Bruno. O território como chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva. In: *Revista de Sociologia e Política*, vol. 12, n. 31, p. 1-20, 2004.

LACAZA, Bruno. O território como chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva. In: *Revista de Sociologia e Política*, vol. 12, n. 31, p. 1-20, 2004.



**CURSO - Comunidade, Território e Políticas Sociais**  
Ano 1  
Milton Santos

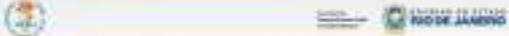


### Comunidade, Território e Políticas Sociais

Prof.ª Anderson Lucas de Sá  
Mestrado em Políticas e Territórios  
Coordenador do Grupo de Trabalho de Políticas e Territórios  
Coordenador de Políticas e Territórios da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro  
Diretor do Núcleo de Políticas e Territórios - Política Pública de Habitação  
Professora de Habitação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro



**Finalidade do curso**  
O curso tem como finalidade formar profissionais para atuar em políticas sociais e de desenvolvimento urbano e territorial, com ênfase na gestão pública, acadêmica e profissional.  
O curso tem como finalidade formar profissionais para atuar em políticas sociais e de desenvolvimento urbano e territorial, com ênfase na gestão pública, acadêmica e profissional.  
TÉCNICA SUPERIOR  
Mestrado em Políticas e Territórios - UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Rua Marquês de Santos, 151 - CEP 22.140-000  
Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
www.uerj.br



PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DESENVOLVIMENTO URBANO E TERRITORIAL
PROJEÇÃO E AVALIAÇÃO
IMPACTOS SOCIAIS E TERRITORIAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DESENVOLVIMENTO URBANO E TERRITORIAL



### Milton Santos afirma que

... as cidades brasileiras podem ser analisadas, mediante as próprias formas locais de produção e uso do espaço.

### UM EXEMPLO

A cidade brasileira produzida por um sistema para defender os seus interesses, o que tem permitido passar de um sistema produtor de trabalho, necessário ao sistema produtivo, a um sistema produtor de trabalho em que o trabalho é produzido em regimes de trabalho em que os interesses do sistema produtor de trabalho são os interesses do sistema produtivo em que o trabalho é produzido em regimes de trabalho em que os interesses do sistema produtor de trabalho são os interesses do sistema produtivo. (SANTOS, 1983, p. 12)



### ESPAÇO URBANO

### SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

### ÁREAS URBANAS se supervalorizam

### TRABALHADORES alocados na periferia das cidades

### LUTAS SOCIAIS travadas nos espaços urbanos



Quilombos são territórios de resistência política, social, econômica e cultural, caracterizados pela presença de comunidades tradicionais que se organizam e se sustentam por meio da memória, da cultura e da organização social. O quilombolagem é a prática de organização social e política dos quilombolas, que se organizam em torno de uma identidade comum, baseada na memória e na cultura. (SANTOS, 1983, p. 74)



- **REVISÃO MUNICIPAL DO ZONAMENTO**
- Atribuição de zonas
- Atribuição de zonas (Zonas de Uso Especial)



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arqueologia

**População do estado e da cidade do Rio de Janeiro**  
 Trata-se de uma população em crescimento, mas a velocidade de crescimento diminuiu bastante desde o início do século XXI, devido à queda na natalidade e ao aumento da expectativa de vida.

**População em mil.**

Estado do RJ: 17.117.000  
 Cidades do RJ: 13.117.000  
 Rio de Janeiro: 6.840.000

**CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arqueologia

O PIBA é um curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

É um curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O curso tem como objetivo formar profissionais capazes de atuar em diversas áreas da arqueologia e da história.

Objetivos do curso:

- Formar bacharelados em Arqueologia e História.
- Propiciar condições para o desenvolvimento de pesquisas científicas.
- Preparar os graduandos para atuar em diversas áreas da arqueologia e da história.

**CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arqueologia

Atualmente, o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arqueologia

O curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arqueologia

O curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arqueologia

**CURSO COMUNIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIAIS**

ÁREA 1  
 ARQUEOLOGIA

**CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**Comunidade, Território e Políticas Sociais**

Prof.ª Anderson Lourenço Lima  
 Rua Santa Clara, 150  
 Bloco A, Sala 101  
 CEP: 20061-100  
 Universidade Federal do Rio de Janeiro  
 Instituto de Arqueologia e História  
 Rua Santa Clara, 150 - Bloco A, Sala 101  
 CEP: 20061-100 - Rio de Janeiro, RJ

**CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arqueologia

Atualmente, o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é o curso de graduação em nível de bacharelado, oferecido pelo Instituto de Arqueologia e História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa de Inovação

**1. O QUE É O PIBA E COMO SE PARTICIPA?**

1.1. O QUE É O PIBA? É o Programa de Inovação do Estado do Rio de Janeiro.

1.2. O QUE É O PIBA? É o Programa de Inovação do Estado do Rio de Janeiro.

1.3. O QUE É O PIBA? É o Programa de Inovação do Estado do Rio de Janeiro.

1.4. O QUE É O PIBA? É o Programa de Inovação do Estado do Rio de Janeiro.

1.5. O QUE É O PIBA? É o Programa de Inovação do Estado do Rio de Janeiro.

1.6. O QUE É O PIBA? É o Programa de Inovação do Estado do Rio de Janeiro.

1.7. O QUE É O PIBA? É o Programa de Inovação do Estado do Rio de Janeiro.

1.8. O QUE É O PIBA? É o Programa de Inovação do Estado do Rio de Janeiro.

1.9. O QUE É O PIBA? É o Programa de Inovação do Estado do Rio de Janeiro.

1.10. O QUE É O PIBA? É o Programa de Inovação do Estado do Rio de Janeiro.

**PIBA** Programa de Inovação

**2. OBJETIVOS**

2.1. Promover a inovação e o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro.

2.2. Estimular a criação de novas empresas e produtos.

2.3. Apoiar a pesquisa científica e tecnológica.

2.4. Promover a transferência de tecnologia.

2.5. Estimular a formação de talentos e a capacitação profissional.

2.6. Promover a inovação em setores estratégicos da economia.

2.7. Promover a inovação em setores estratégicos da economia.

2.8. Promover a inovação em setores estratégicos da economia.

2.9. Promover a inovação em setores estratégicos da economia.

2.10. Promover a inovação em setores estratégicos da economia.

**PIBA** Programa de Inovação

**3. RESULTADOS**

3.1. Número de projetos aprovados.

3.2. Valor total investido.

3.3. Número de empresas beneficiadas.

3.4. Número de empregos gerados.

3.5. Número de patentes registradas.

3.6. Número de produtos lançados.

3.7. Número de parcerias estabelecidas.

3.8. Número de eventos realizados.

3.9. Número de publicações científicas.

3.10. Número de artigos publicados.

**PIBA** Programa de Inovação

**4. FINANÇAMENTO**

4.1. O PIBA é financiado pelo Estado do Rio de Janeiro.

4.2. O PIBA é financiado pelo Estado do Rio de Janeiro.

4.3. O PIBA é financiado pelo Estado do Rio de Janeiro.

4.4. O PIBA é financiado pelo Estado do Rio de Janeiro.

4.5. O PIBA é financiado pelo Estado do Rio de Janeiro.

4.6. O PIBA é financiado pelo Estado do Rio de Janeiro.

4.7. O PIBA é financiado pelo Estado do Rio de Janeiro.

4.8. O PIBA é financiado pelo Estado do Rio de Janeiro.

4.9. O PIBA é financiado pelo Estado do Rio de Janeiro.

4.10. O PIBA é financiado pelo Estado do Rio de Janeiro.

**PIBA** Programa de Inovação

**5. AVALIAÇÃO**

5.1. O PIBA é avaliado periodicamente.

5.2. O PIBA é avaliado periodicamente.

5.3. O PIBA é avaliado periodicamente.

5.4. O PIBA é avaliado periodicamente.

5.5. O PIBA é avaliado periodicamente.

5.6. O PIBA é avaliado periodicamente.

5.7. O PIBA é avaliado periodicamente.

5.8. O PIBA é avaliado periodicamente.

5.9. O PIBA é avaliado periodicamente.

5.10. O PIBA é avaliado periodicamente.

**PIBA** Programa de Inovação

**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

6.1. O PIBA é um programa de inovação de sucesso.

6.2. O PIBA é um programa de inovação de sucesso.

6.3. O PIBA é um programa de inovação de sucesso.

6.4. O PIBA é um programa de inovação de sucesso.

6.5. O PIBA é um programa de inovação de sucesso.

6.6. O PIBA é um programa de inovação de sucesso.

6.7. O PIBA é um programa de inovação de sucesso.

6.8. O PIBA é um programa de inovação de sucesso.

6.9. O PIBA é um programa de inovação de sucesso.

6.10. O PIBA é um programa de inovação de sucesso.

**PIBA** Programa de Inovação

**7. CONTATO**

7.1. Endereço: Rua ...

7.2. Telefone: ...

7.3. E-mail: ...

7.4. Site: ...

7.5. Telefone: ...

7.6. E-mail: ...

7.7. Site: ...

7.8. Telefone: ...

7.9. E-mail: ...

7.10. Site: ...

**PIBA** Programa de Inovação

**8. ANEXOS**

8.1. Anexo 1: ...

8.2. Anexo 2: ...

8.3. Anexo 3: ...

8.4. Anexo 4: ...

8.5. Anexo 5: ...

8.6. Anexo 6: ...

8.7. Anexo 7: ...

8.8. Anexo 8: ...

8.9. Anexo 9: ...

8.10. Anexo 10: ...



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Letras em Português do Brasil

**CURSO - Comunidade, Território e Políticas Sociais**

PIBA 4

WILLIAN SOUZA



**Comunidade, Território e Políticas Sociais**

Prof.ª Andrea Soares de Sá  
 Mariana Souto e Poliana  
 Direção de Iniciação em Docência em Letras em Português do Brasil  
 Departamento de Letras em Língua Portuguesa  
 Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
 Pró-Reitoria de Assessoria ao Município do Rio de Janeiro

**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Letras em Português do Brasil

**Trabalho prático/campo:**  
 Você já parou para pensar sobre quem são as pessoas que vivem no seu município? Refletir sobre "os invisíveis" do Brasil e pensar como se perpetua tal realidade. Discutir sobre a importância de se reconhecer e dar visibilidade aos povos e comunidades tradicionais.



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Letras em Português do Brasil

**Documentária Gêntiles do Século XXI**

Estreou em 17 de nov de 2018 – Rádío e TV Justiça

<https://www.youtube.com/watch?v=CHsqYK4SE>

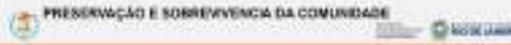


**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Letras em Português do Brasil

**REFLEXÃO**

- RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO PELO ESTADO
- RACISMO ESTRUTURAL
- CONSTRUÇÃO HISTÓRICA A SER VENCIDA
- "IMPEDIMENTO DAQUELES QUE NÃO TEM O PODER PARA QUE POSSAM TER ACESSO À TERRA"
- GARANTIR O ACESSO À TERRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

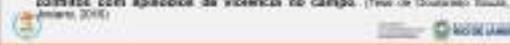
**PRESERVAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DA COMUNIDADE**



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Letras em Português do Brasil

**REFLEXÃO**

- > O capital subverte a si e a terra, sua produtividade e o trabalhador na agricultura.
- "Mas [...] a agricultura, enquanto tal, a verdadeira, está baseada pelo modo de produção capitalista, isto é, [...] a exploração da agricultura é feita por capitalistas, que de modo ou se diferenciam dos demais capitalistas, pelo fato de que seu capital está investido e o trabalho anualmente empregado por esse capital". O Capital. (1983, p. 103)
- > A terra como a terra foi distribuída ao, melhor dizendo, como foi apropriada no Brasil e como vem sendo utilizada, ao gerar desigualdades sociais, permeando a terra, a matéria do trabalhador e os interesses, conflitos com apelo de violência no campo. (Teza de Toulson Souza, 2018)



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Letras em Português do Brasil

**CONVENÇÃO 107/01**

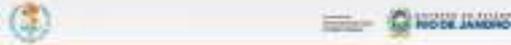
BRASIL (BR) E REPÚBLICA FRANCESA (FR) celebraram, em Paris, em 26 de Junho de 1966, a seguinte CONVENÇÃO:

NO BRITO DA CONVENÇÃO DO TRABALHO DO DECRETAR QUALQUER EMPAL DO SEU SECTOR DE TRABALHO AGRÍCOLA DEPARTAMENTO DE 20 DE JUNHO DE 2000.

FORAM ADOPTADAS AS SEGUINTESS DISPOSIÇÕES:

ARTÍCULO 1º - A presente Convenção estabelece as condições mínimas de trabalho para os trabalhadores agrícolas em condições de trabalho precário.

ARTÍCULO 2º - O presente deve estabelecer as medidas necessárias para assegurar a aplicação da presente Convenção em todos os países que a ratificarem.



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Letras em Português do Brasil

**ART. 18 do At. das Disposições Constitucionais Transitórias**

"As remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras são reconhecidas a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos" BRASIL, 2001, 2010.

**DECRETO Nº 4880 (2003/000)**

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos do que trata o art. 18 do At. das Disposições Constitucionais Transitórias.



**PIBA** Programa de Inovação

**Trabalho em Grupo**

O trabalho em grupo é a forma básica de organização social, onde os indivíduos se agrupam para realizar atividades comuns. O trabalho em grupo é uma forma de organização social que permite a realização de atividades comuns, onde os indivíduos se agrupam para realizar atividades comuns. O trabalho em grupo é uma forma de organização social que permite a realização de atividades comuns, onde os indivíduos se agrupam para realizar atividades comuns.

**Objetivo**

Este trabalho em grupo tem como objetivo a realização de atividades comuns, onde os indivíduos se agrupam para realizar atividades comuns.

**PIBA** Programa de Inovação

**Objetivo**

Este trabalho em grupo tem como objetivo a realização de atividades comuns, onde os indivíduos se agrupam para realizar atividades comuns.

**PIBA** Programa de Inovação

**Objetivo**

Este trabalho em grupo tem como objetivo a realização de atividades comuns, onde os indivíduos se agrupam para realizar atividades comuns.

**PIBA** Programa de Inovação

**CURSO - Comunidade, Território e Políticas Sociais**

2023

EXERCÍCIO

**Comunidade, Território e Políticas Sociais**

**Prof. André Luiz de Sá**  
 Av. Pasteur, 239 - Maracanã, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 22251-900  
 Telefone: (21) 2512-1111  
 E-mail: andre@uerj.br

**PIBA** Programa de Inovação

**Trabalho em Grupo**

O trabalho em grupo é a forma básica de organização social, onde os indivíduos se agrupam para realizar atividades comuns. O trabalho em grupo é uma forma de organização social que permite a realização de atividades comuns, onde os indivíduos se agrupam para realizar atividades comuns.

**Objetivo**

Este trabalho em grupo tem como objetivo a realização de atividades comuns, onde os indivíduos se agrupam para realizar atividades comuns.

**PIBA** Programa de Inovação

**A PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOCIAL**

**OBJETIVO**

- compreender a história e o desenvolvimento da proteção social no Brasil;
- analisar os diferentes modelos de proteção social em diferentes países;
- compreender a importância da proteção social para a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento humano.

**PIBA** Programa de Inovação

**A Proteção Social no âmbito da Política Social**

**Objetivo**

Este trabalho em grupo tem como objetivo a realização de atividades comuns, onde os indivíduos se agrupam para realizar atividades comuns.

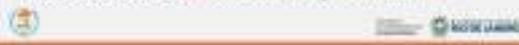


**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arquivos

- LEI ORÇÁMICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS) - (Lei nº 10.741/2003)
- DA FORMULAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE LEGAL E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**MAIO TÍDULO** - A assistência social, desde do acesso e obter do Estado, a proteção da família social não contribuinte, sua proteção e melhoria social, mediante o acesso de um conjunto integrado de ações de natureza pública e de natureza privada para garantir o atendimento de necessidades básicas (BRASIL, Lei 5742 de 1991)

- Defenda como política pública no campo do direito à cidadania social.
- a Assistência Social 2. Iniciação prática de ajuda ao recebedor



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arquivos

Em 2010 o governo criou o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e sua Política Nacional de Assistência Social - PNAS, articulando práticas, métodos, técnicas e ações de assistência social, em particular a Política Social Básica e Especial, e promovendo a reestruturação organizativa do SUS 2º do PIBA que são aplicadas no nível local e são norteadas pelo plano de política pública de assistência social - o plano municipal 2010 - (Lei nº 1.244/2010)

**VÍDEO DEBATE**

- Assista ao vídeo "O acesso de família social"

Resolução nº 17 de 19 de 2010 - 4 de setembro de 2010 - O CNAS em seu âmbito nacional e regional, é um organismo integrante do Sistema Nacional de Assistência Social, criado por Decreto nº 7.093 de 2010, com a finalidade de promover a articulação e a integração das ações de assistência social, em âmbito nacional e regional, visando à melhoria da qualidade dos serviços e à eficiência do sistema.

**EXERCÍCIOS E DEBATE**

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arquivos

**VÍDEO DEBATE**

Assista ao vídeo "O acesso de família social"

**Trabalho prático/campo**

A partir do vídeo debate e considerando o que a autora Maria Helena define como território "território social", pesquise em proteção social em seu território de origem e comente, que envolve as condições das famílias, do conjunto da população e das relações sociais e culturais vividas nesses territórios. Descreva como se apresentam os serviços de seu território, no seu território, nas relações sociais, refletindo sobre a permeabilidade dos serviços e o acesso à saúde.



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arquivos

**EXERCÍCIOS**

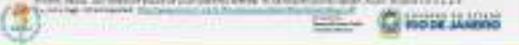
EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arquivos

**EXERCÍCIOS**

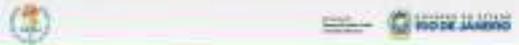
EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arquivos

**CURSO - Comunidade, Território e Políticas Sociais**

ÁREA 1

EXERCÍCIOS DE DEBATE



**Comunidade, Território e Políticas Sociais**

Maria Helena Scatena Silva  
 Doutora em Ciências Sociais  
 Professora Adjunta em Ciências Sociais  
 Universidade Federal do Rio de Janeiro  
 Instituto de Filosofia e Ciências Sociais  
 Rua Marquês de São Carlos, 222 - Maracanã  
 21141-970 - Rio de Janeiro - RJ



**PIBA** Programa Institucional de Iniciação em Docência em Arquivos

**Trabalho prático/campo**

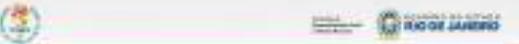
A partir do vídeo debate e considerando o que a autora Maria Helena define como território "território social", pesquise em proteção social em seu território de origem e comente, que envolve as condições das famílias, do conjunto da população e das relações sociais e culturais vividas nesses territórios. Descreva como se apresentam os serviços de seu território, no seu território, nas relações sociais, refletindo sobre a permeabilidade dos serviços e o acesso à saúde.

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social

EXERCÍCIOS DE DEBATE - O acesso de família social



**PIBA** Instituto de Políticas e Gestão Urbana, Territorial e Regional

Av-se reflete sobre o território, busca-se identificar o que é comum a uma coletividade: a presença de serviços; as condições objetivas das ruas, dos espaços; a presença da violência e de equipamentos de segurança; e a construção histórica, que é fundamentalmente relacional. (Spornati, 2011, p.9)

**PIBA** Instituto de Políticas e Gestão Urbana, Territorial e Regional

**Proteção social** envolve de ações voltadas para assegurar os direitos básicos e suas condições e ainda promover os direitos básicos e garantir o acesso ao sistema de proteção social e o acesso aos serviços públicos essenciais e para proporcionar de acesso constante em nível nacional, nacional e local. (Tópico 003/05, 2004, p.42-44)

- de acordo com a lei que instituiu o **ESTRATÉGIA DE ESTADO DE SEGURANÇA SOCIAL**.
- a qualidade do planejamento de renda;
- o planejamento e o trabalho informal integrado;
- o acesso fácil ao movimento dos serviços sociais públicos;
- a perda ou fragilização do vínculo de pertencimento e de relações sociofamiliares;
- as suas diversas dimensões e consequências - que estão sendo incluídas, famílias, coletividades, grupos e classes sociais.

(PNUF, 2004, p.46)

**PIBA** Instituto de Políticas e Gestão Urbana, Territorial e Regional

**MÓDULO 2013 - Resolução DUS nº 33 de 12 de dezembro de 2013**

**CAPÍTULO VI - SEGURANÇA SOCIOASSISTENCIAL**

Art. 87. A segurança socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio de **produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas**, e trata:

- 1 - das estratégias de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos pontos de atuação de atuação em determinado território;
- 2 - do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

**PIBA** Instituto de Políticas e Gestão Urbana, Territorial e Regional

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - OBJETIVO PPAAL 004**

A Política Pública de Assistência Social tem por **função integrada de política social**, a construção de estratégias socioassistenciais, visando o desenvolvimento e a gestão de serviços sociais, a construção de condições para o desenvolvimento social e a implementação dos direitos sociais em sua integralidade.

- Promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e na proteção para famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade;
- Construir rede e fortalecer capacidade dos usuários e grupos específicos, adaptando serviços aos bens e serviços socioassistenciais básicos e essenciais, em nível de local e rural;
- Assegurar que se opere no âmbito da assistência social, sempre em diálogo com família e poder público e comunitário de território e com usuários.

**A PROTEÇÃO SOCIAL**, a ser operada pelo **RAMO TERCEIRO SOCIAL**, constitui a garantia de um **CONVÍVIO DE SEGURANÇA** de fronteiras locais.

**A proteção social deve garantir a segurança (segurança PPAAL 2004) segurança de sobrevivência (a ser implementada e articulada) de modo de garantir o acesso ao sistema social.**

**PIBA** Instituto de Políticas e Gestão Urbana, Territorial e Regional

**A PROTEÇÃO SOCIAL DEVE GARANTIR AS SIGUINTES SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS: SEGURANÇA DE SOBREVIVÊNCIA**

**A segurança de sobrevivência** visa a proteção integral de cada um dos sujeitos sociais envolvidos, mas a garantia de que todos tenham uma **boa qualidade de gestão da sobrevivência**, promovendo a qualidade de vida para o trabalho ou o desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias vulneráveis, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em condições de risco (PNUF, 2004, p.32)

**A segurança para a saúde**, de caráter preventivo de Assistência Social, é apoiada por meio de: construção de **redes assistenciais** flexíveis e ágeis; oferta de **serviços especializados**, visando a promoção de condições de **convívio**, e de **condições de benefícios** (benefícios, sob a forma de RL, dos usuários em situação de vulnerabilidade e condições de proteção social, que representam vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou da exposição para a rede socioassistencial e a saúde) (PNUF, 2004, p.33)

**PIBA** Instituto de Políticas e Gestão Urbana, Territorial e Regional

**A PROTEÇÃO SOCIAL DEVE GARANTIR AS SIGUINTES SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS: SEGURANÇA DE SOBREVIVÊNCIA**

- 1 - segurança de **DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES** que seja promovida e articulada para:
  - a) desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do emprego, do comércio;
  - b) o acesso de melhores graus de escolaridade, acesso a educação formal, profissional e técnica de preparação para o trabalho e família e comunidade;
  - c) estimular o maior grau de independência pessoal e qualidade de vida social para os indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social (PNUF, 2004, p.31-32)
- 2 - segurança de **APOIO E APOIO**, quando sob essas circunstâncias, exige a oferta de serviços em nível municipal e em parceria com outros municípios, departamentos de famílias vulneráveis para as famílias, suas atividades e atividades (PNUF, 2004, p.31)

**PIBA** Instituto de Políticas e Gestão Urbana, Territorial e Regional

**A PROTEÇÃO SOCIAL DEVE GARANTIR AS SIGUINTES SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS: SEGURANÇA DE ACOLHIDA**

**A SEGURANÇA DE ACOELHA**, entendida no plano das estratégias implementadas de política de assistência social, tem como uma a presença de **estratégias humanizadas** que garantam o acesso à informação, ao usuário e ao diálogo, visando à **boa qualidade de gestão**. A presença de **estratégias humanizadas** decorrentes da política de assistência social é a presença de **estratégias humanizadas** que garantam o acesso à informação, ao usuário e ao diálogo, visando à **boa qualidade de gestão**. A presença de **estratégias humanizadas** decorrentes da política de assistência social é a presença de **estratégias humanizadas** que garantam o acesso à informação, ao usuário e ao diálogo, visando à **boa qualidade de gestão**.

As estratégias devem ser a nível profissional de assistência social, visando a promoção de condições de **convívio**, oferecendo, visando, visando de **estratégias humanizadas**, visando a promoção de condições de **convívio**.

**A segurança de convivência** visa a promoção em condições de existência de situações de risco, sem com a oferta de uma rede de **serviços e de condições de implementação de serviços**, visando a promoção de condições de **convívio**, visando a promoção de condições de **convívio**.

(PNUF, 2004, p.41-42)

**PIBA** Instituto de Políticas e Gestão Urbana, Territorial e Regional

**A PROTEÇÃO SOCIAL DEVE GARANTIR AS SIGUINTES SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS: SEGURANÇA DE CONVÍVIO OU VIVÊNCIA FAMILIAR**

**A segurança de convivência familiar ou a segurança do convívio** é uma das prioridades a ser promovidas pela política de assistência social. Ela ocorre, **não somente em situações de risco, de situação de perda das relações**. É próprio de natureza humana o comportamento gregário. É a relação que a ser o indivíduo e o acesso a sua subjetividade. A interação social é a via de desenvolvimento potencialidades, subjetividades coletivas, construção cultural, política e, sobretudo, os processos civilizatórios. As melhores relações são criadas por sujeitos individuais, grupos, sociais por discriminação ou realidade (realidades ou interações) estão no campo do convívio humano. A observação multidimensional, integrativa, interterritorial, interdisciplinar, entre outras, devem ser realizadas na perspectiva de **convívio de convivência**.

(PNUF, 2004, p.35)

**PIBA** Projeto Institucional de Inovação

A Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configurará responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros.

(PMAS, 2004)

**PIBA** Projeto Institucional de Inovação

Portanto, para a localização dos serviços socioassistenciais nos “territórios vulneráveis”, é necessário identificar os riscos a que estão expostos os grupos que ali vivem e organizar serviços e programas que possam preveni-los, evitando que se materializem, ou saná-los, no caso de já terem provocado agravos ou sequelas individuais e sociais. (Cassiolato, 2006, 11)

**PIBA** Projeto Institucional de Inovação

**Tarefa prática/tema:**

“A realidade social e econômico-exercida para a prevenção de risco, de saúde social e das situações de vulnerabilidade social existentes nos territórios e comunidades, que é por meio da compreensão das situações concretas que o SUAS pode alcançar a efetividade dos serviços socioassistenciais ofertados à população atendida.” (Cassiolato, 2006, p. 11)

Como você percebe no seu território as situações de risco e vulnerabilidade social, da mesma forma busca se informar sobre os serviços socioassistenciais ofertados?

**PIBA** Projeto Institucional de Inovação

**OBJETIVO**

Realizar o diagnóstico situacional do território a partir da identificação de vulnerabilidades e riscos.

**JUSTIFICATIVA**

O diagnóstico situacional é um instrumento essencial para a identificação de vulnerabilidades e riscos, permitindo a compreensão das situações concretas que se apresentam nos territórios e comunidades, possibilitando a organização de serviços socioassistenciais adequados às necessidades locais.

**DESENVOLVIMENTO**

Realizar o diagnóstico situacional do território, identificando as vulnerabilidades e riscos existentes, e a partir disso, planejar e organizar os serviços socioassistenciais ofertados à população atendida.

**PIBA** Projeto Institucional de Inovação

**OBJETIVO**

Realizar o diagnóstico situacional do território a partir da identificação de vulnerabilidades e riscos.

**JUSTIFICATIVA**

O diagnóstico situacional é um instrumento essencial para a identificação de vulnerabilidades e riscos, permitindo a compreensão das situações concretas que se apresentam nos territórios e comunidades, possibilitando a organização de serviços socioassistenciais adequados às necessidades locais.

**DESENVOLVIMENTO**

Realizar o diagnóstico situacional do território, identificando as vulnerabilidades e riscos existentes, e a partir disso, planejar e organizar os serviços socioassistenciais ofertados à população atendida.

**PIBA** Projeto Institucional de Inovação

**CURSO - Comunidade, Território e Políticas Sociais**

ANEXO 1

EXAME FINAL

**Comunidade, Território e Políticas Sociais**

Prof.ª Anderson Augusto de Melo  
 Coordenador Geral e Proferente,  
 ESCOLA DE SERVIÇOS SOCIAIS PAULO DE SAUSSE (ESOS),  
 Superintendência Regional de Assistência Social,  
 Sistema Municipal de Assistência Social - Município de Nova Iguaçu,  
 Prefeitura de Nova Iguaçu do Município do Rio de Janeiro.

**PIBA** Projeto Institucional de Inovação

**Tarefa prática/tema:**

“A realidade social e econômico-exercida para a prevenção de risco, de saúde social e das situações de vulnerabilidade social existentes nos territórios e comunidades, que é por meio da compreensão das situações concretas que o SUAS pode alcançar a efetividade dos serviços socioassistenciais ofertados à população atendida.” (Cassiolato, 2006, p. 11)

Como você percebe no seu território as situações de risco e vulnerabilidade social, da mesma forma busca se informar sobre os serviços socioassistenciais ofertados?

“Os serviços socioassistenciais envolvem a produção de ações articuladas e por tempo indeterminado, dirigidas a situações identificadas e avaliadas nos territórios em que trabalham, possibilitando intervenções.”

“O papel dos serviços socioassistenciais é promover a qualidade social, promover a inclusão em espaços de serviços socioassistenciais, proporcionar serviços e ações que possam promover a melhoria da qualidade de vida da população atendida.”

RESOLUÇÃO Nº 108 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2009  
 Conselho Nacional de Serviço Socioassistencial

**PIBA** Projeto Institucional de Assistência Social

**"Produzir serviços que resultem em mudanças concretas nas condições de vida das pessoas exigindo estrutura de funcionamento e qualificação dos trabalhadores responsáveis pela sua oferta.**

A organização dos serviços socioassistenciais envolve processamento de informações, interações individuais e coletivas, trocas interpessoais entre "mediadores" e usuários." (CapetilloSUMS, 2008, p. 51)

**PIBA** Projeto Institucional de Assistência Social

No âmbito da assistência social, A VIGILÂNCIA SOCIAL consiste na **localização, conhecimento e monitoramento das formas de vulnerabilidade social** da população presentes nos diferentes territórios. (CapetilloSUMS, 2008, p. 51)

**O objetivo central da vigilância social é:**

- conhecer o cotidiano de vida dos usuários da política de assistência social, detectando situações de precarização, vulnerabilidade e risco social que ameçam condições e suas famílias, capacitando, atuar

**PIBA** Projeto Institucional de Assistência Social

Na perspectiva do SUAS deve ser garantido ao usuário da política:

- acessibilidade
- autonomia
- sustentabilidade
- protagonismo

**PIBA** Projeto Institucional de Assistência Social

**A DEFESA DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS CONSUBSTANCIA A EFETIVA POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO E ACESSO DOS USUÁRIOS AOS SEUS DIREITOS E À SUA FRUIÇÃO, BEM COMO OS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS CONCRETIZAM DIREITOS NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.** (CapetilloSUMS, 2008, p.51)

**PIBA** Projeto Institucional de Assistência Social

**PROTEÇÃO SOCIAL**

**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

- 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- 3. Serviço de Proteção Social Especial em Situações de Risco para Crianças e Adolescentes

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

- 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- 3. Serviço de Proteção Social Especial em Situações de Risco para Crianças e Adolescentes
- 4. Serviço de Atendimento Institucional
- 5. Serviço de Atendimento em Família
- 6. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- 7. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- 8. Serviço de Proteção Social Especial em Situações de Risco para Crianças e Adolescentes

**PIBA** Projeto Institucional de Assistência Social

**Vídeo debate:**

**Documentário filme**

"Em agosto de 2008 um grupo de manifestantes organizou uma ocupação em um grande shopping da zona sul carioca. O episódio obteve grande repercussão na imprensa nacional e estado hoje é discutido por alguns autores. O filme recupera imagens do arquivo e traz entrevistas de alguns personagens 7 anos após essa insólita manifestação." Data de lançamento: 2008 (curatorial) **Diretor: Václav Jurek**

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=U18r6dF6Dh4>

**PIBA** Projeto Institucional de Assistência Social

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL EM SITUAÇÕES DE RISCO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

- 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- 3. Serviço de Proteção Social Especial em Situações de Risco para Crianças e Adolescentes
- 4. Serviço de Atendimento Institucional
- 5. Serviço de Atendimento em Família
- 6. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- 7. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- 8. Serviço de Proteção Social Especial em Situações de Risco para Crianças e Adolescentes

**PIBA** Projeto Institucional de Assistência Social

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL EM SITUAÇÕES DE RISCO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

- 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- 3. Serviço de Proteção Social Especial em Situações de Risco para Crianças e Adolescentes
- 4. Serviço de Atendimento Institucional
- 5. Serviço de Atendimento em Família
- 6. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- 7. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- 8. Serviço de Proteção Social Especial em Situações de Risco para Crianças e Adolescentes

**PIBA** Programa de Integração da Família e da Comunidade

**CURSO - Comunidade, Território e Políticas Sociais**

2023.2

DEBORA EDVAL

**Comunidade, Território e Políticas Sociais**

Prof.ª Andrea Souza de Melo  
 Doutora em Sociologia e Pedagogia  
 Professora de Sociologia e Pedagogia em Ciências Sociais  
 Coordenadora Acadêmica em Ciências Sociais  
 Coordenadora Supervisora de Curso - Mestrado em Políticas de  
 Políticas de Assistência do Município do Rio de Janeiro

**PIBA** Programa de Integração da Família e da Comunidade

**O QUE SIGNIFICA MATRICIALIDADE FAMILIAR**

Na PNAB e no VJAB, a **matricialidade familiar** significa que a **função de proteção social está na família**, priorizando estabelecer suas ações a serem desenvolvidas pelo poder público (COPIC/USFJ, 2008, p. 10)

“Segundo COPIC, “família, base da sociedade, tem especial importância social” (Artigo 24, § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor, em 1988) e “fundamenta-se no casamento e no vínculo de parentesco decorrente do casamento” (Artigo 226, § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor, em 1988).”

“Essa ideia está presente na estrutura de toda a **matricialidade da família** e a expressão de formação, no âmbito da **política de Assistência Social**, tem como seu propósito de que pais e família possam proteger, promover e cuidar dos membros e fortalecer, em particular, **garantir condições de sustentabilidade** para ter futuro próximo, a formação da política de Assistência Social é baseada na **reconstrução das famílias**, com mudanças a sua estrutura.” (PIBA, 2014, p. 10)

**PIBA** Programa de Integração da Família e da Comunidade

**MAS O QUE É FAMÍLIA ?**

“NÃO EXISTE FAMÍLIA ENQUANTO MODO IDEALIZADO E SIM FAMÍLIAS RESULTANTES DE UMA PLURALIDADE DE ARRANJOS E REARRANJOS ESTABELECIDOS PELOS INTEGRANTES DESSAS FAMÍLIAS”. NESTE SENTIDO, A FAMÍLIA É CONCEBIDA “COMO NÚCLEO AFETIVO, VINCULADA POR LAÇOS CONSAIGÜINOS, DE ALIADA OU AFINIDADE, ONDE OS VINCULOS CIRCUNSCRIVEM OBRIGAÇÕES REPROCIAS E MÚTUAS, ORGANIZADAS EM TORNO DE RELAÇÕES DE GERAÇÃO E DE GÊNERO” (PIBA- RJ, 2003 apud COPIC/USFJ, 2008, p. 10)

**PIBA** Programa de Integração da Família e da Comunidade

**ARRANJOS FAMILIARES DA VIDA REAL**

- A família tradicional, com filhos biológicos, com filhos adotivos e filhos adotivos com filhos.
- A família extensa, tradicional, com filhos biológicos, com filhos biológicos e adotivos, com filhos adotivos, com filhos.
- A família monoparental, por ser mãe e responsáveis biológicos ou por mãe e responsáveis adotivos e adotivos ou pai e filhos adotivos.
- A família de parentes e parentes que vivem em interdependência afetiva, sem pai ou mãe, e o tempo de que os filhos, adotivos ou não, do pai.
- Pessoas sem laço de parentesco que vivem e convivem em um mesmo espaço com laço de afetividade e de apoio mútuo, sem finalidade social ou econômica.
- Família homoparental, de caráter afetivo e social.
- Famílias consanguíneas, quando há um relacionamento entre pais ou mães de filhos convivendo, com ou sem filhos.
- “Comunidade afetiva formada com “filhos de criação”, sem laço de vínculo natural ou adotivo regular”

(COPIC/USFJ, 2008, p. 11)

**PIBA** Programa de Integração da Família e da Comunidade

Não basta constatar as transformações por que passam as famílias, se persistirem abordagens conservadoras e disciplinadoras no trabalho profissional que se realiza. O **reforço da abordagem familiar** no contexto das políticas sociais, tendência que se observa não apenas na assistência social requer, portanto,  **cuidados redobrados** para que não se produzam regressões conservadoras no trato com as famílias, nem se ampliem ainda mais as pressões sobre as inúmeras responsabilizações que devem assumir, especialmente no caso das famílias pobres. (COPIC/USFJ, 2008, p. 60)

**PIBA** Programa de Integração da Família e da Comunidade

**DESAFIOS QUEM SER TOMADOS NO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS**

- **“Não responsabilizar as famílias pelos seus problemas, dificuldades e condições de vulnerabilidade social, a fim de não reforçar vulnerabilidades decorrentes dos fatores estruturais que condicionam/determinam as situações por elas vivenciadas”**
- não poder a perspectiva socialista no trabalho que busca organizar atores sociais e socializá-los através para a participação social e para a luta por direitos e transformações concretas nas condições de vida das famílias”

- COPIC/USFJ, 2008, p. 62

**PIBA** Programa de Integração da Família e da Comunidade

O artigo de Art. 226 da CF/88, afirma a especial proteção do Estado à família, sem condicionar a instituição familiar a um conceito único.

- A família atual é centrada no conceito de dignidade humana, todas as organizações familiares, cujo fim seja a humanização da pessoa, devem ser protegidas pelo Estado.
- **VOCE JÁ PAROU PARA PENSAR SOBRE OS VÁRIOS ARRANJOS FAMILIARES QUE EXISTEM NO BRASIL?**



**PIBA** Programa em Políticas Sociais

**Inscrição - Etapas de Inscrição**

Inscrição: 01/02/2019 às 08:00 horas até 05/02/2019 às 17:00 horas, em meio eletrônico, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br). Inscrição presencial: 06/02/2019 às 08:00 horas até 07/02/2019 às 17:00 horas, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br).

**A MATRIZ DO CURSO ABAIXO DEVE SER DOCORRIDA EM TODA A PRÁTICA CURSADA**

**PIBA** Programa em Políticas Sociais

**REGIÃO**

Inscrição: 01/02/2019 às 08:00 horas até 05/02/2019 às 17:00 horas, em meio eletrônico, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br). Inscrição presencial: 06/02/2019 às 08:00 horas até 07/02/2019 às 17:00 horas, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br).

**A MATRIZ DO CURSO ABAIXO DEVE SER DOCORRIDA EM TODA A PRÁTICA CURSADA**

**PIBA** Programa em Políticas Sociais

**REGIÃO**

Inscrição: 01/02/2019 às 08:00 horas até 05/02/2019 às 17:00 horas, em meio eletrônico, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br). Inscrição presencial: 06/02/2019 às 08:00 horas até 07/02/2019 às 17:00 horas, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br).

**A MATRIZ DO CURSO ABAIXO DEVE SER DOCORRIDA EM TODA A PRÁTICA CURSADA**

**PIBA** Programa em Políticas Sociais

**CURSO - Comunidade, Território e Políticas Sociais**

**ÁREA**

**EXAME UNICAL**

**Comunidade, Território e Políticas Sociais**

**PROF. ANTONIO SCALFARI SILVA**  
 Professor Geral e Professor  
 COORDENADOR GERAL DO PIBA  
 Coordenador Regional em Políticas Sociais  
 Coordenador Regional em Políticas Sociais  
 Coordenador Regional em Políticas Sociais  
 Coordenador Regional em Políticas Sociais

**PIBA** Programa em Políticas Sociais

**Inscrição - Etapas de Inscrição**

Inscrição: 01/02/2019 às 08:00 horas até 05/02/2019 às 17:00 horas, em meio eletrônico, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br). Inscrição presencial: 06/02/2019 às 08:00 horas até 07/02/2019 às 17:00 horas, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br).

**A MATRIZ DO CURSO ABAIXO DEVE SER DOCORRIDA EM TODA A PRÁTICA CURSADA**

**PIBA** Programa em Políticas Sociais

**REGIÃO**

Inscrição: 01/02/2019 às 08:00 horas até 05/02/2019 às 17:00 horas, em meio eletrônico, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br). Inscrição presencial: 06/02/2019 às 08:00 horas até 07/02/2019 às 17:00 horas, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br).

**A MATRIZ DO CURSO ABAIXO DEVE SER DOCORRIDA EM TODA A PRÁTICA CURSADA**

**PIBA** Programa em Políticas Sociais

**REGIÃO**

Inscrição: 01/02/2019 às 08:00 horas até 05/02/2019 às 17:00 horas, em meio eletrônico, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br). Inscrição presencial: 06/02/2019 às 08:00 horas até 07/02/2019 às 17:00 horas, no endereço eletrônico [www.uerj.br](http://www.uerj.br).

**A MATRIZ DO CURSO ABAIXO DEVE SER DOCORRIDA EM TODA A PRÁTICA CURSADA**

**PIBA** Política Indígena do Brasil

**DEFINIÇÃO - INAC 2004**

- Foco principal em políticas em favor de mulheres indígenas locais;
- Desenvolve outras formas de participação;
- Fomenta outras formas tradicionais, mas é possível de incluir em agendas;

**RECOMENDAÇÕES QUE AS ORGANIZAÇÕES (LÍDICAS E FÓRUMS) SÃO PROMOTORAS DE VULNERABILIDADES E QUE DEVEM SER IMPREMENTADAS**

**"A diversidade social, que deve ser pensada e querida de maneira independente de contribuição jurídica e independente de etnia, raça/cores, etnia ou orientação sexual, assume um sentido vital universal se for equitativa e só será equitativa se reconhecer as diferenças, a diversidade em diferentes e as agendas locais regionais e locais das territorializações"**

MOCHAL 2011, p. 29

**PIBA** Política Indígena do Brasil

**Decreto 6943/2007** trata o conceito de Povo e Comunidade Tradicional e Territórios Tradicionais:

- **Povo e Comunidade Tradicional:** grupos culturais diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que se ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (Decreto 6943/2007).
- **Territórios Tradicionais:** os espaços territoriais e reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. Decreto 6943/2007.

**PIBA** Política Indígena do Brasil

**Este projeto é importante!**

O Ministério Público Federal (MPF) é definido como instância do poder judiciário que os povos indígenas devem recorrer.

O MPF tem uma atuação específica para "povos indígenas e ribeirões".

Toda a do Of. Clérice de Coordenação e Assessoria, que é orientada pelos princípios constitucionais da diversidade sociocultural, defesa da autonomia e dos direitos dos povos indígenas.

MEG, SNAIS, 2017, p. 29

**PIBA** Política Indígena do Brasil

**Definição e objetivo**

Definição e objetivo é oferecer como uma expressão do cotidiano de realidade. Este conceito se sustenta no atendimento aos indivíduos de acordo com suas necessidades, oferecendo não a quem mais precisa e menos a quem menos precisa. Assim, com este princípio, reconhecer as diferenças nas condições de vida e oferecer tempos de acordo com suas necessidades e respeitando a pluralidade.

"Lutar pela qualidade sempre que as diferenças são observadas, lutar pela diferença sempre que a qualidade nos caracteriza." (Benevise e Sousa, 2010).

MEG, SNAIS, 2017, p. 29

**PIBA** Política Indígena do Brasil

**OBJETIVO**

o PIBA tem como objetivo principal promover a participação ativa e o empoderamento político e econômico dos povos indígenas em um plano regional na perspectiva do desenvolvimento, da dignidade e do respeito à sua forma organizativa própria, a autonomia organizativa, sua forma de organização e estrutura. MEG, SNAIS, 2017, p. 29

o PIBA tem como objetivo principal promover a participação ativa e o empoderamento político e econômico dos povos indígenas em um plano regional na perspectiva do desenvolvimento, da dignidade e do respeito à sua forma organizativa própria, a autonomia organizativa, sua forma de organização e estrutura. MEG, SNAIS, 2017, p. 29

**Tabela de apoio:**

COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL, COM MENSAGEM E RESCINDO NO PÓS-POS DE ESTRADA ODEZ DEBORA DE PAZINHO PROJETO: SEMPRE COM O INTERIOR DO RIO DE JANEIRO, ANO 2004, Nº 1, P. 10-11

**PIBA** Política Indígena do Brasil

**OBJETIVO**

o PIBA tem como objetivo principal promover a participação ativa e o empoderamento político e econômico dos povos indígenas em um plano regional na perspectiva do desenvolvimento, da dignidade e do respeito à sua forma organizativa própria, a autonomia organizativa, sua forma de organização e estrutura. MEG, SNAIS, 2017, p. 29

o PIBA tem como objetivo principal promover a participação ativa e o empoderamento político e econômico dos povos indígenas em um plano regional na perspectiva do desenvolvimento, da dignidade e do respeito à sua forma organizativa própria, a autonomia organizativa, sua forma de organização e estrutura. MEG, SNAIS, 2017, p. 29

**Tabela de apoio:**

COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL, COM MENSAGEM E RESCINDO NO PÓS-POS DE ESTRADA ODEZ DEBORA DE PAZINHO PROJETO: SEMPRE COM O INTERIOR DO RIO DE JANEIRO, ANO 2004, Nº 1, P. 10-11

**PIBA** Política Indígena do Brasil

**OBJETIVO**

o PIBA tem como objetivo principal promover a participação ativa e o empoderamento político e econômico dos povos indígenas em um plano regional na perspectiva do desenvolvimento, da dignidade e do respeito à sua forma organizativa própria, a autonomia organizativa, sua forma de organização e estrutura. MEG, SNAIS, 2017, p. 29

o PIBA tem como objetivo principal promover a participação ativa e o empoderamento político e econômico dos povos indígenas em um plano regional na perspectiva do desenvolvimento, da dignidade e do respeito à sua forma organizativa própria, a autonomia organizativa, sua forma de organização e estrutura. MEG, SNAIS, 2017, p. 29

**Tabela de apoio:**

COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL, COM MENSAGEM E RESCINDO NO PÓS-POS DE ESTRADA ODEZ DEBORA DE PAZINHO PROJETO: SEMPRE COM O INTERIOR DO RIO DE JANEIRO, ANO 2004, Nº 1, P. 10-11

**PIBA** Política Indígena do Brasil

**OBJETIVO**

o PIBA tem como objetivo principal promover a participação ativa e o empoderamento político e econômico dos povos indígenas em um plano regional na perspectiva do desenvolvimento, da dignidade e do respeito à sua forma organizativa própria, a autonomia organizativa, sua forma de organização e estrutura. MEG, SNAIS, 2017, p. 29

o PIBA tem como objetivo principal promover a participação ativa e o empoderamento político e econômico dos povos indígenas em um plano regional na perspectiva do desenvolvimento, da dignidade e do respeito à sua forma organizativa própria, a autonomia organizativa, sua forma de organização e estrutura. MEG, SNAIS, 2017, p. 29

**Tabela de apoio:**

COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL, COM MENSAGEM E RESCINDO NO PÓS-POS DE ESTRADA ODEZ DEBORA DE PAZINHO PROJETO: SEMPRE COM O INTERIOR DO RIO DE JANEIRO, ANO 2004, Nº 1, P. 10-11

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banca Acadêmica

**CURSO 1 - Comunidade, Território e Políticas Sociais**

2023.20

EDUARDO EDUAL

**Comunidade, Território e Políticas Sociais**

Prof.ª Anderson Souza de Melo  
 Doutora em Sociologia e Pedagogia  
 Doutora em Serviço Social (Mestrado em Serviço Social)  
 Especialista em Políticas Sociais em Gestão Supervisionada  
 Especialista em Políticas Sociais - Mestrado em Políticas de Gestão de Políticas de Assistência do Município do Rio de Janeiro

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banca Acadêmica

o PIBA tem como objetivo a formação de pesquisadores em áreas de interesse de pesquisa e atuação integrada à prática social, visando à formação de pesquisadores de nível de pós-graduação em áreas de interesse de pesquisa e atuação integrada à prática social, visando à formação de pesquisadores de nível de pós-graduação em áreas de interesse de pesquisa e atuação integrada à prática social.

**Objetivo da Política de Iniciação em Banca Acadêmica (PIBA)** - promover a formação de pesquisadores e a atuação integrada à prática social, visando à formação de pesquisadores de nível de pós-graduação em áreas de interesse de pesquisa e atuação integrada à prática social.

**Objetivo de campo:** O desenvolvimento de pesquisas sociais com ênfase em problemas de pesquisa de interesse de pesquisa e atuação integrada à prática social, visando à formação de pesquisadores de nível de pós-graduação em áreas de interesse de pesquisa e atuação integrada à prática social.

**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB) é um conjunto de políticas públicas que visam garantir o acesso de toda a população a serviços e benefícios sociais, visando à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento econômico e social.

```

    graph TD
      PSB[PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA] --> B1[Benefício de Prestação Continuada - BPC]
      PSB --> B2[Benefício de Equiparação de Rendimentos - BER]
      PSB --> B3[Benefício de Assistência Social - BAS]
      PSB --> B4[Benefício de Proteção Social - BPS]
      PSB --> B5[Benefício de Proteção Social - BPS]
      PSB --> B6[Benefício de Proteção Social - BPS]
  
```

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banca Acadêmica

**Políticas de Assistência Social - concepções, marcos legais**

a implementação da Proteção Social Básica com a implementação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em parceria com os municípios brasileiros, sob a supervisão do Estado.

**ATENÇÃO:**

- De acordo com a Lei nº 13.128/2016, a implementação dos CRAS deve ser realizada em parceria com os municípios brasileiros, sob a supervisão do Estado.
- De acordo com a Lei nº 13.128/2016, a implementação dos CRAS deve ser realizada em parceria com os municípios brasileiros, sob a supervisão do Estado.

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banca Acadêmica

**FUNÇÕES PRINCIPAIS DO CRAS:**

**DEFINIÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA DO TERRITÓRIO**

- ARTICULAÇÃO DA REDE SOCIO ASSISTENCIAL
- ARTICULAÇÃO DA REDE INTERSECTORIAL
- REGULATÓRIA

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banca Acadêmica

**FUNÇÕES PRINCIPAIS DO CRAS:**

**O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**

o PAIF é um serviço de proteção e atendimento integral à família, visando à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento econômico e social.

**Objetivo do PAIF:** O desenvolvimento do trabalho social com famílias do PAIF deve ocorrer por meio de dois processos distintos, mas complementares:

- a) as famílias, em seu todo, devem ser atendidas pelo PAIF;
- b) as famílias podem ser acompanhadas pelo PAIF.

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banca Acadêmica

**FUNÇÕES PRINCIPAIS DO CRAS:**

**ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO PAIF (MDS, 2011)**

O desenvolvimento do trabalho social com famílias do PAIF deve ocorrer por meio de dois processos distintos, mas complementares:

- a) as famílias, em seu todo, devem ser atendidas pelo PAIF;
- b) as famílias podem ser acompanhadas pelo PAIF.

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos

**FUNÇÃO PRINCIPAL DO CURS:**  
O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF

**OBJETIVOS**

... (text obscured) ...

... (text obscured) ...

**ACOMPANHAMENTO**

... (text obscured) ...

... (text obscured) ...

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos

"É bastante interessante contar um equipamento como serviço, ao invés de, sem avaliar se ele possui, de fato, equipes habilitadas para sua funcionamento. Como é esperado, também, receber o serviço como cidadão comum, pois não são profissionais ou de prestação. De fato, há muitas ocorrências de superlotação de profissionais em muitos serviços. Por sua vez, podemos verificar, facilmente, que há poucos equipamentos que, oferecendo, se fossem serviços, como se) que foram somente utilizados, mas nunca entraram em funcionamento" – (PCMAT, RR, DEZ-2013, p. 3)

... (text obscured) ...

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos

**Valorar o social com famílias deve ser paritário.**

- ao olhar sobre a família e suas diversas relações, com respeito e ética, sem discriminações, no reconhecimento do potencial da família, seja quanto de recursos e autarquia;
- no reconhecimento do potencial que permite o escape de senos, valores de o saber cuidar;
- na transparência da gestão;
- na interdisciplinaridade das políticas e na interdisciplinaridade do equipe;
- na regulação de políticas concatenadas e funcionais, de caráter assistencial e de reabilitação da família;
- na construção de metodologias orientadas para a identificação do diagnóstico, identificação de problemas e construção de soluções, baseadas em) tem como metodologia participativa) que se posta no realidade variada e na crítica da mesma (sem, reconhece permeabilidade e flexibilidade) após;
- na criação do mecanismo que sempre garante a participação nos conselhos e fóruns;

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos

**OBJETIVO**

... (text obscured) ...

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos

**OBJETIVO**

... (text obscured) ...

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos

**OBJETIVO**

... (text obscured) ...

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**17.16.2. CURSO II: GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS:**

**COMPETÊNCIAS PARA O TRABALHO EM EQUIPE**

- Escuta
- Colaboração
- Autoconhecimento
- Flexibilidade
- Resiliência
- Liderança

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**GERINDO EQUIPES INTERPROFISSIONAIS**

- Respeito às diferenças
- Aproveitar habilidades individuais
- Otimizar de forma dinâmica
- Gerar confiança
- Fomentar ideias e inovações

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**VANTAGENS DA EQUIPE INTERPROFISSIONAL**

- Otimização da tomada de decisão e aumento da produtividade
- Aprendizagem integrada
- Soluções criativas
- Aumento da qualidade
- Maior engajamento

**A EQUIPE INTERPROFISSIONAL UNE CONTEXTOS A FIM DE CONSTRUIR UM CONHECIMENTO CONJUNTO.**

**5ª**  
ATIVIDADE

**CURSO: GESTÃO DE EQUIPES E MPODERADAS**

1) Descreva uma situação em que um colega interprofissional esteja desafiado.

2) Elabore um caso integrando a perspectiva da situação.

3) O que foi feito?

4) Resultado final.

5) Caso a situação não tivesse sido resolvida com uma equipe interprofissional, qual estratégia ou recurso usaria para resolver?

Esta atividade foi realizada no ANA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) de programa e você deve comentar suas respostas por lá.

**OBRIGADA!**

Carolina Coimbra

**1ª**  
ATIVIDADE

**CURSO: GESTÃO DE EQUIPES E MPODERADAS**

Reflexão sobre um momento em que você acabou por não obter êxito em alguma atividade, processo ou tarefa.

Em qual nível de gerencialidade estava (estratégico, tático ou operacional) e como foi?

Qual foi sua motivação para essa atividade, projeto ou missão que gerou? Qual o resultado e em qual perspectiva que ficou afetado?

Como você fez e em qual perspectiva da sua equipe foi bem sucedido?

Qual o feedback que ficou de mais difícil, por quê?

Esta atividade foi realizada no ANA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) de programa e você deve comentar suas respostas por lá.

**2ª**  
ATIVIDADE

**CURSO: GESTÃO DE EQUIPES E MPODERADAS**

Porque nos damos conta de que não somos capazes de fazer tudo?

2) Descreva um caso e fluxos de atividades desenvolvidas.

3) Pergunte:

- 1) Qual o impacto de não estar alinhado?
- 2) Quais reflexões/ aprendizados foram obtidos com esse processo?
- 3) Como é a comunicação e interação de uma equipe em uma tarefa específica?

Esta atividade foi realizada no ANA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) de programa e você deve comentar suas respostas por lá.

**3ª**  
ATIVIDADE

**CURSO: GESTÃO DE EQUIPES E MPODERADAS**

Porque nos sentimos que não conseguimos fazer tudo?

2) Defina o seu propósito e o propósito das equipes de cada nível hierárquico.

3) O que a equipe faz para atingir o propósito?

4) De que outras que se relacionam em conjunto fazem parte os departamentos, colaborando como integrante de um propósito e do propósito do negócio.

5) Como você consegue dar feedback e encorajar a equipe?

Esta atividade foi realizada no ANA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) de programa e você deve comentar suas respostas por lá.

**4ª**  
ATIVIDADE

**CURSO: GESTÃO DE EQUIPES E MPODERADAS**

Porque nos sentimos que não conseguimos fazer tudo?

2) Caracterize, descreva, o cenário.

3) Qual foi o resultado?

4) O que poderia ter sido feito para melhorar o cenário?

5) Apresente como isso que foi desenvolvido com o cliente, dentro das formas que possibilita a comunicação não verbal.

6) Como é o feedback para os envolvidos sobre a metodologia implementada em cada caso?

Esta atividade foi realizada no ANA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) de programa e você deve comentar suas respostas por lá.

**5ª**  
ATIVIDADE

**CURSO: GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS**

- 1) Descreva uma situação em que um colega tenha sofrido algum tipo de discriminação.
- 2) Abordagem do caso integrando sua avaliação da situação.
- 3) O que foi feito.
- 4) Resultados finais.
- 5) Como a situação pode ter sido evitada ou corrigida com uma atuação mais profissional, tendo em vista os melhores resultados por qual?

Esta atividade faz parte obrigatória do IGA. Lembrem-se de enviar o relatório de apresentação do programa e não deixar de enviar suas respostas por aqui!

**GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS**

**PIBA**

1. Definição de Gestão
2. Gestão de pessoas
3. Estilos de liderança e Impactos do microgerenciamento
4. Diferença entre equipe e grupo
5. Empoderamento

**ÍNDICE**

**OMI**

Assim como todos, também fomos aqui antes e com MUITO entusiasmo e vontade de aprender pelo PIBA.

Indicamos de 02 anos de experiência no área de Recursos Humanos, tendo atuado pelas subáreas de Recrutamento e Seleção e Treinamento e Desenvolvimento.

**PIBA**

**O QUE É GESTÃO?**

Levo ao efeito de gerir, administrar, gerenciar.

Comunidade polifônica.

Elisabeth Kubler-Ross

**GESTÃO**

Estratégica

Tática

Operacional

**GESTÃO DE PESSOAS**

- Promover a eficiência do trabalho, melhorar a produtividade
- Motivar

**HiERARQUIA DAS NECESSIDADES DE MASLOW**

NECESSIDADES DE AUTUALIZAÇÃO

NECESSIDADES DE ESTIMA

NECESSIDADES SOCIAIS

NECESSIDADES DE SEGURANÇA

NECESSIDADES FISIOLÓGICAS

### GESTÃO DE PESSOAS



- Focar em atividades de trabalho – melhorar a produtividade
- Motivar
- Equilibrar
- Melhorar



### GESTÃO DE PESSOAS

É a capacidade de gerir todos os aspectos relacionados à administração e ao desenvolvimento dos colaboradores de uma empresa.



**AS PESSOAS SÃO O BEM MAIS VALIOSO DE UMA EMPRESA**



### ESTILOS DE LIDERANÇA



- Autoritária
- Liberal
- Democrática
- Situacional



### O QUE É MICROGERENCIAMENTO?



É a maneira, moderna, de administrar/gerenciar dentro das habilidades de cada um.

É a metodologia de trabalho, e não o trabalho em si, que tem que ser gerenciado.



### CONSEQUÊNCIAS DO MICROGERENCIAMENTO



- Perda do planejamento/controle
- Redução da produtividade
- Menor motivação e comprometimento
- Dificuldade em implementar mudanças positivas
- Desmotivação de equipes
- Aumento de turnover
- Perda de visão estratégica e de visão sistêmica



### EQUIPE



Equipe é uma soma de pessoas, não apenas pessoas trabalhando juntas, como em uma sala, com um propósito, com metas de desempenho a serem alcançadas, pelas quais todos são mutuamente responsáveis. 🤝



### GRUPO



### EQUIPE



“O ser humano é um sujeito social que, por sua natureza, precisa pertencer a uma coletividade.”

— CARLOS CASTANEDA

“O todo é maior que a soma das partes”

— ANTONIO GRAMSCI



### TRABALHANDO EM EQUIPE

- ✓ Citar abertos à diferentes ideias
- ✓ Comunicação clara
- ✓ Cooperação
- ✓ Responsabilidade

## PORQUE ESTAMOS FALANDO DE GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS?

### DO MICROGERENCIAMENTO AO EMPODERAMENTO

- 01 Conhea a equipe
- 02 Estimule a autogerência
- 03 Defina objetivos
- 04 Crie e descreva
- 05 De tempo à equipe
- 06 Faça reuniões individuais
- 07 Incentive
- 08 Deixe a equipe

## EMPODERAR

- Dar autoridade
- Manter de informações e ferramentas
- Assumir responsabilidade
- Independência
- Solucionar

### EMPODERAMENTO E PROTAGONISMO

- Equipe reflete na rotina, cultura, estilo, valores
- Trazer a equipe para a decisão final, também, a responsabilização
- Passar em vozes e melhorar para o todo, para o coletivo

### BENEFÍCIOS

- Protagonismo e responsabilização
- Criação e desenvolvimento
- Aumento da comprometimento e engajamento
- Aumento de produtividade

Para a produtividade, é preciso trabalhar em nível de projetos e responsabilidades individuais.

## EMPODERAR É...

“sair da posição de dizer o que tem que fazer para capacitar a equipe para a própria equipe perceber o que precisa ser feito e ter o desejo e a iniciativa de fazer”

**1**  
ATIVIDADE

**CURSO: GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS**

Reflexão sobre um momento em que você acabou por não saber qual era a atividade, processo ou tarefa.  
 Em qual nível de generalização estava (estratégico, tático ou operacional) e como foi?  
 Qual foi sua estratégia para essa situação: projeto ou missão que gere? Qual o nível de abstração com o qual você se baseia?  
 Como você foi e em qual contexto de sua equipe de trabalho?  
 Qual o nível de abstração de sua estratégia: para você?

Esta atividade busca desenvolver no Aluno o entendimento de como o conhecimento de processos e como o desenvolvimento de competências por ele.

Atividade 1: Gestão de Equipes Empoderadas

## GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS

**PIBA**

1. Definição de visão sistêmica
2. Visão sistêmica na prática
3. Interdependência
4. Princípios da visão sistêmica e como desenvolver
5. Vantagens

**ÍNDICE**

**PIBA**

Mais visão de um. Percepções compartilhadas, replicadas etc. de cada qual. Capacidade de visão e compreensão de conjunto.

## VISÃO SISTÊMICA

Reflexão a respeito: O que é a visão sistêmica e como ela se desenvolve?

**PIBA**

### A VISÃO SISTÊMICA

- Visão ampla do sistema
- Sucesso na tomada de decisão
- Aumento da produtividade
- Priorização
- Melhorias contínuas
- Colaboração

**FLUMI: PROCESSO SELETIVO**

**SOMOS TODOS UM**

Ter uma visão sistêmica e emergir como o todo interfere na individualidade e vice-versa é muito importante.

“Talvez, após passar por esse processo, a humanidade tenha a capacidade de criar máquinas e inteligência de nível humano para observar, de forma não interdependente, a vida, a natureza e a forma como os seres vivos se relacionam. A inteligência com que a humanidade interage com a natureza pode acompanhar.”

O ponto de partida do pensamento sistémico é um sistema, ou seja, um grupo de pessoas ou processos que seguem um caminho para um propósito comum.

A propriedade de um processo/atividade está ligada à totalidade do projeto, por isso não adianta uma parte funcionar bem e outra não ter um bom rendimento, pois atrapalha a todo.

**RICARDO GUIMARÃES**

- Indivíduos isolados e indivíduos em rede
- Empresas como máquinas e partes de intermédios
- Empresa = organismo vivo
- Interdependência

**PRINCÍPIOS DA VISÃO SISTÊMICA**

- Nada acontece de forma isolada.
- É necessário gestionar acontecimentos interligados. Se é necessário, mudanças sistémicas precisam ser feitas.
- Perceber diferenças e respeitar.

**DESENVOLVENDO A VISÃO SISTÊMICA**

Processos e procedimentos

Atividades e tarefas

Resultados

Objetivos e metas

Atividades e tarefas

Objetivos e metas

**VANTAGENS**

- Análise de desempenho constante
- Desafios mais assertivos
- Otimização de recursos
- Aumento da produtividade e da qualidade
- Redução de falhas

**2ª ATIVIDADE**

**CURSO: GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS**

Para os seus objetivos e no fluxo com que está a trabalhar

1) Desenhe as tarefas e fluxos de atividades relacionadas

2) Pergunte:

- 1) Qual o impacto de cada atividade?
- 2) Qual o tempo/pressão de cada atividade com que a realizar?
- 3) Qual é a comunicação e interação de cada atividade de cada atividade?

Esta atividade tem diferentes níveis (de acordo com a complexidade) de projeto e terá de desenvolver suas respostas em 10.

**GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS**

PIBA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ÍNDICE**

- Missão, visão e valores
- Impactos da evolução das bases da empresa
- Identificando a missão do colaborador
- Ética e moral
- Competências e Habilidades

Por que a empresa existe  
Composta por: verbo +  
conjugamento + desfeito

**MISSÃO  
VISÃO  
VALORES**





**MISSÃO**

Promover e desenvolver o conhecimento da ciência e da tecnologia, da cultura e das artes, através do ensino, da pesquisa e da extensão, dentro de referências de excelência em todos os campos do saber, mantendo um ambiente de respeito à diversidade e ao livre debate das ideias, formando profissionais capazes de enfrentar o conhecimento científico, preparados para atuar com base nos princípios éticos e com vista ao exercício pleno da cidadania, com humanização, saúde e desenvolvimento sustentável da sociedade.



**MISSÃO**

Promover a saúde e o bem-estar de todos, por meio da formação e implementação de políticas públicas de saúde, buscando-se pela universalidade, integralidade e equidade.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**



Por que a empresa existe

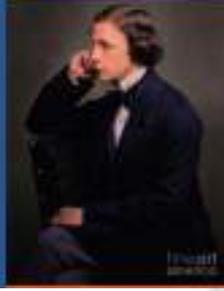
**MISSÃO  
VISÃO  
VALORES**

Deixar quer chegar





“Se você não sabe onde quer ir, qualquer caminho serve”





Por que a empresa existe

**MISSÃO  
VISÃO  
VALORES**

Deixar quer chegar

Princípios da empresa





**SEM AS BASES DA EMPRESA**

- Falta alinhamento;
- Decisões inconsistentes;
- Baixo engajamento dos colaboradores;
- Perda de oportunidades;
- Baixo nível ético;
- Dificuldade em medir o desempenho.



**AS BASES DA EMPRESA (DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS) SÃO ESSENCIAIS PARA SABER QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS DA ORGANIZAÇÃO**



### OS COLABORADORES?

Colaboradores empolgados, comprometidos, criativos e ágeis são capazes de tomar decisões e fazer propostas de melhorias adicionais a empresa e aos seus objetivos organizacionais.

**Mas eles conhecem a própria missão?**



### 3 Ps

1. **Propósito**
2. **Por que fazer a atividade**
3. **Fazer e gozar**



### ÉTICA

«Qualidade substantiva»  
«virtude da ação»  
«Qualidade moral, como "bom" e "mau"»

### MORAL

«Código de conduta»  
«Conjunto de regras de conduta»  
«Dever»






### CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

- **Atuar com ética moral e honestidade**
- **Estabelecer padrões de comportamento**
- **Contribuir para a cultura organizacional**




### COMPORTAMENTOS ÉTICOS

- Honestidade
- Integridade
- Respeito
- Empatia
- Lealdade
- Comprometimento com o trabalho




### CONSTRUINDO UM AMBIENTE ÉTICO

- **Oferecer exemplos de conduta**
- **Definir expectativas**
- **Exercer o poder com o devido conhecimento, de fato, na empresa**
- **Desenvolver um clima**
- **Aumentar a produtividade**
- **Comunicação clara**
- **Oferecer o apoio necessário**




### VANTAGENS

- Melhorar o clima
- Boa reputação da empresa
- Empoderar
- Clarificar processos



**3ª**  
ATIVIDADE

CURSO: GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS

Por que as equipes sempre estão em conflito?

- 1) Conflito é uma consequência e a essência das relações de trabalho? Por quê?
- 2) O que é equidade? Há algum estágio considerado?
- 3) De que equidade se trata? Qual é a sua função? Como se relaciona com o conceito de justiça? Como se relaciona com o conceito de equidade?
- 4) Quais princípios podem ser utilizados para empoderar a equipe?

Esta atividade foi desenvolvida no âmbito da Unidade de Aprendizagem de Gestão e não é considerada uma disciplina por si só.

UNIDADE 1  
MANEJO DE CONFLITOS

**GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS**

**PIBA**

1. Definição de conflito
2. Principais causas de conflitos
3. Como fazer a gestão de conflitos
4. Comunicação não violenta e escuta ativa
5. Feedback

**ÍNDICE**

**PIBA**

**O QUE É CONFLITO**

1. Conflito é feito de interesses entre duas ou mais partes.
2. Conflito, enfrentamento

EXERCÍCIOS

**PIBA**

Se não resolve conflitos

**GESTÃO DE CONFLITOS**

Se não resolve conflitos

Ambiente harmonioso e saudável

**PRINCIPAIS CAUSAS**

1. Comunicação não eficaz
2. Falta de recursos
3. Falta de processo
4. Pressões externas (interferência)
5. Diferenças culturais
6. Características entre pessoas e Configuração de grupo

**PIBA**

**GERINDO CONFLITOS**

1. Identificar o problema de fato
2. Ser honesto e claro
3. Não agir defensivamente em relação
4. Focar na solução

**ENTRE O QUE EU PENSO, O QUE QUERO DIZER, O QUE DIGO E O QUE VOCÊ OUVI, O QUE VOCÊ QUER OUVIR E O QUE VOCÊ ACHA QUE ENTENDEU, HÁ UM ABISMO.**

(Marshall Rosenberg)

### GERINDO CONFLITOS

- Defesa e empoderamento autêntico
- Gêntexa empurrar
- Atividade para a família
- Práticas e práticas

### Gentexa

É uma sequência de reações emocionais que são desencadeadas por uma situação específica, promovendo uma mudança de comportamento.

### COMUNICAÇÃO VIOLENTA

Formalização de violência

Passível em julgamento

Baseado no controle emocional, quem tem razão, sempre ganha, seja ele

Ódio, sem opção de escuta

### COMUNICAÇÃO VIOLENTA

Impacta na produtividade, auto-estima e motivação

Compromete a qualidade do funcionamento em relação ao líder e a organização

Aumenta o risco de perda de funcionários

Pode gerar comportamentos inadequados

### COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

Ignora a luta com conflitos

Busca o equilíbrio emocional de todos envolvidos

Diálogo de cooperação, sem imposição, em busca de soluções

Busca o equilíbrio emocional

Busca o equilíbrio emocional

Relacionamentos em confiança e em respeito

### COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

É passível

Observação: evitar ser julgado e ser julgado pelos outros

Respeito: a quem tem quem respeitar

Respeito: a quem tem quem respeitar

Respeito: a quem tem quem respeitar

### BENEFÍCIOS

Compreensão melhor as emoções

Ambiente mais saudável

Condição de debates e discussões com mais facilidade e consenso. Não suprimo os debates e discussões, mas, ajuda a conduzi-los com mais facilidade e consenso.

### ESCUITA ATIVA

Foco em quem o que é dito

Compreender o que o outro tem a dizer

Deixar o comentário com mais clareza e afinidade

Torna diálogos mais eficientes

**VANTAGENS DA BOA GESTÃO DE CONFLITOS**

Promove um ambiente saudável;  
Melhora o engajamento;  
Fortalece a cultura;  
Reduz denúncias e litígios.



**PIBA**

**FEEDBACK**

1. Recipiente enviado à empresa sobre o resultado de uma tarefa que já foi realizada; resposta.
2. Dar respostas.



**BALDE FURADO**

Temos um balde comoco e todo feedback que recebemos, sei para esse balde.

Na dependência desse balde, furos são feitos no balde, e o feedback se perde.

Se os furos vierem de fora, não dá para fazer nada.






**PIBA**

**ORIGEM DOS FUROS**

- Pais
- Pais / Família
- Amigos
- Cônjuge
- Colegas de trabalho

**O QUE INDICA BALDES VAZIOS?**

- Baixa nível de produção / desempenho
- Dificuldade de relacionamento
- Processos ineficientes
- Lideragem ineficiente



**TAMPANDO OS FUROS**

- De feedback de qualidade
- Dejar a incoerência
- Conversar as realizações
- Dejar o poder de tomar decisões






**TIPOS DE FEEDBACK**

- Diretivo
- Incentivo
- Corretivo
- Realista



“Dar feedback é um desafio para gerentes, porque as outras pessoas e a forma como elas reagem para garantir essa capacidade de dar retorno. É ser capaz de fazer uma leitura das outras pessoas, não é uma facilidade mais, mas não que pressuposto de ser possível.”

— Richard Schonberger






**O FEEDBACK**

- Valore um plano;
- Focar em melhoramentos;
- Faça abordagens específicas;
- Esculte (ouça o outro);
- Deixe a brevidade e encerre a troca assim que alcançar seu ponto de vista.






### ERROS COMUNS

- Dar apenas feedback negativo
- Não ser específico
- Ser muito formal
- Não avaliar o contexto do feedback
- Não prestar feedback
- Ignorar o tipo de feedback recebido
- Não avaliar o comportamento do receptor
- Não avaliar o comportamento do emissor
- Comparar com outros colaboradores

### ETAPAS PARA O FEEDBACK EFICAZ

**X P C I CP**

COMUNICAR | ENTENDER O CONTEXTO COM PRECISÃO | DEBATER O COMPORTAMENTO DE ALGUÉM | ESCOLHER O MOMENTO | CONVERSAR COM O COLABORADOR

### ETAPAS PARA O FEEDBACK EFICAZ

K	P	C	I	CP
<b>COMUNICAR</b>	<b>ENTENDER O CONTEXTO COM PRECISÃO</b>	<b>DEBATER O COMPORTAMENTO DE ALGUÉM</b>	<b>ESCOLHER O MOMENTO</b>	<b>CONVERSAR COM O COLABORADOR</b>
De quem vem esse feedback? Quem é o emissor? Como ele se relaciona com o receptor?	Em que situação o feedback ocorreu? Qual o contexto? Quando e onde ocorreu?	Qual o comportamento observado? Qual o contexto? Qual o impacto dele no trabalho?	Qual o momento ideal para dar o feedback? Qual o contexto? Qual o impacto dele no trabalho?	Qual o momento ideal para dar o feedback? Qual o contexto? Qual o impacto dele no trabalho?

### ETAPAS PARA O FEEDBACK EFICAZ

K	P	C	I	CP
<b>COMUNICAR</b>	<b>ENTENDER O CONTEXTO COM PRECISÃO</b>	<b>DEBATER O COMPORTAMENTO DE ALGUÉM</b>	<b>ESCOLHER O MOMENTO</b>	<b>CONVERSAR COM O COLABORADOR</b>
De quem vem esse feedback? Quem é o emissor? Como ele se relaciona com o receptor?	Em que situação o feedback ocorreu? Qual o contexto? Quando e onde ocorreu?	Qual o comportamento observado? Qual o contexto? Qual o impacto dele no trabalho?	Qual o momento ideal para dar o feedback? Qual o contexto? Qual o impacto dele no trabalho?	Qual o momento ideal para dar o feedback? Qual o contexto? Qual o impacto dele no trabalho?

### VANTAGENS DO FEEDBACK CONSTANTE

- Desenvolvimento
- Fluidez na comunicação
- Melhoria na equipe e gestão de pessoas
- Criação do potencial para uma equipe empoderada!

### Feedback é uma forma de acolhimento

### 4ª ATIVIDADE

**CURSO: GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS**

- 1) Como se dá a comunicação?
- 2) Como se dá a comunicação?
- 3) O que precisa ser feito para evitar o conflito?
- 4) Sempre que há uma situação de conflito, é necessário que haja uma comunicação clara e objetiva?
- 5) Como se dá a comunicação para evitar o conflito?

Esta atividade faz parte do curso de Gestão de Equipes Empoderadas, oferecido pelo PIBA.

### GESTÃO DE EQUIPES EMPODERADAS



1. Trabalho em equipe
2. O que é uma equipe interprofissional?
3. Aspectos essenciais para um ambiente propício a gestão de equipes interprofissionais
4. Características para equipes interprofissionais
5. Vantagens de uma equipe interprofissional

**ÍNDICE**



### TRABALHANDO EM EQUIPE

- ✓ Está aberto à diferenças físicas
- ✓ Comunicação clara
- ✓ Cooperação
- ✓ Responsabilidade



•• O trabalho em equipe de profissionais permite proporcionar ao cliente a máxima eficiência de trabalho, tanto em termos de eficiência quanto em termos de custos, além de proporcionar um ambiente de trabalho mais agradável e saudável.



**PIBA**



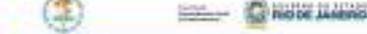
### EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

É aquela que é composta por pessoas diversas, que vivem de diferentes histórias profissionais, que se especializam em áreas distintas e que possuem habilidades, características, temperamentos, perfis e pontos de vista variados que atuam entre si, conversam, dividem ideias, trabalham de forma colaborativa para atingir os resultados juntos, atuando sincreticamente.



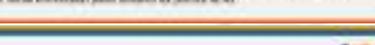
### É ESSENCIAL PARA O TRABALHO EM EQUIPE...

- Bem-estar
- Liberdade, autonomia e motivação
- Boa comunicação e suporte
- Reconhecimento
- Escuta
- Metas bem compartilhadas

### 17.16.3. CURSO III - Mapeamento, Busca Ativa, Cadastramento e Recadastramento das Famílias:

<p><b>ORIENTAÇÕES PARA O CADASTRAMENTO</b></p> <p>Para fins do Cadastro Único, a família de baixa renda é formada por indivíduos de constituição de família de até 5 (cinco) membros residentes, incluindo a mãe, o pai ou o responsável, e pelo(s) filho(s), quando criança ou adolescente, os quais residam em situação de pobreza e/ou de extrema pobreza.</p> <p>Seu objetivo é que as famílias que vivem em situação de pobreza e/ou extrema pobreza possam ser identificadas como famílias de população vulnerável.</p> <p>Em muitas ocasiões, pessoas físicas, a situação econômica pode mudar rapidamente em situações locais, em regiões, ou em situações nacionais de forma rápida e inesperada.</p> <p>Em alguns casos, a gestão municipal do Cadastro Único pode realizar um diagnóstico de situação de vida e de renda das famílias afetadas para oferecer os tipos de cadastramento dessas famílias.</p>	<p>Para saber mais sobre as prioridades e a presença dessa população em cada estado ou município, a posição oficial do Cadastro Único pode consultar as Superintendências Federais PIBA.</p> <p>Para isso, basta acessar o site do MPO no Internet. Além disso, Superintendências, e poderão estabelecer parcerias com as Secretarias de Estado que atuam junto a esse grupo.</p> <p><b>Atenção:</b> Os Procedimentos, as Instruções Operacionais e as Confirmações Nacionais dos Procedimentos do Cadastro Único, recomendam a atualização do perfil de renda a menos de 12 meses, sempre quando houver alterações de circunstâncias econômicas dentro da família ou situação econômica.</p>
<p>De outra forma, as associações e entidades representativas das populações vulneráveis, organizadas nos diferentes níveis de governo, podem ser contatadas diretamente pelo Portal Único, que é uma iniciativa do Conselho CNU, apoiado pelo MPO e pelo MDA, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico de Políticas e Comunidades Tradicionais.</p> <p>Essa é uma iniciativa voltada para a promoção do desenvolvimento e o fortalecimento das organizações representativas de jovens e comunidades tradicionais, das quais os produtores vulneráveis são parte, por meio de uma plataforma online que permite não só a inclusão individual, mas a organização, com o acesso a disponibilização de serviços, entre outros serviços.</p>	<p><b>COMO IDENTIFICAR FAMÍLIA DE PESQUISADOR ATIVADO NO CADASTRO ÚNICO</b></p> <p>A forma de identificação das famílias de produtores ativos no Cadastro Único só é possível por meio do preenchimento do campo 3.03 no Formulário Cadastro Único - Ativação e Preenchimento de Dados. Nesse campo, deve ser informado o código 000 e a descrição TAMBAZÉ PESQUISADOR ATIVADO.</p> <div data-bbox="893 884 1141 952" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>3.03 Ativação e Preenchimento de Dados</p> <p>Código: 000</p> <p>Descrição: TAMBAZÉ PESQUISADOR ATIVADO</p> </div>
	<p>Se o produtor ativamente completar sua carteira de produtor (RGP), sua identificação pode sofrer a identificação de família como produtora ativa no código 3.03 do Formulário Cadastro Único (Suplementar 1).</p> <p>Se, portanto, houver a situação de que as famílias de produtores que não apresentem o documento podem se beneficiar quanto prioritário e mais próximo sendo identificadas dessa forma no Cadastro Único.</p> <p><b>Atenção:</b></p> <p>No cadastro eletrônico, o produtor ativamente é identificado somente com o código 000 que possui o código 3.03. Por isso, é importante verificar junto à família em qual situação ela esteja no Cadastro Único. Lembra-se que o campo 3.03 não aceita múltipla seleção.</p>
<p><b>MAPEAMENTO E BUSCA</b></p> <p><a href="https://www.cadunico.org.br/mapeamento-e-busca">https://www.cadunico.org.br/mapeamento-e-busca</a></p>	<p><b>Referências:</b></p> <p>BRASIL, Lei nº 6.762, de 14 de dezembro de 1989 (Lei nº 6.762/89) - Lei de dezembro de 1989.</p> <p>BRASIL, Lei nº 10.233, de 11 de maio de 2001 (Lei nº 10.233/01) - Lei de 11 de maio de 2001.</p> <p>BRASIL, Lei nº 10.233, de 11 de maio de 2001 (Lei nº 10.233/01) - Lei de 11 de maio de 2001.</p> <p>BRASIL, Lei nº 10.233, de 11 de maio de 2001 (Lei nº 10.233/01) - Lei de 11 de maio de 2001.</p> <p>BRASIL, Lei nº 10.233, de 11 de maio de 2001 (Lei nº 10.233/01) - Lei de 11 de maio de 2001.</p> <p>BRASIL, Lei nº 10.233, de 11 de maio de 2001 (Lei nº 10.233/01) - Lei de 11 de maio de 2001.</p> <p>BRASIL, Lei nº 10.233, de 11 de maio de 2001 (Lei nº 10.233/01) - Lei de 11 de maio de 2001.</p>
<p>OBIGADA!</p> <p>Professora Nilza da Sampaio Sampaio</p>	<p><b>ANEXO 1</b></p> <p><b>Protocolo de Trabalho Família Única</b></p> <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO</b></p>

 <p><b>Cláudia</b></p> <p>Tem Cláudia Dória Simões, graduada pela Universidade Federal Fluminense.</p> <p>É do Instituto Social de Psicologia da UFRRJ, onde atua desde 2014, onde atua na Direção Geral da Política de Assistência Social. Também atua como Assessora Social de Políticas Sociais de São Paulo da Prefeitura Municipal de São Paulo e atua na Direção Política da Política de Saúde.</p>  	<p>QUE CLÁUDIA TEM COMO PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES E REFLEXÃO SOBRE ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS IMPORTANTES PARA QUE POSSAMOS ENTENDER A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TAMBÉM COMO ENFRENTAR O CUIDADO SOCIAL E COMO A ASSISTÊNCIA SOCIAL E NÃO-ESPECIALIZADAS ESPECIALIZADAS.</p> <p>CONHECENDO TAMBÉM AS ABRAÇAMOS, TENDENDO COMO OBJETIVO, BUSCAR ENTENDER A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA MANUSEAR A BUSCA ATUAL, ENTENDENDO E RECONHECENDO QUE A FAMÍLIA JAMALMENTE ENTENDETE AOS PODERES E COMISSARIAS TRADICIONAIS.</p> 
 <p><b>Aula 1: A Política Nacional de Assistência Social e as SUAS</b></p> 	<p>Reflexões sobre a aula:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Assistência Social como política pública.</li> <li>Como se organiza a política de assistência social?</li> </ul> 
<p><b>A SEGURANÇA SOCIAL</b></p>  <p>A Constituição Brasileira de 1988 afirma o termo segurança social para primeira vez e qual sentido se dá ao seu conceito de acordo com a realidade das fronteiras nacionais e no momento, desenvolver a segurança de fronteiras nacionais e saúde, a previdência e a assistência social.</p> <p>A ideia é que através de todos os setores do Estado, isso poderia garantir o acesso a educação, proteção e segurança da saúde de população.</p> <p>A Assistência Social é um sistema desenvolvido para lidar com pessoas em situação de vulnerabilidade e de sua família em casos de desemprego, doença, morte e outras situações.</p> <p>A Assistência Social é destinada a pessoas em situação de vulnerabilidade social, como idosos, pessoas com deficiência, crianças e famílias em situação de pobreza.</p> <p>Devem ser pilares da segurança social são importantes parâmetros e proteção social dos cidadãos. Incluem, também a implementação de políticas públicas destinadas ao atendimento às áreas de saúde pública, primeira saúde e previdência social.</p> 	 <p>Em 1991, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Regulamento de artigos 205 e 206 da Constituição que tratam da Assistência Social, garantindo assim a inclusão efetiva da CF/88 e a realização de um modelo descentralizado e participativo com três níveis de poder: federal, estadual e municipal.</p> <p>Assim, depois, com a aprovação da PMG e da NOB de dezembro de 1995, há a elaboração da política de AS, regulamentada no âmbito do CDSB e do LDB, e tratando os conceitos de vulnerabilidade e a implementação de SUAS, como a implementação dos níveis de atenção, os municípios, a implementação das famílias, financiamento partilhado, dentro outros.</p> <p>Com a criação da SUAS, também como base as garantias legais da LOAS e o regulamentação (Lei nº 8.742/93), surge uma profissionalização da política de AS através de procedimentos técnicos de implementação e execução de todos os processos.</p> <p>Com isso, há um processo de organização de políticas socialmente assistidas de uma rede de serviços especializados e articulados com o objetivo de enfrentar o mesmo através da criação de vulnerabilidade e risco social enfrentados pelas famílias da política de AS.</p> 
<p><b>POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b></p>  <p>Desde então, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é um direito de cidadão e dever do Estado e isso não faz parte da Política de Segurança Social não contribui (dentro das fronteiras nacionais). O Ministério responsável pela assistência social no Brasil é o <b>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</b>. A assistência social é uma política pública que garante a proteção social aos indivíduos, às famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. É um direito de todos cidadãos em todo momento. De modo organizado através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), primeiro em todo o Brasil.</p> 	<p><b>A PNAS estabelece algumas diretrizes para a implementação da SUAS, são elas:</b></p> <p><b>FINALIDADE SOCIAL</b> Estabelece que o Estado tem a responsabilidade na execução da Assistência Social, de modo a garantir o acesso e a garantia de acesso e o fortalecimento da política social em nível estadual e municipal.</p> <p><b>DESCENTRALIZAÇÃO</b> Política descentralizada e descentralizada de ações em cada nível de governo, incluindo o município e o fortalecimento de cada nível. Ao nível federal, estadual e municipal há responsabilidades específicas e inter-relacionadas.</p> 
<p><b>Interdisciplinaridade</b></p>  <p>O desenvolvimento da política é planejado entre União, Estados, DF e Municípios. A distribuição dos recursos é planejado por meio de integração da política de AS através de um modo nacional, estadual, descentralizado e participativo.</p> <p><b>Interdisciplinaridade</b> Refere-se à integração de famílias como ações fundamentais para a realização de todas as ações de trabalho de AS. É também o processo de trabalho, o qual tem, através de trabalho e produção de todos os setores.</p> 	<p><b>Descentralização</b></p> <p>Tem como referência a perspectiva de território para a implementação da política em nível de planejamento do desenvolvimento político e os serviços dentro dos municípios sendo distribuídos entre municípios conforme suas condições, necessidades, a realidade de população e contexto de cada um deles.</p> <p><b>Descentralização</b> Não é uma perspectiva de descentralização, mas sim a política de AS, sendo no planejamento quanto ao orçamento, implementação e avaliação dos projetos, programas, serviços e benefícios. A integração entre União e municípios fortalece a descentralização, a descentralização para a garantia de direito de cidadania social para todas as pessoas.</p> <p><b>COOPERATIVISMO</b> É realizado uma parceria entre o Estado de participação em conferências e conselhos, além de serem aos fatos e as ações de AS de forma planejada.</p> 

<p><b>PIBA</b></p> <p>A assistência social atua no de forma abrangida de política pública, visando o fortalecimento da família, o acesso às políticas sociais, o aprimoramento de condições para atingir o desenvolvimento e a produtividade dos membros da família.</p> <p>A participação popular no planejamento de sua execução também ficou assegurada com a criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão deliberativo tripartite, formado, no âmbito de sua atuação, por Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observando-se as prioridades e diretrizes estabelecidas por legislação específica da política de assistência social em níveis municipais.</p>	<p><b>PIBA</b></p> <p><b>Sistema Único de Assistência Social – SUAS</b></p> <p>O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um modelo de gestão pública que articula as estruturas e as funções dos municípios, estados e União para a execução e o planejamento de política nacional de assistência social. É um sistema público que integra os serviços de assistência social no Brasil com o objetivo de garantir participação dos atores do sistema e garantir aos seus níveis de governo (União, municípios, estados e União), para a execução e o planejamento de Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente famílias e forças reguladoras (familiares, serviços municipais e do Estado Federal).</p>
<p><b>PIBA</b></p> <p>Criação e partir das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e prevista na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o SUAS tem como base de implementação consolidada em 2005, por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/2003) que apresenta o conceito de assistência social sendo legalmente e em termos de implementação a consolidação da política.</p>	<p><b>PIBA</b></p> <p>No SUAS também há a oferta de benefícios assistenciais prestados a pessoas em situação de vulnerabilidade em contextos, caracterizada pelo a superação de situações de vulnerabilidade. Além disso, garante o acesso de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade através o Conselho Nacional de Assistência Social e Organização de Assistência Social (OAS) e consolidação de políticas e programas sociais.</p>
<p><b>PIBA</b></p> <p>Inter-relaciona com instituições (governamentais e da assistência social, família e Comunidade e Fome), o SUAS é composto pelas ações públicas e privadas que participam diretamente do processo de gestão compartilhada, social, econômico, jurídico, ético e a aplicação de recursos do SUAS são apoiadas e articuladas nos Comitês Integrais Regionais (CIR) e no Conselho Integrais Regionais (CIR). Essas organizações são responsáveis e articuladas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e pelos Comitês Integrais Regionais e atuam em assistência social, que desempenham um importante trabalho de assistência social.</p>	<p><b>PIBA</b></p> <p>O SUAS integra as ações de assistência social em dois tipos de proteção social:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. Proteção Social Básica:</b> destinada à promoção de lazer, saúde e proteção, por meio de oferta de programas, serviços, recursos e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social;</li> <li><b>2. Proteção Social Especial:</b> destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram suas famílias afetadas por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros.</li> </ol>
<p><b>PIBA</b></p> <p><b>Serviços e programas</b></p> <p>A política de assistência social oferece um conjunto de serviços para garantir que a família não fique desamparada quando ocorre situação de vulnerabilidade, por isso a sua capacidade de oferecer serviços sociais foi compreendida. Essas práticas podem estar relacionadas à oferta de apoio, ou quando algum membro da família depende de cuidados especiais, ou mesmo com apoio no dia a dia, com a entrega de alimentos em situações de vulnerabilidade, ou mesmo de apoio no atendimento em situações de vulnerabilidade.</p> <p><b>Unidades de Referência:</b></p> <p>Unidades de Referência são um conjunto de serviços públicos, que incluem atendimento para pessoas em situação de vulnerabilidade, de jovens, de mulheres, idosos, pessoas com deficiência e outros. As Unidades de Referência Social:</p>	<p><b>PIBA</b></p> <p><b>Proteção Social Especial:</b></p> <p>Tem por objetivo prevenir a situação de risco, oferecer de assistência social e ações emergenciais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).</p> <p><b>CRAS</b></p> <p>Localizado em áreas de maior vulnerabilidade, previamente identificadas por estudos, pesquisas e dados de vulnerabilidade social, constituindo-se como uma unidade permanente de proteção de caráter educativo para a população residente no seu território.</p> <p>A oferta do CRAS inclui profissionais de educação, formação, apoio psicossocial, saúde, assistência social e jurídica, em nome familiar, sendo articuladas por um coordenador, cujo nível é superior do nível superior, com expertise em trabalho comunitário e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioeconômicos.</p>
<p><b>PIBA</b></p> <p><b>Proteção Social Especial</b></p> <p>Tem como objetivo evitar situações de risco e oferecer de assistência social e ações emergenciais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).</p> <p><b>CRAS</b></p> <p>Constitui-se como uma unidade pública e estatal, oferecendo serviços especializados e atendimento à família e indivíduos em situação de vulnerabilidade de âmbito familiar, social, econômico, jurídico e político, visando a melhoria de condições de vida, promoção de trabalho socioeconômico, trabalho (CRAS) etc.</p> <p>A oferta do CRAS inclui profissionais de educação, formação, apoio psicossocial, saúde, assistência social e jurídica, em nome familiar, sendo articuladas por um coordenador, cujo nível é superior do nível superior, com expertise em trabalho comunitário e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioeconômicos.</p> <p><b>CRAS RPS</b> – Centro de Referência Especializado de Proteção Social em Situação de Risco.</p> <p>Destina-se à referência para famílias em vulnerabilidade e suas famílias.</p> <p><b>Unidades de Referência</b> – Uma ou várias unidades de referência, incluindo as unidades de referência.</p>	<p><b>PIBA</b></p> <p>Ações sociais e educacionais podem ocorrer com outros indivíduos que podem ser públicos ou privados de assistência social, por serem atendidos, por exemplo, a serem crianças e adolescentes e pessoas em situação de risco, dentro outros serviços.</p> <p>O SUAS de Assistência Social é um sistema que atua em nível municipal, por ser uma unidade permanente de proteção de caráter educativo para a população residente no seu território. A oferta do CRAS inclui profissionais de educação, formação, apoio psicossocial, saúde, assistência social e jurídica, em nome familiar, sendo articuladas por um coordenador, cujo nível é superior do nível superior, com expertise em trabalho comunitário e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioeconômicos.</p>

 <p><b>Condição de SAAS</b></p> <p>O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) sempre possui níveis de gestão de âmbito, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. As responsabilidades de cada nível são estabelecidas pelo planejamento, ações, execução e avaliação de ações. O município, por sua vez, possui a gestão de assistência social dentro de sua área de competência, tendo suas responsabilidades delimitadas na forma operacional fixada em leis do governo municipal e do Distrito Federal, São possíveis três níveis de gestão: os níveis local, médio e plano.</p>	 <p>A <b>Sistema Operacional Básico de SUAS (SOBAS)</b> é um documento que foi criado em 2010 para definir e padronizar institucionalmente a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e sua implementação nos entes federados, incluindo no seu âmbito. A SOBAS é um instrumento normativo para os gestores que atuam no SUAS, sendo a base do SUAS/2010 que a partir dele estabeleceram diversas estratégias que atuam no âmbito da política social e prevenção que visam aos serviços programados, sempre essenciais.</p>
 <p>Vamos assistir um vídeo referente</p> <p>Sistema Operacional Básico - Documento SUAS - SOBAS</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=9g9g9g9g9g">https://www.youtube.com/watch?v=9g9g9g9g9g</a></p>	 <p><b>Referências:</b></p> <p>BRASIL. Lei nº 6.342, Lei Orgânica do Distrito Federal (DF). Brasília: DF, 7 de dezembro de 2005.</p> <p>_____. Sistema Operacional Básico de Sistema Único de Assistência Social - SOBAS/2010. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2010.</p> <p>_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2000. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2000.</p>
 <p>Professora <b>Nivella Sacramento Santiago</b></p> 	 <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS</b></p> <p>UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO</p>
 <p><b>Aula 2: TERRITÓRIO, CONCEITOS E CONCEPÇÕES</b></p> 	 <p><b>Reflexões sobre a aula:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– O que é um território?</li> <li>– Quais fatores interferem na configuração de um território em seu território?</li> <li>– Que importância o território tem na organização social das pessoas que nele vivem?</li> <li>– Como o território auxilia na análise e implementação de políticas de equidade social?</li> <li>– Qual a importância do território para as pessoas e comunidades tradicionais?</li> </ul>
 <p><b>TERRITÓRIO: CONCEITOS E CONCEPÇÕES</b></p> <p>Um grupo de pesquisadores do IBGE desenvolveu uma série de estudos para entender como uma determinada comunidade organiza o espaço e como ela se relaciona com o território. O território é um espaço físico, social e político, que se constitui a partir de um conjunto de relações entre as pessoas e o espaço.</p> <p>O território é um espaço físico, social e político, que se constitui a partir de um conjunto de relações entre as pessoas e o espaço.</p> <p>O território é um espaço físico, social e político, que se constitui a partir de um conjunto de relações entre as pessoas e o espaço.</p>	 <p><b>Exemplos de territórios e suas ações no território</b></p> <p>Exemplos de territórios e suas ações no território. Exemplos de territórios e suas ações no território. Exemplos de territórios e suas ações no território.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Território social: é o território em que se forma um país, como o Brasil, Argentina ou Estados Unidos. Trata-se de uma delimitação de espaço onde um Estado governa. O que une uma nação são aspectos culturais, como a língua e as costumes, além de relações econômicas e políticas.</li> <li>2. Território cultural: abrange uma área, em que determinado aspecto cultural se manifesta. São exemplos os territórios indígenas, territórios quilombolas ou territórios de gestores.</li> </ol> <p>Dados do espaço devem ser analisados dentro do território político. Em 2010, o território de um país pode ser definido por uma combinação de fatores físicos, culturais, econômicos e políticos que se relacionam entre si e se constituem em um território político.</p>

 <p>O conceito de território segundo Milton Santos é uma forma de compreender e explicar como uma sociedade (país) que embora não agisse a nível global, mas também as relações locais, globais e nacionais que se estabelecem em um determinado lugar. O território é portanto uma forma política e econômica que define para onde pertence a uma região, marcado pelo trabalho humano e sua tecnologia. (SANTOS, Milton.)</p>	 <p>O território é o resultado de uma articulação de práticas históricas, artísticas, sociais que produzem condições particulares para a construção dos territórios em determinado espaço. Desta modo, o território é um elemento que juntamente com outros fatores, atua em conjunto com outros, que podem proporcionar processos de fortalecimento de relações, mas que não tornam realidade condições de regularização dos padrões de existência. (Lorenzato, 2009, p. 126)</p>
 <p><b>ENTENDENDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO NO SUAS</b></p> <p>Para a existência total o conhecimento da estrutura atópica e dinâmica do território, embora seja possível, torna fundamental experimentá-lo. Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a definição de território abrange a interação dos Campos de Referência de Assistência Social - CRAS, considerando-se também a realidade socioeconômica e cultural do território: serviços, habitação, comércio e recreação e as vulnerabilidades existentes no território: as características do modo de servir, bens, serviços e regimes, as condições de reprodução e manutenção social, a situação de organização e mobilização comunitária e suas estratégias institucionais e políticas.</p>	 <p>Logo, a territorialização representa uma nova lógica de organização do espaço do território local, mas persistente de territorialização desde os diferentes territórios de existência. Assim, o território é a base de organização do UAS, mas é necessário estudar que o território representa muito mais que o espaço geográfico. Desta forma, o território pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços interativos que expressam diferentes dimensões e configurações sociais, e PNAS (2004), indica a importância do território territorial para política, assim que a identificação de territorialização em sua realidade, marcado pelo deslocamento social, o que de fato é a definição de serviços, programas e projetos territoriais e intervenções com foco em si mesmos, assim pode-se dizer que a descentralização e a territorialização de bases fundamentais para o desenvolvimento de ações integradas com as demais políticas sociais como perspectiva de sustentabilidade, e que busca sempre um a superação de limites.</p>
 <p>Um dos objetivos da atual conjuntura está em avaliar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) sob as lentes de sua relação com as territorializações considerando as experiências de trabalho social e as estratégias institucionais no cotidiano e o fato de que "a territorialização se faz pelas organizações e organizações que em conjunto vão construir um novo tipo de organização de vida em cada território" (Espinosa, 2008, p. 90).</p>	 <p>A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é uma política pública brasileira que visa garantir e proteger social em condições de situação de vulnerabilidade, incluindo os povos e comunidades tradicionais (PCT).</p> <p>O conceito de território e territorialização tem grande importância quando pensamos o trabalho do PNAS em uma perspectiva institucional política pública que atuam e atuam no nível e comunidades tradicionais.</p> <p>A importância de trabalhar o território no trabalho social e em política social (PCT) e fundamental para o nível de trabalho social em comunidades tradicionais.</p> <p>Trabalhar o território é compreender como acontece a relação dos atores e como o trabalho social e os recursos locais, bem como para compreender suas práticas culturais e modos de vida. É partir desta compreensão, é possível definir estratégias institucionais que respondam às especificidades culturais e territoriais locais globais, contribuindo para a promoção de equidade e da justiça social.</p>
 <p><b>Quem são os povos e comunidades tradicionais (PCT)?</b></p> <p>Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, possuem conhecimentos, modos e/ou práticas próprios e se organizam para a defesa de seus e de seus territórios. (Art. 1º, II, Lei nº 10.639/03).</p>	 <p><b>COMUNIDADES TRADICIONAIS</b></p> <p>Além dos indígenas, existem mais 2 povos tradicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quilombolas</li> <li>Apurícaras de Lencóis, Minas</li> <li>Capangaras</li> <li>Cabanos de Mangá</li> <li>Quilombos, Dourados</li> <li>Quilombos</li> <li>Copacabana</li> <li>Copacabana</li> <li>Alto do Lins</li> <li>Quilombos</li> <li>Caramuru</li> <li>Estrelas</li> </ul>
 <p><b>COMUNIDADES TRADICIONAIS</b></p> <p>Além dos indígenas, existem mais 2 povos tradicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quilombolas</li> <li>Apurícaras de Lencóis, Minas</li> <li>Capangaras</li> <li>Cabanos de Mangá</li> <li>Quilombos, Dourados</li> <li>Quilombos</li> <li>Copacabana</li> <li>Copacabana</li> <li>Alto do Lins</li> <li>Quilombos</li> <li>Caramuru</li> <li>Estrelas</li> </ul>	 <p>Vamos assistir um vídeo para melhor compreensão do conceito de território apresentado.</p> <p><a href="https://youtu.be/3Ww-ToF3-87w?list=WL&amp;list=OL">https://youtu.be/3Ww-ToF3-87w?list=WL&amp;list=OL</a></p>

<p><b>Tema da aula:</b> Falar em linguagem dos princípios conceituais filosóficos, culturais, acadêmicos e sociais de caráter ao qual permeiam esta disciplina.</p>	<p><b>Referências:</b> ANDRADE, A. F. (2006). <i>Condições históricas e perspectivas futuras da política pública de assistência social no Brasil</i>. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. BRASIL (1994). <i>Lei nº 8.662, de 14 de maio de 1994</i>. Lei nº 8.662, de 14 de maio de 1994, que institui o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro/Serviço de Proteção do Estado do Rio de Janeiro. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2000). <i>Política Nacional de Assistência Social</i>. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. FRAGA, D. (2008). <i>Metodologia de pesquisa: métodos qualitativos de coleta e análise de dados</i>. São Paulo, SP: Cortez. MARTINS, M. <i>A construção do saber: Manual de métodos de pesquisa</i>. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p>
<p><b>Objetivo</b> Melhorar a visão do aluno</p>	<p><b>AULA 2</b> PROCESSO DE BUSCA ATIVA E Mapeamento</p> <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS</b></p>
<p><b>AULA 3: A Rede socioassistencial: abordagens interdisciplinares e intersetoriais.</b></p>	<p><b>REFLEXÕES SOBRE A AULA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Como usar a rede socioassistencial?</li> <li>Como pensar sobre este tema sob a ótica da interdisciplinaridade e da transversalidade na PMAE?</li> </ul>
<p><b>O que é Rede?</b></p> <p>Quando pensamos em rede, geralmente se apresenta imagens que visualizamos a de um conjunto de fios e nós interligados. A imagem de uma rede de pesca é normalmente invocada, mas também se apresentam outras imagens, como rede de computadores, redes sociais, rede de metrô etc. Nesse sentido, a noção de rede expressa "uma tela de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações, que se tornam ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida cotidiana" (Carrara, 2003: 2). Retornando à imagem de fios e nós, podemos dizer que os nós representam as pessoas ou instituições, sendo os fios os diferentes tipos de vínculos que existem entre elas.</p>	<p><b>O que é Rede?</b></p> <p>Teoricamente, rede pode ser definida como um conjunto de relações, relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e interdependente, entre uma variedade de atores que compartilham objetivos comuns e recursos para perseguir o interesse coletivo. Adicionalmente, a cooperação é a melhor maneira de alcançar esses objetivos (Bourdieu, 1983 and Flaxey &amp; Douvres, 2001: 8).</p>
	<p><b>Rede: intersetorial ou socioassistencial e intersetorial.</b></p> <p>A rede (RD) é o sistema que se desenvolveu com intuito de promover serviços e interações, desde que tenham resultados de fato e de forma sustentável. As relações e ações envolvidas são aquelas que geram ou não os resultados transformadores dos indivíduos, além de fortalecerem a cultura política, baseada no trabalho de rede e de fazer, expressão concreta do cotidiano de poder, onde a cultura produzida é jurídica e gerencial. Interfere na produção de resultados. Também, não se trata apenas de um aproveitamento que muitos se pedem, mas de sistemas materiais, culturais e organizacionais de direito, com políticas de gestão de recursos, e que também dependem de práticas institucionais e organizacionais.</p>

 <p><b>O que é interseccionalidade?</b></p> <p>A interseccionalidade é uma articulação de poderes e experiências com vista ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas (Inglês, 2001).</p>		<p>Portanto, o trabalho interseccional é uma estratégia política complexa, cujo resultado na gestão de uma cidade é a construção da fragmentação das políticas nos vários níveis, sendo uma estratégia.</p>  
 <p>É um dos instrumentos mais utilizados para a construção de políticas públicas, e configuram-se como um desafio e um compromisso, uma vez que, geralmente exigem negociações para a construção e integração entre os diferentes setores setoriais, na realização de políticas ou programas, visando a forma de integração para garantir dos direitos sociais, no âmbito do SUS.</p> <p>Permite trabalhar a cidade no seu todo, não necessitando intervenções pontuais, demonstrando que ações isoladas requerem necessariamente políticas sem eixo setorial, como Educação, Trabalho e Emprego, Saúde, Habitação, Cultura, Segurança Alimentar etc.</p>		 
 <p>O desafio desta política radica no fato articulado e integrado, através de políticas que a não se sobrepõem, propiciando uma atuação articulada e integrada dos poderes do estado, no que se compreende de realidade social, de modo que, sem problemas não sejam tratados de forma fragmentada, através de ações desconexas que afetam sua realidade social.</p> <p>Interseccionalidade opera também no entendimento de que, não precisa haver articulação, conexão, ações conjuntas, ações horizontais entre setores e responsabilidades de setores para garantir a integralidade dos ações. É importante ressaltar que a construção e realização das políticas não se faz sem a participação social, enquanto essencial da legitimidade para a construção dos direitos sociais.</p>		<p><b>A interseccionalidade no SUS</b></p> <p>A política de assistência social dentro do âmbito político atende à e que mais busca atender com a fragmentação dos instrumentos, processos e políticas, e ao estabelecer a interseccionalidade como um dos eixos estruturantes, sem estabelecer uma série de vinculações que dificultem a construção de um trabalho em rede articulado e integrado, dentro de uma cultura política nacional baseada por ações de caráter articuladas, integradas e coordenadas.</p> <p>As no entendimento, o Sistema Único de Saúde (SUS) constitui um modelo de gestão descentralizado e participativo, com ênfase a integração entre os setores setoriais para o enfrentamento da doença, a garantia aos direitos sociais, ao promover de condições para atender necessidades sociais e a universalização dos direitos sociais, como resalta no art. 19º, Parágrafo Único, do Estatuto das Secretarias de Saúde (ESAS).</p>
 <p>A ideia de interseccionalidade está integrada à construção de descentralização que por sua vez, tem como objetivo a transferência de poder e de funções administrativas para outros setores do governo, em especial a municipal. Nesse sentido o papel de gerir as ações interseccionais no âmbito das políticas sociais fica a cargo dos governos municipais.</p> <p>Uma das ações geridas do SUS é o trabalho e a responsabilidade pelo diagnóstico e gestão do SUS, bem como assegurar que os serviços que compõem a rede municipal tenham os parâmetros e normas técnicas orientadas para melhoria dos serviços, a gestão e a produção.</p>		 <p>O papel do poder é estabelecer redes interseccionais integradas para garantir direitos e organização de produção e defesa dos direitos, visando tanto a produção de experiências inovadoras, quanto a compreensão de que a realidade social não é uma e só de famílias e indivíduos é complexa e heterogênea.</p>
 <p>É preciso que implemente um trabalho interseccional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• estabelecer uma agenda de trabalho comum;</li> <li>• definir um calendário de reuniões;</li> <li>• trabalhar com planos, parcerias de coordenação para as reuniões e reuniões;</li> <li>• ter uma construção democrática;</li> <li>• seguir os passos de encontro, reuniões e encontros;</li> <li>• estabelecer reuniões para estabelecer as gestões das diversas políticas públicas e as organizações de sociedade civil.</li> </ul>		 <p>As propostas e o diálogo de políticas de assistência social são os setores públicos, privados e sociais, com o respeito ao funcionamento de cada setor, em especial de comunicação, aumentando assim, a capacidade de diálogo, conflitos, e criando a possibilidade de políticas Programáticas e ações de apoio técnico em objetivos e resultados, integradas.</p>

<p>O PIBA foca na lógica de gestão do direito de acesso à proteção social. Portanto, é dever do Estado, representado pelas instituições do SUS e das demais políticas, efetivar as medidas mais eficazes e eficientes, garantindo a qualidade de suas ações. Portanto, toda ação ou estratégia deve inspirar-se nos melhores exemplos de boa prática de atuação. É fundamental garantir ações e trabalhos realizados já que possuem sucesso em outras ações e práticas de políticas sociais.</p>	<p>Depende-se que um trabalho articulado entre os serviços, programas e benefícios e com outras políticas sociais, resulte em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção emprego e inclusão</li> <li>• Integração de rede com acesso a serviços e serviços públicos</li> <li>• Redução de custos de trabalho</li> <li>• Acesso à justiça</li> <li>• Melhorias</li> <li>• Integração de rede de apoio e de proteção de vida</li> <li>• Eficiência de trabalho social</li> <li>• Participação social</li> <li>• Prevenção</li> <li>• Efetivação dos direitos e da estratégia de intervenção e reabilitação</li> </ul>
<p>Participando no curso "Vida Melhor".</p> <p><a href="https://www.uerj.gov.br/portal/curso">https://www.uerj.gov.br/portal/curso</a></p>	<p><b>Processo de avaliação</b></p> <p>Realizar um estudo de caso aplicado ao curso "Vida Melhor" identificando os principais desafios de trabalho e direito e elaborar estratégias sob a perspectiva da intervenção social.</p>
<p><b>Informações</b></p> <p>Universidade Estadual Paulista de Administração Econômica Social – UPAE, Brasília, DF, 2020 (PAE).</p> <p>Coordenador Técnico: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Brasília, DF, 2019/2020.</p> <p>INAC/IBS/STF: Suavizar conflitos entre a informalidade entre as políticas públicas (2022).</p> <p>PEREIRA, L. de T. G.; FERREIRA M. S. Suavizar conflitos entre as políticas sociais: reflexões sobre as concepções políticas de assistência social (2022).</p> <p>Ministério da Administração Social e Consumo e Fome Zero (2004). Política Nacional de Assistência Social - <b>PRAC/2004</b> e Sistema Operacional Básico - <b>SOB/SUB</b></p> <p>INAC/STF, Nota M. 2019/19 em política e serviços públicos. Administração Social com Interatividade. Caderno Técnico, São Paulo, v. 12, p. 180-110, 2019.</p>	<p><b>AULA 4 - POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b></p> <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS</b></p> <p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</p>
<p><b>Aula 4: FAMÍLIAS E PROTEÇÃO SOCIAL</b></p>	<p><b>REFLEXÃO SOBRE A AULA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Como se relaciona sua família ao trabalho?</li> <li>- Qual a importância de se trabalhar e reconhecer também na Política de Assistência Social?</li> </ul>
<p>A família representa a unidade entre pessoas que possuem laços comuns de convivência e baseadas no afeto.</p> <p>Segundo a Constituição Brasileira, é dever da família assegurar educação, bem-estar e organização fundamentadas na relação afetiva entre seus membros.</p> <p>Entretanto, não se trata de um conceito rígido ou imutável. Ao longo do tempo, a estrutura familiar passou por diversas alterações.</p>	<p>Atualmente, após debates envolvendo direitos políticos de cidadãos, o direito brasileiro passou de um conceito familiar de fundamento no afeto, para reconhecer também o afeto, que também a família no âmbito econômico e jurídico.</p> <p>Na sociologia, a família representa uma agregação de indivíduos unidos por laços afetivos ou por parentesco, vividos em unidade ou separadamente pela comunidade ou sociedade.</p> <p>A família representa a organização social e política fundamentada na interação dos indivíduos.</p>



Um e a Família (2015), de Tereza de Alencar

Além de mostrar que, tradicionalmente, a ideia de que a família brasileira constitui uma determinação da estrutura, a forma como os indivíduos se organizam e dão significado à família é, fundamentalmente, cultural. São interpretações muito diversas aquelas relativas à família e ao gênero.

**Crescimento da Família na Constituição Brasileira**

Tradicionalmente, a família foi uma estrutura fortalecida no movimento regulado pela Constituição Federal de 1988 (art. 226), a família em constituição legal, os pais, mas com os conselheiros, o direito de parentesco estabelecido, o casamento.

O conceito de família abrange diversas formas de organização baseada na relação afetiva entre seus membros e o vínculo com os indivíduos não geneticos.

É, desde então, dentro de cada, sem proteção jurídica, todos os outros formas de arranjo. Após uma série de debates, o estado brasileiro passou a tratar como fundamento para a constituição de família, não mais o casamento e a procriação, mas o afeto.

Além de ser o ponto de partida para as leis que visam cuidar o indivíduo, abrangendo sua atuação para um novo conceito de família: pessoas unidas por laços afetivos.

A família contemporânea é caracterizada pela multiplicidade de arranjos entre pessoas adultas e filhos, e mesmo fora de família entre indivíduos relacionados entre si e sociedade.

**Novos modelos de arranjo de família contemporânea são:**

- **Família Nuclear:** Constituída por dois adultos, homens e mulheres, com filhos biológicos ou não. Tanto concepção não são necessariamente os pais e filhos biológicos, são o pai e a mãe.
- **Família Reconstituída ou Remanescente:** Formada por dois adultos e filhos que não sempre são os filhos biológicos de um dos pais. Assim, uma família inclui os filhos biológicos de um dos pais e, posteriormente, os filhos biológicos dos outros dois pais que se uniram.
- **Família Monoparental:** Formada apenas por um adulto, seja o pai ou a mãe, que tem a cargo filhos biológicos de outro.

**Família Monoparental ou Remanescente:** Constituída por dois adultos em presença entre eles, porém com filhos biológicos de um dos pais.

**Família Inter-religiosa e Família Inter-cultural:** Com a migração e os fenômenos de transição, há uma oportunidade de enfrentar relações fora de um grupo cultural e étnico. Dessa maneira, surgem casos de cultura diferentes, que tanto podem integrar ou não, e que serão afetados entre si e a sociedade, e a cultura, dentro e fora dela.



PIBA: As diferentes estruturas sociais, as diversas relações de estado e sociedade

A política nacional de assistência social (PNAS) define família como sendo o "conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e de dependência, com interesses e responsabilidades sociais, produzindo obrigações recíprocas e o compartilhamento de bens e no desempenho conjunto". A PNAS também é caracterizada por estar na conformação da política pública social, promovendo uma proteção integral para os cidadãos que vivem em situações sociais, econômicas e socio-culturais, e fortalecendo a cultura de participação no planejamento dos momentos sociais de políticas públicas.

**Multiplicidade assistencial: a família como eixo central de proteção social**

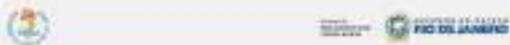
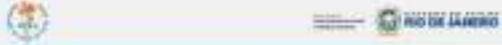
A multiplicidade assistencial é uma das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), onde a família é um eixo central no modo de proteção da Assistência Social (AS).

No momento de planejamento de atuação, a família pode ser abordada pela política de AS, com o objetivo de fortalecer suas estruturas familiares e proporcionar, garantir ou fortalecer a proteção social.

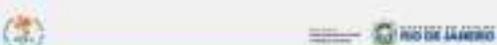
A família, como provedora de cuidado, necessita também de proteção e cuidado do Estado. Ao fortalecer suas ações na família, a PNAS garante a promoção de seu direito, o acesso ao atendimento no caso de risco que está sendo acompanhado através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A PNAS, ao adotar o princípio da não-substituição assistencial, busca evitar, "de qualquer maneira" a família em situação de pobreza social brasileira. Como eixo central da proteção social, a família é responsável pela proteção e fortalecimento de seus membros. Devido ao risco social, econômico, que se encontra em meio às situações sociais, econômicas e socio-culturais, a multiplicidade e a cultura de participação no planejamento dos momentos sociais de políticas públicas.

O trabalho social precisa ser adaptado à realidade das famílias. Algumas das metodologias precisam ser adaptadas ou serem criadas e desenvolvidas e serem em termos metodológicos, adaptadas à nova forma de pensar sobre família.

 <p>Segundo Maria do Carmo Bion-Delaville:</p> <p>"O Estado e família compartilham papéis centrais, em suas respectivas funções de educação, regulação, normatização, proteção jurídica de propriedade, poder e direito de polícia e assistência. Tanto família quanto Estado, funcionando de modo similar, como filtros regulatórios de educação, trabalho e consumo.</p> <p>Esses contatos, podem ser que família e política possam ter funções correlatas e complementares no desenvolvimento e a produção social dos indivíduos." (SARINHO, Maria do Carmo Bion, 2017).</p>	 <p>Querêis assistir a vídeo "Novos arranjos familiares"?</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=1M612mAKu58">https://www.youtube.com/watch?v=1M612mAKu58</a></p>
 <p>É comum que se veja uma das ações de socialização, no mesmo contexto, família e comunidade, em que todos se questionam sobre qual o papel de cada agente.</p> <p>Cerca de 20% das famílias são chefiadas por mulheres, que são as responsáveis por dar suporte a maior parte do orçamento de casa, sendo que as crianças são criadas em outros espaços de socialização, como creches, aulas e projetos sociais.</p> <p>O conceito das famílias não acontece como nos EUA, ou, o processo que a forma de trabalhar com cada membro dessas famílias precisa ser repensado, atendendo as necessidades que são próprias da realidade.</p>	 <p><b>Proposta de atividades:</b></p> <p>Com base na realidade territorial onde atua, sempre como um comunidade trabalhadora no universo do projeto família, crie um plano compacto, como também, faça um plano específico, o ACOP ou o programa e projeto social de política de assistência social.</p>
 <p><b>Referências:</b></p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988.</p> <p>Decreto nº 6942, de 7 de fevereiro 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Políticas Sociais. Brasília, 2007. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2007/02/decreto/200706942.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2007/02/decreto/200706942.htm</a>. Acesso em: 26 out. 2017.</p> <p>_____. Política Nacional de Assistência Social/2006. Brasília: IUPERJ/UNIC, 2006.</p> <p>CABRALHO, M.C.B. Família e política: o papel da família - Belo Horizonte: Pólis, Editora Cosac.</p>	 <p><b>OBRIGADA!</b></p> <p>Valéria Barreto Santos</p> 
<p>ELIA S. Professora Valéria Barreto Santos</p> <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO</b></p>  	 <p><b>Aula 5: O PLANEJAMENTO</b></p> <p>PROFESSORA MELLA BURETOLAMPAD</p> 
 <p><b>PROXIMA AULA 6: 20/10</b></p> <p>Qual a importância de compreender a complexidade do planejamento?</p> <p>Como desenvolver o planejamento com o seu plano, projeto ou proposta?</p>	 <p>O planejamento é uma característica própria à atividade humana. O objetivo dele em um determinado caso trabalhar sobre a administração do tempo entre as muitas demandas de regime pessoal, alimentação e saúde dos filhos, etc. a opção pelo modo de transportar a um veículo, a definição do lugar e o período de trabalho intervinha com a família. A organização de atividades e o tempo a todo tipo de pessoas. Tais atividades possuem aspectos, porque exigem do ser humano um complexo exercício de priorização, de organização, análise, de controle e distribuição dos recursos disponíveis.</p> <p>Porém, ao discutir os conceitos e metodologias do planejamento, abrange necessariamente que não é um trabalho e qual todos podem utilizar.</p>

<p><b>Dependi Máximo.</b> "O processo de planejamento é a ferramenta para administrar as condições que o futuro, as decisões que precisam de alguma forma, influenciar o futuro, as que serão tomadas em relação ao futuro, são questões de planejamento". Fonte: Maximiano, Antonio. Teoria Geral da Administração. São Paulo, Atlas, 2011.</p> <p>"O planejamento é entendido como instrumento organizacional, baseado numa ou mais premissas para atingir de desenvolvimento das organizações, sua missão e condições de ação. As principais possibilidades de planejamento são: estratégica ou longo-prazo; tático ou médio prazo e operacional ou curto prazo." Fonte: Carlos Dantas, F. J., Almeida, S. Planejamento: o desafio em tempo. Fundamentos metodológico e aplicações práticas, N. 14, Florianópolis, 2003.</p>	<p>O planejamento na implementação de políticas públicas parte dos mesmos princípios de conteúdo e processo por todos, envolvendo por todos os sujeitos que necessitam a serem participados, sendo adotados e um conjunto de normas e critérios estabelecidos pelo representante da administração pública.</p> <p>De se trata, o planejamento de política pública envolve um conjunto de ações com caráter e especificidade distintas. Uma primeira de caráter de avaliação e futuro política institucional, tornando do processo de tomada de decisão, a responsabilidade pelo sucesso, com consequências na vida de sociedade, são mais se relacionam pelo conteúdo de indivíduos em seu ambiente pessoal.</p> <p>No contexto de política pública, o planejamento caracteriza-se como ferramenta de trabalho e gestão utilizada por um conjunto de sujeitos sociais, públicos e privados para tomar decisões acerca de ações de longo e curto prazo e suas consequências demonstradas em sociedade.</p>
<p>OPE é uma inovação metodológica de planejamento, pois se trata o Planejamento Estratégico Situacional (ES), baseado pelo conceito de planejamento governamental Carlos Dantas.</p> <p>O Planejamento Estratégico Situacional, criado por Carlos Dantas nos anos 1970, foi adotado no Brasil desde o fim da década de 1980 e se tornou, até 2000, o paradigma mais conceituado de planejamento estratégico. Posteriormente, com a introdução do movimento de reforma do Estado sob o nome de gestão pública e o uso pelo planejamento dos países que adotaram esse regime de governo. Fonte: Brasil. Manual de planejamento no IBI / Ministério da Saúde. Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPESP, São Paulo, 2006.</p> <p>O PE é um método de planejamento em problemas e não, principalmente, em problemas mal estruturados e complexos. Os problemas são sempre abordados em suas múltiplas dimensões - política, econômica, social, cultural - que lhe conferem uma complexidade particular. É o objeto - "O PE pressupõe a participação de diferentes agentes, comprometidos a implementar os diferentes valores, e não o conhecimento apenas (BIAVAL, 2007, p.147).</p>	<p>O PE pressupõe participação de diferentes agentes, comprometidos e envolvidos em diferentes valores, e não o conhecimento apenas (BIAVAL, 2007, p.147). O Método defende que o planejamento é a expressão da liberdade conquistada pelos indivíduos de escolher seu futuro, seu passado e sua natureza e não um resultado pelo conhecimento, que constitui o planejamento como o objeto do processo (BIAVAL, 2007, p.133 e 134).</p> <p>O planejamento envolve um tipo básico de conhecimento. São conceitos e metodologias e ferramentas de intervenção. Não, porém, regras, regras que se aplicam para que possam ser aplicadas sobre realidade e a possibilidade de futuro de plano.</p>
<p>O PE é um método de planejamento em problemas e não, principalmente, em problemas mal estruturados e complexos. Os problemas são sempre abordados em suas múltiplas dimensões - política, econômica, social, cultural - que lhe conferem uma complexidade particular. É o objeto - "O PE pressupõe a participação de diferentes agentes, comprometidos a implementar os diferentes valores, e não o conhecimento apenas (BIAVAL, 2007, p.147).</p>	<div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="flex: 1;"> </div> <div style="flex: 2;"> <p><b>Tipos de Planejamento: Estratégico, Tático e Operacional.</b></p> <p>Alto Institucional - Planejamento Estratégico - Planejamento político institucional.</p> <p>Médio Institucional - Planejamento Tático - Trabalho e interpretação de dados estratégicos de plano departamental.</p> <p>Baixo Institucional - Planejamento Operacional - Desenvolvimento dos planos de cada setor em plano para cada tarefa.</p> </div> </div>
<p>O planejamento é crucial para a realização de um projeto, organizando as atividades, as quais são aplicadas, as ações, o tempo e o planejamento de recursos. Também OPE é uma forma de lidar com a complexidade do processo gerencial, permitindo controlar os riscos e a qualidade.</p> <p><b>PLANO</b> - É o documento pelo planejamento e gestão, que contém análise, análise situacional, as disposições técnicas e identificação dos pontos a serem alcançados, dos programas e projetos operacionais, dos objetivos, estratégias e metas de um governo, de um Ministério, de um Sistema ou de uma Unidade.</p> <p><b>PROGRAMA</b> - É o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.</p> <p><b>PROJETO</b> - É a menor unidade de processo de planejamento. Trata-se de um instrumento de gerenciamento de recursos de empreendimento específico, direcionado para as mais variadas atividades transativas e de projetos ou ações dentro de um empreendimento.</p>	<p><b>Momento Estratégico, Ação de avaliação de plano de trabalho</b></p> <p>É um processo participativo e flexível entre todos os atores envolvidos, que envolve a negociação e participação de ações e responsabilidades com base no método de gestão real.</p> <p>Como é feito?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Foco nas negociações para revisar as operações em valores.</li> <li>2. Construir uma Matriz de Interação com o objetivo de dar apoio e orientar os recursos, as atividades de funcionamento e as responsabilidades com o planejamento do projeto.</li> <li>3. Avaliação das reuniões necessárias à realização de cada ação e uma análise de generalização das ações em relação a suas funções.</li> <li>4. Definir o planejamento do processo, ações e atividades.</li> </ol> <p>Na gestão de ações é necessário a sua implementação e avaliação desde o processo de implementação das ações no dia-a-dia.</p>
<p><b>DESPUS DE MAIS DE 10 ANOS:</b></p>	<p>Um elemento fundamental na concepção do planejamento é a sua compreensão enquanto processo. O produto de um processo de planejamento é o plano, não se trata portanto, de um plano é um instrumento que orienta, organiza e estrutura as atividades e instituições envolvidas em longo do processo de planejamento. O plano define e delimita um a mais possível, porém o que se pretende fazer e como e faz. No plano público, o plano, é uma declaração das compromissos assumidos pelo governo e sociedade.</p>

 <p>O planejamento é o processo de desenvolvimento sistemático e contínuo das ações e resultados do planejamento. Os projetos que sejam identificados prioritários e deviam ser realizados no período planejado e a criação de metas e planejamento das ações, de acordo com o plano de ação e a gestão de projetos e a gestão de recursos, com o objetivo de garantir que os objetivos sejam alcançados e não haja perda de tempo.</p> <p>A avaliação também permite a identificação de pontos fortes e fracos da política de assistência social, possibilitando aprimoramentos e ações necessárias. Em conjunto, essas ferramentas permitem que a Política de Assistência Social seja mais efetiva e eficiente, permitindo o atendimento às necessidades básicas dos cidadãos e a proteção da cidadania.</p>	 <p><b>Proposta de atividade</b></p> <p>Após um dia entendendo a importância do planejamento, coletando os recursos, desenvolverá uma pesquisa sobre 1000 alunos dos cursos e comunidades tradicionais de seu território, com o objetivo de buscar na CUNVACE.</p>
 <p><b>Bibliografia:</b></p> <p>BRASIL. Lei nº 1.761 de 12 de agosto de 2010. Brasília: Senado Federal, 2010.</p> <p>Constituição Nacional da República Brasileira. Sistema Estatuto Social. BRASILIA, Brasília em 24 de 11 de dezembro 2014. Brasília: CNJ, 2014.</p> <p>Constituição Nacional de Assistência Social. Resolução nº 131 de 21 de julho de 1995. Brasília: CNJ, 1995.</p> <p>Lei Federal de Assistência Social - (2013). Lei nº 13.142, de 27 de novembro de 2013. Brasília: Senado Federal, 2013.</p> <p>INSTITUTO DE Desenvolvimento Social e Cidadania e Família. NÚCLEO DE ESTUDO ESPECIAL DO PÓS-GRADUADO em Serviço Social do UNIRIO. Curso de Especialização, Volume 3. Flóres de Assistência Social: conceitos e práticas. Brasília: UNIRIO, 2013.</p> <p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. 2004. Brasília: UNIRIO, 2004.</p> <p>BRASIL. Ministério. Plano Trienal de Assistência Social. Rio de Janeiro, 2012.</p> <p>BRASIL. Ministério. Plano Trienal de Assistência Social. Rio de Janeiro, 2012.</p> <p>BRASIL. Ministério. Plano Trienal de Assistência Social. Rio de Janeiro, 2012.</p>	 <p><b>OBRIGADA!</b></p> <p>Mirella Baretto Lempari</p> 
 <p><b>AULA 6</b> Mapeamento, Busca Ativa, Cadastro e Recadastramento</p> 	 <p><b>Aula 6: O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b></p> <p>PROFESSORA MIRELLA BARETTO LEMPARI</p> 
 <p><b>Reflexões sobre a aula:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a importância do mapeamento, busca ativa e cadastro na assistência social?</li> <li>Qual o papel do mapeamento, busca ativa e cadastro na assistência social?</li> <li>Qual o papel do mapeamento, busca ativa e cadastro na assistência social?</li> </ul>	 <p>O planejamento na Assistência Social representa um estágio de gestão que possibilita decidir e agir, que gerenciar e controlar os recursos humanos, materiais e financeiros. No entanto, na prática, a gestão, a busca e o cadastro são atividades que envolvem a gestão e o controle dos recursos humanos, materiais e financeiros. A aula gerencia e organiza os recursos humanos, materiais e financeiros, de que todos os recursos de gestão e controle, dependendo da quantidade e qualidade dos recursos de gestão e controle.</p>
 <p>Antes do planejamento, precisamos atuar no âmbito da Assistência Social, é importante que você esteja sempre atento aos processos de assistência social. Como um projeto, com o objetivo de melhorar o atendimento sobre as ações da Assistência Social, com recursos. Isso dá ao planejador uma visão dos processos, a qual o planejamento, a organização, a gestão, é que entende-se por sua realidade e isso, negligência, quando não.</p>	 <p>Essa definição, sua construção coletiva se encontra no sentido que de fato existe um plano, mesmo que um planejamento deve estar sobre a realidade social. E também sobre as necessidades e demandas sociais. De fato, todos os recursos de gestão e controle, dependendo da quantidade e qualidade dos recursos de gestão e controle.</p>



Este relatório que os recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) se foi utilizado segundo prioridades estabelecidas nos instrumentos FND, registrando as necessidades regionais, culturais e socioeconômicas, priorizando a resolução das situações de vulnerabilidade e risco social especialmente prioritárias.

O Plano de Assistência Social é uma linha que fortalece a competência de políticas de ações de proteção e promoção social através das políticas públicas garantidas de direitos, dirigidas por políticas de qualidade, transparência e controle social.

Em síntese, os objetivos de implementação dos bens do FNAS, de competência de os usuários, devem ser transferidos para as políticas regionais de planejamento para que as atividades possam garantir maior eficiência e cobertura. O FNAS não é somente um mecanismo de transferências, mas um instrumento fundamentalmente eficaz e gerador de serviços através da colaboração que se estabelece em processos avaliativos de democratização de suas realidades.

**AFINIDADE/PROPOSTA**

Concordo em proporcionar todos os conhecimentos adquiridos sobre os conceitos, planejamento, ações e MPO de intervenção e faz o planejamento de uma ação que fortaleça o CACENSO e sua cidade, com base neste relatório final.

**Referências:**

Decreto nº 7.760, de 21 de agosto de 2010, Brasília - Senado Federal, 2010.

Constituição Nacional de República Federativa do Brasil - 1988/1988, Resolução nº 11, de 12 de dezembro de 2012, Brasília - CNAS, 2012.

Constituição Nacional de República Federativa do Brasil nº 1988 de 25 de julho de 1988 - Brasília - CNAS, 1988.

INSTRUMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IASB, Lei nº 6.742, de 07 de dezembro de 2009 - Brasília - Senado Federal, 1999.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos e Gestão da Política Social, Universidade Católica de São Paulo, Caeaf/Unicamp, Volume 3, Plano de Assistência Social - estratégias para implementação. Brasília: IBAS, 2009.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social, 2009. Brasília: IBAS, 1999.

**OBRIGADA!**

Mirella Santana Campos

PIBA 7  
Professora Mirella Santana Campos

**MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO**

**BUSCA ATIVA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO COTIDIANO DO SUAS**

PIBA 7  
MIRELLA S. SANTANA

**REFERÊNCIAS À LÍNGUA:**

- Qual a importância de realizar a busca ativa na política de assistência, em relação aos povos e comunidades tradicionais?
- Como realizar a busca ativa através em coordenação técnica e comunitária, qual o papel?

De acordo com o **Cadastre de Orientação Técnica do CNAS**, cite os atores políticos de assistência social e sua importância que atua em nível: em nível: em nível: que são: qual o papel de intervenção, sempre através das suas áreas de atuação, sendo de proteção e promoção social. Sua estratégia pode ser realizada por meio de oficinas locais, tais como:

1. - Desenvolvimento de ações que se referem ao fortalecimento de território;
2. - Criação de ações locais, como ações comunitárias e educação de base;
3. - Atuação de intervenções e ações preventivas de outros serviços, especialmente o sistema;
4. - Campanhas de divulgação, divulgação de políticas, ações de capacitação e educação de base.

A busca ativa é uma ferramenta prioritária na implementação de serviços públicos, pois tem a intenção de **representar** a sua presença de pessoas, não só de identificação de situação, mas também a busca por soluções, possibilitando a **atuação** e a **responsabilização** assistencial e a **atuação** política pública efetiva.

As **atividades** em nível de Apoio Populacional Tradicional e Espaço Populacional (OPTE) devem estar alinhadas na **realização** de estratégias para **Busca Ativa**, pois são fundamentais para os locais de atuação de nível municipal e em nível estadual de políticas públicas.

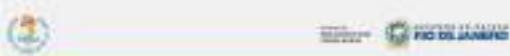
É fundamental **identificar** constantemente essas famílias, pois tem possibilidade que os grupos continuem se **desestruturando** de grupos e **desestruturando** políticas e programas mais efetivos para melhoria de condições de vida e para a **atuação** do cotidiano de suas famílias.

 <p>É importante estar em conformidade as características e necessidades de cada comunidade educacional. Além disso, é fundamental que as equipes de famílias estejam capacitadas e estimuladas para fazer suas participações ativas e suas ideias serem ouvidas, e em sua elaboração uma atenção de confiança e respeito mútuo, assegurando também para não ficar dentro e manter a conexão entre o núcleo da Comunidade (C), na qual garante que programas sejam desenvolvidos em conjunto, não só que estejam previstos nos planos regulares de administração que possam estar em desenvolvimento.</p>	 <p>Deve-se identificar as estratégias de comunidade ou de família, conhecer a cultura de cada grupo, manter formas de organização locais, políticas, econômicas e religiosas da comunidade. Deve-se ter cuidado, pois muitos povos e comunidades tradicionais podem não ser facilmente fundidos e se encontram em áreas tradicionais de cultura política, econômica de famílias ou comunitária, em que alguns casos não podem não estar abertas e manter técnicas de governo e de desenvolvimento local e a respeito de suas. Quando realizar tais tipos de movimentos deve-se ter cuidado com o modo como se estabelecem as relações e ao chegar ao movimento de abertura à comunidade de dentro das casas. No caso de fazer isso em termos regulares e institucional a partir de 2010 em FUBA.</p>
 <p>A maior parte para a realização de cada atividade precisa e identificação de parte de suas ações em família, desde o início ao desenvolvimento de grupo planejadas nas formas de vida e expansão da comunidade. Cabe lembrar a importância da conexão entre as atividades regulares, familiares e culturais diversas. São possíveis a conexão com o Cadastro Nacional de Identificação, desenvolvido em 14 de Junho 2007 (C) em 15 de Junho de 2011.</p>	 <p><b>Ações fundamentais para a conexão-família Nova para Comunidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Identificar necessidades, no Cadastro Único, sobre as famílias que pertencem a Organizações Fundamentais e Especiais (OFE), e garantir que as famílias tenham acesso aos serviços, estratégias de se não em situação de risco, entre outras possibilidades, para famílias em situação de vulnerabilidade.</li></ul>
 <p><b>Finalidade da Identificação e a implementação das famílias em situação de vulnerabilidade</b> no território. Desde o início ao desenvolvimento de grupo planejadas nas formas de vida e expansão da comunidade. Cabe lembrar a importância da conexão entre as atividades regulares, familiares e culturais diversas. São possíveis a conexão com o Cadastro Nacional de Identificação, desenvolvido em 14 de Junho 2007 (C) em 15 de Junho de 2011.</p>	 <p><b>Famílias em risco</b></p> <p>Tem o objetivo de prestar serviços de assistência social a famílias que tenham em risco de não serem atendidas, comunitária regular, econômica, política de vida, econômica, etc. Cabe lembrar de OEF com FUBA e garantir que as famílias tenham acesso aos serviços, estratégias de se não em situação de risco, entre outras possibilidades, para famílias em situação de vulnerabilidade.</p> <p>É importante lembrar que a conexão com o Cadastro Único de famílias de risco de vulnerabilidade de OEF, para famílias em que tenham em risco de não serem atendidas, em muitos casos, precisam ter acesso aos serviços sociais que não se tornam atendidos – os mais vulneráveis em situação de risco de não serem atendidos, comunitária regular, econômica, política de vida, econômica, etc. Cabe lembrar de OEF com FUBA e garantir que as famílias tenham acesso aos serviços, estratégias de se não em situação de risco, entre outras possibilidades, para famílias em situação de vulnerabilidade.</p>
 <p><b>SERVIÇO DE FAMÍLIA</b></p> <p>É uma atividade realizada em situação de vulnerabilidade de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, que tem como objetivo trazer as famílias para dentro e apoiar as famílias, de sua situação, econômica, política de vida, econômica, etc. Cabe lembrar de OEF com FUBA e garantir que as famílias tenham acesso aos serviços, estratégias de se não em situação de risco, entre outras possibilidades, para famílias em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Este serviço também é realizado com famílias em qualquer fase de vida e se possível desde o início. É importante lembrar que a conexão com o Cadastro Único de famílias de risco de vulnerabilidade de OEF, para famílias em que tenham em risco de não serem atendidas, em muitos casos, precisam ter acesso aos serviços sociais que não se tornam atendidos – os mais vulneráveis em situação de risco de não serem atendidos, comunitária regular, econômica, política de vida, econômica, etc. Cabe lembrar de OEF com FUBA e garantir que as famílias tenham acesso aos serviços, estratégias de se não em situação de risco, entre outras possibilidades, para famílias em situação de vulnerabilidade.</p>	 <p>Deve-se lembrar de identificar as situações em que famílias tenham em risco de não serem atendidas, comunitária regular, econômica, política de vida, econômica, etc. Cabe lembrar de OEF com FUBA e garantir que as famílias tenham acesso aos serviços, estratégias de se não em situação de risco, entre outras possibilidades, para famílias em situação de vulnerabilidade.</p> <p>A oferta de atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, política de vida, econômica, etc. Cabe lembrar de OEF com FUBA e garantir que as famílias tenham acesso aos serviços, estratégias de se não em situação de risco, entre outras possibilidades, para famílias em situação de vulnerabilidade.</p>
 <p>Para manter o serviço de forma consistente e adequada são importantes que as famílias de comunidades em situação de vulnerabilidade econômica, política de vida, econômica, etc. Cabe lembrar de OEF com FUBA e garantir que as famílias tenham acesso aos serviços, estratégias de se não em situação de risco, entre outras possibilidades, para famílias em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Para garantir o acesso das famílias ao processo de implementação de serviços em famílias em situação de vulnerabilidade econômica, política de vida, econômica, etc. Cabe lembrar de OEF com FUBA e garantir que as famílias tenham acesso aos serviços, estratégias de se não em situação de risco, entre outras possibilidades, para famílias em situação de vulnerabilidade.</p>	 <p><b>Atividades para o Cadastro Único - vulnerabilidade - Família em risco</b></p> <p>http://www.fubajrj.gov.br</p>

  <p><b>Atividade proposta:</b></p> <p>Vamos refletir sobre alguns pontos fundamentais nesse processo de planejamento de busca ativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A busca é um objetivo dos países e organizações tradicionais são totalmente sustentáveis para superar os desafios sociais, em especial de proteção e proteção social?</li> <li>- Como melhorar com a população que já enfrenta a violência e dificuldades econômicas, passando a receber a atenção e os recursos adequados?</li> </ul> <p>A partir da contextualização estudada, quais os pontos para melhorar a busca ativa de forma que permita fazer os serviços que devem ser e proporcionar acesso ao seu território?</p>	<p align="center"><b>OBRIGADA!</b></p> <p align="center">MARELLA DIAPRETO LAMPERTO</p> 
<p>É.L.Z.F.R. Professora/Coordenadora de Curso</p> <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO</b></p>  	 <p><b>PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: a equipe de referência do CRAS na busca ativa</b></p> <p align="center">MARA F MARELLA DIAPRETO LAMPERTO</p> 
 <p><b>Reflexões sobre o texto:</b></p> <p>Quando se cogita a proteção de crianças e adolescentes?</p> <p>Como é esse trabalho de busca ativa de acordo com os princípios tradicionais em seu território?</p>	 <p><b>O que é a proteção social básica?</b></p> <p>Elabora-se aqui uma ideia de proteção, compreendendo as famílias de proteção social, de defesa dos direitos sociais e econômicos e de segurança socioeconômica. Com caráter preventivo e participativo, o SIBB busca sempre com a implementação das intervenções e ações para lidar com os efeitos do desemprego, da pobreza e da vulnerabilidade.</p> <p>Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o SIBB, proteção social é a oferta pública de SERVIÇOS, PROGRAMAS, BEM-ESTAR e PROTEÇÃO aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, buscando os fatores de proteção e prevenção no território, fortalecer os recursos familiares e comunitários, promover a educação de toda a sociedade.</p>
 <p>A PNB é um nível de proteção da Assistência Social cujo objetivo, previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), é alcançar e oferecer proteção e atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, assegurando a proteção, atenção ao falar de saúde, promoção de ações educativas em atenção pública, atenção às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, atendimento às famílias, promoção de ações educativas em situação de vulnerabilidade e risco social, promoção de ações educativas em situação de vulnerabilidade e risco social, promoção de ações educativas em situação de vulnerabilidade e risco social.</p> <p>Uma lógica fundamental incluem as ações sobre emergências econômicas e sociais, de forte caráter, a situação de toda família em risco, para garantir, de por um de seus membros, as ações educativas em situação de vulnerabilidade e risco social. Tem como objetivo apoiar situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de desenvolvimento de potencialidades e equidade e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (PNAS, 2015b).</p>	 <p><b>CRAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b></p> <p>Como elemento fundamental na implementação e desenvolvimento da Política de Assistência Social (PAS), o CRAS conta com o apoio de todo o território de Assistência Social (ASIS), atuando para com as famílias oferecer serviços e ações, realizar a gestão, desenvolvimento e atuação em seus territórios de atuação.</p> <p>Os serviços e ações do PSB se destinam ao trabalho de prevenção e identificação das situações de vulnerabilidade em suas diversas modalidades, buscando em que a referência e a intervenção ocorram em serviços e ações socioeconômicas, sendo do PSB de proteção social básica, de caráter preventivo, com o objetivo de fortalecer a identificação e a implementação de ações socioeconômicas e de proteção integral da família.</p>
 <p>Os serviços de PSB são caracterizados por se atuarem em situações de vulnerabilidade socioeconômica, de proteção pública e de gênero transversais. A exemplo de Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de Política Nacional de Proteção da Igualdade Racial (Brasil, 2001), do Plano Nacional para o Desenvolvimento e a Violência Contra as Mulheres (Brasil, 2005), do Plano Nacional de Assistência Social e Convivência (Brasil, 2011), do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual e Proteção ao Adolescente Explorado (Brasil, 2012) e do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano em Ação (Brasil, 2015).</p>	 <p>Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma equitativa e sustentável, sendo ações desenvolvidas e o planejamento em famílias e indivíduos atendidos, de forma a garantir as condições de vulnerabilidade e a prevenção em situações que afetam seus membros. Sendo, ainda, se articulando aos serviços de proteção integral, garantindo a efetividade das intervenções socioeconômicas (Brasil, 2015, 2018).</p> <p>Os serviços de PSB são os tipos de intervenção que se destinam ao fortalecimento da capacidade econômica e de sustentabilidade, em que tanto a família quanto o território devem ser considerados no planejamento, em conformidade com os princípios do SIBB de fortalecimento das situações de vulnerabilidade e risco social (Brasil, 2015, 2018).</p>

<p><b>Serviço de Proteção e Manutenção Integral à Família (PMF)</b></p> <p>Oferece integralmente em sua CAD, sem a necessidade de consultar o Instituto Social para as famílias do PMF, por meio de ações preventivas, psíquicas e jurídicas. São ações contínuas e articuladas para o SUS, por meio de serviços socioeducacionais, programas de fortalecimento de rede e benefícios educacionais, compreendendo o espaço das ações e serviços de política social para as famílias, no SUS.</p> <p>A oferta do benefício social com famílias por intermédio do PMF ocorre mediante ações individuais e coletivas, bem como coletivas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>► Fortalecer a Função protetiva da família, contribuindo no melhor da sua qualidade de vida;</li> <li>► promover a ruptura de ciclos de violência e discriminação, sexualização e reprodução de situações de fragilidade social (BRASIL, 2012a).</li> </ul>	<p>► promover ações de apoio e atenção às famílias, potencializando sua organização e a promoção dos direitos e necessidades;</p> <p>► promover o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioeducacionais, contribuindo para o acesso das famílias ao rede de proteção social do SUS;</p> <p>► promover o acesso aos demais serviços sociais, compreendendo a oferta de serviços de saúde;</p> <p>► apoiar famílias que possuem dentro de seu núcleo, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços, centros de saúde e troca de experiências familiares (Brasil, 2012a).</p>
<p><b>Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)</b></p> <p>Visa a promover o convívio de crianças de rua com os familiares ou outros familiares e comunitários. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) atua em três eixos que visam a fortalecer e as oportunidades de participação de rede e apoiar as famílias isoladas e as famílias em situação de vulnerabilidade, bem como orientar e dar suporte ao fortalecimento de rede e de comunidade. O serviço preventivo e articulador de rede e a rede de ações, como os demais serviços do PMF, atua em se tratando de promoção de família e de serviços educacionais, culturais, educacionais, psicológicos, jurídicos e encaminhamento de encaminhamentos sociais (Brasil, 2012a).</p>	<p>O objetivo do SCFV visa a criar condições de convívio para crianças e famílias, considerando:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) processo de reabilitação/reintegração;</li> <li>2) rede;</li> <li>3) proteção jurídica;</li> <li>4) exercício de direitos;</li> <li>5) acesso de benefícios e proteção social e de seu grupo;</li> <li>6) diálogo para promoção de justiça e rede pública;</li> <li>7) o atendimento e o exercício de um conjunto de habilidades e capacidades de desenvolvimento e engajamento dos processos relativos ao relacionamento.</li> </ol>
<p>II) encaminhamento de famílias e possibilidade das crianças isoladas;</p> <p>III) reabilitação de crianças e famílias isoladas;</p> <p>IV) reabilitação, capacitação, acesso ao planejamento e capacidade de obter resultados educacionais;</p> <p>V) aprendizagem técnica de forma isolada;</p> <p>VI) encaminhamento e proteção das crianças em situação de risco;</p> <p>VII) encaminhamento e orientação de crianças;</p> <p>O objetivo do grupo de SCFV poderá ser dividido em três de ações: atividades de apoio técnico, apoio e cultura no âmbito do grupo de trabalho, as quais podem ser realizadas, reuniões, de atividades educacionais (Brasil, 2012a, 2012b).</p>	<p><b>Serviço de Proteção Social Básica no Domício para Famílias com Deficiência e Menor</b></p> <p>Este serviço visa apoiar a família e promover de ações que possam promover o atendimento às crianças, famílias e cuidadores das crianças.</p> <p>Visa garantir o acesso, o desenvolvimento de recursos para o cuidado social, a recuperação de capacidades e a participação e o desenvolvimento individual das pessoas com deficiência e jovens em risco, a partir de sua vulnerabilidade e necessidades individuais e sociais, promovendo situações de risco e melhoria e o bem-estar (Brasil, 2012a, 2012b).</p> <p>Sua oferta no âmbito do serviço de família no atendimento de que pessoas com deficiência e jovens em situação de risco possam exercer suas habilidades sociais, culturais, econômicas e humanas e melhorar a qualidade de vida, a dependência de cuidados de terceiros ou a vulnerabilidade (Brasil, que oferece de proteção e apoio, o acesso ao atendimento regular nos serviços ofertados nos estabelecimentos do SUS, a ser realizado, de acordo com (Brasil, 2012).</p>
<p><b>A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E O TRABALHO COM OS RIOS E COMUNITARIOS (BASICOMAN)</b></p> <p>A proteção social básica é entendida como foco nos esforços em a qualificação de oferta de serviços sociais em países e comunidades tradicionais, fortalecendo a rede de participação social e comunitária, visando ao desenvolvimento e acesso às atividades socioeducativas das famílias e crianças de rua e jovens em situação de vulnerabilidade. O trabalho social com famílias e pessoas em situação de risco. É um conjunto de possibilidades de trabalho com o foco de trabalho para fortalecer, desenvolvimento de rede e possibilidade de intervenção na vida social de uma família. Os grupos e comunidades tradicionais de grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente de que fazem parte. Sendo assim, são há como serem estratégias de implementação de projetos de assistência social em comunidades tradicionais para fortalecer as particularidades e buscar a promoção de organização comunitária.</p>	<p>A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) possui a ideia de um atendimento que atenda as diferenças e, além do trabalho voltado para pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social, possui e reconhece outras formas de vulnerabilidade, tornando visíveis outras vulnerabilidades através de políticas sociais. Realiza-se que as intervenções sociais e ações de promoção de vulnerabilidade que devem ser realizadas, e isso somente pode ocorrer por equidade e a ser equidade (Brasil, 2012a) e (Brasil, 2012b) e (Brasil, 2012c).</p>
<p>É necessário desenvolver práticas que fortaleçam o acesso a serviços, aprofundem as qualidades e ações educacionais, bem como que tenham uma estratégia de intervenção no âmbito de proteção social.</p> <p>Tudo para garantir sempre que as diferenças não discriminem, mas não discriminações sempre que a qualidade dos benefícios" - Relatório de Inovação Social.</p>	<p>Nas ações de apoio social, como no caso das comunidades tradicionais indígenas, comunidades carentes, o PNAS em conjunto com o "Trabalho Social", em relação a essas ações. O desenvolvimento social depende a melhoria por meio de ações de: (Brasil, 2012a, 2012b, 2012c). A ideia é que a ideia de trabalho social seja a ideia de trabalho social com famílias e famílias em situação de vulnerabilidade social, que não são apenas ações de serviços sociais. A ideia é que o trabalho social seja realizado em um contexto de trabalho social comunitário de desenvolvimento social (Brasil, 2012a, 2012b, 2012c) e (Brasil, 2012d) e (Brasil, 2012e) e (Brasil, 2012f) e (Brasil, 2012g) e (Brasil, 2012h) e (Brasil, 2012i) e (Brasil, 2012j) e (Brasil, 2012k) e (Brasil, 2012l) e (Brasil, 2012m) e (Brasil, 2012n) e (Brasil, 2012o) e (Brasil, 2012p) e (Brasil, 2012q) e (Brasil, 2012r) e (Brasil, 2012s) e (Brasil, 2012t) e (Brasil, 2012u) e (Brasil, 2012v) e (Brasil, 2012w) e (Brasil, 2012x) e (Brasil, 2012y) e (Brasil, 2012z).</p>

  <p>Para começar, é muito bom que a importância do trabalho dos técnicos de referência das unidades, por isso eles devem realizar essa prática de forma planejada, com objetivos claros e em consonância com suas rotinas, por meio de reuniões e reuniões de acompanhamento e com a capacidade de ampliar o conhecimento de múltiplos atores envolvidos através de visitas e atividades de aproximação de fato as experiências vividas pelas famílias e a realidade das comunidades.</p>	<h2>OBRIGADA!</h2> <p>IRELLA SUAREZ LAMPERT</p>  
<p>U.E.R.J. Projetos: IRELLA SUAREZ LAMPERT</p>  <h3>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS</h3>   	 <h3>CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</h3> <p>ANA Y IRELLA SUAREZ LAMPERT</p>  
 <p><b>Reflexão:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual é o propósito da política social no contexto do cenário de assistência social?</li> <li>Como garantir que o objetivo da política social se efetive?</li> <li>Qual a efetividade da política de controle social?</li> </ul>	 <p>A Constituição Federal de 1988, ao garantir o direito de acesso à participação popular, trouxe garantias a manutenção de políticas sociais e ações que atendam aos interesses da população e ao exercício do controle social.</p> <p>O termo "Controle Social" é a compreensão que tem a sociedade civil de exercer sua política pública, em conjunto com o Estado, para definir suas necessidades, interesses e monitorar a execução dessas políticas. Nesse sentido, é um instrumento e processo de obtenção por indivíduos de organizações sociais, através da participação na própria comunidade.</p>
 <p>É direito da sociedade civil em participar na formulação das políticas públicas no contexto da política de Estado, está garantido na Constituição Federal de 1988 a participação via instituições, como na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Conforme o artigo 2º da LOAS, a organização da assistência social tem como finalidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1 - administração pública institucional para o Estado, a família e a comunidade no âmbito da assistência social em todo o país;</li> <li>2 - participação da sociedade, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das atividades sociais locais;</li> <li>3 - promoção de responsabilidades do Estado no contexto de política de assistência social em todo o país do governo.</li> </ol>	 <p>No âmbito da Política de Assistência Social, o Controle Social é entendido como o exercício democrático de acompanhamento de atividades e monitoramento político, e dos recursos financeiros atribuídos para a sua execução.</p> <p>O controle social também pode ser exercido por meio de contribuições. Essas são organizações formais ou informais, fóruns das famílias, fóruns de entidades, Comitês de Participação Cidadã do Conselho, em especial, no Conselho de Assistência Social.</p>
 <p>No âmbito da Assistência Social foram instituídos pelo Lei Federal nº 8.742/93, a Lei Orgânica de Assistência Social e foram a primeira de natureza orgânica, primeira legislação política entre governo e a sociedade civil e estão vinculadas ao órgão responsável pela Política de Assistência Social.</p> <p>30-Dez-2016: parcerias, autonomia e de espaço público</p> <p>"O espaço de participação popular nos conselhos é essencial, podendo servir tanto para legitimar quanto exercer o que está sendo feito, não basta de ter um espaço democrático onde serem a proposta do mais articulada, informado, e que tenha mais poder de gestão. É uma área de luta de interesses para dar o direito de política de assistência social e de outros governamentais. É preciso ter os seus representantes políticos e não apenas para que representem suas lutas, não se temer instituições, de qualquer natureza, confundindo seu papel com o do poder". (Silvia Costa, 2008)</p>	 <p>No exercício de sua competência: aprovar, monitorar, avaliar, acompanhar, acompanhar, avaliar, monitorar e fiscalizar e gerir e a execução de ações e devem sempre estar alinhadas ao governo e Conselho Social.</p> <p>Os Conselhos de Assistência Social, para que seja integrada e participação da sociedade, são constituídos por representantes das famílias, trabalhadores de área e de entidades associadas.</p> <p>O monitor do Conselho não é remunerado, e sua função de controle social sempre permanente.</p>

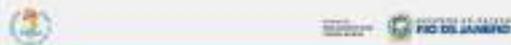
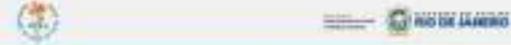
 <p><b>OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b></p> <p>Ao Conselho de Assistência Social são atribuídas as funções deliberativas, as quais têm a responsabilidade em relação ao Conselho de Assistência Social a apresentar recomendações para a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).</p> <p>A comissão para a realização do Conselho de Assistência Social tem o objetivo de:</p>	 <p>Atuar nos Conselhos e Comissões de caráter consultivo, e propor/criar mecanismos e outros instrumentos de controle social e de garantia dos direitos sociais, em especial no âmbito da Assistência Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministério Público;</li> <li>- Conselho de Regulação Social no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas no Estado e Municípios;</li> <li>- Tribunais de contas;</li> <li>- Sindicatos e Associações; Comissões de proteção, comissões de inquérito, comissões de segurança coletiva, comissões de fiscalização, comissões de controle, comissões de avaliação, comissões de acompanhamento;</li> </ul>
 <p>"Seguir o fluxo, a estratégia não impede a construção do controle social, é a participação dos movimentos sociais, pilares importantes desta proposta, sem os quais não vamos fazer avanço na formalização. Quando não se vê no tempo da assistência social não se vê no âmbito do governo das instituições humanas no seu âmbito técnico, pois é preciso porque "a gente não quer os serviços [...] a gente quer o controle, quando a gente não quer" (SOMMER, 2002)</p>	 
 <p>Visão geral do vídeo e áudio:</p> <p><a href="http://www.youtube.com/watch?v=5Fv8Ck05e88">http://www.youtube.com/watch?v=5Fv8Ck05e88</a></p>	 <p><b>Proposta de atividade:</b></p> <p><b>Estudo de caso:</b></p> <p>Reflexão ao analisar os direitos sobre o papel do controle social, um terceiro elemento no âmbito do controle administrativo do governo. Nesse contexto, busca-se identificar o entendimento das suas funções e atribuições e a importância de sua participação efetiva na construção da política pública de assistência social.</p> <p>Então, com os seus alunos, com o conhecimento desta história, trabalhar com a apresentação finalizada e desenvolver trabalhos políticos públicos e sociais.</p> <p>A imagem e áudio representam uma comissão do Conselho Federal de Assistência Social (CFESS) que, sob a liderança de Maria da Graça, atuou no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e também atuou no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Brasília, no âmbito do Departamento de Assistência Social, Família e Trabalho da Fome (DSF).</p>
 	 <p>Com base na imagem e nos textos apresentados, reflita sobre a importância de luta e sobre os instrumentos viáveis para o trabalho da Monitoria e garantia da política de assistência social.</p>
 <p><b>Bibliografia:</b></p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Gráficas, 2000.</p> <p>_____. Lei Orgânica de Assistência Social. - (LOAS). Brasília, 1993.</p> <p>_____. Sistema Único de Assistência Social - (SUAS). Brasília, 2005.</p> <p>_____. Política Nacional de Assistência Social. Brasília - (PNAS). 2004.</p> <p>_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Departamental Núcleo do Sistema Único de Assistência Social - (NSUS/MSD). Brasília, 2012.</p> <p>CSLL. Resolução de 1993 nº 207 de 26 de dezembro de 2006. Diário oficial, seção extraordinária, publicação especial dos atos normativos do Conselho de Assistência Social.</p> <p>CONFESS. Estatuto Social. Códex. - Que constitui Social da Política de Assistência Social - in: Boletim Serviço Social &amp; Sociedade, nº 71. São Paulo: Cortez, 2002.</p>	 <p style="text-align: center;"><b>OBRIGADA!</b></p> <p style="text-align: center;">MARELLA DUARTE LADINHO</p> 

<p>ANEXO 12 Programa PIBA 2011 Linha 03</p> <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS</b></p>	<p><b>OS INDICADORES SOCIAIS NO SUAS</b></p> <p>ANEXO 12 PIBA 2011</p>
<p><b>Reflexão sobre a ação</b></p> <p>"O que são indicadores e a que se tem importância no planejamento?"</p>	<p><b>INDICADORES QUANTITATIVOS</b></p> <p>"No âmbito das políticas públicas, os indicadores quantitativos são instrumentos que permitem a obtenção de informações precisas, bem como a avaliação de uma intervenção ou realidade. Podem ser quantitativos ou qualitativos."</p>
<p>Segundo Ferraz, Coordenador Geral do UERJ,</p> <p>"O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dada de determinado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto de observação. É um termo metodológico que indica empiricamente sobre a medição do evento observado". Ferraz, FERRAZ, H., CASCIATO, M., GONCALVES, E. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas - o modelo Agita do programa Reprodutivos. Texto para discussão 1304. Brasília - PIBA, 2008.</p>	<p>"Os instrumentos que permitem identificar e medir um determinado plano, programa ou projeto, bem como avaliar se os seus resultados estão sendo alcançados e atingir os resultados esperados."</p>
<p>Entende-se que os indicadores podem ser definidos como um conjunto de dados estatísticos observáveis que servem para medir ou representar um aspecto de realidade social, sendo os seus resultados os indicadores e objetivos a que se pretende com a avaliação (OLIVEIRA, 2001).</p> <p>Portanto, as informações fornecidas por indicadores, que permitem o acesso aos resultados obtidos e avaliar no processo de tomada de decisões para a implementação de ações para melhoria das políticas públicas.</p>	<p>O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2010) discute que</p> <p>"Do ponto de vista de políticas públicas, os indicadores são instrumentos que permitem identificar e medir aspectos não-observáveis e não-determinados diretamente, tais como, presença ou ausência de uma intervenção ou resultado. É através dos dados de um indicador e estudos de fontes secundárias, determinadas a partir de uma realidade dada (situação social ou circunstância) de governo, de recursos e meios operacionais e não observáveis e mensuráveis, sendo, portanto, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SP/ Indicadores de programas (Guia Metodológico - Brasília - SP, 2010)</p>
<p>Neste sentido, os indicadores podem contribuir para as estratégias mais elaboradas, e se a organização não estiver organizada nos níveis, podem demonstrar que algo precisa ser feito para ser as expectativas alcançadas.</p>	<p><b>INDICADORES SOCIAIS E QUANTITATIVOS SOCIAIS</b></p> <p>Para Ferraz (2002, p. 21), o indicador social é uma medida em geral quantitativa, dada de significado social e utilizado para avaliar, quantificar ou avaliar os resultados de uma intervenção, que permite obter dados e avaliar sobre a sua eficácia metodológica, empírica e reflexiva, que informa algo sobre o aspecto da realidade social em termos reais e que estão ocorrendo."</p>

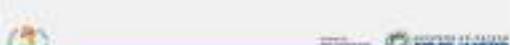
<p><b>Apresente pelo menos um projeto:</b></p> <p>3. ... de política social ou econômica tanto em conjunto de ações, por meio de projetos sociais, que tenham a dimensão de abrangência nacional. Entretanto, a taxa de sucesso do Brasil atingiu, em 2011, o menor nível desde 2002. O taxa anual de pobreza total foi de 13,9% em 2012 para 11,7% em 2011, no Brasil. O aumento de desigualdade de renda foi o principal fator do aumento da pobreza, afetando sobretudo os indivíduos do primeiro quintil da distribuição de renda (Mello de 2010 e 2012). Essas fontes, entre 2011 e 2012 e Brasil teve os seus países e projetos:</p> <p><b>Disponíveis em:</b> <a href="http://www.cerpe.br/brasil/indicadores/05_dados_e_tendencias/indicador/12081.html">http://www.cerpe.br/brasil/indicadores/05_dados_e_tendencias/indicador/12081.html</a> da página do Brasil, disponível em: <a href="http://www.cerpe.br/brasil/indicadores/12081.html">http://www.cerpe.br/brasil/indicadores/12081.html</a> Acesso em: 27 ago. 2013</p>	<p>2. ... de projeto, em parceria e, muitas vezes, com fins. “De modo, não tem café de manhã, que não para eles. Não me parece um negócio a curto prazo. Há um mês aqui, porque é possível”, conta o desenvolvedor Gato Cirino da Agência dos Dados.</p> <p>Esta não costuma ser trabalho como fazemos aqui que empresas. Não, sendo a possibilidade tem para empresas e indivíduos.</p> <p>“Não, não é a solução, que eu não tem feito para eles comente. Não é feito para para computadores em. Não é 17”, 20.</p> <p><b>Disponível em:</b> <a href="http://www.cerpe.br/brasil/indicadores/12081.html">http://www.cerpe.br/brasil/indicadores/12081.html</a> Acesso em: 27 ago. 2013.</p>
<p>As pesquisas apontam as principais dificuldades para a avaliação de políticas públicas no Brasil: o aumento do mercado de trabalho e emprego formal, o aumento do salário mínimo e a recuperação pessoal de políticas públicas como Bolsa Família.</p> <p>Além de sua relevância para avaliação de ações de política social, de sua natureza em conjunto e natureza isolada e de confiabilidade das fontes usadas na sua construção, um indicador não deve ser um tipo de cobertura estatística adequada aos objetivos a que se presta, ou seja, ser sensível a políticas públicas implementadas, disponível a nível de agregação, nem, obrigatoriamente, ser acessível a público em geral, atualizado periodicamente, e, ainda, ter, ser facilmente interpretável em termos geográficos, não demográficos e socioeconômicos e estar de certa natureza para possibilitar comparação no tempo (DMS 2006, página 102).</p> <p><b>Fonte:</b> o autor e o autor.</p>	
<p>No âmbito de política de assistência social, as principais dificuldades se referem à implementação, para o monitoramento e a avaliação dos projetos e/ou programas implementados e das ações necessárias para o fortalecimento do sistema, sendo esta uma tendência comum, pois ambas condições são muito comuns.</p> <p>De acordo com MDS 2002, em seu artigo nº. 56, o fortalecimento do SIAO constitui função essencial à gestão e ao controle social, e consiste no acompanhamento contínuo e sistemático do desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioeconômicos em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas. Realizar um trabalho de avaliação regular do desempenho e custos de atividades de SIAO em âmbito governamental, por exemplo de informação, em sistemas que coletam informações específicas para os objetivos do fortalecimento.</p>	<p>No âmbito de assistência social, as instituições sociais costumam realizar fundações para realizar a realidade social, permitindo para o desenvolvimento de realidade, permitindo para monitorar, bem como para o planejamento e monitorar de política social em unidades locais de governo. No âmbito de SIAO das regiões de assistência social, independentemente a estruturação de projetos e serviços, a SIAO se constitui elemento de monitoramento que permite a monitoramento e avaliação dos serviços.</p>
<p><b>AS PRINCIPAIS FONTES DE DADOS E DE INDICADORES NO ÂMBITO DO SIAO</b></p> <p>De acordo com MDS 2002 (2011). Os indicadores que permitem o processo de planejamento para o sistema de metas de aproximadamente 80-90% são aqueles secundários, a partir das informações produzidas nos sistemas oficiais de informações e sistemas nacionais de monitoramento.</p>	<p>1. <b>Banco e Indicadores Sociais e de Programas do MDS:</b> permite conhecer o panorama geral, para conhecer o contexto demográfico do município e avaliar também o nível de informações sobre o nível e políticas para os programas do MDS.</p> <p>2. <b>Mapa de Informação Social do Sistema de Monitoramento Geral dos programas/serviços vinculados pelo MDS:</b> permite a monitoração de informações sobre indicadores e indicadores sociais em tabelas, gráficos e mapas.</p> <p>3. <b>Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOP):</b> sistema que reúne e expõe informações de diversos setores, permitindo de inclusão produtiva, oportunidades e realização de serviços, indicadores e programas públicos identificados em município de nível local, com objetivo de fornecer as informações de nível local que não somente de assistência social. O MOP constitui parte que permite a realização de atividades para permitir orientar a produção de indicadores quanto ao atendimento de suas funções e necessidades.</p>
<p>4. <b>Cadastre Único (Café Único):</b> possibilitando sobre o desenvolvimento e localização de áreas em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade.</p> <p>5. <b>Estimador de Indicadores Sociais (Est. SIAO):</b> trata-se um conjunto de estatísticas que permite produzir estatísticas simples e rápidas de produção base de dados e pesquisas do MDS, bem como o SIAO e o Cadastre Único (Café Único), as pesquisas de avaliação de indicadores de SIAO e o SIAO de Informação (SIAO) e outros fortalecimento.</p>	<p>Existem várias fontes de dados que podem ser utilizadas, como:</p>

 <p><b>PROJEITA DE ATIVIDADES:</b> Atividades de inclusão social do PIBA, a partir de temas de estudo de CASO/DEBATE e outras práticas de intervenção.</p>	 <p><b>Referências Bibliográficas</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Estatísticas Econômicas – 194. Indicadores de progresso e sua metodologia. Brasília, DF, 2010.</li><li>_____. Secretaria Especial de Planejamento e Gestão. Plano de Desenvolvimento Social (PDS). Brasília, DF, 2011.</li><li>_____. INSTITUTO DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS (IPPP). Uma abordagem de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas e monitoramento de projetos sociais. Tese para obtenção de Mestrado. PUC, 2005.</li><li>_____. INSTITUTO DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS (IPPP). 2002.</li><li>_____. INSTITUTO DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS (IPPP). 2002.</li></ol>
 <p><b>OBRIGADA!</b> SHELLE BARRETO LAMPERT</p> 	<p><b>03.03.13</b> Projeto: SHELLE BARRETO LAMPERT</p>  <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS</b></p> 
 <p><b>CADASTRO ÚNICO (CadÚnico)</b> MBA 10 SHELLE E GUARINO</p> 	 <p><b>Reflexões sobre o CadÚnico</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Qual é o Cadastro Único (Cadastro Único) de Programas Sociais do Governo Federal?</li><li>Para quem é?</li><li>Como funciona e diversidade para incluir?</li></ul>
 <p><b>CadÚnico Único</b> O Cadastro Único, também conhecido como CadÚnico, é um registro de pessoas físicas que possui informações sobre as famílias inscritas em situação de pobreza e extrema pobreza. O cadastro único inclui essas famílias, assim como parte delas, que a situação social e de renda. O objetivo do Cadastro Único é permitir que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessas famílias e implemente políticas públicas que ajudem essas famílias. O cadastro foi criado em 2003 e é atualizado pela prefeitura. Famílias inscritas no CadÚnico podem se inscrever no CadÚnico.</p>	 <p><b>Objetivo único</b></p> <p>Para se inscrever no Cadastro Único, é necessário que a família tenha renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo, ou renda mensal familiar bruta de até três salários mínimos. Além disso, famílias com renda maior que três salários mínimos podem se inscrever, desde que tenham condições de participar de algum programa ou benefício que ofereça o Cadastro Único em sua comunidade.</p>
 <p><b>CadÚnico Único</b> O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um dos programas sociais mais importantes e abrangentes implementados. Sua finalidade é identificar economicamente as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, bem como as famílias em situação de vulnerabilidade social, para a implementação de políticas públicas e programas sociais voltados para o atendimento das necessidades dessas pessoas e famílias.</p> <p>O Cadastro Único é gerido e mantido pelo governo federal, com a participação dos municípios. O Cadastro Único é atualizado periodicamente, a partir de informações fornecidas pelos municípios. O Cadastro Único é um dos programas sociais mais importantes e abrangentes implementados.</p>	 <p><b>É isso que o CadÚnico é, para além de sua dimensão técnica, um instrumento social, cultural, econômico e até político. A situação de pobreza e extrema pobreza, por exemplo, a localização geográfica das famílias, o perfil econômico das famílias, a situação social, o grau de escolaridade, entre outros fatores. Esse instrumento é um dos mais importantes e abrangentes implementados e necessários de manter e atualizar social para além da abrangência de inclusão social.</b></p> <p>O Cadastro Único também está relacionado ao acesso ao sistema de benefícios sociais, sendo por isso um instrumento importante – ao qual faz parte o diálogo com os movimentos sociais e representantes da comunidade e governo para o conhecimento das necessidades, dos pontos de contato que representam particularmente relevantes questões do território nacional. Cada vez mais a identificação precisa estruturalmente, entre os quais estão os benefícios, os subsídios, os programas, projetos em situação de vulnerabilidade de famílias, famílias, até o entendimento de que vivemos condições de pobreza e de desigualdade social, ao qual requerem também outras mais ações de caráter político.</p>

<p>  </p> <p>             Ao longo desta jornada, o Cadastro Único pode apontar e dialogar com os diferentes locais e espaços e estratégias de cadastramento diferenciado, passando e atuando nos pontos como um conjunto de estratégias diferenciadas, de planejamento de famílias que possuem características específicas em relação ao seu nível de renda, cultura, crenças e costumes, e ainda, em relação à complexidade das condições culturais de vulnerabilidade social.         </p>	<p>  </p> <p>             O Cadastro Único identifica 12 Grupos Populacionais Específicos e Especiais (GPE) que foram agrupados em quatro categorias para facilitar o atendimento.         </p> <p> <b>Objetivos</b> </p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fortalecer o diálogo</li> <li>2. Fortalecer o atendimento</li> <li>3. Fortalecer a gestão</li> <li>4. Fortalecer a inclusão e a participação da família</li> </ol> <p>             Formar os conjuntos de famílias agrupadas de acordo com a especificidade de performance e desempenho, gerar mais acesso de população territorial, urbana, florestal, assentados, assentadas, e famílias jovens, pessoas com deficiência, idosos e modo de vida comunitário agrícola, comunidades de geração para geração, que se diferenciam de outros grupos. São, portanto, grupos populacionais que compartilham valores e práticas culturais diversas, fruto de processos e instituições que se articulam em torno de vulnerabilidade social.         </p>
<p>  </p> <p> <b>Relacionado ao meio urbano</b> </p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Famílias urbanizadas</li> <li>2. Famílias de população urbana</li> <li>3. Famílias ribeirinhas</li> </ol> <p>             São famílias que pertencem à comunidade tradicional ou comunidades tradicionais em um determinado de recursos oferecidos pelo município, seja na favela, vila, conjunção, ou a demais ambientes urbanos. Consequentemente, sua separação pode gerar agricultura de subsistência e a criação de espaços de produção para, mas sempre em regime de economia familiar. No Cadastro Único, essas populações podem ser identificadas como famílias urbanizadas, de população urbana ou ribeirinhas. Devido à sua característica cultural, os grupos relacionados ao meio urbano podem ser agrupados, visando oferecer respostas em que a gestão atenda as necessidades.         </p>	<p>  </p> <p> <b>Relacionado ao meio rural</b> </p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Agrícolas assentados de Reforma Agrária</li> <li>2. Famílias assentadas</li> <li>3. Famílias de agricultores familiares</li> <li>4. Famílias beneficiárias da Previdência Social - Cadastro Único (PREVI)</li> </ol> <p>             São grupos familiares que possuem e vivem, a partir de sua origem, em áreas, bem como acesso a políticas públicas específicas, como reforma agrária. Podem, eventualmente, estar vinculados em determinados locais, há muito tempo que já obtiveram regularização fundiária por meio do processo de reforma agrária, bem como aqueles que possuem o direito ao acesso a um tipo de atividade, produção de artigos agrícolas, pois possuem de reforma agrária e regularização.         </p>
<p>  </p> <p> <b>De situações excepcionais</b> </p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Famílias atingidas por calamidade natural</li> <li>2. Famílias de pessoas em situação de vulnerabilidade</li> <li>3. Famílias de cidadãos de baixa renda</li> <li>4. Famílias de pessoas em situação de rua</li> </ol> <p>             Por questões conjuntas, estas famílias são incluídas em que a combinação de fatores diversos contribui para a situação de vulnerabilidade social por período de tempo limitado. Assim, foram agrupadas as famílias que podem estar momentaneamente em situação de vulnerabilidade, mas que podem não mais pertencer ao grupo de vulnerabilidade social médio. Portanto, diferentemente das demais categorias, essas famílias não são incluídas automaticamente para a regularização de sua situação.         </p>	<p>  </p> <p>             Todas as famílias do Cadastro Único possuem as mesmas informações cadastrais, a única diferença é que as famílias GPE se diferenciam em relação ao desempenho, sendo o desempenho de uma determinada família a seguir abaixo:         </p> <div data-bbox="813 1142 1220 1288" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p> </p> <p> <b>Desempenho Principal</b> </p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Inteligência econômica 100 a 100%</li> <li>Qualidade de tempo 100 a 100%</li> </ul> <p> <b>Desempenho Suplementar 1</b> → 17 famílias GPE (exemplo 100%)</p> <p> <b>Desempenho Suplementar 2</b> → 17 famílias GPE (exemplo 100%)</p> </div>
<p>  </p> <p> <b>Ação</b> </p> <p>             Como identificar quem são as famílias pertencentes a cada uma das categorias?         </p> <p>             São as famílias que possuem as informações em seu cadastro GPE, conforme a regra geral de regularização do Cadastro Único. A identificação não pode ser feita.         </p>	<p>  </p> <p> <b>Atenção ao processo de cadastramento diferenciado</b> </p> <p>             O objetivo para definir se uma pessoa é pertencente a um tipo de comunidade tradicional é a sua identificação, através de dados que não se identificam e que pertencem a uma comunidade que é reconhecida como tal. Não são grupos baseados no tipo de moradia que define quem é pertencente a esse grupo.         </p> <p>             A atuação com a essas famílias deve ter caráter preventivo, proativo e inovador, buscando garantir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do reconhecimento de potencialidade e participação das famílias dentro de seus próprios territórios e comunidades.         </p> <p>             Recorrer à a atuação de uma abordagem metodológica clara, que promova uma efetiva conexão entre a sua atuação de vida e suas práticas comunitárias, reconhecendo o contexto e a forma a percepção das situações individuais e coletivas da situação vivenciada, não atuando a nível de família e atuando a comunidade.         </p>
<p>  </p> <p>             A abordagem técnica não deve estabelecer um problema complexo relacionado para famílias e, ao mesmo tempo, deve se manter dentro de possibilidades de vida que. Tanto no contexto de vulnerabilidade social quanto em situação de emergência, o foco deve ser a atuação de trabalho, e a atuação das atividades que serão desenvolvidas deve ser feita em conjunto com a comunidade.         </p> <p>             É necessário que a abordagem metodológica seja o diagnóstico comunitário comunitário e atuação dos grupos comunitários. É necessário a atuação, inclusive, através de ações do Cadastro Único para programas locais a fim de obter informações sobre a presença de famílias de grupos populacionais tradicionais especificamente no local.         </p> <p>             Para atuar a comunidade além das ações, é preciso partir, também, do diálogo comunitário, metodológico, especialmente em GPE, organizações comunitárias e técnicas. Deve-se buscar trabalhar com as famílias e com as práticas comunitárias existentes.         </p>	<p>  </p> <p>             Realizar articulação com o nível de conexão social local no que se refere aos atores de liderança, em especial com órgãos governamentais como FUBA e INDA, que atuam em organizações locais, Defensoria Pública, Centros, e também não governamentais de defesa de direitos (Associação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, União Nacional de Saúde e Ambiente Indígena, Fundação Cultural Palmares, União Quilombola, Conselho Nacional, e Associação Brasileira de Defesa Jurídica de Mulheres e Crianças - ABDEFMUC), da Comissão Nacional em caso de se operar com recursos que possuem intervenção pública para garantia de direitos.         </p> <p>             Recorrer ao nível de famílias de jovens e comunidades tradicionais em atuação de jovens e através de ações de conexão com os atores, a fim de fortalecer as comunidades.         </p> <p>             O PIBA possui um plano de sua atuação de atender a essas famílias, em caso de demanda específica, independentemente de fazer parte desta categoria de atuação para esse grupo. Devem ser avaliados como se fossem famílias que buscam por desenvolvimento econômico social, cultural e empresarial, priorizando para essas famílias a atuação, propiciando benefícios comunitários.         </p>

 <p>O trabalho do CEBRIS (Rio e Curitiba) como instrumento fundamental para a consolidação das políticas públicas relativas à população de baixa renda. Sua atuação em diversas regiões nos três níveis de governo permitiu ao IBRA superar a fragmentação que marcou tradicionalmente a atuação das políticas sociais. Mais do que isso, além de ajudar a promover a inclusão social nos projetos de melhoria de infraestrutura das favelas periféricas e a criação de espaços comunitários, o IBRA também promoveu a inclusão social em projetos de melhoria de infraestrutura das favelas periféricas e a criação de espaços comunitários. Com isso, as necessidades dessas populações foram mais do que atendidas, quando criadas e melhoradas com maior eficiência e melhor avaliação de seus efeitos.</p> <p>Um aspecto importante a ser considerado é o modo de atuação e sustentabilidade que as famílias periféricas e grupos socioeconômicos tradicionais e vulneráveis apresentam. Mesmo quando incorporadas em redes de serviços públicos e comunitários, estas famílias continuam lidando com vulnerabilidade tanto no âmbito institucional, como em termos de acesso a serviços e recursos, sendo essencialmente vulneráveis a mudanças sociais.</p>	 <p>Na imersão de longa duração dentro grupos familiares, torna-se a atividade gerada pelo IBRA essencial para a inclusão social e a promoção institucional, no sentido em que as próprias políticas sociais são do estado brasileiro estão sendo avaliadas e além, os valores sociais e culturais que afetam diretamente alguns grupos familiares, entre os outros, e sua inserção na rede de serviços de proteção de políticas sociais.</p> <p>Torna-se assim, o instrumento que promove a inclusão social por meio de atividades tradicionais, mas implementadas e geradas através do sistema social gerido no CEBRIS/PIBA.</p>
 <p><b>Missão do projeto</b></p> <p>Trabalhar a base de dados do CEBRIS de Rio e Curitiba para melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade institucional, cultural, social, econômica e ambiental. Isso é feito através de pesquisas e ações estratégicas para melhorar as condições.</p>	 <p><b>REFERÊNCIAS</b></p> <p><b>BRASIL</b></p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil (1988) _____</p> <p>Decreto nº 5.946, de 7 de fevereiro de 2006. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2006/02/Decreto/D5946.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2006/02/Decreto/D5946.htm</a>. Acesso em: 02 jul 2011.</p> <p>_____. Decreto nº 5.202, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção do IPE da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2004/04/Decreto/D5202.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2004/04/Decreto/D5202.htm</a>. Acesso em: 02 jul 2011.</p> <p>_____. Decreto nº 6.782, de 9 de maio de 2010. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2010/05/Decreto/D6782.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2010/05/Decreto/D6782.htm</a>. Acesso em: 02 jul 2011.</p> <p>Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastro Nacional de Informações Sociais. Rio de Janeiro e Curitiba - Brasil. IBRA. Conselho Nacional de Informações Sociais. 2014.</p>
 <p><b>OBRIGADA!</b></p> <p>IRELLA INACETO SAMPEDRO</p> 	<p><b>JULIA DE</b></p> <p><b>PEREIRA DE ALMEIDA</b></p> <p><b>IBRA</b></p> <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS</b></p>  
 <p><b>CADASTRAMENTO DE POVOS INDÍGENAS NO CAD ÚNICO.</b></p> <p>ÁREA 12</p> <p>IRELLA E SAMPEDRO</p> 	 <p><b>REFLEXÃO SOBRE A ÁGUA</b></p> <p>Como pensar estratégias específicas para a área indígena com objetivo de incluir sustentabilidade e segurança (ACQUINO)?</p> <p>Como realizar esse trabalho respeitando o modo de vida, a cultura e os costumes dessas povos?</p>
 <p>Um dos pilares do trabalho de inclusão social das povos indígenas são os mecanismos institucionais e de desenvolvimento social, que devem ser desenvolvidos e geridos por todos os setores sociais.</p> <p>Muitas famílias indígenas possuem um vínculo de integração econômica, cultural e educacional com o meio que sempre se inseriu no tecido social da sociedade brasileira. Esperar que essas redes de participação sejam do tipo brasileiro, por isso, as relações entre o sistema formal, os projetos sociais e comunitários e a realidade social indígena.</p> <p>É nesse contexto que os projetos sociais vêm, gradativamente, atuando importante para os povos indígenas, no modo em que eles buscam criar uma rede de participação social e de desenvolvimento econômico.</p>	 <p><b>Tudo as famílias indígenas devem ser cadastradas?</b></p> <p>Sim, desde que tenham acesso a serviços básicos que possam ser oferecidos de maneira sustentável e sustentável social.</p> <p>Nesse sentido, é preciso considerar a realidade social e das famílias indígenas. Devemos saber como a população indígena está organizada, como estão divididos os grupos familiares, quais são as suas atividades produtivas e como estão inseridas no mercado de trabalho.</p> <p>Quando o assunto de inclusão social e a inclusão de famílias indígenas em uma economia de mercado são discutidos, a maioria aponta em direção ao Estado. Por isso, é importante considerar essas questões, pois o Estado oferece uma estrutura de inclusão social e econômica através dos programas sociais não se limitam a isso, pois, a inclusão econômica de famílias indígenas em projetos sociais, como é o caso, é essencialmente desigualdade na organização social desses povos.</p>

<p>Os jovens indígenas têm muitas dificuldades e desafios de suas atividades de estudo de maneira regular em geral. É importante dialogar com eles para que não deixem de ir e que não se tornem desistidos em relação ao curso de graduação em História ou em qualquer outra área. Também é importante ter em suas mãos compromissos para acompanhamento de visitas de estudos, pois igualmente de cada vez pelo período dos dias e procurar ter garantia de sua participação tanto a nível presencial quanto de forma online.</p>	<p><b>Em quais situações as famílias indígenas devem ser cadastradas?</b></p> <p>As famílias indígenas devem ser cadastradas nos casos em que possam ser situações de vulnerabilidade econômica e/ou social, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, incluindo a situação de vulnerabilidade econômica;</li> <li>• Situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, incluindo a situação de vulnerabilidade econômica;</li> <li>• Impossibilidade de desfrutar atividades educacionais, seja de forma presencial ou remota;</li> <li>• Atendimento especializado de jovens indígenas que possam sofrer com questões de saúde física para atendimento de benefícios sociais, como as de vulnerabilidade econômica.</li> </ul> <p>Além, o cadastramento é necessário para famílias indígenas que necessitem de políticas públicas para sua vulnerabilidade física e cultural. Para realização de estudos sobre a situação das famílias indígenas, o grupo realizará uma visita em seu território para a Administração Regional de Favela e com as organizações indígenas representativas.</p>
<p><b>QUAL O OBJETIVO DO CADASTRAMENTO DE FAMÍLIAS INDÍGENAS?</b></p> <p>Devido à complexidade e diversidade das famílias indígenas, a presença de cadastramento para essas famílias exige planejamento cuidadoso.</p> <p><b>Objetivos do processo:</b></p> <p>1. Diagnóstico da Situação</p> <p>2. Planejamento do Cadastro</p> <p>3. Elaboração do Formulário</p> <p>4. Consulta Prévia</p> <p>5. Espereção</p> <p>6. Realização de Reuniões</p> <p>7. Realização de Cursos</p> <p>8. Avaliação de Resultados e Identificação dos Recursos Disponíveis</p>	<p>O cadastramento de pessoas é um processo que visa reunir e agir de maneira integrada. É importante que famílias e indivíduos envolvidos tenham em mente que o objetivo é qualificar as famílias indígenas e não apenas qualificar o cadastramento de dados.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e INEP, por meio do Secretariado Nacional de Fomento da Cidadania, Identidade, Acompanhamento e Implantação do Cadastro Único. O Governo Federal também apoia financeiramente as municípios por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para, ainda, mediar as colaborações para realização de visitas técnicas com o intuito de melhorar as condições de acesso ao cadastramento e/ou de ações de cadastramento das famílias indígenas.</li> <li>• Secretaria de Políticas Indígenas - atua nas questões legais e legais com o objetivo principal de apoiar a luta dos povos indígenas para defesa dos seus direitos. Nos últimos anos, as organizações indígenas têm atuado em ações de interlocução com as suas comunidades e o MDS.</li> <li>• Secretaria Municipal - Atende que não haja um plano estadual de cadastramento, o estado pode auxiliar e apoiar as ações municipais, oferecendo suporte técnico e logístico, podendo prestar a assistência de transporte, equipamentos e informações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Favela - A Favela possui, em seu corpo físico, condições com importância de o próprio corpo de jovens indígenas que podem contribuir para o diálogo com as comunidades indígenas, no planejamento e na execução das ações necessárias para o cadastramento das famílias indígenas. Além disso, a Favela conta com recursos do Social (Fundo Indígena) e outros recursos de Apoio Social e Administrativo (Secretaria Regional), que podem apoiar as ações dos municípios em Favelas indígenas.</li> <li>• Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) - a FUNASA possui condições que permitem a realização (presencial e a saúde de saúde dos jovens indígenas, a que é fundamental para status e diagnóstico de saúde e/ou condições de vulnerabilidade econômica das famílias indígenas.</li> <li>• Universidade A mais parte das universidades públicas possui centros e centros de estudo sobre os povos indígenas e tem compromisso com a acessibilidade dos programas sociais e oferecidos online.</li> <li>• Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) - tem, dentro das atribuições, o dever de defender os interesses dos povos indígenas, acompanhando as ações que o poder público pretenda para garantir os direitos constitucionais autogeridos e seus povos.</li> </ul>
<p>O IGO (Instituto de Gestão Organizacional) foi criado para apoiar fortalecimento de municípios no sentido de identificação e planejamento de ações, com o objetivo, inclusive, de famílias indígenas. Para isso é preciso realizar as famílias em conexão de gênero e relações pessoais, culturais e/ou familiares e manter os seus dados atualizados.</p>	<p><b>QUANDO REALIZAR CONSULTA PRÉVIA?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer contato com as instituições que trabalham com povos indígenas. Favela, Favela, Município, Município, organizações indígenas, organizações indígenas, organizações indígenas.</li> <li>• Fazer contato com organizações indígenas para obter dados e informações que possam ser utilizadas em famílias indígenas, incluindo o cadastro de famílias e outras informações relevantes.</li> <li>• Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - para obter informações e dados.</li> <li>• Realizar contato com pessoas que não são indígenas para o trabalho de campo, incluindo a visita a outros membros da comunidade que sejam favelas indígenas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer contato com instituições que trabalham com povos indígenas. Favela, Favela, Município, Município, organizações indígenas, organizações indígenas, organizações indígenas.</li> <li>• Realizar contato com pessoas que não são indígenas para o trabalho de campo, incluindo a visita a outros membros da comunidade que sejam favelas indígenas.</li> </ul>	<p><b>REALIZAÇÃO</b></p> <p>A realização é o principal momento para iniciar as atividades, sendo a Favela mais adequada de encontrar as famílias indígenas. Essas famílias têm características culturais que precisam ser respeitadas e tomadas de forma diferenciada. Essa forma, é importante que a realização seja feita em conjunto de ações de cadastramento, no sentido de trabalhar as famílias indígenas e não apenas de forma isolada e sem participação ativa dos membros.</p> <p>A capacitação de técnicos, abrangendo e gerando por profissionais com conhecimento sobre o povo indígena em questão permite a compreensão de história dos povos indígenas, além de visitas às famílias indígenas e a implementação de organização social de grupos e em atividades.</p>

<p><b>Documentação</b></p> <p>Caso seja identificado o acervo de documentação de famílias com origem indígena, o responsável deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a) responsabilizar pelo arquivamento indígena e disponibilizar documentos: "Livro de Família" e CPF de cada um cadastramento, caso não possua esses documentos, pedida ao responsável com qualquer documento de identificação de caráter oficial, como o Título de Registro do Casamento;</li> <li>• b) enviar como documento válido para o cadastramento de famílias indígenas a Carteira de Identificação Nacional de Documento de Registro de Imóveis, emitida pelo FUNAI, no caso de identificação de famílias de FAMILIA COM ORIGEM INDÍGENA que possui o "sol no logotipo" devido ao reconhecimento indígena; e no caso de famílias que não possuem registro, cada um dos membros deve ter documentação para o cadastro de registro civil das pessoas naturais. A primeira via é gratuita.</li> </ul>	<p><b>Processo de cadastramento</b></p> <p>• O Fund para aceitar em outras etapas, inclusive durante o preenchimento da formulário.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A equipe de equipe de trabalho no nível deve aceitar conforme o que foi previamente combinado considerando indígenas para verificar com antecedência o que o formulário enviado para aceitar o preenchimento dos formulários, respeitando o calendário de envio e prazo de envio indígena e ser atualizado.</li> <li>• Muitos documentos não estão com o preenchimento legível (fontes, impressão, tamanho de fonte, etc.)</li> <li>• Respeito à guia de nomes indígenas de acordo com o preenchimento dos formulários. • Respeito aos costumes das pessoas indígenas quanto cultura e respeito ao idioma indígena, tanto no que se refere à documentação quanto no envio e prazo de envio, incluindo a entrega dos formulários, com prazo e validade.</li> <li>• É importante estar atento para finalizar o cadastro de famílias indígenas mais cedo possível e, quando possível, manter atualizado no grupo.</li> </ul>
<p><b>Algumas dificuldades que podem ser encontradas pelo município para realizar o cadastramento de famílias indígenas para o qual é necessário pedirem documentação:</b></p> <p>Desaparecimento de documentos para famílias indígenas (Carteira de Identificação Nacional de Documento de Registro de Imóveis)</p> <p>Falta de canal de pagamento acessível</p>	<p><b>Qual é o formulário de identificação de famílias indígenas no Formulário de Cadastro de Famílias Indígenas?</b></p> <p>Para a elaboração dos dados, o PIBA se baseia no Formulário de Trabalho Social, a qual tem o objetivo de identificação de famílias indígenas de forma adequada. Os campos investigados a família indígena, a que pertencem e se trata em termos de família indígena. Veja a seguir:</p> 
<p><b>Atenção!</b></p> <p>Quando se quer o Cadastro Único para a identificação para fins de cadastramento, se a pessoa se declara indígena, ela deve ser cadastrada como indígena. A identificação indígena se dá exclusivamente cultural e não é questionada de prazo.</p>	<p><b>Por que é importante identificar corretamente suas famílias?</b></p> <p>A correta identificação das famílias indígenas no Cadastro Único é importante, pois permite reconhecer cultural e socialmente as famílias indígenas. A informação qualificada permite a elaboração de estratégias de políticas públicas das famílias indígenas, não só de uma maneira, mas em nível e local. Conhecendo a identidade, a localização e as necessidades socioeconômicas dessas famílias, é possível construir para a elaboração de políticas públicas e programas sociais específicos.</p>
	<p><b>Proposta de atividade:</b></p> <p>Se você trabalha com crianças indígenas?</p> <p>Quais os principais desafios para quem atua com famílias indígenas?</p> <p>Quais estratégias você utiliza para superar os desafios?</p>
<p><b>REFERÊNCIAS</b></p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p>Decreto nº 6.942, de 7 de fevereiro de 2011, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2012/2011-02/Decreto6942.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2012/2011-02/Decreto6942.htm</a>, acessado em 02 de maio de 2017.</p> <p>_____. Decreto nº 7.063, de 11 de março de 2010, institui a Comissão de Identificação e Registro das Comunidades Tradicionais. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2010-2013/2010-03/Decreto7063.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2010-2013/2010-03/Decreto7063.htm</a>, acessado em 02 de maio de 2017.</p> <p>_____. Lei nº 10.741, de 13 de maio de 2003, institui a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2003-2004/2003-05/Lei10741.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2003-2004/2003-05/Lei10741.htm</a>, acessado em 02 de maio de 2017.</p> <p>_____. Lei nº 10.741, de 13 de maio de 2003, institui a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2003-2004/2003-05/Lei10741.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2003-2004/2003-05/Lei10741.htm</a>, acessado em 02 de maio de 2017.</p> <p>_____. Lei nº 10.741, de 13 de maio de 2003, institui a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2003-2004/2003-05/Lei10741.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2003-2004/2003-05/Lei10741.htm</a>, acessado em 02 de maio de 2017.</p>	<p><b>OBRIGADA!</b></p> <p>IBELLA SOARES LAMPERT</p> 

<p>ÁREA 11 Programa PIBA 2019 Linha 01</p> <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS</b></p>	<p><b>CADASTRAMENTO DE FAMÍLIAS QUILOMBOLAS</b></p> <p>ÁREA 11 LINHA 01</p>
<p><b>Processo de busca a uma comunidade quilombola? Como fazer?</b></p> <p>Como realizar o cadastramento dessas famílias? (relacionado com o grupo familiar?)</p>	<p><b>Como são as comunidades quilombolas?</b></p> <p>As comunidades quilombolas são grupos com identidade cultural própria e se formam por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil. Elas possuem a realidade e diferentes formas de organização. Essas comunidades também têm ligação com sua história e mantêm preservação costumeira e cultura próprias por sua ancestralidade. As comunidades quilombolas compõem um conjunto maior de grupos sociais, o que inclui a comunidade tradicional.</p>
<p><b>Atem às comunidades quilombolas, culturais e religiosas de povos e comunidades tradicionais de povos indígenas, de ciganos, de comunidades de leitesiros, de catangaras, de pescadores artesanais, entre outros. Todos esses grupos podem ser incluídos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único).</b></p> <p><b>Ações:</b></p> <p>Desenvolva um projeto familiar quilombola e inclua as pessoas comunitárias específicas para identificação no Programa Nacional de Cadastro Único.</p>	<p>As famílias quilombolas têm o direito de serem devidamente identificadas no Formulário Padrão do Cadastro Único, por meio de campo específico. São a importância, para a identificação dessas famílias, possuir um projeto para programas sociais, relativos a suas práticas e projetos que estão sendo realizados ou em andamento para sua realidade social específica.</p>
<p><b>As comunidades quilombolas possuem a realidade e diferentes formas de organização.</b></p>	<p>As comunidades quilombolas, apesar de serem o seu tipo de identidade, abarcam todas as múltiplas práticas da sociedade brasileira e compartilham maior ou menor grau de afinidade que têm de sua ancestralidade, mantendo suas práticas com destaque e vínculo com a identidade quilombola de seus membros, como um grupo indígena.</p> <p>É importante manter a tradição e identidade de grupo através de práticas comunitárias, na preservação histórica de práticas culturais tradicionais, e identidade única quilombola através a partir da história e do reconhecimento de valores culturais dentro de grupos locais.</p>
<p><b>Meios de subsistência</b></p> <p>A agricultura familiar de subsistência é uma característica sempre presente nas comunidades. Das atividades agrícolas, minas, artesanato, entre outras práticas ligadas ao cotidiano para consumo próprio. Geralmente, existem poucos produtores que vivem exclusivamente a partir das atividades, as famílias ainda enfrentam dificuldades para subsistir dentro de contexto.</p>	<p><b>Como é feita a identificação de uma pessoa de origem quilombola?</b></p> <p>É comunidade quilombola aquela pessoa que se autodeclarou pertencente a esse grupo. A autodeclaração da comunidade quilombola é um processo de referência de pessoa que pertence a um grupo especificamente autodeclarado e registrado, sua identidade como membro desse grupo. É um documento expedido pelo Conselho, no âmbito, as comunidades quilombolas.</p>

 <p>Constituem-se "Instituições de Desenvolvimento de Políticas" para as três áreas estratégicas de atuação: Saúde, Segurança Urbana e Sustentabilidade, com expertise técnica própria, atuação em múltiplos setores e regiões, com produção de conhecimento técnico especializado com prioridade à inovação tecnológica. (Decreto 4.987/2009).</p>	 <p><b>Como avaliar famílias quilombolas?</b></p> <p>Os dados sobre as quilombolas resultam da coleta de dados por diversos departamentos, sendo das seguintes formas: matrizes, listas de bens, comunidades, mapas, etc.</p> <p>É feita também uma pesquisa de identificação nacional de bens e bens urbanos. Essa abordagem é desenvolvida juntamente com o registro, tendo como ponto de partida para trabalhar os bens e registros em cartório e sistemas de dados.</p>
 <p>As comunidades quilombolas se encontram em áreas de alto risco ambiental, com grande parte das famílias de baixa renda, em áreas urbanas, muitas vezes, próximas de áreas de risco e em áreas de preservação ambiental. Essas famílias são vulneráveis para se deslocar para a zona dos municípios mais próximos e se estabelecerem em áreas de risco ambiental. Isso gera um ciclo de pobreza e de vulnerabilidade ambiental. Um número considerável de famílias não tem acesso a serviços básicos, incluindo água, saneamento básico, energia elétrica e comunicação.</p>	 <p><b>As famílias quilombolas são vulneráveis ao risco urbano?</b></p> <p>Sim, existem famílias quilombolas que se encontram em áreas urbanas. Em algumas regiões de São Paulo, há famílias de quilombolas que vivem em áreas urbanas e são vulneráveis ao risco urbano. Isso ocorre devido à falta de infraestrutura urbana, como saneamento básico, energia elétrica e comunicação. Além disso, muitas famílias vivem em áreas de risco ambiental, o que aumenta a vulnerabilidade das famílias ao risco urbano.</p>
 <p>Para essas pessoas, a terra tem valor histórico, cultural e ambiental. É importante que se estabeleçam no território e tenham acesso aos serviços básicos, como saneamento básico, energia elétrica e comunicação. É importante que se estabeleçam no território e tenham acesso aos serviços básicos, como saneamento básico, energia elétrica e comunicação. É importante que se estabeleçam no território e tenham acesso aos serviços básicos, como saneamento básico, energia elétrica e comunicação.</p>	 <p>As famílias de São Paulo estão a caminho de modernização e estão sendo atualizadas. Há famílias em comunidades que estão sendo atualizadas e estão sendo atualizadas. Há famílias em comunidades que estão sendo atualizadas e estão sendo atualizadas.</p> 
 <p><b>CONHECIMENTO DE FAMÍLIAS QUILOMBOLAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Este não é um caso que deve ser o sistema de famílias quilombolas que estão se deslocando para o território urbano.</li> <li>As famílias que vivem em áreas de risco ambiental são as mesmas que vivem em áreas de risco ambiental. Isso ocorre devido à falta de infraestrutura urbana, como saneamento básico, energia elétrica e comunicação.</li> <li>Para a inclusão das famílias quilombolas no Cadastro Único não é necessário a apresentação de qualquer documento de identificação, sendo suficiente que a família se declare quilombola no formulário.</li> <li>A identificação de famílias quilombolas, com o objetivo de incluir as famílias no Cadastro Único, não tem finalidade de avaliar as condições ambientais das famílias de risco ambiental. Isso ocorre devido à falta de infraestrutura urbana, como saneamento básico, energia elétrica e comunicação.</li> </ul>	 <ul style="list-style-type: none"> <li>As famílias quilombolas e programas sociais podem ser implementados nos municípios quilombolas antes do processo de regularização fundiária, que também é uma opção viável e não deve ser priorizada para as famílias.</li> <li>Os registros de informações de famílias quilombolas existentes em áreas urbanas deve ser feito de forma prioritária para a apresentação dos dados específicos de identificação de famílias quilombolas no sistema nacional de identificação de famílias. O registro de famílias deve ser realizado de forma prioritária para as famílias quilombolas, conforme a orientação do Manual de Implementação.</li> </ul>
 <p><b>Qual é a forma correta de identificação de famílias quilombolas no formulário do Cadastro Único?</b></p> <p>Com a identificação dos campos 3.00 e 3.06 no Formulário do Cadastro Único, é possível realizar a identificação de famílias quilombolas de forma adequada. O primeiro campo refere-se à família e o segundo campo refere-se ao nome da comunidade. Para a seguir:</p> 	 <p>Para as famílias quilombolas em comunidades do Cadastro Único, basta que o responsável pela Unidade Familiar (UF) preencha qualquer documento de identificação existente no Formulário Único, inclusive o Formulário de Matrícula, com a identificação de endereço UF no formulário de identificação. É importante lembrar que não é UF quilombola porque UF não é Título de Eleitor, a regularização fundiária deve ocorrer de forma única que para as famílias.</p>

<p>É recomendado que o cadastramento das famílias seja feito por meio de visitas domiciliares, uma vez que as famílias têm dificuldades de acesso à internet e a nível de municipalidade, menos de 2% das famílias já tiveram seu endereço nacional sendo identificado no Instituto de Cadastro Único.</p> <p>É possível também que, a partir também de uma pesquisa e determinação única, possa ser um processo de cadastramento por não-ônibus e utilização de empresas tipo de diagnóstico de locais que possuem a identidade geográfica para fins de visitas às famílias em Cidades Cênicas.</p>	<p><b>RELAÇÃO DE TRABALHO E BUSCA NA COMUNIDADE (CARIÓTIPO)</b></p> <p>É importante ter em conta famílias que vivem em situações de vulnerabilidade social, não são elas nem têm condições de acesso às famílias em Cidades Cênicas, uma vez que o acesso à internet e tecnologias não são uma realidade para essas famílias. O cadastramento de famílias em situações de vulnerabilidade social também é um fator que leva ao não cadastramento, no cadastramento baseado na identificação das famílias cadastradas.</p>
<p><b>PLANEJAMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA CADASTRAMENTO DE FAMÍLIAS CARIÓTIPO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Diagnóstico da situação:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico interno, externo e complementar;</li> </ul> </li> <li>2. Planejamento do planejamento e identificação dos recursos necessários:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação técnica, suporte e financiamento;</li> </ul> </li> <li>3. Organização do processo:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipe, estrutura, estrutura de autoridade e gestão de projetos;</li> </ul> </li> <li>4. Implementação local:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivo às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, localizar e identificar a comunidade onde será realizado o cadastramento, organização, materiais, serviços, o tempo e o programa social;</li> </ul> </li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>5. Implementação:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não deve ocorrer apenas os serviços de busca ativa e cadastro em Cidades Cênicas, mas também de orientações e mobilização de recursos do tempo;</li> </ul> </li> <li>6. Planejamento de resultados:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- O objetivo, ao mesmo tempo, a pergunta "a família é cadastrada?", não deve ser apenas a resposta "sim" ou "não", mas também a pergunta "por quê?".</li> </ul> </li> <li>7. Seguimento de dados;</li> <li>8. Avaliação de resultados:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- verificar se os recursos necessários durante o planejamento foram atingidos e se os recursos, por sua vez, foram suficientes;</li> </ul> </li> </ol>
<p><b>vídeo: CONVICENDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA:</b>  <a href="http://www.tijubapiba.org.br/pt-br/pt-br">www.tijubapiba.org.br/pt-br/pt-br</a></p>	<p><b>Proposta estruturada:</b></p> <p>Hoje eu estou aqui convidando a comunidade?</p> <p>Qual é o trabalho que eu estou fazendo para essas famílias no CAD ÚNICO?</p> <p>Qual estratégia será utilizada para ajudar as famílias?</p>
<p><b>Referências</b></p> <p>Instrumentos de Pesquisa: Estatísticas dos Anos 2001-2010</p> <p>Lei nº 6.964, de 1 de fevereiro de 2011, institui a Política Nacional de Desenvolvimento e Inclusão de Pessoas com Deficiência, cria o Conselho Nacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADEB), e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2016, estabelece a organização do Poder Judiciário em âmbito nacional, e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2016, estabelece a organização do Poder Judiciário em âmbito nacional, e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2016, estabelece a organização do Poder Judiciário em âmbito nacional, e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2016, estabelece a organização do Poder Judiciário em âmbito nacional, e dá outras providências.</p>	<p><b>OBRIGADA!</b></p> <p>Mônica Garcia Campos</p>
<p>ANEXO 11          Processo: 00254-00000          2016/00000</p> <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS</b></p>	<p><b>CADASTRAMENTO DE POVOS CIGANOS E POVOS DE TERREIRO NO CAD ÚNICO</b></p> <p>ANEXO 11          MARIA E GARCIA</p>

<p><b>Por que não fazer a sua?</b></p> <p>Quer saber por que fazer? Como fazer? Como avaliar o desempenho dessa família inserindo nos indicadores?</p>	<p><b>- Como não se pode fazer?</b></p> <p>Os grupos serão formados em áreas sob o mesmo regime de ensino, no entanto, pode-se optar por diferentes níveis de ensino, a fim de atender às necessidades de cada região, desde que haja condições de infraestrutura e recursos humanos necessários para a realização das atividades. Os grupos serão formados em áreas sob o mesmo regime de ensino, no entanto, pode-se optar por diferentes níveis de ensino, a fim de atender às necessidades de cada região, desde que haja condições de infraestrutura e recursos humanos necessários para a realização das atividades.</p>
<p><b>Objetivo</b></p> <p>Os alunos deverão ser capazes de identificar e analisar os dados coletados no âmbito do PIBA, bem como elaborar a proposta de intervenção das famílias e dos grupos. Para isso, deverão ser elaborados indicadores, métodos, técnicas, entre outros.</p> <p><b>Conteúdo</b></p> <p>Identificar a origem do PIBA, os fatores que motivaram a criação do PIBA, bem como os objetivos do PIBA e a importância da participação das famílias e dos grupos.</p> <p><b>Metas</b></p> <p>Identificar os objetivos do PIBA, bem como os fatores que motivaram a criação do PIBA, bem como os objetivos do PIBA e a importância da participação das famílias e dos grupos.</p>	<p>Os dados coletados nos grupos de famílias e dos grupos, bem como os indicadores, métodos, técnicas, entre outros, serão utilizados para a elaboração da proposta de intervenção das famílias e dos grupos.</p> <p><b>Objetivo</b> - Identificar a origem do PIBA, os fatores que motivaram a criação do PIBA, bem como os objetivos do PIBA e a importância da participação das famílias e dos grupos.</p> <p><b>Conteúdo</b> - Identificar a origem do PIBA, os fatores que motivaram a criação do PIBA, bem como os objetivos do PIBA e a importância da participação das famílias e dos grupos.</p> <p><b>Metas</b> - Identificar os objetivos do PIBA, bem como os fatores que motivaram a criação do PIBA, bem como os objetivos do PIBA e a importância da participação das famílias e dos grupos.</p>
<p>Vale lembrar que os grupos, famílias e comunidades serão a responsável por coletar os dados e analisar os resultados. Dessa forma, a participação das famílias e dos grupos é essencial para a realização do PIBA.</p> 	<p>A participação das famílias e dos grupos é essencial para a realização do PIBA. Os dados coletados nos grupos de famílias e dos grupos, bem como os indicadores, métodos, técnicas, entre outros, serão utilizados para a elaboração da proposta de intervenção das famílias e dos grupos.</p>
	<p>Os dados coletados nos grupos de famílias e dos grupos, bem como os indicadores, métodos, técnicas, entre outros, serão utilizados para a elaboração da proposta de intervenção das famílias e dos grupos.</p>
<p>É importante lembrar que os grupos, famílias e comunidades serão a responsável por coletar os dados e analisar os resultados. Dessa forma, a participação das famílias e dos grupos é essencial para a realização do PIBA.</p> 	<p>Muitas famílias e grupos de famílias e dos grupos, bem como os indicadores, métodos, técnicas, entre outros, serão utilizados para a elaboração da proposta de intervenção das famílias e dos grupos.</p>

 <p><b>ORIENTAÇÕES PARA O CADASTRAMENTO</b></p> <p>O primeiro passo para se fazer o cadastro no Cadastro Único para a atualização dos dados cadastrais das famílias ciganas é realizar um diagnóstico das necessidades ciganas no município, incluindo na identificação e nos atendimentos especializados.</p> <p>Um dos desafios mais comuns entre as famílias ciganas é a falta de documentação civil, aumentando necessariamente uma ação inicial de identificação. Para essas ações, pode-se contar com as Comissões Intersetoriais de Defesa dos Direitos Ciganos, vinculadas, no âmbito dos estados, às Secretarias Estaduais de Assistência Social, e às Secretarias do Estado de Direitos Humanos e Cidadania. Para isso, na âmbito municipal, é importante contar com os conselhos de Assistência Social e do Conselho Municipal de Planejamento do Município local, nos municípios em que houver essa instância.</p>	 <p>É possível também contar com o contato com as associações representativas e com as entidades de apoio às famílias que atuam em todo o estado. Essas entidades de apoio para buscar uma opção adequada é a Acaziq, sendo uma entidade de natureza civil, vinculada pelo MDS, por meio da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Rômulo e Tereza Lacerda, Fudolândia.</p> <p>O PIBA é um instrumento criado para a melhoria do desenvolvimento e da sustentabilidade das organizações representativas de apoio às comunidades tradicionais, das quais as famílias são parte, mantendo o objeto de uma plataforma virtual que possibilita aos atores o cadastramento de suas organizações, assim também a disponibilização de informações, entre outros serviços.</p>
 <p>Uma família é considerada grupo familiar que deve ser formado em uma ou mais de se pais e/ou responsáveis por filhos menores de 18 anos, tendo em vista, entre outros, critérios, um ou mais pais ou responsáveis por uma ou mais crianças, ou uma ou mais crianças mais importantes dentro do grupo. Além, de um registro de inscrição no Cadastro Único, é necessário fazer contato com esse órgão, para poder fazer a inscrição com os outros membros e obter as informações de atualização de cadastramento. Não existe uma entidade que realize todos os atendimentos, com uma organização pública que atenda todos os casos. No entanto, há organizações privadas que podem apoiar na realização dos cadastramentos ciganos em seu município.</p>	 <p><b>COMO Cadastrar FAMÍLIAS CIGANAS NO CADASTRO ÚNICO</b></p> <p>A melhor identificação das famílias ciganas no Cadastro Único se dá através por meio do preenchimento do campo 2.00 do Formulário Suplementar 3 – Formulário 3 (Programa e Serviço). Nesse campo, deve ser preenchido o código 001 e a descrição <b>FAMÍLIA CIGANA</b>.</p> <div data-bbox="874 891 1145 967"> <p><b>2.00 Identifique aqui o cargo ou o serviço de 000</b></p> <p>Código: 000</p> <p>Descrição:</p> <p>Família Cigana</p> </div>
 <p>É possível ter filhos ciganos e o casamento de jovens entre 12 e 18 anos de idade, que possam a constituir uma nova família. A melhor opção é utilizar o sistema de registro de cada município, de que o responsável pelo Unidade Familiar (UF) deve ter idade mínima de 16 anos (Decreto nº 6.136/2007 e Portaria nº 200/2004 nº 277/2012).</p> <p>Desde jovem, cada membro dos casais seja maior de 16 anos, o casal deverá apresentar em conjunto a documentação para que sejam cadastrados como uma família. No entanto, não podem ser cadastradas como dependentes de uma família com um RF maior de 20 anos, desde que se enquadraram no conceito de família para o Cadastro Único.</p>	 <p>É possível ter famílias ciganas que vivem em acampamentos e comunidades, para o Cadastro Único, como Famílias Funcionais Integradas. Essa inscrição deve ser registrada no quadro 2.00, do Item 2 - Características do Beneficiário na Formulário Principal.</p> <div data-bbox="874 1205 1145 1281"> <p><b>2.00 Qual é o tipo de residência?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Família Funcional</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Família Integrada</li> <li><input type="checkbox"/> Outras</li> </ul> <p><b>Para o 2.00</b></p> </div>
 <p>É muito importante que a documentação referente às famílias ciganas enviado ao cadastramento – que incluem dentro do benefício nacional – esteja a disposição de fazer um cadastro cultural, sendo um ato de destaque para outros municípios. Desde jovem, essas famílias não estão previstas para receber benefícios de tipo complementar de sustentabilidade, como saúde e de educação, previstas no Programa Bolsa Família.</p>	 <p><b>Vídeo:</b> <b>Como viver as ciganas?</b></p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=4j0m19jw3E8">https://www.youtube.com/watch?v=4j0m19jw3E8</a></p>
 <p><b>Proposta Atividade:</b></p> <p>Se sua organização tem filhos ciganos? Qual se a família ciganas para o perfil suas famílias no CAD Único? Como trabalhar com o acesso para apoiar os ciganos?</p>	 <p><b>QUESTIONÁRIO AS FAMÍLIAS PARTICIPANTES AS COMUNIDADES DE TERRA DO CANGA 2017</b></p> <p>As famílias participantes do cadastramento de famílias são aquelas que pertencem à comunidade e o cadastramento com vínculo a uma rede de trabalho de terra ciganas – mantendo com de acesso. Essa rede sempre organizada com pessoas ciganas tradicionais, mas como a identificação das condições de acesso ciganas, o respeito aos princípios, os valores de generosidade e solidariedade, o respeito entre as famílias e uma relação próxima com o meio ambiente. Desde jovem, essas comunidades possuem uma cultura diferenciada e uma organização social própria, que contribuem para a cultura das famílias.</p>



 <p>No Cadastro Único não há necessidade de a família apresentar qualquer documentação de que é permanente e residente de verdade, pois essa identificação é feita diretamente. Dessa forma, qualquer família que se declare permanentemente a esse grupo poderá ser assim classificada no Cadastro Único.</p> <p>Existem um número enorme de famílias autônomas que também participam do cadastramento de verdade.</p> <p>O Cadastro Único consegue identificar essas famílias em duas formas. Dessa forma, a identificação de famílias como permanentemente e residente de verdade é feita em campo. O Cadastro Único também é – vinculação e propósitos e serviços e a identificação de famílias autônomas é feita no quadro de informações pessoais do Cadastro Único.</p>	 
 <p><b>VERBO ASSERTO E VOTO:</b></p> <p><code>!Map!FormaLig!_!T!E!P!C!Q!Z!H!+!O!O!U!C!B!+!S!+!G!H!</code></p>	 <p><b>Proposta de atividades:</b></p> <p>As atividades serão desenvolvidas em campo?</p> <p>Quais os principais objetivos para essas famílias no CAD Único?</p> <p>Quais estratégias serão utilizadas para alcançar esse objetivo?</p>
 <p><b>Referências:</b></p> <p>Identificação de Residência Permanente de Verdade. PIBA. _____</p> <p>Decreto nº 4.040, de 7 de fevereiro de 2001, revogado e Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Pesca e Comunidade Tradicionais. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil/04/decreto/2001/20010204.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil/04/decreto/2001/20010204.htm</a>. Acesso em: 02/04/2017.</p> <p>_____. Decreto nº 3.951, de 20 de abril de 2000, homologa a Convenção no 140 da Organização Internacional do Trabalho / OIT sobre Pesca Artesanal e Trabalho Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil/04/decreto/2000/20000420.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil/04/decreto/2000/20000420.htm</a>. Acesso em: 21/04/2016.</p> <p>_____. Decreto nº 6750, de 4 de maio de 2010, institui o Conselho Nacional das Pesca e Comunidades Tradicionais. – Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil/04/2010/20100504.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil/04/2010/20100504.htm</a>. Acesso em: 21/04/2016.</p> <p>Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastro Único: identificação, inserção e atualização no Cadastro Único. Brasília: MEC, Secretaria Nacional de Gestão de Políticas, 2014.</p> <p>Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Gestão de Políticas. Guia de Cadastro Único de Pesca Artesanal. Brasília: MEC, 2016.</p>	 <p><b>OBRIGADA!</b></p> <p>Mônica Santana Campos</p> 
<p>ÁREA 15</p> <p>Professora Priscilla Saraiva Santana</p>  <p><b>MAPEAMENTO, BUSCA ATIVA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO</b></p> 	 <p><b>Aula 15</b></p> <p><b>O CADASTRAMENTO DE FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS E DE PESCADORES ARTESANAIS NO CADÚNICO.</b></p>
 <p><b>FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS (Código: 201)</b></p> <p>A família extrativista é permanentemente residente em áreas de recursos naturais, onde praticam atividades sustentáveis, incluindo aquelas exercidas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como RPPNs (Reserva Particular), MNU (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) e UCs (Unidades de Conservação). Essas famílias desenvolvem, ao longo de gerações, conhecimentos e habilidades específicas relacionadas às atividades extrativas e ao comércio entre elas e com terceiros.</p> <p>Dessa forma, a atividade extrativista é mais do que uma mera atividade econômica, configurando-se como um costume local, "uma forma de fazer coisas juntas". É importante dizer de sua característica o trabalho de geração e troca de conhecimentos.</p>	 

<p><b>Resumo:</b> Os produtos artesanais têm uma alta diversidade. No caso de produtos de alimentos, como melão, em que são produzidos os doces, a flocos, a farinha, a farinha, a fibra, a caneta e a rede para uso de suas madeiras, a fabricação, embalagem, produção de produtos artesanais, a rede e a rede de produtos.</p> 	<p>Em diversas regiões do Brasil, em especial no Nordeste, muitos artesanatos tradicionais são produzidos pelo uso de materiais que implicam na coleta dos seus recursos para a obtenção de matéria-prima e transporte de produtos e materiais de uso, transporte para o usuário, entre outros.</p> <p>O segmento dos Recursos Tradicionais (RTs), no Rio de Janeiro de 1990, a partir da Lei de Inovação, em especial do Estado do Rio de Janeiro, pelo registro de produtos tradicionais, da produção tradicional, onde se encontram os Recursos Tradicionais (RTs) e os produtos.</p> <p>Em função das atividades de conservação dos produtos artesanais de forma sustentável, muitos produtos de RTs podem ser produzidos em grande escala, mantendo a qualidade e o preço, além de atender às condições que, por isso, se relacionam com a preservação dos recursos naturais.</p>
<p>Muitos produtos artesanais são produzidos em locais de conservação dos recursos naturais e tradicionais, em especial as Reservas Extrativistas (REs), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Terras Nacionais (TNs). Nesse caso, os produtos são produzidos por meio de técnicas e métodos de uso sustentável. No entanto, há a necessidade de conservação dos recursos naturais e de toda a sustentabilidade e da relação.</p> <p>Os produtos artesanais são produzidos nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), onde se pode encontrar o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), associados ao Projeto de Desenvolvimento (PD), sob a responsabilidade de instituições de conservação e Reforma Agrária (RA).</p>	<p>Desenvolvimento dos produtos de conservação dos produtos tradicionais, em especial os produtos artesanais, a produção artesanal de arte, incluindo a sustentabilidade humana e os produtos artesanais sustentáveis.</p> <p>A produção artesanal em locais de conservação dos recursos naturais, como a floresta e a rede, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p>Os produtos artesanais são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais, em especial os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p>
<p><b>Objetivo:</b> O objetivo do projeto é promover a produção de produtos artesanais sustentáveis, que é produzidos utilizando como matéria-prima os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais. O projeto tem como objetivo a produção de produtos artesanais sustentáveis, em especial os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p><b>Justificativa:</b> Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p><b>Justificativa:</b> Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p><b>Justificativa:</b> Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p><b>Justificativa:</b> Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p>	<p><b>Justificativa:</b> Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p><b>Justificativa:</b> Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p><b>Justificativa:</b> Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p><b>Justificativa:</b> Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p><b>Justificativa:</b> Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p>
	<p><b>DIREÇÃO PARA O COMITADO:</b></p> <p>Para a criação do comitê de desenvolvimento de produtos artesanais e sustentáveis, é necessário identificar os produtores e os produtos artesanais sustentáveis, em especial os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p>Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p>Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p>
<p>Existem, ainda, as atividades de conservação dos produtos artesanais sustentáveis, em especial os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p>Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p>Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p>Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p>	<p>Um dos objetivos que pode estar na identificação dos produtos artesanais sustentáveis é a produção de produtos artesanais sustentáveis, em especial os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p>A produção artesanal pode ser produzida em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p>Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p> <p>Os produtos artesanais sustentáveis são produzidos em locais sustentáveis, onde se pode encontrar os produtos de conservação dos recursos naturais e os produtos de conservação dos recursos naturais.</p>

<p><b>Atenção!</b></p> <p>Para fins de identificação no Cadastro Único, não são consideradas retentoras de estabelecimentos dedicados ao comércio de mercadorias de qualquer natureza.</p> <p>A criação de Unidades de Conservação (UC) de proteção integral não inclui entre pessoas e famílias beneficiárias em âmbito a proteção-quotientada em todas as unidades.</p> <p>De acordo com o item 2.30.0000 que define o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, cabem ao governo e aos estados dos entes subnacionais nos UC de proteção integral. Os não são permitidos quaisquer atividades ligadas a exploração, exploração e exploração.</p> <p>As famílias beneficiárias que vivem em UC de proteção integral fazem parte regularizar sua situação não para regularizar sua situação em UC, mas para regularizar sua situação e regularizar em condições que permitam a manutenção de sua situação e status regularizado.</p>	<p><b>2.27. IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS NO CADASTRO ÚNICO</b></p> <p>A correta identificação das famílias beneficiárias no Cadastro Único se dá através por meio de preenchimento do campo 1.07 de Formas de Suplementar 1 - Verificação e Registro e Declaração (Cadastro Único) no aplicativo o código 207 e a descrição família em 207.07.0015.</p> <div data-bbox="798 571 1189 660" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p><b>2.27. Identifique sempre sempre sempre sempre da 207</b></p> <p>Código: 207.07.0015</p> <p>Descrição: FAMÍLIA BENEFICIÁRIA</p> </div>
<p>A Formas de Suplementar contém um campo que permite aos indicados para a identificação da família beneficiária, se a informação responde "sim", se o código do ente federativo, quando a informação se a família possui atividade no campo agrícola, criação de animais, criação de culturas (atividade agrícola) dentro o campo de uso de terrenos com aproveitamento de sua categoria.</p> <div data-bbox="263 907 718 963" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>1.07. Das informações de identificação da família, indique a atividade em que está sendo regularizada:</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> </div>	<p>No Cadastro Único, não há necessidade de a família apresentar qualquer documentação de qual natureza, pois sua identificação é auto-declaratória. No entanto, caso a família possua a situação de Beneficiário Beneficiário (BB) ou Beneficiário Beneficiário Beneficiário (BBB) em situação regularizada, deverá regularizar sua situação.</p> <p><b>Atenção!</b></p> <p>As famílias beneficiárias, pessoas físicas e jurídicas, possuem características que podem ser verificadas. Por isso, é importante verificar junto à família em qual categoria ela deve ser identificada. Também se deve o campo 1.07 de Formas de Suplementar 1.</p>
<p><b>FAMÍLIAS DE PESCADORES ARTESANAIS (Código 207)</b></p> <p>As famílias de pescadores artesanais são aquelas cuja principal atividade econômica é a pesca artesanal, realizada por meio de instrumentos tradicionais, realizados entre familiares, e cuja atividade econômica é realizada em pequena escala, aqui são aqueles de regularização.</p> <p>Conforme o Artigo Nacional de regulamentação do Decreto do Pesca e Aquicultura, o pescador artesanal é aquele que exerce a atividade de pesca comercial/artesanal de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de colheita, predominantemente de forma artesanal e comunitária em pequena escala.</p> <p>Atividade que o trabalho seja realizado em grupo, as atividades artesanais são caracterizadas através de atividades artesanais que envolvam as atividades básicas de pesca e construção de "peixeiro" de pesca artesanal e artesanais em grupo.</p> <p>Essa caracterização estrutura as famílias entre as pessoas da comunidade. A noção de comunidade é forte entre os pescadores artesanais, a atividade está associada à vida da família inteira, à sobrevivência das comunidades.</p>	<p>São aquelas que a pesca artesanal pode ser desenvolvida tanto no mar quanto em rios e demais ambientes relacionados (lagos, lagoas, açudes, represas, baías, enseadas, lagoas, estuários, manguezais, etc.), podendo o pescador trabalhar com espécies marinhas e outras espécies de rios e açudes. Essa atividade pode ser realizada com uso de embarcações de pequeno porte, motorizada ou não, ou sem embarcações (na praia, em áreas próximas ao estuário, próximo a lagoas, etc.).</p> <p><b>Outras atividades:</b> que vivem na zona litorânea do país, com maior representatividade no Nordeste e Sudeste.</p> <p><b>Beneficiários:</b> grupos de famílias que trabalham em forma artesanal e estão de maneira permanente e regularizada perante os órgãos de pesca de água.</p> <p><b>Beneficiários:</b> famílias beneficiárias da pesca artesanal.</p>
	<p>Os pescadores artesanais podem ser identificados como um grupo que vive em situação profissional própria. No entanto, se para tanto, esse grupo apresenta as características de um grupo de trabalho de trabalhadores e famílias que podem se produzir trabalho e de regularização econômica.</p> <p>Existem, a atividade de pesca artesanal é realizada por meio de um tipo de produção e consumo familiar, se emprega, também, entre o modo de os pescadores se relacionam com pessoas e atividades.</p> <p>O Ministério de Pesca e Aquicultura possui a inscrição no Registro Geral de Imóveis (RGI) - RGI e o código de Pesca Artesanal (Módulo), conforme definido no Decreto Lei 20130, também as famílias de Pescadores Artesanais, documento que contém a situação de identificação e registro de família de beneficiários em todo o território nacional.</p> <p>Os dados e procedimentos de inscrição no RGI se encontram no Manual de Pesca Artesanal e Beneficiários de Pesca Artesanal (Módulo) e para regular a situação tanto o beneficiário quanto o beneficiário de Pesca Artesanal e Beneficiários de Pesca Artesanal.</p>



**PIBA**

O Depoimento é uma forma de registro documental, utilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no contexto de passagens temporárias de caso de conflitos de natureza coletiva, determinado pelo governo, visando a preservação dos direitos.

A medida serve para proteger o direito dos trabalhadores de seu caso de ver os direitos assegurados por legislação coletiva ou acordos individuais.

Para receber esse benefício, é necessário ter o contrato de trabalho registrado em RGF e que esteja em situação de formalização, voluntariamente, ou em regime de economia familiar.

Além disso, é necessário a identificação, em âmbito local, dos possíveis conflitos no Registro Geral de Faltas. Essa identificação poderá facilitar a identificação de possíveis conflitos de natureza coletiva, na sua região de atuação.

**PIBA**



**PIBA**

**17.16.4. CURSO IV: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:**

### Baixa Família nos povos Indígenas: apresentação

**Objetivo da pesquisa: realizar uma pesquisa de avaliação e identificar a situação atual dos povos indígenas em relação à Política de Avaliação e Política de Fomento.**

- ➔ Pesquisa realizada com: Arthur Henrique Ribeiro dos Santos, Bruno Magalhães (Coordenador de Avaliação), Carolina André França (Folguês), Marcos de São Paulo (Banco FIA), Tânia Maria Moreira Mendes (Folguês/Procuradora), Denise Maria Baptista de Carvalho (Folguês), dentre outros. A pesquisa principal ocorreu em 2022.
- ➔ Dados coletados entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023. Considera-se aqui para o relatório a pesquisa de avaliação e política de fomento em 2022, com exceção da pesquisa sobre avaliação e política de fomento em 2023.

Responsável: [carolinaandre.franca@uerj.br](mailto:carolinaandre.franca@uerj.br)

### Baixa família nos povos indígenas: resultados da pesquisa I

- ➔ Pesquisa realizada em âmbito nacional e estadual (Rio de Janeiro).
- ➔ Características dos povos indígenas em relação à Política de Avaliação e Política de Fomento.
- ➔ Análise dos dados e baixa sobre o acesso dos povos indígenas aos serviços de avaliação e política de fomento que para a política de avaliação e política de fomento em 2022.

Resumo: <https://www.uerj.br/pt-br/assessoria-de-comunicacao-e-imprensa/boletim-de-novidades/2023/07/boletim-de-novidades-2023-07-03>

### Baixa Família nos povos Indígenas: resultados da pesquisa II

- ➔ Análise e compreensão sobre o acesso dos povos indígenas à avaliação, política de fomento, política de avaliação e política de fomento, política de avaliação e política de fomento.
- ➔ Análise de avaliação e política de fomento em relação à política de avaliação e política de fomento.
- ➔ Para ser realizado, os povos indígenas em relação à política de avaliação e política de fomento, política de avaliação e política de fomento.
- ➔ O uso e a implementação da política de avaliação e política de fomento, política de avaliação e política de fomento.
- ➔ Para se ter acesso à política de avaliação e política de fomento, política de avaliação e política de fomento.

### PIBA 4 – Perspectivas futuras

**Objetivo da pesquisa**

BOIC - Baixa Família nos povos indígenas: resultados da pesquisa I e II. Disponível em: <https://www.uerj.br/pt-br/assessoria-de-comunicacao-e-imprensa/boletim-de-novidades/2023/07/boletim-de-novidades-2023-07-03>



### 5 – Considerações Finais

Neste relatório, apresentamos os resultados da pesquisa e da política de avaliação e política de fomento, política de avaliação e política de fomento, política de avaliação e política de fomento, política de avaliação e política de fomento.



### REFERÊNCIAS

BOIC - Baixa Família nos povos indígenas: resultados da pesquisa I e II. Disponível em: <https://www.uerj.br/pt-br/assessoria-de-comunicacao-e-imprensa/boletim-de-novidades/2023/07/boletim-de-novidades-2023-07-03>

BOIC - Baixa Família nos povos indígenas: resultados da pesquisa I e II. Disponível em: <https://www.uerj.br/pt-br/assessoria-de-comunicacao-e-imprensa/boletim-de-novidades/2023/07/boletim-de-novidades-2023-07-03>

### OBRIGADA!

Carolina André França



<https://www.uerj.br/pt-br/assessoria-de-comunicacao-e-imprensa/boletim-de-novidades/2023/07/boletim-de-novidades-2023-07-03>



**AULA 1**

**POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DEFIAS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMÍLIA**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PIBA

**PIBA**

**ÍNDICE GERAL**

1. Povos e Comunidades Tradicionais; Cultura física e construção identitária
2. Primeiro módulo do currículo de "Povos e Comunidades Tradicionais" e desafios para sua implementação social
3. Definição dos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e sua identificação e a produção de seus direitos
4. O Cadastro Único e sua identificação social pessoal e familiar pertencente a Povos e Comunidades Tradicionais
5. O Impacto do Programa Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e perspectivas futuras

**PIBA**

**AULA 1**

**A frequência escolar como critério do Bolsa Família**

Divina Maria Vieira Dias

**SUMÁRIO**

1. Considerações iniciais
2. Cultura física
3. Povos e Comunidades Tradicionais atuais do passado e do presente
4. Desafios para a construção identitária
5. Considerações finais

**ÍNDICE GERAL**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PIBA 1 – Considerações Iniciais**

Resumo e objetivos gerais

1º Explicar a importância do currículo de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de inclusão social dos grupos para que possam ser incluídos nos programas sociais.

2º Identificar as tradições, usos e rituais (como dança, música, artesanato, culinária, etc.) que fazem parte da identidade cultural dos povos e comunidades tradicionais e sua inserção no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

3º Compreender o papel do currículo escolar na construção e política de inclusão social, em face do Estado social.

**PIBA** **Objetivos gerais do curso:**

- 1. Reconhecer a importância da cultura física para a identificação dos povos e comunidades tradicionais e sua inserção no processo de inclusão social dos grupos para que possam ser incluídos nos programas sociais.

**PIBA** **Objetivos específicos do curso são:**

- 1. Apresentar o conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais", definindo as suas particularidades e os desafios para a construção identitária dos grupos e sua inserção social.
- 2. Definir um primeiro módulo do currículo de "Povos e Comunidades Tradicionais" apresentando os desafios para que sejam incluídos nos programas sociais do Governo Federal.
- 3. Apresentar estratégias para identificar esses grupos e a forma de inserção no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, dentro do que se encontra no Programa Bolsa Família.

**PIBA** **Objetivos específicos do curso são:**

- 1. Apresentar o conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais", definindo as suas particularidades e os desafios para a construção identitária dos grupos e sua inserção social.
- 2. Definir um primeiro módulo do currículo de "Povos e Comunidades Tradicionais" apresentando os desafios para que sejam incluídos nos programas sociais do Governo Federal.
- 3. Apresentar estratégias para identificar esses grupos e a forma de inserção no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, dentro do que se encontra no Programa Bolsa Família.

**PIBA** **Nesta aula, os objetivos são:**

- 1. Apresentar o conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais", definindo as suas particularidades e os desafios para a construção identitária dos grupos e sua inserção social.
- 2. Identificar os povos e comunidades tradicionais e sua inserção no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
- 3. Definir o primeiro módulo do currículo de "Povos e Comunidades Tradicionais" apresentando os desafios para que sejam incluídos nos programas sociais do Governo Federal.
- 4. Apresentar estratégias para identificar esses grupos e a forma de inserção no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, dentro do que se encontra no Programa Bolsa Família.

<h3>2 – Culturas plúrimas</h3> <p><b>* Introdução de vídeo</b></p> <p>ESADU e Comunidade Tradicional: auto identificação          (ESADU) PIBA 14-04-2022          (PIBA) PIBA 14-04-2022</p>	<p><b>Objetivo</b> O objetivo é proporcionar aos participantes uma visão geral sobre o conceito de PIBA e o conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais".</p> <p><b>Conteúdo</b> O conteúdo é dividido em duas partes: 1. O conceito de PIBA e o conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais". 2. O conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais".</p>
<h3>O conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais"</h3> <p><b>O que é PIBA?</b> O PIBA é um programa de iniciação em políticas de inovação, desenvolvido pelo ESADU e pelas Comunidades Tradicionais. O PIBA é um programa de iniciação em políticas de inovação, desenvolvido pelo ESADU e pelas Comunidades Tradicionais.</p> <p><b>O que são Povos e Comunidades Tradicionais?</b> Povos e Comunidades Tradicionais são grupos sociais que possuem características culturais, linguísticas, religiosas, econômicas, políticas, jurídicas, ambientais e sociais próprias, diferenciadas das demais sociedades modernas.</p>	<h3>O conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais"</h3> <p><b>O que é PIBA?</b> O PIBA é um programa de iniciação em políticas de inovação, desenvolvido pelo ESADU e pelas Comunidades Tradicionais. O PIBA é um programa de iniciação em políticas de inovação, desenvolvido pelo ESADU e pelas Comunidades Tradicionais.</p> <p><b>O que são Povos e Comunidades Tradicionais?</b> Povos e Comunidades Tradicionais são grupos sociais que possuem características culturais, linguísticas, religiosas, econômicas, políticas, jurídicas, ambientais e sociais próprias, diferenciadas das demais sociedades modernas.</p>
<h3>3 – Povos e Comunidades Tradicionais: lutas do passado e do presente</h3> <p><b>Objetivo</b> O objetivo é proporcionar aos participantes uma visão geral sobre o conceito de PIBA e o conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais".</p>	<h3>PIBA História de lutas</h3> <p><b>Objetivo</b> O objetivo é proporcionar aos participantes uma visão geral sobre o conceito de PIBA e o conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais".</p>
<h3>4 – Desafios para a construção identitária</h3> <p><b>Objetivo</b> O objetivo é proporcionar aos participantes uma visão geral sobre o conceito de PIBA e o conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais".</p>	<h3>Construção identitária e visibilidade social</h3> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O processo de construção identitária é influenciado por fatores externos e internos.</li> <li>• A visibilidade social é influenciada por fatores externos e internos.</li> </ul>
<h3>5 – Considerações finais</h3> <p><b>Objetivo</b> O objetivo é proporcionar aos participantes uma visão geral sobre o conceito de PIBA e o conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais".</p>	<h3>5 – Considerações finais</h3> <p><b>Objetivo</b> O objetivo é proporcionar aos participantes uma visão geral sobre o conceito de PIBA e o conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais".</p>

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. INSCRIÇÃO E COTAÇÃO EM CENSO DE 2014. COMISSÃO DE CENSO. Organização Interministerial de Censo – CIP, 2014. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2014. Disponível em: <http://www.censo2014.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 Jun. 2015.
- BRASIL. Decreto nº 201/2017 de 16 de fevereiro de 2017. *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília: Casa Civil, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/2017/02/decreto/d201.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2017/02/decreto/d201.htm). Acesso em: 23 Jun. 2017.
- BRITTO, Luciana. O desenvolvimento sustentável. *Reporte Brasil*, 17 Jun. 2013. Disponível em: <http://brasil2013.org.br/contenidos/temas/2013/06/17/brasil2013-aviso-ao-2013-06-17-2013>. Acesso em: 23 Jun. 2015.
- BRUNDA, Flávia. RACISMO, Mitos e Realidade: O desafio da governança pública tradicional em Brasil. *Programas de Cultura*, Curitiba, v. 11, n.1, p. 149-170, set./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/PPG/issue/view/FullText?Accessed=20150623>. Acesso em: 23 Jun. 2015.



## SUMÁRIO

1. Considerações iniciais
2. Principais marcos para reconhecimento de "Povos e Comunidades Tradicionais"
3. O que é necessário para serem reconhecidos
4. Desafios contemporâneos para seu reconhecimento
5. Considerações finais

### REFERÊNCIAS



**2 – O percurso histórico**  
**PIBA do conceito**

→ **Introdução de texto:**

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS (CNPQ) aprovou a Ação de Amparo às Comunidades Tradicionais, 5 em 2007. Disponível em: <http://www.conq.gov.br/portal/pt-br/contato> (Acesso em: 05 set. 2016). Acesso em: [www.conq.gov.br/portal/pt-br/contato](http://www.conq.gov.br/portal/pt-br/contato)



**Apresentação:** "Tradicional, por vezes, prescrito, indígena e outros, possui diferentes significados e no dia 24 a 26 de agosto, em Brasília (DF), no Espaço Nacional das Práticas Comunitárias Tradicionais [...] apresentamos as suas particularidades, sua história e sua importância para a sociedade que vive no território delimitado de suas terras e os conceitos do Bolo Pão".

**PIBA**



**Objetivo:** O objetivo principal é proporcionar aos bolsistas a oportunidade de conhecer e aprender sobre as práticas comunitárias tradicionais, bem como a importância delas para a sociedade brasileira.

---

**PIBA Diretrizes Internacionais I**

→ **Objetivo I do Projeto Institucional de Trabalho:** Desenvolver, implementar, avaliar e aprimorar as Práticas Comunitárias Tradicionais, integrando suas culturas de sustentabilidade e sustentando suas territorialidades e suas áreas de atuação e de atuação.

→ **Ações institucionais:** Realizar eventos para a comunidade e a agricultura (PIBA) com o CNPQ, bem como a **Programa IBAM – Sistema Integrado de Tecnologia Agrícola Mundial**, que atua na criação e melhoria de produtos agroalimentares seguros, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade e a preservação do conhecimento e o desenvolvimento econômico do país. Mais de 70 países aderiram ao projeto, através de acordos bilaterais, tendo sido o Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.

---

**PIBA**

**PIBA Diretrizes Internacionais II**

→ **Objetivo II do Projeto Institucional de Trabalho:** Desenvolver, implementar, avaliar e aprimorar as Práticas Comunitárias Tradicionais e suas áreas de atuação e de atuação.

→ **Ações institucionais:** Realizar eventos para a comunidade e a agricultura (PIBA) com o CNPQ, bem como a **Programa IBAM – Sistema Integrado de Tecnologia Agrícola Mundial**, que atua na criação e melhoria de produtos agroalimentares seguros, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade e a preservação do conhecimento e o desenvolvimento econômico do país. Mais de 70 países aderiram ao projeto, através de acordos bilaterais, tendo sido o Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.

---

**PIBA**



**Objetivo:** O objetivo principal é proporcionar aos bolsistas a oportunidade de conhecer e aprender sobre as práticas comunitárias tradicionais, bem como a importância delas para a sociedade brasileira.

---

**PIBA**



**Objetivo:** O objetivo principal é proporcionar aos bolsistas a oportunidade de conhecer e aprender sobre as práticas comunitárias tradicionais, bem como a importância delas para a sociedade brasileira.

---

**3 – O que é necessário**  
**PIBA para serem reconhecidos:**

→ **Introdução de texto:**

PIBA e Comunidades Tradicionais reconhecidas de sustentabilidade e desenvolvimento. Terceridade Brasileira. Disponível em: <http://www.conq.gov.br/portal/pt-br/contato> (Acesso em: 05 set. 2016). Acesso em: [www.conq.gov.br/portal/pt-br/contato](http://www.conq.gov.br/portal/pt-br/contato)



**PIBA**



**Objetivo:** O objetivo principal é proporcionar aos bolsistas a oportunidade de conhecer e aprender sobre as práticas comunitárias tradicionais, bem como a importância delas para a sociedade brasileira.

---

**PIBA**

**PIBA Diretrizes Nacionais I**

→ **Objetivo I do Projeto Institucional de Trabalho:** Desenvolver, implementar, avaliar e aprimorar as Práticas Comunitárias Tradicionais e suas áreas de atuação e de atuação.

→ **Ações institucionais:** Realizar eventos para a comunidade e a agricultura (PIBA) com o CNPQ, bem como a **Programa IBAM – Sistema Integrado de Tecnologia Agrícola Mundial**, que atua na criação e melhoria de produtos agroalimentares seguros, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade e a preservação do conhecimento e o desenvolvimento econômico do país. Mais de 70 países aderiram ao projeto, através de acordos bilaterais, tendo sido o Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.

---

**PIBA**

**PIBA Diretrizes Nacionais II**

→ **Objetivo II do Projeto Institucional de Trabalho:** Desenvolver, implementar, avaliar e aprimorar as Práticas Comunitárias Tradicionais e suas áreas de atuação e de atuação.

→ **Ações institucionais:** Realizar eventos para a comunidade e a agricultura (PIBA) com o CNPQ, bem como a **Programa IBAM – Sistema Integrado de Tecnologia Agrícola Mundial**, que atua na criação e melhoria de produtos agroalimentares seguros, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade e a preservação do conhecimento e o desenvolvimento econômico do país. Mais de 70 países aderiram ao projeto, através de acordos bilaterais, tendo sido o Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.

### 4 – Desafios contemporâneos para seu reconhecimento

**PIBA**

**Indicação de sites**

Site do FOCAL: [www.focal.org.br](http://www.focal.org.br) (2019-2021)  
 Disponível em: [www.focal.org.br](http://www.focal.org.br)  
 Acesso em: 26 out. 2024.  
 Acesso de vídeo YouTube

“O desafio contemporâneo para o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais reside na necessidade de superar a lógica da governança”

### Construção identitária e vibração social I

**PIBA**

- O conceito de vibração social e da comunidade são:
- Intelectualidade e reconhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- O reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais se constitui como prática social vinculada ao processo, não apenas ao lugar de origem, embora tenha sido o lugar, o território de origem, o elemento de identificação de origem;
- Métodos de participação: Ativas, consultivas e técnicas tradicionais: PIBA (Instrumentos de Apoio Comunitário para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais) e Livro de Ombudsman de Comunidades e Povos Tradicionais, desenvolvido para o uso em fóruns locais;
- Participação;
- Democratia;
- Cuidar de locais sagrados e biodiversidade

### Construção Identitária e vibração social II

**PIBA**

- No PIBA, foram criados métodos instrumentais de apoio comunitário para os instrumentos de trabalho, como o Livro de Ombudsman;
- O conceito de “vibração” permite explicar que, assim, a comunidade tradicionalmente organizada, através da participação social, mantém a identidade de origem;
- Criado pelo Instituto de Apoio Comunitário da Fundação PIBA, o livro de Ombudsman (Livro de Ombudsman) é um instrumento de trabalho desenvolvido para o uso em fóruns locais;
- **Planilhas de Trabalho Tradicionais** – instrumento para o desenvolvimento de Trabalho Tradicional, lançado em Brasília em 2023, foi produzido pela Fundação PIBA, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, e o Ministério do Meio Ambiente;
- Manual de Ombudsman para Povos e Comunidades Tradicionais, lançado em Brasília em 2023, foi produzido pela Fundação PIBA, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, e o Ministério do Meio Ambiente;

**Identidade e vibração social**

Identidade e vibração social são conceitos que se relacionam e se complementam. A identidade é o elemento de identificação de origem, enquanto a vibração social é o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais.

**Identidade e vibração social**

Identidade e vibração social são conceitos que se relacionam e se complementam. A identidade é o elemento de identificação de origem, enquanto a vibração social é o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais.

### 5 – Considerações finais

**PIBA**

Assim como, no processo histórico, aqui (2019-2021) foram desenvolvidos instrumentos e métodos que são capazes de reconhecer o valor dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Uma função central é organizar a data histórica, a identificação e a representação dos povos e comunidades tradicionais, e isso é um desafio e a sociedade podem reconhecer isso por meio das políticas públicas locais desenvolvidas.

Exatidão no reconhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, com o uso de todos, como participação, vibração, e crucial para serem reconhecidos no âmbito de sua origem e para a vibração de suas comunidades.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 1.000, de 13 de abril de 2004. Criação do Fórum Organizador Interministerial de Povos e Comunidades Tradicionais (FOCT) e do Fórum Organizador dos Povos e Comunidades Tradicionais (FOCT-PT). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2004/dec000120040004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2004/dec000120040004.htm). Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Decreto 1.000, de 13 de abril de 2004. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Casa Civil, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2004/dec000120040004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2004/dec000120040004.htm). Acesso em: 25 out. 2024.

CAVALARI, Umberto Roberto. Povos e Comunidades Tradicionais: Uma Cartilha para Povos e Comunidades Tradicionais. Rio de Janeiro: Fundação PIBA, 2023. Disponível em: <http://www.funda.org.br>. Acesso em: 25 out. 2024.

**OBRIGADA!**

Gláucia Maria de Jesus Dias

PROPOSTA DE AÇÃO  
 PIBA DE JARUÍ

Atual, como é “trabalhar com a vida”

PIBA

PIBA

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DESAFIOS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMÍLIA

PROPOSTA DE AÇÃO  
 PIBA DE JARUÍ



## ÍNDICE GERAL

- 1 Povos e Comunidades Tradicionais: culturas vivas e identidade inextinguível
- 2 Formulação do conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e desafios para sua reconhecimento social
- 3 Estrutura dos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais em sua atuação na e promoção de seus direitos
- 4 O Trabalho Jurídico e suas desafios para incluir povos e famílias tradicionais e Povos e Comunidades Tradicionais
- 5 O Impacto do Programa de Iniciação em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e perspectivas futuras



### PIBA AUAJ

#### Definição dos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais para a valorização e a promoção de seus direitos

Gleizes Moura Oliveira Reis




## SUMÁRIO

- 1 Considerações Iniciais
  - 2 Definição dos grupos categorizados como Povos e Comunidades Tradicionais
  - 3 Políticas públicas que beneficiam povos e comunidades tradicionais
  - 4 A importância de inclusão socioeconômica desses grupos
  - 5 Considerações finais
- REFERÊNCIAS





### 1 – Considerações Iniciais

**Objetivos desta aula:**

- A importância de entender a ampla gama de povos e comunidades tradicionais do Brasil
- Como a identificação institucionalizada de povos e de suas culturas acontece
- Como promover a inclusão socioeconômica e política, tanto o Programa de Iniciação em Povos e Comunidades Tradicionais quanto outras iniciativas



### Nesta aula, os objetivos são:

- Descrever os Povos e Comunidades Tradicionais identificados no Brasil
- Analisar alguns dos perfis políticos e culturais distintos e seus grupos e seu impacto
- Avaliar como o Programa de Iniciação, ao incluir povos e comunidades tradicionais, promove a inclusão socioeconômica, política, econômica, social e ambiental desses grupos





### 2 – Definição dos grupos categorizados como Povos e Comunidades Tradicionais

**Introdução teórica:**

PIBA e Comunidades Tradicionais. Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/comunidades-tradicionais>








### Os grupos formalmente reconhecidos I

- **Resolução Federal de 1996, a "Lei do Índio"**: define os povos indígenas com artigos 231, 232, 233, 234 e também o artigo 171 do Ato de Organização Constitucional, Federalismo
- **Decreto 6.789/2010**: institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CONACT) e atribui ao O Conselho Nacional a competência para reconhecer povos
- **do plano de desenvolvimento econômico** Decreto 6.789/2010, art. 1º, § 4º: "...o governo e o desenvolvimento econômico dos povos e comunidades tradicionais, com vistas à melhoria de vida e geração de renda para povos e comunidades, através de atividades socioeconômicas diversificadas, culturais e artísticas, voltadas especialmente para o artesanato, o turismo, o comércio eletrônico, o setor de serviços, o setor de organização e sua melhoria (...)"
- **Lei dos Povos e Comunidades Tradicionais** Decreto 6.789/2010, art. 1º, § 4º: "São povos e comunidades tradicionais as coletividades que compartilham, divergindo de qualquer lugar"



### OS GRUPOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS RECONHECIDOS

1 - povos indígenas
2 - comunidades quilombolas
3 - povos e comunidades de herança negra e afro-brasileira de caráter africano
4 - povos ciganos
5 - comunidades tradicionais
6 - ribeirinhas
7 - pescadoras
8 - comunidades carentas e periféricas
9 - indígenas
10 - quilombolas
11 - afro-brasileiros
12 - ciganos
13 - ribeirinhas
14 - pescadoras

**Os grupos formalmente reconhecidos II**



<p><b>Área de Inovação e Empreendedorismo (AIE)</b>  <b>Processo de Avaliação (2023/2024)</b></p> <p>001 - Conteúdo          02 - Atividade          03 - Projeto          04 - Apresentação e Apresentação oral          05 - Defesa          06 - Avaliação          07 - Avaliação          08 - Avaliação          09 - Avaliação          10 - Avaliação          11 - Avaliação          12 - Avaliação          13 - Avaliação          14 - Avaliação          15 - Avaliação          16 - Avaliação          17 - Avaliação          18 - Avaliação          19 - Avaliação          20 - Avaliação</p>	<p><b>Fases do reconhecimento PIBA dos PCTs</b></p>
<p><b>PIBA</b></p>	<p><b>PIBA</b></p>
<p><b>PIBA</b></p> <p><b>3 – Políticas públicas que beneficiam povos e comunidades tradicionais</b></p> <p><b>1ª edição de vídeo:</b></p> <p>COORDENADOR - Apresentação: Maria-Thereza LACERDA, Diretora          Maria-Thereza LACERDA, Diretora          10/05/2023 - Arquivo em: 22 out. 2023          Acesso via internet</p>	<p><b>PIBA</b></p>
<p><b>PIBA</b></p> <p><b>Exemplos de programas de apoio a vizinhas que beneficiam PCTs</b></p> <p><b>PIBA</b></p>	<p><b>Povos tradicionais do Brasil</b></p> <p><b>Povos tradicionais do Brasil: distribuição no território</b></p> <p><b>PIBA</b></p>
<p><b>PIBA</b></p> <p><b>4 – A importância da inclusão socioeconômica desses grupos</b></p> <p><b>1ª edição de vídeo:</b></p> <p>Em parceria com o Departamento de Inovação e Empreendedorismo, o PIBA desenvolveu o vídeo "A importância da inclusão socioeconômica desses grupos", lançado em 20 de maio de 2023. Acesse via internet e assista!</p>	<p><b>PIBA</b></p>

**Importância da Inclusão Socioeconômica**

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios



**5 – Considerações finais**

Toda sociedade brasileira deve reconhecer e legitimar, bem como a cultura e os valores de seus diversos povos e comunidades tradicionais. Reconhecer e legitimar é uma etapa importante para a proteção de seus bens culturais, físicos, espirituais, ambientais, agrícolas, artesanais, arquitetônicos e outros.

"No âmbito teórico, proteger e divulgar algo não é suficiente. Primeiro, devemos saber a respeito dos Povos e Comunidades Tradicionais e promover a proteção correspondente para eles. Como disse o líder indígena Milton Gonçalves: "Um povo não sobrevive apenas por sua história, enquanto cultura e valores são, desde sempre, vivos". (Gomes, 23 nov. 2012)

**REFERÊNCIAS**

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios. *Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.ibra.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios. *Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.ibra.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios. *Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.ibra.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios. *Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.ibra.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios. *Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.ibra.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios. *Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.ibra.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios. *Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.ibra.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios. *Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.ibra.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios. *Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.ibra.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

**OBRIGADA!**

Elaine Morel Soares Dias

**Atual, eficiente e "transparente como cristal"**

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios

**POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DESAFIOS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMÍLIA**

IBRA - Instituto Brasileiro de Registros e Cartórios

**ÍNDICE GERAL**

1. Povos e Comunidades Tradicionais - cultura, plural e construção identitária
2. Análise teórica do conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e desafios para seu reconhecimento social
3. Realidade dos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais para a elaboração e proteção de seus direitos
4. Elaboração de uma estratégia para incluir povos e famílias pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais
5. O impacto da Proposta Bolsa Família nos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e perspectivas futuras

**PIBA**

**ÁGUA 1**

**O Cadastro Único e seus desafios para incluir pessoas e famílias pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais**

Elaine Morel Soares Dias

**SUMÁRIO**

1. Considerações Iniciais
1. Cabeira (livro: água cristal) por desenvolvimento da política pública aos PCTs
2. Da teoria para inclusão dos grupos de PCTs
4. Sugestões aos entrevistados no processo de interlocução entre governo e PCTs
3. Considerações finais

**introdução**

### 1 – Considerações Iniciais

**Objetivos gerais:**

- A implementação de estudos de abrangência com grandes cidades do Estado do Rio de Janeiro deve ser feita levando em consideração as necessidades locais.
- Criar uma base de dados de pessoas e famílias, com informações básicas de dados pessoais e informações de contato (telefone, e-mail, endereço eletrônico de comunicação).
- Contribuir com o trabalho de estratégias para melhorar condições que impactam a saúde da saúde, comunicação e respeito de todos.

### PIBA Neste país, os objetivos são:

- Registrar o nome e endereços de pessoas e famílias em comunidades e favelas em todo o Estado do Rio de Janeiro.
- Realizar visitas in loco para atualização de pessoas e famílias em nome e endereços.
- Criar uma base de dados de famílias, com informações básicas de dados pessoais e informações de contato (telefone, e-mail, endereço eletrônico de comunicação).

### 2 – Cadastro Único: sua importância para povos e comunidades socialmente invisibilizados

**Objetivos gerais:**

- Criar uma base de dados de famílias, com informações básicas de dados pessoais e informações de contato (telefone, e-mail, endereço eletrônico de comunicação).

**Objetivos gerais:**

- Criar uma base de dados de famílias, com informações básicas de dados pessoais e informações de contato (telefone, e-mail, endereço eletrônico de comunicação).

### Cadastro Único: passo crucial para desdobramentos das políticas públicas aos PCTs

**Objetivos gerais:**

- Criar uma base de dados de famílias, com informações básicas de dados pessoais e informações de contato (telefone, e-mail, endereço eletrônico de comunicação).

### Cadastro Único: passo crucial para desdobramentos das políticas públicas aos PCTs

**Objetivos gerais:**

- Criar uma base de dados de famílias, com informações básicas de dados pessoais e informações de contato (telefone, e-mail, endereço eletrônico de comunicação).

**Objetivos gerais:**

- Criar uma base de dados de famílias, com informações básicas de dados pessoais e informações de contato (telefone, e-mail, endereço eletrônico de comunicação).

### 3 – Os desafios para inclusão dos grupos de PCTs

**Objetivos gerais:**

- Criar uma base de dados de famílias, com informações básicas de dados pessoais e informações de contato (telefone, e-mail, endereço eletrônico de comunicação).

**Objetivos gerais:**

- Criar uma base de dados de famílias, com informações básicas de dados pessoais e informações de contato (telefone, e-mail, endereço eletrônico de comunicação).

### 4 - Sugestões aos entrevistados no processo de intermediação entre governo e PCTs

**Ameaças atuais aos Povos e Comunidades Tradicionais**

**→ mensagens de vídeo:**

Compre o formulário online ou preencha no papel e envie por e-mail para: [pesquisa@piiba.org.br](mailto:pesquisa@piiba.org.br)

**→ formulário online:** <https://forms.gle/9K9K8Yz1Jm5L5>

Atividade em 20 min. 2024  
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5K9K8Yz1Jm5>

**Complexidade do Cadastro dos PCTs**

**Difícil de manter atualizado**

**PIBA**

**O que o CadÚnico pressupõe**

**Povos tradicionais do Brasil**

Existem povos tradicionais em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal. Eles são reconhecidos por suas culturas, conhecimentos tradicionais e modos de vida diferenciados.

**Benefícios:**

- ➔ Acesso a programas sociais e benefícios (Bolsa Família, Saúde, Educação).
- ➔ Reconhecimento e valorização da cultura tradicional.
- ➔ Proteção de territórios tradicionais e recursos naturais.
- ➔ Acesso a serviços públicos e infraestrutura básica.

**Objetivo: alcançar os PCTs e estabelecer uma comunicação interdisciplinar em público 4**

- ➔ Opa! Fala com a gente! Faça o teste de acesso!
- ➔ Inscrição gratuita e acessível! 1 hora presencial e 1 hora online!
- ➔ Entrevista rápida de 15 minutos! Apenas 5 perguntas e respostas rápidas!
- ➔ Não é necessário e nem há necessidade de ir presencialmente!
- ➔ Uma linguagem simples e direta! Para todos os públicos!
- ➔ É possível acessar o formulário online 24 horas por dia!
- ➔ Disponibilidade em português e inglês! Assim, todos podem participar e preencher seus dados de forma rápida!

**5 – Considerações finais**

A criação do livro e o desenvolvimento do Cadastro PCTs é uma atividade que exige planejamento e uma série de ações para garantir o sucesso do projeto. É importante considerar a diversidade cultural dos povos tradicionais e garantir que o processo seja acessível e respeitoso para todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Ministério do Meio Ambiente. 2018. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/pt-br/comissao-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-de-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 10 de Jul. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Ministério do Meio Ambiente. 2018. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/pt-br/comissao-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-de-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 10 de Jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. 2018. Disponível em: <https://www.mte.gov.br/pt-br/comissao-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-de-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 10 de Jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. 2018. Disponível em: <https://www.mte.gov.br/pt-br/comissao-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-de-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 10 de Jul. 2024.

**OBRIGADA!**

**Guara Mercê Viana Dias**

**PIBA**



### Boia Família entre os povos vulneráveis I

- Em linha geral:** O Projeto Boia Família, em 2013, foi desenvolvido com um plano inovador de 100 famílias Boia Família. Em 2014, foram adicionados mais 200 famílias, totalizando 300 famílias. O trabalho foi desenvolvido em 10 por cento de tempo e abrangendo cerca de 7 a 20 anos de idade (dependendo da família).
- Objetivo principal de 40%: qualificação de políticas públicas.** O desenvolvimento de PCTs para a população vulnerável, especialmente através de programas de inclusão social.
- 3,4 milhões de pessoas foram beneficiadas** (total de 2013 - 2014) através de projetos de inclusão social, especialmente através de programas de inclusão social.
- Atuação de 100 de voluntários** (total de 2013 e 2014).

### Boia Família entre os povos vulneráveis II

- Atuação de voluntários em projetos sociais.**

### Boia Família entre os povos vulneráveis III

**Atuação de voluntários em projetos sociais.**



### 3 – O Impacto do Boia Família para PCTs: o caso dos povos indígenas

**Atuação de voluntários em projetos sociais.**



**17.16.5. CURSO IV: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:**

### Baixa Família nos povos indígenas: apresentação

**Objetivo da pesquisa:** analisar o processo de adoção e identificação tecnológica inovadora (tecnologias sociais e Condição 4 FINE).

- Pesquisa realizada com: Arthur Henrique Brito de Figueiredo, Bruno Rodrigues (Coordenador), Jhonatan, Carolina André França (FAPESP), Marco de São Paulo (Banco WPA), Tânia Maria Fátima Santos (FAPESP/Proim/Unic), Denis Maria Baptista de Carvalho (FAPESP/Unic), dentre outros (foram produzidos artigos de divulgação).
- Dados coletados entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023. Considera aqui para o trabalho a pesquisa de campo realizada em 2022, com a aplicação de 100 questionários.

**Apresentação:** [https://www.youtube.com/watch?v=311111111111](#)

### Baixa família nos povos indígenas: resultados da pesquisa I

- Pesquisa desenvolvida em dois momentos e qualidade qualitativa.
- Características **distintas das outras** para os povos indígenas.
- **Como** e **onde** ocorre **baixa** entre povos indígenas em áreas rurais (zona rural 2014-2022).
- **Como** e **onde** ocorre **baixa** (Programa Administrativo de Inovação Indígena das UNEs) e **como** ocorre **baixa** (políticas que para a condição local dos povos indígenas que possibilitam acesso de tecnologia aos povos indígenas da região?)

**Referências:** [https://www.youtube.com/watch?v=311111111111](#)

### Baixa Família nos povos indígenas: resultados da pesquisa II

- **Como** e **onde** ocorre **baixa** entre povos indígenas em áreas rurais, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022.
- **Como** e **onde** ocorre **baixa** entre povos indígenas em áreas rurais, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022.
- **Como** e **onde** ocorre **baixa** entre povos indígenas em áreas rurais, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022.
- **Como** e **onde** ocorre **baixa** entre povos indígenas em áreas rurais, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022, zona rural 2014-2022.

### PIBA 4 – Perspectivas futuras

**Introdução:** PIBA 4 - Perspectivas futuras

**Objetivo:** analisar o processo de adoção e identificação tecnológica inovadora (tecnologias sociais e Condição 4 FINE).

**Referências:** [https://www.youtube.com/watch?v=311111111111](#)





**Objetivo:** analisar o processo de adoção e identificação tecnológica inovadora (tecnologias sociais e Condição 4 FINE).

### Perspectivas futuras de ponto de vista do governo



### 5 – Considerações Finais

**Objetivo:** analisar o processo de adoção e identificação tecnológica inovadora (tecnologias sociais e Condição 4 FINE).

**Referências:** [https://www.youtube.com/watch?v=311111111111](#)

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Indicador de Desenvolvimento Tecnológico em Ciência e Tecnologia**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório de Gestão de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório de Gestão de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório de Gestão de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.



### OBRIGADA!

Elaine Maria Soares dos

### Muito obrigado a todos os envolvidos no PIBA 4

**Objetivo:** analisar o processo de adoção e identificação tecnológica inovadora (tecnologias sociais e Condição 4 FINE).



**AULA 1**

**POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DEFIAS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMÍLIA**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

**PIBA**

**ÍNDICE GERAL**

1. Povos e Comunidades Tradicionais; Cultura física e construção identitária
2. Primeiro módulo do currículo de "Povos e Comunidades Tradicionais" e desafios para sua implementação social
3. Definição dos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e sua identificação e a produção de seus direitos
4. O Cadastro Único e sua identificação social pessoal e familiar pertencente a Povos e Comunidades Tradicionais
5. O Impacto do Programa Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e perspectivas futuras

**PIBA**

**AULA 1**

**A frequência escolar como critério do Bolsa Família**

Diana Maria Vieira Dias

**SUMÁRIO**

1. Considerações iniciais
2. Cultura física
3. Povos e Comunidades Tradicionais atuais do passado e do presente
4. Desafios para a construção identitária
5. Considerações finais

**ÍNDICE GERAL**

Uma mão segurando uma tigela com alimentos e outras mãos ao redor, simbolizando a comunidade e o acesso à alimentação.

**PIBA 1 – Considerações Iniciais**

Resumo do programa atualizado

Este curso tem como objetivo apresentar o conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.

Este curso tem como objetivo apresentar o conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.

**PIBA** **Objetivos gerais do curso:**

- 1. Reconhecer a importância da cultura física para a construção da identidade dos povos e comunidades tradicionais e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.

**PIBA** **Objetivos específicos do curso são:**

- 1. Apresentar o conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.
- 2. Definir um primeiro módulo do currículo de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.
- 3. Apresentar o conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.

**PIBA** **Objetivos específicos do curso são:**

- 1. Apresentar o conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.
- 2. Definir um primeiro módulo do currículo de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.
- 3. Apresentar o conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.

**PIBA** **Nesta aula, os objetivos são:**

- 1. Apresentar o conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.
- 2. Definir um primeiro módulo do currículo de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.
- 3. Apresentar o conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e sua identificação no processo de famílias que fazem parte dos grupos para que possam ter acesso ao programa Bolsa Família.

**PIBA 2 – Culturas plúrimas**

**Introdução ao curso**

ESADU e Comunidade Tradicional: Submissão e identificação: (BR) 021 2534 4140 - 04 0833 (BR) 021 2534 4140 - 04 0833 (BR) 021 2534 4140 - 04 0833



**O conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais"**

**O que é?** É o conjunto de pessoas que vivem em áreas de E e Z, tradicionalmente, no Brasil, 27% do território nacional. São povos tradicionais em: Índios, Quilombolas, Cabanos, Ciganos, etc.

**O conceito de "Povo e Comunidades Tradicionais"**

**O que é?** É o conjunto de pessoas que vivem em áreas de E e Z, tradicionalmente, no Brasil, 27% do território nacional. São povos tradicionais em: Índios, Quilombolas, Cabanos, Ciganos, etc.

**PIBA 3 – Povos e Comunidades Tradicionais: lutas do passado e do presente**



**PIBA História do lutas**

**Lutas históricas:** as lutas e reivindicações históricas geralmente foram feitas de baixo para cima, envolvendo povos, movimentos sociais, organizações não governamentais, etc.

**Lutas atuais:** as lutas e reivindicações atuais são geralmente feitas de cima para baixo, envolvendo movimentos sociais, organizações não governamentais, etc.

**PIBA 4 – Desafios para a construção identitária**



**PIBA Construção identitária e violência social**

- O processo de construção identitária envolve a interação entre o indivíduo e a comunidade.
- A violência social é um fenômeno complexo que envolve a interação entre o indivíduo e a comunidade.

**PIBA 5 – Considerações finais**



**PIBA 5 – Considerações finais**



Este curso tem como objetivo principal proporcionar aos alunos uma compreensão mais ampla sobre a diversidade cultural e social do Brasil, bem como a importância da preservação e do respeito às tradições e às comunidades tradicionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. INSCRIÇÃO E CADASTRO EM COMUM PARA O BPSA. COMISSÃO DE TRABALHO E Integração Interministerial de Trabalho - CPT, Secretaria Regional 1. Visão. Disponível em: [http://www.admtrabalho.gov.br/insc\\_2012\\_000000](http://www.admtrabalho.gov.br/insc_2012_000000). Acesso em: 23 Jun. 2012.

BRASIL. Decreto nº 9293 de 7 de fevereiro de 2007. *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/2007/02/decreto/09293.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2007/02/decreto/09293.htm). Acesso em: 23 Jun. 2012.

BRITTO, Luciana. O desenvolvimento sustentável. *Reporte Brasil*, 17 Jun. 2012. Disponível em: <http://brasil.sbs.com.br/brasil/noticias/2012/06/17/brasil-desenvolvimento-sustentavel.html>. Acesso em: 23 Jun. 2012.

BRUNDA, Flávia. RACIOPOL, Milton. Políticas e estratégias de governança de povos e comunidades tradicionais em Brasil. *Programas de Cultura*, Curitiba, v. 11, n.1, p. 149-170, set./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufpr.br/revistas/revistaonline/index.php?lang=pt>. Acesso em: 23 Jun. 2012.

**OBRIGADA!**  
Glauce Maria de Souza Dias

PIBA

PROGRAMA DE INCLUSÃO DA BOLSA FAMILIA

Além, intenção é "transformar para incluir".

Site do Cadastro Único

Atividade de reconhecimento de necessidades locais, família e comunidade.

PIBA

PIBA

**POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DESAFIOS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMILIA**

PROGRAMA DE INCLUSÃO DA BOLSA FAMILIA

PIBA

**ÍNDICE GERAL**

1. Povos e Comunidades Tradicionais: desafios atuais e construção identitária
2. O processo histórico de adesão às "Povos e Comunidades Tradicionais" e desafios para seu reconhecimento social
3. Identificação dos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais para a subcategoria e a promoção de seus direitos
4. O Cadastro Único e seus desafios para a incluir pessoas e famílias pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais
5. Impacto do Programa Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e perspectivas futuras

PROGRAMA DE INCLUSÃO DA BOLSA FAMILIA

PIBA

**ÁGUA 7**

Percurso histórico do conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e desafios para seu reconhecimento social

Glauce Maria de Souza Dias

PROGRAMA DE INCLUSÃO DA BOLSA FAMILIA

## SUMÁRIO

1. Considerações iniciais
2. Principais desafios para reconhecimento de "Povos e Comunidades Tradicionais"
3. O que é necessário para serem reconhecidos
4. Desafios contemporâneos para seu reconhecimento
5. Considerações finais

### REFERÊNCIAS



PIBA

**1 – Considerações iniciais**

Atualmente, vamos apresentar duas ideias:

- Abordagem e perspectiva interseccional e vertical de "Povos e Comunidades Tradicionais".
- Como são as principais ideias históricas e práticas governamentais (governos e comunidades tradicionais) atuais.
- Como o reconhecimento dos direitos é fundamental para o reconhecimento e o reconhecimento social de todos os grupos pertencentes às famílias tradicionais, de modo a fortalecer sua atuação coletiva (comunidades).

PIBA

Além disso, os objetivos são:

- Determinar o papel dos povos e comunidades tradicionais de "Povos e Comunidades Tradicionais", em especial, as práticas tradicionais.
- Identificar os principais desafios atuais e futuros para o reconhecimento social.
- Analisar os desafios para reconhecimento social dos povos e comunidades tradicionais.

**2 – O percurso histórico**  
**PIBA do conceito**

→ **Introdução de texto:**

o CONICHO NACIONAL DE PESQUISA E INICIAÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA (CONICHO) - Apresentação: Apresentação Final e Comunidade Tradicional, 3 em 2017. Disponível em: <http://www.coniccho.org.br/pt-br/atividade-de-pesquisa> (Acesso em: 05 out. 2020). Acesso em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1301.v12n1.p001-017>

Apresentação: "Iniciantes, processos, possibilidades, desafios e outros pontos reflexivos apresentados em um debate a partir do artigo, em outubro de 2019, no II Encontro Nacional das Práticas Comunitárias Tradicionais [...] e experiências de labor, possibilidades, dificuldades e possibilidades para a implementação que deve ser o objetivo de suas instituições e de atividades do Bolo Pão".



**PIBA**



**Objetivo:** Apresentar o conceito de PIBA e sua importância para a formação de pesquisadores e a valorização das práticas comunitárias tradicionais.

**PIBA** Diretrizes Internacionais I

→ **Convenção IBI de Regulação Internacional do Trabalho**

Questão de reconhecimento, afiliação e autonomia do Brasil e Comunidade Tradicional. Integração das práticas de reconhecimento e reconhecimento local, fortalecimento institucional e criação de novos espaços de interação de pesquisa.

→ **A Regulação Internacional do Trabalho para a Agricultura e a Agropecuária (PIBA)**, com o IBI, foram o **Programa IBIAI – Sistema Integrado de Políticas Agrícolas Mundiais** (em inglês) e o **Sistema Integrado de Políticas Agrícolas Mundiais** (em português) e o **Sistema Integrado de Políticas Agrícolas Mundiais** (em português) e o **Sistema Integrado de Políticas Agrícolas Mundiais** (em português).

**PIBA** Diretrizes Internacionais II

→ **Declaração internacional motivada dirigida para** **Indígenas e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais**. A declaração trata sobre o PIBA e sua importância para a formação de pesquisadores e a valorização das práticas comunitárias tradicionais.

→ **Ação coletiva, com impacto para a América Latina: Declaração de Toluca (2002)**, assinada no âmbito da Iniciativa Interamericana sobre a Conservação do Patrimônio Etnológico, que trata sobre a "Etnodiversidade das Práticas Tradicionais". O evento foi organizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ocorreu em 12, Toluca, México.

**3 – O que é necessário**  
**PIBA para serem reconhecidos:**

→ **Introdução de texto:**

PIBA e Comunidade Tradicional: reconhecimento de práticas comunitárias tradicionais. Tereza de Alencar, 3 em 2020. Disponível em: <http://www.coniccho.org.br/pt-br/atividade-de-pesquisa> (Acesso em: 05 out. 2020). Acesso em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1301.v12n1.p001-017>



**PIBA**



**Objetivo:** Apresentar o conceito de PIBA e sua importância para a formação de pesquisadores e a valorização das práticas comunitárias tradicionais.

**PIBA** Diretrizes Nacionais I

→ **Organização do texto:**

**Declaração do CONICHO** (o texto e o **Plano Nacional de Desenvolvimento**) são documentos que tratam da regulamentação de práticas, no âmbito do AA, Livro 7, e a implementação de atividades culturais e de pesquisa para a **valorização de práticas comunitárias tradicionais** e **valorização de práticas comunitárias tradicionais**, sendo que os **práticas indígenas, as comunidades e as práticas comunitárias** são reconhecidas em suas respectivas instituições e na atuação institucional das instituições envolvidas.

**Comunidade Tradicional de Pesca e Aquicultura** (relatório sobre o IBI 2020/2021) disponível em: <http://www.coniccho.org.br/pt-br/atividade-de-pesquisa> (Acesso em: 05 out. 2020).

**Relatório de Iniciação Cultural** (relatório sobre o IBI 2020/2021) disponível em: <http://www.coniccho.org.br/pt-br/atividade-de-pesquisa> (Acesso em: 05 out. 2020).

**PIBA** Diretrizes Nacionais II

**Resolução de Conselho Nacional de Pesca e Comunidade Tradicional** em relação ao IBI 2020/2021. Disponível em: <http://www.coniccho.org.br/pt-br/atividade-de-pesquisa> (Acesso em: 05 out. 2020).

**Relatório de Iniciação Cultural** (relatório sobre o IBI 2020/2021) disponível em: <http://www.coniccho.org.br/pt-br/atividade-de-pesquisa> (Acesso em: 05 out. 2020).

**Relatório de Iniciação Cultural** (relatório sobre o IBI 2020/2021) disponível em: <http://www.coniccho.org.br/pt-br/atividade-de-pesquisa> (Acesso em: 05 out. 2020).

### 4 – Desafios contemporâneos para seu reconhecimento

**PIBA**

**Atividade de ensino**

Elaboração de uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

**Objetivo**

Elaborar uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

**Conteúdo**

Elaboração de uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

**Atividade**

Elaboração de uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

### Construção Identitária e Vibração Social I

**PIBA**

**Objetivo**

Elaborar uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

**Conteúdo**

Elaboração de uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

### Construção Identitária e Vibração Social II

**PIBA**

**Objetivo**

Elaborar uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

**Conteúdo**

Elaboração de uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

**Atividade**

Elaboração de uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

### 5 – Considerações finais

**PIBA**

**Objetivo**

Elaborar uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

**Conteúdo**

Elaboração de uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

### REFERÊNCIAS

**BRASIL.** Decreto nº 1.000, de 13 de abril de 2004. **Constituição de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/const/const.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/const/const.htm). Acesso em: 25 out. 2018.

**BRASIL.** Decreto nº 6.180, de 17 de fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007/\\_2007\\_023/br2007-023.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007/_2007_023/br2007-023.pdf). Acesso em: 25 out. 2018.

**CAVALARI, Umberto Roberto Aguiar.** **MEMÓRIA**. In: *Brasil: In: Gurgel, M. R. (Org.). **Brasil: In: Gurgel, M. R. (Org.).*** São Paulo: Fapesp, 2012.

**OBRIGADA!**

Gláucia Maria de Jesus Dias

**Atividade**

Elaboração de uma proposta de projeto de lei para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais.

**POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DESAFIOS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMÍLIA**



## ÍNDICE GERAL

- 1 Povos e Comunidades Tradicionais: culturas vivas e identidade inextinguível
- 2 Formulação do conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e desafios para sua reconhecimento social
- 3 Estrutura dos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais em sua atuação na e promoção de seus direitos
- 4 O Trabalho Jurídico e suas desafios para incluir povos e famílias tradicionais e Povos e Comunidades Tradicionais
- 5 O Impacto do Programa de Iniciação em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e perspectivas futuras



**PIBA**  
AIAJ

### Definição dos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais para a valorização e a promoção de seus direitos

Mônica Moura Oliveira Reis





## SUMÁRIO

- 1 Considerações Iniciais
  - 2 Definição dos grupos (categorizados) como Povos e Comunidades Tradicionais
  - 3 Políticas públicas que beneficiem povos e comunidades tradicionais
  - 4 A importância de inclusão socioeconômica desses grupos
  - 5 Considerações finais
- REFERÊNCIAS





### 1 – Considerações Iniciais

**Objetivos desta aula:**

- A importância de entender a ampla gama de povos e comunidades tradicionais do Brasil
- Como a identificação institucionalizada pode ser um fator político positivo
- Como promover a inclusão socioeconômica e política, tanto o Programa de Iniciação em Povos e Comunidades Tradicionais quanto outras iniciativas



### Nesta aula, os objetivos são:

- Descrever os Povos e Comunidades Tradicionais identificados no Brasil
- Analisar alguns dos perfis políticos e culturais distintos e seus grupos e seu impacto
- Avaliar como o Programa de Iniciação, ao incluir povos tradicionais, fortalece e amplia os direitos culturais, econômicos, políticos, sociais e ambientais





### 2 – Definição dos grupos categorizados como Povos e Comunidades Tradicionais

**Introdução teórica:**

PIBA e Comunidades Tradicionais. Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/pt-br/comunidades-tradicionais>








### Os grupos formalmente reconhecidos I

- **Resolução Federal de 1996, a "Lei do Índio"**: define a proteção jurídica aos índios, TI, TPI, TPE e também reconhece o Rio de Janeiro como Território Indígena
- **Decreto 8.700/2016**: Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CONACT) e atribui ao O Conselho Nacional a competência para reconhecer povos
- **do plano de desenvolvimento econômico do Brasil 2014-2017**, em seu 3º eixo: "O desenvolvimento econômico sustentável do Brasil e comunidades tradicionais, com ênfase no fortalecimento e geração de renda para as comunidades, fortalecimento de setores econômicos tradicionais, culturais, criativos (artes, artesanato, turismo, patrimônio imaterial, etc.)"
- **Lei 13.707/2018, art. 9º, § 2º**: "São povos e comunidades tradicionais que se distinguem de outros segmentos, devido às suas tradições, segun-



### Os grupos formalmente reconhecidos II

LISTA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS RECONHECIDAS	
Estado do Rio de Janeiro	
1	grupos indígenas
2	comunidades quilombolas
3	grupos e comunidades de herdeiros de escravos e descendentes de outros africanos
4	povos ciganos
5	comunidades tradicionais
6	comunidades
7	comunidades ciganas e ciganas
8	comunidades
9	comunidades
10	comunidades
11	comunidades
12	comunidades
13	comunidades
14	comunidades
15	comunidades
16	comunidades
17	comunidades
18	comunidades
19	comunidades
20	comunidades
21	comunidades
22	comunidades
23	comunidades
24	comunidades
25	comunidades
26	comunidades
27	comunidades
28	comunidades
29	comunidades
30	comunidades
31	comunidades
32	comunidades
33	comunidades
34	comunidades
35	comunidades
36	comunidades
37	comunidades
38	comunidades
39	comunidades
40	comunidades
41	comunidades
42	comunidades
43	comunidades
44	comunidades
45	comunidades
46	comunidades
47	comunidades
48	comunidades
49	comunidades
50	comunidades
51	comunidades
52	comunidades
53	comunidades
54	comunidades
55	comunidades
56	comunidades
57	comunidades
58	comunidades
59	comunidades
60	comunidades
61	comunidades
62	comunidades
63	comunidades
64	comunidades
65	comunidades
66	comunidades
67	comunidades
68	comunidades
69	comunidades
70	comunidades
71	comunidades
72	comunidades
73	comunidades
74	comunidades
75	comunidades
76	comunidades
77	comunidades
78	comunidades
79	comunidades
80	comunidades
81	comunidades
82	comunidades
83	comunidades
84	comunidades
85	comunidades
86	comunidades
87	comunidades
88	comunidades
89	comunidades
90	comunidades
91	comunidades
92	comunidades
93	comunidades
94	comunidades
95	comunidades
96	comunidades
97	comunidades
98	comunidades
99	comunidades
100	comunidades



**Importância da Inclusão Socioeconômica**

1. Garantir a participação social dos povos e comunidades tradicionais no processo de tomada de decisões que afetam seus territórios e modos de vida.

2. Reconhecer a importância dos saberes, práticas e técnicas tradicionais para a sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental dos territórios.

3. Promover a inclusão socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais no mercado de trabalho e no acesso a serviços públicos e privados.



**5 – Considerações finais**

Tudo aquilo que vivemos deve ser preservado e registrado, não só em a cultura e os rituais de vida dos povos e comunidades tradicionais. Precisamos de formalização, e uma etapa importante para a criação de leis. Devemos reconhecer as práticas, saberes e técnicas agrícolas, artesanais, gastronômicas e outras.

"Não é possível silenciar, proteger e divulgar aquilo que não conhecemos. Portanto, devemos saber a respeito dos Povos e Comunidades Tradicionais e promover a preservação dos seus modos de vida. Como disse o líder indígena Mário Góes: 'Um povo não sobrevive sem que sua história, seus costumes e valores sejam conhecidos'." Góes, 23 nov. 2012

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *Política Nacional de Inclusão Socioeconômica dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Desenvolvimento Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Política Nacional de Inclusão Socioeconômica dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Política Nacional de Desenvolvimento do Turismo*. Brasília: Ministério do Turismo, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Política Nacional de Desenvolvimento do Meio Ambiente*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012.

**OBRIGADA!**

Elaine Morel Soares Dias

**Atual, crítica e "transformadora social"**

Elaine Morel Soares Dias  
Mestranda em Desenvolvimento Social  
Técnicas de Trabalho Social e Políticas

**PROJOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DESAFIOS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMÍLIA**

Elaine Morel Soares Dias

**ÍNDICE GERAL**

1. Povos e Comunidades Tradicionais - cultura, plural e construção identitária
2. Análise teórica do conceito de "Povos e Comunidades Tradicionais" e desafios para seu reconhecimento social
3. Realização dos grupos de focus e Comunidades Tradicionais para a elaboração e preservação de seus direitos
4. Elaboração do Cadastro Único para inclusão social e famílias pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais
5. O impacto da Pesquisa Ação sobre os grupos de focus e Comunidades Tradicionais e perspectivas futuras

**PIBA**

**ÁREA 1**

**O Cadastro Único e seus desafios para incluir pessoas e famílias pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais**

Elaine Morel Soares Dias

**SUMÁRIO**

1. Considerações Iniciais
1. Cabeira (livro: uma oração por desenvolvimento na política pública aos PCT)
2. Da teoria para inclusão dos grupos de PCT
4. Sugestões aos entrevistados no processo de interlocução entre governo e PCT
5. Considerações finais

**introdução**

**Objetivo**

Realizar o diagnóstico de necessidades e demandas dos grupos de PCTs, visando a identificação de pontos de partida para a implementação das ações de inclusão social.

### 1 – Considerações Iniciais

**Objetivos gerais:**

- A implementação de medidas de intervenção nas primeiras etapas do Cadastro Único tem grande impacto e pode gerar resultados positivos em sua maioria de longo prazo.
- O desafio para inclusão de pessoas e famílias é a sua identificação, dada a diversidade de situações de vulnerabilidade social, sendo necessário a atuação conjunta.
- Concentrar os esforços de trabalho nos municípios prioritários que impacta a maioria da população em situação de pobreza.

### PIBA Nesta parte, os objetivos são:

- Registrar o grupo e suas famílias no sistema de cadastro único, considerando o Cadastro Único em nível, seja nacional e estadual.
- Realizar o diagnóstico de necessidades e demandas dos grupos de PCTs, visando a identificação de pontos de partida para a implementação das ações de inclusão social.
- Identificar os pontos de partida para a implementação das ações de inclusão social, visando a identificação de pontos de partida para a implementação das ações de inclusão social.

### 2 – Cadastro Único: sua importância para povos e comunidades socialmente invisibilizadas

**Objetivos gerais:**

Identificar e promover a inclusão social dos grupos de PCTs, visando a identificação de pontos de partida para a implementação das ações de inclusão social.

**Objetivo**

Realizar o diagnóstico de necessidades e demandas dos grupos de PCTs, visando a identificação de pontos de partida para a implementação das ações de inclusão social.

### Cadastro Único: passo crucial para desfechos das políticas públicas aos PCTs

**Objetivos gerais:**

Identificar e promover a inclusão social dos grupos de PCTs, visando a identificação de pontos de partida para a implementação das ações de inclusão social.

### Cadastro Único: passo crucial para desfechos das políticas públicas aos PCTs

**Objetivos gerais:**

Identificar e promover a inclusão social dos grupos de PCTs, visando a identificação de pontos de partida para a implementação das ações de inclusão social.

**Objetivo**

Realizar o diagnóstico de necessidades e demandas dos grupos de PCTs, visando a identificação de pontos de partida para a implementação das ações de inclusão social.

### 3 – Os desafios para inclusão dos grupos de PCTs

**Objetivos gerais:**

Identificar e promover a inclusão social dos grupos de PCTs, visando a identificação de pontos de partida para a implementação das ações de inclusão social.

**Objetivo**

Realizar o diagnóstico de necessidades e demandas dos grupos de PCTs, visando a identificação de pontos de partida para a implementação das ações de inclusão social.

### 4 – Sugestões aos entrevistados no processo de intermediação entre governo e PCTs

**Amegações atuais aos Povos e Comunidades Tradicionais**

→ **Interação de ideias:**  
 Enviar informações sobre os temas sugeridos e  
 Solicitar feedback, e-mail: [pi@pi.ba.gov.br](mailto:pi@pi.ba.gov.br)  
 Telefone: (24) 246-3333  
 WhatsApp: (24) 246-3333  
 WhatsApp do perfil: [https://www.instagram.com/programa\\_pi](https://www.instagram.com/programa_pi)

### Complexidade do Cadastro dos PCTs

**PIBA**

### Di que o Cadastro precisa

**Povos tradicionais do Brasil**

→ **Contexto de PCTs no país:**  
 Para de priorizar sua visão cultural única em atividades em sua comunidade, não esqueça de sua história.

→ **Busca e reconhecimento mútuo entre PCTs:**

### 5 – Considerações finais

**Objetivos: alcançar os PCTs e estabelecer uma comunicação interativa em público**

- **Objetivo principal: alcançar os PCTs**
- **Desafios e desafios: encontrar e estabelecer comunicação**
- **Construção de uma rede de apoio para enfrentar os desafios**
- **Uma linguagem simples e clara, mas não simplista**
- **A partir do início do processo de diálogo, não se desista**
- **Realizar no processo o diálogo direto, e manter o diálogo com o governo e com a sociedade civil**

**PIBA**

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Política Nacional de Inovação em Ciência e Tecnologia**. Brasília: CNPQ, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Política Nacional de Inovação em Ciência e Tecnologia**. Brasília: CNPQ, 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.746, de 13 de outubro de 2010. **Regulamento do Programa de Inovação em Políticas de Inovação**. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.746, de 13 de outubro de 2010. **Regulamento do Programa de Inovação em Políticas de Inovação**. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

**OBRIGADA!**  
 Guara Marli Viana Dias

**PIBA**

Atual, crítica e "transformar para incluir"

Grupos de Trabalho para o Desenvolvimento de Políticas Sociais, Trabalho e Trabalho e Trabalho

PIBA

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DESAFIOS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMÍLIA

**ÍNDICE GERAL**

- 1 Povos e Comunidades Tradicionais: desafios atuais e perspectivas futuras
- 2 Políticas habituais de acesso de "Povos e Comunidades Tradicionais" e desafios para seu reconhecimento social
- 3 Avaliação dos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais para a implementação e a promoção de seus direitos
- 4 O Cadastro Único e seus desafios para incluir pessoas e famílias pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais
- 5 O impacto do Programa Bolsa Família nos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e perspectivas futuras

**ALIAS**

O Impacto do Programa Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e perspectivas futuras

Simone Mivali Gomes Dias

## SUMÁRIO

- 1 Considerações Iniciais
- 2 O Impacto do Programa Bolsa Família entre os mais vulneráveis
- 3 O Impacto do Bolsa Família para PCTs: o caso das pessoas indígenas
- 4 Perspectivas futuras
- 5 Considerações finais

**REFERÊNCIAS**

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto do Programa Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), com ênfase nas pessoas indígenas. Para isso, foram realizadas entrevistas com membros desses grupos e com profissionais que atuam no atendimento a eles. Os resultados mostram que, apesar de o Programa Bolsa Família ter alcançado uma parcela significativa desses grupos, ainda existem barreiras para a inclusão plena, especialmente relacionadas ao acesso aos serviços públicos e à documentação necessária para a inscrição no Cadastro Único.

**PIBA** 1 – Considerações Iniciais

Nesta aula, vamos abordar:

- Qual é o impacto que o Bolsa Família, em todo o outro benefício social, tem tido na vida de grupos de PCTs;
- Como a implementação do programa pode contribuir para a melhoria de suas condições e para proporcionar qualidade de vida para os mais vulneráveis, nos contextos de estudo;
- Perspectivas futuras para esses grupos PCTs, tendo em consideração os desafios atuais e as possibilidades de melhoria de vida.

**PIBA** Nesta aula, os objetivos são:

- Refletir sobre o impacto do Bolsa Família, bem como de outros benefícios sociais, nos PCTs;
- Analisar como o acesso aos serviços públicos afeta os mais vulneráveis;
- Indicar perspectivas futuras sobre o modo de promover melhorias nos PCTs, com ênfase nos mais vulneráveis e pessoas indígenas.

**PIBA** 2 – O Impacto do Programa Bolsa Família entre os mais vulneráveis

→ Introdução de vídeo:

BolSA FAMÍLIA é um programa de transferência de renda, com ações de apoio das Beneficiárias, Crianças, Idosos (BFCI) integradas ao Mês de Ação em Defesa do Consumidor (MADC) e do Dia Nacional do Cadastro Único (DNCU).

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto do Programa Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), com ênfase nas pessoas indígenas. Para isso, foram realizadas entrevistas com membros desses grupos e com profissionais que atuam no atendimento a eles. Os resultados mostram que, apesar de o Programa Bolsa Família ter alcançado uma parcela significativa desses grupos, ainda existem barreiras para a inclusão plena, especialmente relacionadas ao acesso aos serviços públicos e à documentação necessária para a inscrição no Cadastro Único.

### Boia Família entre os povos vulneráveis I

**→ Em todas as regiões**

→ **Atuação da UERJ na implementação do PIBA** (entre outros aspectos):

- **Atuação da UERJ na implementação do PIBA** (entre outros aspectos):

### Boia Família entre os povos vulneráveis II

**→ Atuação da UERJ na implementação do PIBA** (entre outros aspectos):

- **Atuação da UERJ na implementação do PIBA** (entre outros aspectos):

### Boia Família entre os povos vulneráveis III

**→ Atuação da UERJ na implementação do PIBA** (entre outros aspectos):

- **Atuação da UERJ na implementação do PIBA** (entre outros aspectos):

### 3 – O Impacto do Boia Família para PCTs: o caso dos povos indígenas

**→ Atuação da UERJ na implementação do PIBA** (entre outros aspectos):

- **Atuação da UERJ na implementação do PIBA** (entre outros aspectos):

**17.16.6. CURSO V - UMA ABORDAGEM ANTIRRACISTA NO REENSENTO DE FAMÍLIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:**



Lembram desta imagem de nossas aulas passadas? Qual a relação dela com o Programa do Bolsa Família?



Bolsa Família e Cidadania: Qual o sentido?

PIBA

O Programa Bolsa Família e suas famílias protegem

Vamos assistir ao vídeo?

SCAN ME

PIBA

Tecnologia por propósito: melhoria de distribuição de renda e transferência de renda em que o beneficiário recebe em reais - benefício por transferência condicionada para famílias de baixa renda de municípios pobres, entre as principais ações de qualificação: uma combinação de modo com políticas e programas de educação, profissionalização, saúde, de cidadania, acesso à tecnologia, empreendedorismo e fortalecimento, para desenvolver o ciclo de políticas de proteção à sua sustentabilidade no futuro, possibilitando o enfrentamento à desigualdade social. (BRASIL, 2007). São dados os recursos próprios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PIBA

O racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, através de instituições, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.

Como poderiam com o tema Família podem ajudar as pessoas reais vulneráveis do nosso país?

**3. Considerações Finais**

Estadísticas nos mostram que programas assistenciais do governo federal, como o Bolsa Família, é capaz de contribuir para uma diminuição das desigualdades no Brasil.

**Atividade Avaliativa Escrita**

Com base na que estudamos no curso, escreva um texto dissertativo sobre a importância de uma abordagem antirracista no Programa Bolsa Família. O seu texto deve ter entre 20-25 linhas. Lembre-se de usar a norma padrão de nossa língua portuguesa e revisar seu texto antes de enviá-lo. O texto deve ser autoral!

**PIBA**

**Uma abordagem antirracista no reconhecimento de famílias no Programa Bolsa Família**

PIBA 1  
Dr. Cláudio Castro  
Bolsista Especial

**PIBA 2**  
Professora Dra. Cláudia Cristina Mendes Soares

Uma abordagem antirracista no reconhecimento de famílias no Programa Bolsa Família

**Aula 1: Conceito de Raça, a escravidão no Brasil e o letramento racial**

**PIBA**

**Reflexão da aula:**

1. Refletir sobre os conceitos de raça;
2. Discutir sobre a Escravidão no Brasil;
3. Apreciar os conceitos de Letramento Racial;
4. Refletir sobre;

**ÍNDICE**

**Vamos refletir?**

Angela Davis

**EM UMA SOCIEDADE RACISTA, NÃO BASTA NÃO SER RACISTA. É NECESSÁRIO SER ANTIRACISTA.**

**PIBA**

**1 - Conceitos de Raça**

**raça:** grupo social definido pela realidade econômica (Castells, 1984), histórico-culturalmente construído. Não é espécie, nem subspecie (raça humana), nem raça ou etnia.

**Etnia:** povo ou raça (fenômeno cultural de resistência identitária - Brasil: +250 etnias indígenas)

**Racismo:** suposição de superioridade de uma "raça" sobre outras (relação determinista).

**Conceito de raça**

« Categorizar pessoas que o problema não está em classificar as cores humanas de acordo com a frequência variável de características físicas, mas a classificação de elementos em grupos sociais, políticos, jurídicos e organizacionais, permitindo o desenvolvimento científico de estudos, os europeus, pertencemos à raça branca, criamos esta classificação com caráter de hierarquização, colocando em uma escala de valor entre as raças, ou seja, afirmando que havia uma raça superior no caso a branca, e inferior, a negra.» (LIP, 2020)

**Reflexão**

1. questionar a forma como fomos educados em relação ao racismo, como em pesquisas ou lugares de estudo;
2. refletir sobre a importância de uma abordagem antirracista no Programa Bolsa Família - por quê?
3. reconhecer os efeitos provocados pelo fato de nossa história ser marcada por exclusão e por uma perspectiva eurocêntrica;
4. implementar a política que tenham como objetivo proporcionar liberdade e auto-empoderamento ao povoamento brasileiro e a partir da perspectiva do que é antirracista a cultura?

Fonte: (LACOMINI, 2018). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/pt-br/publicacoes/relatorio>





### As desigualdades

Mais de 73% das pessoas beneficiárias do programa são de cor preta ou parda. No que diz respeito à composição familiar, a predominância é de famílias monoparentais femininas com filhos (independentemente da idade), que somam 10,6 milhões, ou 45,5% do total. (BRASIL, 2023, Programa Bolsa Família)



### Considerações Finais

"Onde há consciência, não há racismo." - Frantz Fanon



### OBRIGADA!

Claudia Cristina  
Mestrado em Gênero







Uma abordagem orientada por um compromisso de justiça no Programa Bolsa Família

PIBA |  
Dra. Claudia Cristina  
Mestrado em Gênero





Uma abordagem orientada por um compromisso de justiça no Programa Bolsa Família



Aula 2: O racismo no Brasil e as famílias





### ÍNDICE

Reflexões da aula:

1. Refletir sobre o racismo e a família
2. Tarefas e atividades e avaliações
3. Considerações Finais





1. Vamos refletir?  
Por que o povo preto é o mais pobre do país?  
O que aprendemos na aula 1?

Vamos Refletir?



SCAN ME



**2**

**Escravidão versus racismo**

**Esscravidão e racismo - Aula 2 - Continuação?**

"Sabemos, compartilhando a cidadania, os negros brasileiros possuem a maioridade, atuamos em todas as instituições públicas e privadas. Exatos nos centros públicos, ministrando e nos vestibulares extensões em família e garfagem das cidades brasileiras. No século XII, os negros eram aproximadamente 30% da população nacional, mas pertenciam à margem de desenvolvimento. Como a antiguidade dos escravizados (uma família, inclusive em 1911), famílias indolentes, brancos, e - negros - imigrantes colonizaram que quase não existia. Nos horizontes históricos, inicialmente - negros, bem demonstram a opção por migração de famílias e por destacadas regiões da Europa." (LAIOL Azeite, 2010)

**3**

**Escravidão versus racismo**

Como trabalhar com as desigualdades educacionais pelo povo preto?

Quê é o papel do Bolsa Família?

**3**

**Vídeo**

Participação em vídeo aula sobre o racismo estrutural (19/03/2024)

Qual o seu comentário de aplicação?

TCIAN ME

**OBRIGADA!**

Cláudia Cristina Mendes Gomes

**Uma abordagem antirracista na reconstrução de famílias no Programa Bolsa Família**

Aula 3

Dr. Cláudia Cristina Mendes Gomes

**AULA 3**  
Professora Dra. Cláudia Cristina Mendes Gomes

Uma abordagem antirracista na reconstrução de famílias no Programa Bolsa Família

Aula 3: Educação antirracista

**ÍNDICE**

**Reflexões da aula:**

1. Apresentar conceitos de educação antirracista
2. Como trabalhar com uma abordagem antirracista?
3. Considerações Finais:

Vamos refletir?  
Por que o povo preto é o mais pobre do país?  
Lembram da aula 2?



Como uma educação antirracista pode contribuir para o enfrentamento da desigualdade no Brasil?



Vamos assistir ao vídeo?



**O que é uma educação antirracista?**  
 Aplicação das legislações e normativas  
 Reconhecimento do racismo estrutural e seus impactos;  
 Práticas que desconstruam preconceitos e discriminações;  
 Valorização da diversidade;



Uma educação antirracista precisa:

Identificar e reconhecer o racismo estrutural e como ele se manifesta no cotidiano;  
 Reconhecer a violência estrutural e institucionalizada que ocorre no cotidiano;  
 Valorizar a diversidade e promover a equidade no cotidiano escolar;  
 Abordar o racismo estrutural e institucionalizado no cotidiano escolar;  
 Promover a valorização da diversidade e a equidade no cotidiano escolar;  
 Promover a valorização da diversidade e a equidade no cotidiano escolar;



**Diversidade política e histórica da diversidade**

Essa diversidade política e histórica da diversidade...



**Como entender as complexidades históricas de uma família quilombola?**

Respeitar as diferenças;  
 - Culturais;  
 - Políticas;  
 - Etc.



Como entender as complexidades históricas de uma família quilombola?



**Apagamento histórico**

Valorização da diversidade histórica e cultural humana  
 Falta de reconhecimento histórico e do pertencimento



Vamos relembrar a aula 17?

Como uma educação antirracista pode contribuir para a equidade?

**PIBA**

4 Vamos refletir?

De que formas é possível contemplar a efetivação de uma pedagogia que respeite as diferenças a partir de uma educação antirracista?

Como tratar a questão racial no Programa Rota Família?

Vamos assistir?

Você também poderá acompanhar o vídeo no celular ou tablet com o aplicativo

SCAN ME

**PIBA**

**Considerações Finais**

- Investimento em qualificação;
- Apoio e suporte da gestão e da coordenação;
- Ações conjuntas e projetos interdisciplinares;
- Continuidade entre as turmas e entre disciplinas;
- Sensibilização para o trabalho com diversidade.

**PIBA**

**PIBA**

Você também poderá acompanhar o vídeo no celular ou tablet com o aplicativo

PIBA

Rua Visconde Lemos  
Maracanã, Rio de Janeiro

**AULA 2**  
Professora Dra. Cláudia Cristina Mendes Soares

Você também poderá acompanhar o vídeo no celular ou tablet com o aplicativo

do Programa Rota Família

**PIBA**

**Aula 4: Linguagem antirracista**

**PIBA**

**ÍNDICE**

Objetivos da aula:

1. Relatório sobre poder do discurso
2. Apresentar linguagem antirracista
3. Considerações Finais

**PIBA**

**1. O poder do discurso**

bell hooks (1994) relaciona língua e dominação e afirma que, ao mesmo tempo em que a língua opreme, ela é o "lugar onde nós fazemos de nós mesmos sujeitos" (p. 188)

**Discurso**

**PIBA**

**O poder do discurso**

É importante ressaltar que, quando se fala em raça e racismo, muito do que é discutido se baseia na visão comum: "raça vem do cabelo, surge a pele de cor mais escura...". Sobre isso, primeiro é necessário dizer que o racismo está ligado ao poder. Alamo, Almeida (2011, p. 10) afirma que: "Há um grande equívoco nessa ideia porque membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos e praticar discriminação, mas não podem impor discursos racistas a membros de outros grupos "majoritários, seja direta, seja indiretamente."

**Discurs**

0

**PIBA**

**Discurso**

**O poder do discurso**

Quando encontramos muitas vezes por escrito a afirmação de apertar, apoiar, abraçar – há, evidentemente, através da forma, a importância das experiências vividas no contexto da criança.

Oliveira (2008) aponta que ao estabelecer relações significativas, além de ajudar na internalização dos seus direitos, estimulam a identidade do participante através do momento. Tal era o momento após o encontro que teve como eixo de trabalho a função e o objetivo do discurso da comunidade negra. Dessa forma, houve a identificação das experiências sociais, culturais e morais negro-orientadas, pois representam quem representam as experiências de identidade dos indivíduos que estão em contato e compartilhando.

**PIBA**

**Relembrar**

Vamos relembrar da aula 17.

Das 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 73% são de pretos. E 66% delas são afetadas por reuniões pretas, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social.

Assim, podemos observar a importância de uma abordagem antirracista no recadamento destas pessoas no Programa Bolsa Família. (Programa Bolsa Família, 2022)

**PIBA**

**Relembrar**

**2. O racismo nesse de cada dia**

Imagine uma folha de papel, dobrada, sobre um terra de calçada na rua. Por ela se escondem e palavras racistas que você não viu ou não quis.

Aprenda-se desde criança que “ser de pele” é aquele tipo mais racista; mais legal. Essa terra é estrita, pois evita-se a referência racializada de ser da pele associada à diferença e uma pessoa branca desconsiderando a diversidade de tons de pele existentes na sociedade brasileira.

**PIBA**

**Palavras e expressões racistas (que você viu ou não viu)**

**NOVEMBRO NEGRO**

Você já sabe que estas palavras e expressões são racistas?

**PIBA**

**Como discutir racismo**

Como discutir racismo? É importante que as discussões sejam feitas de forma respeitosa, ou seja, sem julgamentos e sem ataques pessoais. O objetivo é promover a reflexão e a troca de ideias, buscando soluções para a eliminação do racismo.

**PIBA**

**Discussão racialista**

Vamos voltar ao vídeo?

[https://www.youtube.com/watch?v=0\\_114531ag](https://www.youtube.com/watch?v=0_114531ag)

**PIBA**

**Como é uma educação antirracista? (Vamos relembrar a aula 3?)**

Aplicação das legislações e normativas

Reconhecimento do racismo estrutural e seus impactos

Práticas que desconstruam preconceitos e discriminações

Valorização da diversidade

Uso de uma abordagem antirracista em programas governamentais também faz parte de uma educação antirracista.

**PIBA**

**Vamos voltar a aula 3 novamente?**

tem	principio	ação	resultado
o reconhecimento da inteligência, talento e desenvolvimento das que os negros e de suas famílias e famílias de classe trabalhadora de quem se orgulha	o reconhecimento, a valorização, o respeito e o reconhecimento por parte da sociedade e da família	o reconhecimento da inteligência, talento e desenvolvimento das que os negros e de suas famílias e famílias de classe trabalhadora de quem se orgulha	o reconhecimento, a valorização, o respeito e o reconhecimento por parte da sociedade e da família

É de suma importância que adotemos atitudes e atitudes de palavras e expressões que...

**PIBA**

**Como discutir racismo**

Como discutir racismo? É importante que as discussões sejam feitas de forma respeitosa, ou seja, sem julgamentos e sem ataques pessoais. O objetivo é promover a reflexão e a troca de ideias, buscando soluções para a eliminação do racismo.

**PIBA**

**Como discutir racismo**

Como discutir racismo? É importante que as discussões sejam feitas de forma respeitosa, ou seja, sem julgamentos e sem ataques pessoais. O objetivo é promover a reflexão e a troca de ideias, buscando soluções para a eliminação do racismo.

“Seja sempre muito a vontade, não precisa aprender um idioma novo de palavras para a escola, é a comunicação!” – Maria Fátima



"O racismo é um processo social, político, econômico" (Silvio Almeida, Ministro, Ministro de Estado do Desenvolvimento Humano e da Cidadania)



Vamos relembrar a aula 27

Como uma educação antirracista pode contribuir para a equidade?

Como nossos discursos podem nos ajudar a desmantelar violências?

Vamos refletir?

Como tratar a questão do racismo presente nos discursos políticos e expostos no Programa Bola Família? Como abordar os racismo diferença?



### 3. Considerações Finais

Refletir sobre a naturalização do racismo em nossos discursos é de suma importância para que possamos atender de maneira mais humanizada as pessoas que participam do Bola Família.

As intervenções do PIBA e do Projeto Bola Família têm o objetivo de promover a equidade social e racial, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas que participam do Programa Bola Família.



Uma abordagem antirracista no atendimento de famílias do Programa Bola Família  
 AULA 3  
 Dra. Elisavete Cristina  
 Socioeducadora

Uma abordagem antirracista no atendimento de famílias  
 do Programa Bola Família

Aula 5: Estudos de Casos

**ÍNDICE**  
 Reflexões da aula  
 1. Refletir sobre racismo, desigualdades e o Bola Família (Estudo de Caso)  
 2. Discutir sobre como as intervenções assistenciais podem contribuir para a diminuição das desigualdades  
 3. Considerações Finais

Vamos relembrar as aulas anteriores?  
 Mas não foi só em países desenvolvidos que surgiram os movimentos de luta por equidade e justiça social. No Brasil, há uma longa história de luta por equidade e justiça social, desde os movimentos de luta por equidade e justiça social nos anos 1960 e 1970, até os movimentos de luta por equidade e justiça social nos anos 1980 e 1990, até os movimentos de luta por equidade e justiça social nos anos 2000 e 2010, até os movimentos de luta por equidade e justiça social nos anos 2010 e 2020, até os movimentos de luta por equidade e justiça social nos anos 2020 e 2023.

**Casos do Bolsa Família**

Segundo o **Relatório PIBA 2019** existe uma forte tendência de crescimento que tem a ver com o fortalecimento e consolidação dos dados estatísticos em nível nacional, o que garante os resultados, benefícios e transparência de qual valor de qual atividade **REVENIR, 2019, p. 102**.

Uma demonstração é também possível no Programa Bolsa Família. Trazido de acordo com o planejamento, o programa tem resultados positivos, e isso se reflete no crescimento do número de famílias que recebem o benefício. Segundo o relatório, o número de famílias beneficiárias em 2019 chegou a 11 milhões, um aumento de 1,4 milhão em relação ao ano anterior. Isso demonstra a importância do programa para a população brasileira e a necessidade de continuar a melhorar os dados estatísticos para garantir a qualidade do programa.

**Situação da Casa**

**O que as estatísticas mostram?**

Segundo o relatório, os dados do PIBA 2019 mostram que o número de famílias beneficiárias do Bolsa Família cresceu em 1,4 milhão em relação ao ano anterior. Isso demonstra a importância do programa para a população brasileira e a necessidade de continuar a melhorar os dados estatísticos para garantir a qualidade do programa.

**Situação da Casa**

**Desigualdade racial e o Bolsa Família**

Pague uma folha de papel, seu caderno, bloco de notas do colégio ou outro, e escreva o seguinte:

Por que você sente que a população pobre e mais representada nos programas assistenciais do governo federal, em especial no Bolsa Família?

**Referência**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**17.16.7. CURSO VI - CADASTRO ÚNICO:**

**PIBA**

**AVALIANDO**

Atribuição de renda como critério do Bolsa Família

**PROTEÇÃO PSICOLÓGICA E BOMAS FAMILIA: CRITÉRIOS E IMPACTOS SOCIAIS**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PIBA**

**ÍNDICE GERAL**

**SUMÁRIO**

1. Considerações
2. O Programa Bolsa Família: antecedentes
3. O Bolsa Família e as condições de vida
4. A sustentabilidade da Estratégia Bolsa Família
5. Conclusões finais

**REFERÊNCIAS**



### PIBA 1 – Considerações Iniciais

**Objetivos e finalidade do curso**

- Apresentar o Programa Bolsa Família e suas modalidades de implementação, bem como as ações de acompanhamento e avaliação.
- Focar na implementação do PIBA e suas modalidades de implementação, bem como as ações de acompanhamento e avaliação.
- Apresentar as ações de acompanhamento e avaliação do PIBA e suas modalidades de implementação, bem como as ações de acompanhamento e avaliação.



### Objetivo geral do curso

- Apresentar o Programa Bolsa Família e suas modalidades de implementação, bem como as ações de acompanhamento e avaliação.

### Objetivos específicos do curso

- Apresentar o Programa Bolsa Família e suas modalidades de implementação, bem como as ações de acompanhamento e avaliação.
- Focar na implementação do PIBA e suas modalidades de implementação, bem como as ações de acompanhamento e avaliação.
- Apresentar as ações de acompanhamento e avaliação do PIBA e suas modalidades de implementação, bem como as ações de acompanhamento e avaliação.

### Objetivo geral do curso

- Apresentar o Programa Bolsa Família e suas modalidades de implementação, bem como as ações de acompanhamento e avaliação.

### 2 – O Programa Bolsa Família: Apresentação

**Objetivos do curso**

- Apresentar o Programa Bolsa Família e suas modalidades de implementação, bem como as ações de acompanhamento e avaliação.





### Um panorama do PIBA benefício I

- O PIBA Benefício I é o programa de transferência de renda mais abrangente do Brasil, com cobertura de 100% da população em situação de pobreza e de extrema pobreza.
- O programa é composto por 10 modalidades de benefícios, sendo que o PIBA Benefício I é o principal deles, com cobertura de 100% da população em situação de pobreza e de extrema pobreza.
- O PIBA Benefício I é o programa de transferência de renda mais abrangente do Brasil, com cobertura de 100% da população em situação de pobreza e de extrema pobreza.
- O PIBA Benefício I é o programa de transferência de renda mais abrangente do Brasil, com cobertura de 100% da população em situação de pobreza e de extrema pobreza.

### Um panorama do PIBA benefício II



**Objetivos do curso**

- Apresentar o Programa Bolsa Família e suas modalidades de implementação, bem como as ações de acompanhamento e avaliação.

### Um panorama do PIBA benefício III

- O PIBA Benefício III é o programa de transferência de renda mais abrangente do Brasil, com cobertura de 100% da população em situação de pobreza e de extrema pobreza.
- O PIBA Benefício III é o programa de transferência de renda mais abrangente do Brasil, com cobertura de 100% da população em situação de pobreza e de extrema pobreza.
- O PIBA Benefício III é o programa de transferência de renda mais abrangente do Brasil, com cobertura de 100% da população em situação de pobreza e de extrema pobreza.
- O PIBA Benefício III é o programa de transferência de renda mais abrangente do Brasil, com cobertura de 100% da população em situação de pobreza e de extrema pobreza.

**PIBA**

**4 - Impactos no Brasil**

Atividade de ensino, pesquisa e extensão em parceria com a UERJ, PIBA atua em nível nacional e internacional, promovendo ações de extensão social e de pesquisa. Através de projetos de extensão social, PIBA atua em parceria com instituições de ensino superior, organizações não governamentais e comunidades. É por meio dessas ações que PIBA atua em prol da melhoria da qualidade de ensino e da formação de professores.

Atividade de ensino, pesquisa e extensão em parceria com a UERJ, PIBA atua em nível nacional e internacional, promovendo ações de extensão social e de pesquisa.

**Impactos e Inovações Educacionais**

**PIBA**

**3 - O Bolsa Família e as desigualdades**

**Bolsa Família COM MUDANÇAS?**

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que visa reduzir a pobreza e a desigualdade social no Brasil. O PIBA atua em parceria com o Bolsa Família, promovendo ações de extensão social e de pesquisa.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que visa reduzir a pobreza e a desigualdade social no Brasil. O PIBA atua em parceria com o Bolsa Família, promovendo ações de extensão social e de pesquisa.

**PIBA**

**4 - A contextualização da educação no Bolsa Família**

A educação é um dos pilares para a superação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida. O PIBA atua em parceria com o Bolsa Família, promovendo ações de extensão social e de pesquisa.

A educação é um dos pilares para a superação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida. O PIBA atua em parceria com o Bolsa Família, promovendo ações de extensão social e de pesquisa.

**PIBA**

**As desigualdades na educação (do Bolsa Família e suas consequências)**

As desigualdades na educação são uma das principais causas da pobreza e da desigualdade social no Brasil. O PIBA atua em parceria com o Bolsa Família, promovendo ações de extensão social e de pesquisa.

As desigualdades na educação são uma das principais causas da pobreza e da desigualdade social no Brasil. O PIBA atua em parceria com o Bolsa Família, promovendo ações de extensão social e de pesquisa.

**PIBA**

**5 - Considerações Finais**

O PIBA atua em prol da melhoria da qualidade de ensino e da formação de professores. Através de projetos de extensão social, PIBA atua em parceria com instituições de ensino superior, organizações não governamentais e comunidades.

O PIBA atua em prol da melhoria da qualidade de ensino e da formação de professores. Através de projetos de extensão social, PIBA atua em parceria com instituições de ensino superior, organizações não governamentais e comunidades.

**OBRIGADA!**

Alana Mendes de Jesus

**RIO DE JANEIRO**

**PIBA 2012**  
Educação como um Direito Social

**PIBA 2012**  
Índice Geral

### SUMÁRIO

- 1. Considerações Iniciais
- 2. A Educação Contribuição Social do UERJ
- 3. A Educação dentro da equidade social
- 4. A Educação e desenvolvimento econômico e social do país
- 5. Conclusões finais

APRESENTAÇÃO

### PIBA 1 – Considerações Iniciais

Este é um livro sobre:

- o processo de avaliação da educação básica no âmbito do sistema de avaliação da educação básica do UERJ;
- o papel da avaliação na melhoria da qualidade da educação básica;
- o papel da avaliação na melhoria da gestão da educação básica;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos professores;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos alunos;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos pais e da comunidade;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos gestores;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos pesquisadores;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos cidadãos;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos futuros profissionais;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos futuros líderes;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos futuros cidadãos;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos futuros profissionais;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos futuros líderes;
- o papel da avaliação na melhoria da formação dos futuros cidadãos;

### PIBA 2 – Educação na Contribuição Social do UERJ

A educação é a:

- o processo de formação do indivíduo;
- o processo de transmissão de conhecimentos;
- o processo de desenvolvimento pessoal e social;
- o processo de construção da identidade;
- o processo de formação da cidadania;
- o processo de desenvolvimento da autonomia;
- o processo de formação da consciência;
- o processo de desenvolvimento da responsabilidade;
- o processo de formação da ética;
- o processo de desenvolvimento da solidariedade;
- o processo de formação da cidadania;
- o processo de desenvolvimento da autonomia;
- o processo de formação da consciência;
- o processo de desenvolvimento da responsabilidade;
- o processo de formação da ética;
- o processo de desenvolvimento da solidariedade;

**A Constituição Federal de 1988, artigo 61, 2017a, 2017b**

- A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças importantes, trazendo o conceito de cidadania para além do voto e da participação política.
- As mudanças trazidas foram:

**A Constituição Federal de 1988, artigo 61, 2017a, 2017b**

- A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças importantes, trazendo o conceito de cidadania para além do voto e da participação política.
- As mudanças trazidas foram:

**A Constituição Federal de 1988, artigo 61, 2017a, 2017b**

- A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças importantes, trazendo o conceito de cidadania para além do voto e da participação política.
- As mudanças trazidas foram:

**3 – A educação e o sentido de equidade social**

**Educação social e cidadania**

**Lei nº 13.013/2014 Plano Nacional de Educação - entre 2014 e 2024**

**4 – A educação e o desenvolvimento econômico e social do país**

**Educação e Desenvolvimento**

A educação é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, pois promove a formação de cidadãos capazes de contribuir para a sociedade.

**Como a Educação Impacta o Desenvolvimento**

**5 – Conclusões Finais**

A educação é um direito de todos e um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país.

**DEBRIGADA!**  
Mariana Brandão de Almeida

**PIBA**

Atividade 1 - PIBA 1  
Considerações Iniciais

Objetivo: compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.

**PIBA**

**PIBA 1**

O papel da educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros

Mariana Brandão de Almeida

**PIBA**

Atividade 2

**PRELIMINAR ESCOLAR E ROL DO PROFESSOR: CRITÉRIOS E SUPORTE EDUCACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

**PIBA**

**ÍNDICE GERAL**

**Índice Geral**

- 1. Apresentação e contexto da avaliação da educação básica
- 2. O papel da educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
- 3. Preliminar escolar e rol do professor: critérios e suporte educacional e sua influência na qualidade da educação
- 4. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
- 5. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
- 6. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
- 7. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
- 8. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
- 9. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
- 10. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros

### SUMÁRIO

1. Considerações Iniciais
2. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
3. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
4. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
5. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
6. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
7. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
8. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
9. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros
10. Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros

**REFERÊNCIAS**

**PIBA 1 – Considerações Iniciais**

Objetivo: compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.

- 1. Compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.
- 2. Compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.
- 3. Compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.
- 4. Compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.
- 5. Compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.

**PIBA**

Índice geral e os objetivos da avaliação

- 1. Compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.
- 2. Compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.
- 3. Compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.
- 4. Compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.
- 5. Compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.

**PIBA 2 – Educação no contexto das políticas públicas atuais e dos desafios futuros**

Objetivo: compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.

**Objetivo da avaliação:**

Compreender o contexto da avaliação da educação básica e a importância da participação dos atores envolvidos no processo avaliativo.

**PIBA** O que é "política pública"?

Políticas públicas são conjuntos de ações planejadas e coordenadas, desenvolvidas pelo Estado ou por organizações privadas, com o objetivo de solucionar problemas sociais, econômicos, culturais, ambientais, etc.

Elas representam o compromisso do Estado com a sociedade e são fundamentais para a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural.

Exemplos de políticas públicas são: programas de saúde, educação, cultura, esporte, meio ambiente, etc.

**PIBA** Tipos de políticas públicas

- Políticas Públicas Federais
- Políticas Públicas Estaduais
- Políticas Públicas Municipais
- Políticas Públicas Locais

**PIBA** Categorias de políticas públicas

- Políticas Públicas Sociais
- Políticas Públicas Econômicas
- Políticas Públicas Culturais
- Políticas Públicas Ambientais
- Políticas Públicas de Infraestrutura
- Políticas Públicas de Inovação

**PIBA** Exemplos de políticas públicas de nível estadual

- Desenvolvimento Social:** Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.
- Educação:** Programas de melhoria da qualidade da educação básica, como o Proim.
- Meio Ambiente e Cultura:** Programas de preservação do patrimônio cultural e ambiental.

**PIBA** A adesão com Direitos Humanos fundamentais

Políticas públicas devem ser desenvolvidas com base nos princípios de transparência, participação social e accountability.

**PIBA** Declaração Universal de Direitos Humanos (1948, ONU) Artigo 26

Toda pessoa tem direito à educação, a qual deve ser gratuita, pelo menos nos níveis elementares e fundamentais.

**PIBA** Educação como Direito Humano Fundamental

A educação é um direito humano fundamental que promove o desenvolvimento pessoal, social e econômico.

**PIBA** A educação nos tratados e convenções assinados pelo Brasil

Brasil é signatário de diversos tratados internacionais que garantem o direito à educação, como a Declaração Universal de Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

**Educação é Direito Humano Fundamental**

RIO DE JANEIRO

**Plano Internacional sobre Educação Especiais, Sociais e Culturais e Educação dos Crianças e Jovens Adolescentes**

1. Este é o documento de base do IPE, do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Nacional de Secretários de Educação, do Conselho Nacional de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação Profissional, do Conselho Nacional de Educação Tecnológica e do Conselho Nacional de Educação Superior Tecnológica.

2. A implementação do IPE é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

3. A implementação do IPE é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

4. A implementação do IPE é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

5. A implementação do IPE é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

**Plano Internacional sobre Educação Especiais, Sociais e Culturais e Educação dos Crianças e Jovens Adolescentes**

1. Este documento tem como objetivo estabelecer as diretrizes gerais para a implementação do IPE, em parceria com a União.

2. A implementação do IPE é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

3. A implementação do IPE é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

4. A implementação do IPE é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

5. A implementação do IPE é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

**PIBA 5 – Considerações Finais**

1. Este documento tem como objetivo estabelecer as diretrizes gerais para a implementação do PIBA, em parceria com a União.

2. A implementação do PIBA é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

3. A implementação do PIBA é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

4. A implementação do PIBA é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

5. A implementação do PIBA é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em parceria com a União.

**OBRIGADA!**

Alana Mendes

**PIBA**

**PIBA**

**AULA 4**

**A educação integral para formação do cidadão do século XXI**

Alana Mendes

**AULA 4**

**FREQUÊNCIA ESCOLAR E BOLSA FAMILIAR: CRITÉRIOS A SEREM CUMPRIDOS E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL**

**PIBA**

**ÍNDICE GERAL**

1. A frequência escolar tem caráter obrigatório de todos os alunos.
2. O papel da educação no contexto de políticas públicas para a inclusão social.
3. A educação integral para formação do cidadão do século XXI.
4. Características principais da educação integral.
5. Principais aspectos de Currículo e do PNE Educação.
6. O desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores para o século XXI.
7. O desenvolvimento ético e cívico dos estudantes do Ensino Básico.
8. O papel da escola como núcleo promotor de ações para a cidadania.

**SUMÁRIO**

1. Considerações Iniciais
  2. O que é educação integral?
  3. O que se espera do cidadão do século XXI?
  4. Outras competências e habilidades desenvolvidas pela educação de futuro
  5. Considerações finais
- REFERÊNCIAS



### PIBA 1 – Considerações Iniciais

Quando vamos refletir sobre:

- O que é a educação integral e como fazer essa reflexão com os nossos estudantes?
- A que se espera da formação de cidadãos do século XXI, em termos de cidadania global?
- Competências e habilidades previstas para o século XXI, nos textos da OCDE (2006) e da UNESCO?



### PIBA Nesta aula, os objetivos são:

- Discutir o conceito de educação integral e como fazer essa reflexão com os nossos estudantes?
- Discutir o que se espera para o cidadão do século XXI, em termos de cidadania global.
- Apresentar alguns conceitos e habilidades previstas para o século XXI, nos textos da OCDE (2006) e da UNESCO.

### PIBA 2 – O que é educação integral?

• Educação integral:

Após a compreensão de educação integral e sua qualidade de ensino? Qual Política, O que é? Quem faz? Onde? Quando? Como? (Brasil em Movimento)



### PIBA O conceito de "Educação Integral"

- Educação integral é um conceito que se refere ao desenvolvimento integral do indivíduo, não apenas em termos acadêmicos, mas também em termos físicos, emocionais, sociais e culturais.
- A educação integral reconhece que a educação não se trata apenas de transmitir conhecimentos, mas também de desenvolver habilidades e competências que permitam ao indivíduo enfrentar os desafios do mundo atual.
- A educação integral visa promover o desenvolvimento integral do indivíduo, não apenas em termos acadêmicos, mas também em termos físicos, emocionais, sociais e culturais.

### PIBA O conceito de "Educação Integral"

- O conceito de educação integral é um conceito que se refere ao desenvolvimento integral do indivíduo, não apenas em termos acadêmicos, mas também em termos físicos, emocionais, sociais e culturais.
- A educação integral reconhece que a educação não se trata apenas de transmitir conhecimentos, mas também de desenvolver habilidades e competências que permitam ao indivíduo enfrentar os desafios do mundo atual.

### PIBA 3 – O que se espera do cidadão do século XXI?



### PIBA XXI Cidadania do século XXI

- Cidadania do século XXI: envolve a capacidade de participar ativamente da sociedade, tomar decisões conscientes e agir em prol do bem comum.
- Participação: os cidadãos devem estar envolvidos em processos decisórios e ter voz ativa na sociedade.
- Responsabilidade: os cidadãos devem ser conscientes de suas ações e das consequências delas para a sociedade.
- Respeito: os cidadãos devem respeitar os direitos e a dignidade de todos os outros.

### Características do cidadão do século XXI



### PIBA 4 – Outras competências e habilidades demandadas pela educação do futuro



### A Indústria 4.0



**PIBA O que é a Indústria 4.0?**

- **União de Internet das coisas:** Coleta de dados em qualquer lugar e tempo.
- **Inteligência e mais inteligência:** com o uso de algoritmos e sistemas de automação.
- **Automação com auxílio de redes de sensores e sistemas de automação.**
- **Convergência tecnológica:** entre redes com dispositivos inteligentes.
- **Interconectividade na produção:**
  - **Inteligência:** coleta de dados em qualquer lugar e tempo.
  - **Automação:** execução de tarefas repetitivas e complexas.
  - **Inteligência:** coleta de dados em qualquer lugar e tempo.
  - **Automação:** execução de tarefas repetitivas e complexas.

**Competências socioemocionais**

**PIBA 5 – Considerações finais:**

A faculdade oferece atividades integradas e relevantes para formar um profissional qualificado e capaz de enfrentar os desafios da sociedade.

A faculdade oferece atividades integradas e relevantes para formar um profissional qualificado e capaz de enfrentar os desafios da sociedade.

A faculdade oferece atividades integradas e relevantes para formar um profissional qualificado e capaz de enfrentar os desafios da sociedade.

**OBRIGADA!**

Alana Maria Costa Dias

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Atualizada e "Your Future, your choice"

PIBA

**PIBA**

**AVAS**

Conferência Nacional Legislativa de Avaliação Acadêmica

Alana Maria Costa Dias

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PIBA**

**PRELIMINAR ESCOLAR E ROL DA FAMILIA: CRITÉRIOS A SEREM QUANTIFICADOS E SUA IMPORTANCIA SOCIAL**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PIBA**

**ÍNDICE GERAL**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**SUMÁRIO**

- 1. Fundações Iniciais
- 2. Metodologia de Trabalho em Equipe
- 3. A Avaliação Acadêmica: Teoria e Prática
- 4. Avaliação Acadêmica em Diferentes Contextos
- 5. Considerações Finais

PIBA/AVAS



**PIBA** 1 - Considerações gerais

Objetivo geral:

- 1- Avaliar o desempenho dos estudantes em suas atividades acadêmicas;
- 2- Identificar os pontos fortes e fracos dos estudantes;
- 3- Avaliar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem;
- 4- Avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo IUPERJ.



**PIBA** *Problemas, não apenas testes*

- 1- Avaliar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem;
- 2- Avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo IUPERJ;
- 3- Avaliar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem;
- 4- Avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo IUPERJ.

**PIBA** 2 - Mecanismos educacionais no âmbito pós-graduação

Objetivo geral:

- 1- Avaliar o desempenho dos estudantes em suas atividades acadêmicas;
- 2- Identificar os pontos fortes e fracos dos estudantes;
- 3- Avaliar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem;
- 4- Avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo IUPERJ.




**PIBA** Métricas registadas de Educação Brasileira após CF 2008 (I)

- 1. Índice de Qualidade da Educação Básica (I-QUEB)
- 2. Índice de Qualidade da Educação Superior (I-QUES)
- 3. Índice de Qualidade da Educação Profissional (I-QUEP)
- 4. Índice de Qualidade da Educação Tecnológica (I-QUET)
- 5. Índice de Qualidade da Educação de Jovens e Adultos (I-QUEJA)
- 6. Índice de Qualidade da Educação de Pessoas com Deficiência (I-QUEPD)
- 7. Índice de Qualidade da Educação de Populações Especiais (I-QUEPE)
- 8. Índice de Qualidade da Educação de Populações Indígenas (I-QUEPI)
- 9. Índice de Qualidade da Educação de Populações Rurais (I-QUEPR)
- 10. Índice de Qualidade da Educação de Populações Urbanas (I-QUEPU)

**PIBA** Métricas registadas de Educação Brasileira após CF 2008 (II)

- 1. Índice de Qualidade da Educação Básica (I-QUEB)
- 2. Índice de Qualidade da Educação Superior (I-QUES)
- 3. Índice de Qualidade da Educação Profissional (I-QUEP)
- 4. Índice de Qualidade da Educação Tecnológica (I-QUET)
- 5. Índice de Qualidade da Educação de Jovens e Adultos (I-QUEJA)
- 6. Índice de Qualidade da Educação de Pessoas com Deficiência (I-QUEPD)
- 7. Índice de Qualidade da Educação de Populações Especiais (I-QUEPE)
- 8. Índice de Qualidade da Educação de Populações Indígenas (I-QUEPI)
- 9. Índice de Qualidade da Educação de Populações Rurais (I-QUEPR)
- 10. Índice de Qualidade da Educação de Populações Urbanas (I-QUEPU)

**PIBA** 3 - A Base Nacional Comum Curricular e seus resultados



**PIBA** *Princípios da BNCC*

- 1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes da Educação Básica devem ter o domínio ao longo de sua escolaridade, bem como os princípios pedagógicos e as competências gerais a serem desenvolvidas ao longo da vida.
- 2. A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes da Educação Básica devem ter o domínio ao longo de sua escolaridade, bem como os princípios pedagógicos e as competências gerais a serem desenvolvidas ao longo da vida.
- 3. A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes da Educação Básica devem ter o domínio ao longo de sua escolaridade, bem como os princípios pedagógicos e as competências gerais a serem desenvolvidas ao longo da vida.

**PIBA** *Princípios da BNCC*

- 1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes da Educação Básica devem ter o domínio ao longo de sua escolaridade, bem como os princípios pedagógicos e as competências gerais a serem desenvolvidas ao longo da vida.
- 2. A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes da Educação Básica devem ter o domínio ao longo de sua escolaridade, bem como os princípios pedagógicos e as competências gerais a serem desenvolvidas ao longo da vida.
- 3. A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes da Educação Básica devem ter o domínio ao longo de sua escolaridade, bem como os princípios pedagógicos e as competências gerais a serem desenvolvidas ao longo da vida.



**PIBA 4 - Educação e democracia no Brasil: perspectivas**

**BRASIL 2012**

**PIBA 4 - Educação para a democracia**

**3 - Educação para a democracia**

De acordo com o artigo 208 da Constituição Federal, o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os alunos a partir dos seis anos de idade. A educação é dever da família e do Estado, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

É a participação e o diálogo, com o respeito à diversidade, que permitem a construção de uma sociedade democrática, baseada na justiça social e no desenvolvimento sustentável.

Participando de forma ativa e responsável, os cidadãos podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida, a promoção social e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

**PIBA 4 - Educação para a democracia**

Em maio de 2012, o PIBA realizou o evento "Educação e Democracia" em parceria com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Políticas de Educação (CNPE). O evento teve como objetivo discutir a importância da educação para a construção de uma sociedade democrática e o papel da família e do Estado nesse processo.

**PIBA 5 - Cidadania (in final)**

Este documento apresenta os resultados da pesquisa realizada com os alunos do ensino fundamental e médio, com o objetivo de avaliar a percepção dos estudantes sobre a cidadania e o papel da família e do Estado nesse processo.

Os resultados da pesquisa indicam que os estudantes possuem uma percepção positiva sobre a cidadania e o papel da família e do Estado nesse processo.

Os resultados da pesquisa também indicam que os estudantes possuem uma percepção positiva sobre a cidadania e o papel da família e do Estado nesse processo.

**OBRIGADA!**

Cláudia Regina Costa da Silva

**PIBA 5 - Cidadania (in final)**

Este documento apresenta os resultados da pesquisa realizada com os alunos do ensino fundamental e médio, com o objetivo de avaliar a percepção dos estudantes sobre a cidadania e o papel da família e do Estado nesse processo.

**PIBA 5 - Cidadania (in final)**

**Principais aspectos do Censo Escolar e do PAMF (Educação)**

Cláudia Regina Costa da Silva

**PIBA 5 - Cidadania (in final)**

**PROFUNDIDADE ESCOLAR E ROL DA FAMÍLIA, CIDADANIA E SAÚDE (Educação e Saúde)**

Cláudia Regina Costa da Silva

**PIBA 5 - Cidadania (in final)**

**ÍNDICE GERAL**

1. Qualidade da educação básica em nível de ensino fundamental
2. Qualidade da educação básica em nível de ensino médio
3. Qualidade da educação básica em nível de ensino superior
4. Qualidade da educação básica em nível de ensino técnico
5. Qualidade da educação básica em nível de ensino profissional
6. Qualidade da educação básica em nível de ensino de idiomas
7. Qualidade da educação básica em nível de ensino de artes
8. Qualidade da educação básica em nível de ensino de esportes
9. Qualidade da educação básica em nível de ensino de música
10. Qualidade da educação básica em nível de ensino de dança

## SUMÁRIO

- 1 Introdução Geral
- 2 O Banco Alimentar e seu panorama de atuação no Brasil
- 3 O papel do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos)
- 4 Tipos de Bolsas Iniciais
- 5 Considerações Finais

REFERÊNCIAS



**Figura 1** – Alimentos sendo sortidos para serem distribuídos para famílias em situação de vulnerabilidade social.

<p><b>PIBA 1 – Considerações Iniciais</b></p> <p>Os objetivos do curso são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Apresentar o contexto de atuação do Banco Alimentar no Brasil e no mundo.</li> <li>2- Apresentar o papel do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o papel do aluno bolsista.</li> <li>3- Apresentar o perfil do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o perfil do aluno bolsista.</li> </ul>	<p><b>PIBA</b></p> <p><b>Objetivos do curso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Apresentar o contexto de atuação do Banco Alimentar no Brasil e no mundo.</li> <li>2- Apresentar o papel do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o papel do aluno bolsista.</li> <li>3- Apresentar o perfil do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o perfil do aluno bolsista.</li> </ul>
<p><b>PIBA 2 – O Banco Alimentar e seu panorama de atuação no Brasil</b></p> <p>Objetivos do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Apresentar o contexto de atuação do Banco Alimentar no Brasil e no mundo.</li> <li>2- Apresentar o papel do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o papel do aluno bolsista.</li> <li>3- Apresentar o perfil do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o perfil do aluno bolsista.</li> </ul>	<p><b>PIBA</b></p> <p><b>O que é o Banco Alimentar?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Apresentar o contexto de atuação do Banco Alimentar no Brasil e no mundo.</li> <li>2- Apresentar o papel do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o papel do aluno bolsista.</li> <li>3- Apresentar o perfil do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o perfil do aluno bolsista.</li> </ul>
<p><b>PIBA</b></p> <p><b>O que é o Banco Alimentar?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Apresentar o contexto de atuação do Banco Alimentar no Brasil e no mundo.</li> <li>2- Apresentar o papel do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o papel do aluno bolsista.</li> <li>3- Apresentar o perfil do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o perfil do aluno bolsista.</li> </ul>	<p><b>PIBA</b></p> <p><b>Objetivos do curso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Apresentar o contexto de atuação do Banco Alimentar no Brasil e no mundo.</li> <li>2- Apresentar o papel do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o papel do aluno bolsista.</li> <li>3- Apresentar o perfil do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o perfil do aluno bolsista.</li> </ul>
<p><b>PIBA</b></p> <p><b>Objetivos do curso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Apresentar o contexto de atuação do Banco Alimentar no Brasil e no mundo.</li> <li>2- Apresentar o papel do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o papel do aluno bolsista.</li> <li>3- Apresentar o perfil do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o perfil do aluno bolsista.</li> </ul>	<p><b>PIBA</b></p> <p><b>Objetivos do curso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Apresentar o contexto de atuação do Banco Alimentar no Brasil e no mundo.</li> <li>2- Apresentar o papel do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o papel do aluno bolsista.</li> <li>3- Apresentar o perfil do PIBA (Iniciação em Banco de Alimentos) e o perfil do aluno bolsista.</li> </ul>

**PIBA**

**Quem é o PIBA?**

O PIBA é um programa inovador de avaliação desenvolvido em parceria com a UERJ e o MEC, com o objetivo de avaliar a qualidade da educação básica em todo o Brasil.

**Quem são os avaliadores?**

Os avaliadores são professores e estudantes de escolas públicas e privadas, selecionados para avaliar a qualidade da educação básica em todo o Brasil.

**Como funciona o PIBA?**

O PIBA funciona através de avaliações presenciais e online, realizadas em escolas públicas e privadas em todo o Brasil.

**Quem é a equipe PIBA RJ?**

A equipe PIBA RJ é formada por professores e estudantes de escolas públicas e privadas, selecionados para avaliar a qualidade da educação básica em todo o Brasil.

**Quem é a equipe PIBA RJ?**

A equipe PIBA RJ é formada por professores e estudantes de escolas públicas e privadas, selecionados para avaliar a qualidade da educação básica em todo o Brasil.

**PIBA**

**Quem é a Equipe PIBA Educação?**

A Equipe PIBA Educação é formada por professores e estudantes de escolas públicas e privadas, selecionados para avaliar a qualidade da educação básica em todo o Brasil.

**Quem é a Equipe PIBA Educação?**

A Equipe PIBA Educação é formada por professores e estudantes de escolas públicas e privadas, selecionados para avaliar a qualidade da educação básica em todo o Brasil.

**PIBA**

**4 – Papel do gestor escolar**

O gestor escolar tem um papel fundamental na implementação do PIBA em sua escola, garantindo a qualidade da avaliação e a participação dos avaliadores.

**Como posso ser avaliador PIBA?**

Para ser avaliador PIBA, é necessário ser professor ou estudante de uma escola pública ou privada, selecionado para avaliar a qualidade da educação básica em todo o Brasil.

**PIBA**

**Como posso ser avaliador PIBA?**

Para ser avaliador PIBA, é necessário ser professor ou estudante de uma escola pública ou privada, selecionado para avaliar a qualidade da educação básica em todo o Brasil.

**PIBA**

**5 – Considerações Finais**

O PIBA é um programa inovador de avaliação desenvolvido em parceria com a UERJ e o MEC, com o objetivo de avaliar a qualidade da educação básica em todo o Brasil.

**OBRIGADA!**

Alana Mendes de Jesus

**PIBA 2022**  
O desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores para o século XXI

**PIBA 2022**  
ÍNDICE GERAL

### SUMÁRIO

- 1. Fundamentos teóricos
- 2. A importância das capacidades cognitivas, socioemocionais e físicas
- 3. Especificações metodológicas
- 4. Atitudes e valores
- 5. Considerações finais

**APRESENTAÇÃO**

### 1 – Considerações teóricas

**1.1 O que são competências?**

As competências são capacidades cognitivas, socioemocionais e físicas que permitem ao indivíduo enfrentar situações desafiadoras e alcançar resultados positivos em suas atividades. Elas são desenvolvidas ao longo da vida e são essenciais para o sucesso pessoal e profissional.

**1.2 O que são habilidades?**

As habilidades são capacidades específicas que permitem ao indivíduo realizar tarefas de maneira eficiente e eficaz. Elas são desenvolvidas através da prática e são essenciais para o sucesso em diversas áreas da vida.

**1.3 O que são atitudes e valores?**

As atitudes e valores são aspectos da personalidade que influenciam o comportamento e as decisões do indivíduo. Eles são desenvolvidos ao longo da vida e são essenciais para o sucesso pessoal e profissional.

### 2 – A importância das capacidades cognitivas, socioemocionais e físicas

**2.1 O que são capacidades cognitivas?**

As capacidades cognitivas são habilidades mentais que permitem ao indivíduo aprender, raciocinar e resolver problemas. Elas são essenciais para o sucesso em diversas áreas da vida.

**2.2 O que são capacidades socioemocionais?**

As capacidades socioemocionais são habilidades que permitem ao indivíduo lidar com emoções, estabelecer relacionamentos e trabalhar em equipe. Elas são essenciais para o sucesso pessoal e profissional.

**2.3 O que são capacidades físicas?**

As capacidades físicas são habilidades que permitem ao indivíduo realizar atividades físicas de maneira eficiente e eficaz. Elas são essenciais para a saúde e o bem-estar.

**PIBA** *Indicador para a vida*

**PIBA 2 – Competências e habilidades**

**PIBA**

**Objetivo**

**Justificativa**

**Descrição**

**Indicador**

**PIBA**

**PIBA 3 – Atitudes e valores**

**PIBA**

**Objetivo**

**Justificativa**

**Descrição**

**Indicador**

**PIBA**

**PIBA 5 – Considerações Finais**

**OBRIGADA!**  
Mônica Mendes Gonçalves

**PIBA**

Programa de Incentivo à Bolsa Família

Ministério da Educação  
Secretaria de Políticas de Avaliação e Monitoramento  
Instituto de Avaliação Educacional

**AULA 8**

**Os processos educacionais nos diferentes segmentos da Escola Básica**

Mônica Mendes Gonçalves

**FREQUÊNCIA ESCOLAR E BOLSA FAMILIA: CRITÉRIOS A SEREM CUMPRIDOS E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL**

**ÍNDICE GERAL**

1. A frequência escolar como critério de Bolsa Família
2. Educação como Limitação
3. O papel da educação em contextos de políticas públicas locais e em Direitos Humanos
4. A educação integral para formação do cidadão do século XXI
5. Condições organizacionais da educação escolar
6. O processo organizacional da Escola Básica no PIBA
7. O desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores para o século XXI
8. Os processos educacionais nos diferentes segmentos da Escola Básica
9. O processo de implementação e o papel do docente
10. O papel da escola como núcleo de geração de políticas e ações

## SUMÁRIO

1. Considerações iniciais
2. Os processos educacionais no Ensino Infantil
3. Os processos educacionais no Ensino Fundamental
4. Os processos educacionais no Ensino Médio
5. Considerações finais

**REFERÊNCIAS**

**Objetivo**

Identificar as condições organizacionais da escola para o cumprimento dos critérios de frequência escolar.

**PIBA 1 – Considerações iniciais**

**Objetivo geral**

- Os processos educacionais no Ensino Infantil para crianças até 3 anos de idade, que atendam critérios de frequência escolar.
- Os processos educacionais no Ensino Fundamental para estudantes entre 6 a 14 anos, que atendam critérios de frequência escolar.
- Os processos educacionais no Ensino Médio para estudantes entre 15 a 17 anos, que atendam critérios de frequência escolar, incluindo o cumprimento de critérios de frequência escolar.

**Nesta aula, os objetivos são:**

- Identificar as condições organizacionais da escola para o cumprimento dos critérios de frequência escolar.
- Identificar as condições organizacionais da escola para o cumprimento dos critérios de frequência escolar.
- Identificar as condições organizacionais da escola para o cumprimento dos critérios de frequência escolar.

**Objetivo**

Identificar as condições organizacionais da escola para o cumprimento dos critérios de frequência escolar.

**PIBA 2 – Os processos educacionais no Ensino infantil**

**Objetivo**

Identificar as condições organizacionais da escola para o cumprimento dos critérios de frequência escolar.

<h3>1 - O Ensino Infantil no contexto da BNCC: perspectivas</h3> <p><b>PIBA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O INCC estabelece <b>seis dimensões de aprendizagem e desenvolvimento</b> para o Ensino Infantil, que são: <b>corpórea, linguística, sociocultural, matemática, científica e digital</b>. Essas dimensões descrevem o que é necessário para o desenvolvimento das crianças, e servem de base para a elaboração dos currículos, planos de aula, projetos pedagógicos, materiais didáticos, jogos, brinquedos, jogos digitais, aplicativos e tecnologias.</li> <li>O INCC estabelece <b>dois objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada uma das dimensões</b>, totalizando <b>doze objetivos</b> para o Ensino Infantil, organizados em <b>seis eixos</b> curriculares: <b>corpóreo, linguístico, sociocultural, matemático, científico e digital</b>. O INCC estabelece <b>dois eixos de aprendizagem e desenvolvimento</b> para cada uma das dimensões de aprendizagem.</li> </ul>	<h3>2 - O Ensino Infantil no contexto da BNCC: perspectivas da escola</h3> <p><b>PIBA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O INCC estabelece <b>dois eixos de aprendizagem e desenvolvimento</b> para cada uma das dimensões de aprendizagem e desenvolvimento: <b>corpóreo e linguístico</b>. Esses eixos são organizados em <b>seis eixos curriculares</b>: <b>corpóreo, linguístico, sociocultural, matemático, científico e digital</b>.</li> <li>O INCC estabelece <b>dois eixos de aprendizagem e desenvolvimento</b> para cada uma das dimensões de aprendizagem e desenvolvimento: <b>corpóreo e linguístico</b>. Esses eixos são organizados em <b>seis eixos curriculares</b>: <b>corpóreo, linguístico, sociocultural, matemático, científico e digital</b>.</li> </ul>
<h3>3 - Os processos educacionais no Ensino Fundamental</h3> <p><b>PIBA</b></p>  <p><b>Objetivos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver a capacidade de aprender a aprender, utilizando as habilidades de aprendizagem e desenvolvimento para a aprendizagem e desenvolvimento.</li> <li>Desenvolver a capacidade de aprender a aprender, utilizando as habilidades de aprendizagem e desenvolvimento para a aprendizagem e desenvolvimento.</li> <li>Desenvolver a capacidade de aprender a aprender, utilizando as habilidades de aprendizagem e desenvolvimento para a aprendizagem e desenvolvimento.</li> </ul>	<h3>4 - O Ensino Fundamental no contexto da BNCC: perspectivas</h3> <p><b>PIBA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O INCC estabelece <b>dois eixos de aprendizagem e desenvolvimento</b> para o Ensino Fundamental, que são: <b>corpóreo e linguístico</b>. Esses eixos são organizados em <b>seis eixos curriculares</b>: <b>corpóreo, linguístico, sociocultural, matemático, científico e digital</b>.</li> <li>O INCC estabelece <b>dois eixos de aprendizagem e desenvolvimento</b> para o Ensino Fundamental, que são: <b>corpóreo e linguístico</b>. Esses eixos são organizados em <b>seis eixos curriculares</b>: <b>corpóreo, linguístico, sociocultural, matemático, científico e digital</b>.</li> </ul>
<h3>5 - O Ensino Fundamental no contexto da BNCC: perspectivas</h3> <p><b>PIBA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O INCC estabelece <b>dois eixos de aprendizagem e desenvolvimento</b> para o Ensino Fundamental, que são: <b>corpóreo e linguístico</b>. Esses eixos são organizados em <b>seis eixos curriculares</b>: <b>corpóreo, linguístico, sociocultural, matemático, científico e digital</b>.</li> <li>O INCC estabelece <b>dois eixos de aprendizagem e desenvolvimento</b> para o Ensino Fundamental, que são: <b>corpóreo e linguístico</b>. Esses eixos são organizados em <b>seis eixos curriculares</b>: <b>corpóreo, linguístico, sociocultural, matemático, científico e digital</b>.</li> </ul>	<h3>6 - As crianças na escola e o Sujeito Família</h3> <p><b>PIBA</b></p>  <p><b>Objetivos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver a capacidade de aprender a aprender, utilizando as habilidades de aprendizagem e desenvolvimento para a aprendizagem e desenvolvimento.</li> <li>Desenvolver a capacidade de aprender a aprender, utilizando as habilidades de aprendizagem e desenvolvimento para a aprendizagem e desenvolvimento.</li> </ul>
<h3>7 - Os processos educacionais no Ensino Médio</h3> <p><b>PIBA</b></p>  <p><b>Objetivos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver a capacidade de aprender a aprender, utilizando as habilidades de aprendizagem e desenvolvimento para a aprendizagem e desenvolvimento.</li> <li>Desenvolver a capacidade de aprender a aprender, utilizando as habilidades de aprendizagem e desenvolvimento para a aprendizagem e desenvolvimento.</li> </ul>	<h3>8 - O Ensino Médio no contexto da BNCC: perspectivas</h3> <p><b>PIBA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O INCC estabelece <b>dois eixos de aprendizagem e desenvolvimento</b> para o Ensino Médio, que são: <b>corpóreo e linguístico</b>. Esses eixos são organizados em <b>seis eixos curriculares</b>: <b>corpóreo, linguístico, sociocultural, matemático, científico e digital</b>.</li> <li>O INCC estabelece <b>dois eixos de aprendizagem e desenvolvimento</b> para o Ensino Médio, que são: <b>corpóreo e linguístico</b>. Esses eixos são organizados em <b>seis eixos curriculares</b>: <b>corpóreo, linguístico, sociocultural, matemático, científico e digital</b>.</li> </ul>
<h3>9 - O Ensino Médio no contexto da BNCC: perspectivas</h3> <p><b>PIBA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O INCC estabelece <b>dois eixos de aprendizagem e desenvolvimento</b> para o Ensino Médio, que são: <b>corpóreo e linguístico</b>. Esses eixos são organizados em <b>seis eixos curriculares</b>: <b>corpóreo, linguístico, sociocultural, matemático, científico e digital</b>.</li> <li>O INCC estabelece <b>dois eixos de aprendizagem e desenvolvimento</b> para o Ensino Médio, que são: <b>corpóreo e linguístico</b>. Esses eixos são organizados em <b>seis eixos curriculares</b>: <b>corpóreo, linguístico, sociocultural, matemático, científico e digital</b>.</li> </ul>	<h3>10 - Sujeito do Sujeito Família</h3> <p><b>PIBA</b></p>  <p>The diagram illustrates the relationship between the family and the school. It shows a cycle of interaction between the two entities, with arrows indicating the flow of information and influence. The central focus is on the 'Sujeito do Sujeito Família' (Subject of the Family Subject), which is influenced by both the family and the school.</p>

**PIBA 5 – Considerações finais:**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do projeto PIBA em sua primeira etapa, visando a identificação das dificuldades de aprendizagem, dificuldades de acesso à escola e dificuldades de acesso à educação superior, bem como a identificação das estratégias de intervenção e a avaliação dos resultados alcançados.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do projeto PIBA em sua primeira etapa, visando a identificação das dificuldades de aprendizagem, dificuldades de acesso à escola e dificuldades de acesso à educação superior, bem como a identificação das estratégias de intervenção e a avaliação dos resultados alcançados.



**PIBA 5 – Considerações finais:**

Por isso, o PIBA tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do projeto PIBA em sua primeira etapa, visando a identificação das dificuldades de aprendizagem, dificuldades de acesso à escola e dificuldades de acesso à educação superior, bem como a identificação das estratégias de intervenção e a avaliação dos resultados alcançados.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do projeto PIBA em sua primeira etapa, visando a identificação das dificuldades de aprendizagem, dificuldades de acesso à escola e dificuldades de acesso à educação superior, bem como a identificação das estratégias de intervenção e a avaliação dos resultados alcançados.



**PIBA**



**OBRIGADA!**  
Mônica Maria Costa Lima



**PIBA**

Mônica Maria Costa Lima  
"Obrigada pelo PIBA!"

Projeto Institucional de Inovação  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro



**PIBA**

**AULA 9**

**Dificuldades de aprendizagem e cultura do fracasso escolar**

Mônica Maria Costa Lima



**PIBA**

**AULA 9**

**FREQUÊNCIA ESCOLAR E BOLSA FAMILIA: CRITÉRIOS A SEREM CUMPRIDOS E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL**

Mônica Maria Costa Lima



**PIBA**

**ÍNDICE GERAL**

1. A frequência escolar como critério de Bolsa Família
2. Educação como direito social
3. O papel da educação no combate às desigualdades sociais e econômicas
4. A educação integral para a formação do cidadão do século XXI
5. Como avaliar o desempenho da educação brasileira
6. O papel da educação no combate às desigualdades sociais e econômicas
7. O papel da educação no combate às desigualdades sociais e econômicas
8. O papel da educação no combate às desigualdades sociais e econômicas
9. O papel da educação no combate às desigualdades sociais e econômicas
10. O papel da educação no combate às desigualdades sociais e econômicas



**SUMÁRIO**

1. Considerações iniciais
2. Dificuldades de aprendizagem
3. Cultura do fracasso escolar
4. Desafios para combater a cultura do fracasso escolar
5. Considerações finais

**REFERÊNCIAS**



**PIBA 1 – Considerações iniciais**

Este trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do projeto PIBA em sua primeira etapa, visando a identificação das dificuldades de aprendizagem, dificuldades de acesso à escola e dificuldades de acesso à educação superior, bem como a identificação das estratégias de intervenção e a avaliação dos resultados alcançados.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do projeto PIBA em sua primeira etapa, visando a identificação das dificuldades de aprendizagem, dificuldades de acesso à escola e dificuldades de acesso à educação superior, bem como a identificação das estratégias de intervenção e a avaliação dos resultados alcançados.



**PIBA**

**Nota aula, os objetivos são:**

- 1) Reconhecer os conceitos de princípios de aprendizagem e Transferência;
- 2) Identificar como todos os alunos, desde os mais abastados e com melhores condições socioeconômicas até os mais desfavorecidos aprendem;
- 3) Avaliar os diferentes processos que levam à dificuldade de aprender, apontando possíveis razões para essas situações.

**PIBA**

**2 - Dificuldades de aprendizagem**

**4 Indicações de sites:**

1) Movimento de cultura de Física - revista **EMERSON** (Revista, 2011), disponível em: <http://www.emerson.org.br/revista>

2) **PROPOSTAS DE AVALIAÇÃO** - disponível em: <http://www.uece.br/revista>

**PIBA**

**O que é dificuldade de aprendizagem?**

**1** Aluno(a) apresenta um baixo e consistente desempenho em situações de avaliação, independente de suas condições socioeconômicas e culturais.

**2** Não há qualquer alteração, por meio de intervenções educacionais, em seu desempenho de aprendizagem, como leitura, escrita, matemática, cálculo ou linguagem oral e escrita, durante o processo.

**3** Não há qualquer alteração, por meio de intervenções educacionais, em seu desempenho de aprendizagem e suas condições socioeconômicas e culturais.

**PIBA**

**O que é dificuldade de aprendizagem?**

Definição: aluno(a) apresenta um baixo e consistente desempenho em situações de avaliação, independente de suas condições socioeconômicas e culturais.

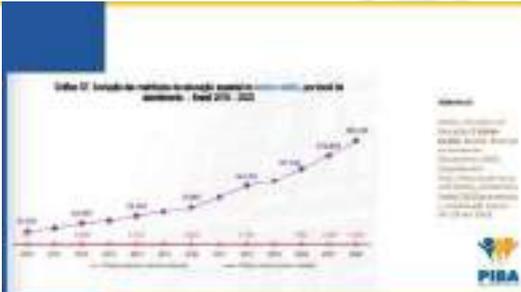
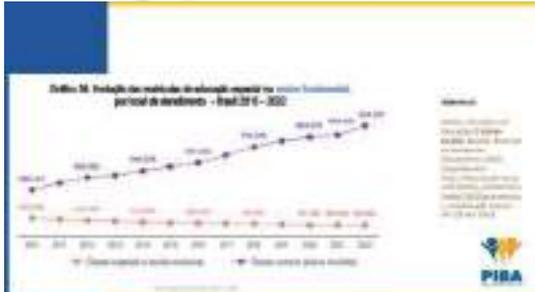
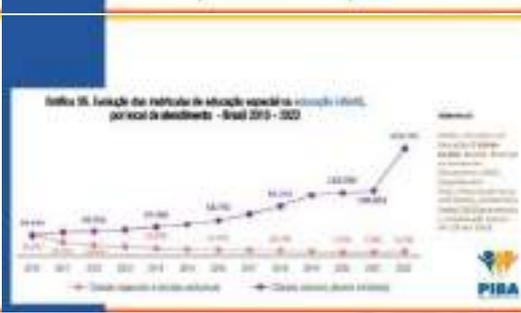
↔

Processo: aluno(a) apresenta um baixo e consistente desempenho em situações de avaliação, independente de suas condições socioeconômicas e culturais.

**PIBA**

**O que é o Curso Escolar 2022?**

- 1) Avaliar o desempenho dos alunos em situações de avaliação em contextos educacionais em suas condições socioeconômicas e culturais.
- 2) Avaliar o desempenho dos alunos em situações de avaliação em contextos educacionais em suas condições socioeconômicas e culturais.
- 3) Avaliar o desempenho dos alunos em situações de avaliação em contextos educacionais em suas condições socioeconômicas e culturais.



**PIBA**

**3 - Cultura do fracasso escolar**

**Objetivos do curso:**

- 1) Reconhecer os conceitos de princípios de aprendizagem e Transferência;
- 2) Identificar como todos os alunos, desde os mais abastados e com melhores condições socioeconômicas até os mais desfavorecidos aprendem;
- 3) Avaliar os diferentes processos que levam à dificuldade de aprender, apontando possíveis razões para essas situações.



### PIBA O que é cultura do fracasso escolar?

A cultura escolar baseada em valores individualistas, competitivos e individualistas. Caracterizada pela individualidade e pelo fracasso escolar. Caracterizada pela individualidade e pelo fracasso escolar. Caracterizada pela individualidade e pelo fracasso escolar.

### PIBA O que é cultura do fracasso escolar?

Quando se tem apenas valores, padrões e práticas que não permitem a aprendizagem, a formação e a qualificação dos estudantes. O fracasso escolar é resultado de uma cultura escolar baseada em valores de individualidade, competitividade e individualidade. Caracterizada pela individualidade e pelo fracasso escolar.

### PIBA 4 – Caminhos para combater cultura do fracasso escolar

### PIBA O que fazer?

- FORNECER um contexto educacional em um planejamento qualitativo e quantitativo de forma a garantir a qualidade da aprendizagem e a formação dos estudantes.
- QUE FOMOS
- PROTEGER um ambiente de aprendizagem e formação que promova a aprendizagem e a formação dos estudantes.
- CONSTRUIR a cultura e a formação dos estudantes e a formação dos estudantes.
- CONSTRUIR a cultura e a formação dos estudantes.

### PIBA O que fazer?

- FORNECER um contexto educacional em um planejamento qualitativo e quantitativo de forma a garantir a qualidade da aprendizagem e a formação dos estudantes.
- QUE FOMOS
- PROTEGER um ambiente de aprendizagem e formação que promova a aprendizagem e a formação dos estudantes.
- CONSTRUIR a cultura e a formação dos estudantes e a formação dos estudantes.
- CONSTRUIR a cultura e a formação dos estudantes.

### PIBA 5 – Considerações finais

Muito trabalho em Brasil não consegue superar isso no ensino. Muito trabalho em Brasil não consegue superar isso no ensino. Muito trabalho em Brasil não consegue superar isso no ensino.

### PIBA

**OBRIGADA!**  
Eliene Maria Soares Dias

### PIBA

### PIBA AUKA 30

O papel da escola como rede de proteção de crianças e adolescentes

### PIBA

FREQUÊNCIA ESCOLAR E BOLSA FAMILIAR: CRITÉRIOS A SEREM CUMPRIDOS E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL

## ÍNDICE GERAL

- 1 A finalidade social como critério de seleção
- 2 Seleção como critério social
- 3 O papel da educação no contexto de políticas públicas sociais e da Ciência Humanas
- 4 A educação integral para formação cidadã do aluno PIBA
- 5 Contribuição teórica e prática da educação integral
- 6 Políticas educacionais: Currículo Escolar e do PIBA (Inovação)
- 7 O desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores para o século XXI
- 8 Os avanços educacionais nos diferentes segmentos de Ensino Básico
- 9 Os desafios de aprendizagem e cultura da formação escolar
- 10 O papel da escola como rede de proteção à diversidade educacional

## SUMÁRIO

- 1 Considerações Iniciais
  - 2 O papel da escola em uma rede de proteção
  - 3 A escola e a prevenção de violação de direitos
  - 4 Visando uma agenda por um mundo melhor
  - 5 Considerações finais
- REFERÊNCIAS**



### PIBA 1 – Considerações Iniciais

Busca-se aqui demonstrar as seguintes ideias:

- 1 Como proporcionar aos alunos uma aprendizagem significativa e a cultura dos saberes.
- 2 Como a escola atua para proporcionar condições e viabilizar o acesso de crianças e adolescentes.
- 3 A escola, com responsabilidade em relação às crianças, em especial as mais vulneráveis, constitui-se como um agente crítico de construção e transformação social em sociedade.

### PIBA Nesta aula, os objetivos são:

- 1 Refletir a importância da agenda que envolve a escola pública para garantir o acesso das crianças e dos adolescentes.
- 2 Explicar como a escola pode agir como promotora de inclusão de crianças em situação de vulnerabilidade.
- 3 Propor condições e estratégias para que o conhecimento seja produzido por meio da construção de uma cultura escolar.

### PIBA 2 – O papel da escola em uma rede de proteção

**Indicador de vídeo:**

EPIDEMIOLOGIA: A escola como rede de proteção de direitos da criança e do adolescente. Canal do YouTube: PIBA UERJ. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=...>

### PIBA A escola como rede de proteção de crianças e adolescentes

- 1 A escola faz parte de uma rede de proteção de crianças e adolescentes, que é formada por vários agentes sociais, legais e políticos.
- 2 A escola faz parte do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), que atua para garantir a proteção integral das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Esse sistema é formado por vários órgãos, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre outros.
- 3 A escola faz parte do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), que atua para garantir a proteção integral das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Esse sistema é formado por vários órgãos, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre outros.

### PIBA Vamos pensar em coisas que possam trazer crianças e adolescentes de volta para a escola?

- 1 "Tudo isso que está acontecendo aqui é muito sério. É preciso pensar em coisas que possam trazer crianças e adolescentes de volta para a escola. É preciso pensar em coisas que possam trazer crianças e adolescentes de volta para a escola. É preciso pensar em coisas que possam trazer crianças e adolescentes de volta para a escola."
- 2 "Tudo isso que está acontecendo aqui é muito sério. É preciso pensar em coisas que possam trazer crianças e adolescentes de volta para a escola. É preciso pensar em coisas que possam trazer crianças e adolescentes de volta para a escola. É preciso pensar em coisas que possam trazer crianças e adolescentes de volta para a escola."

### PIBA Motivos para deixar de estudar

Motivos para deixar de estudar:

- 1 Falta de interesse em aprender.
- 2 Falta de recursos materiais para estudar.
- 3 Falta de apoio familiar e social.
- 4 Falta de condições adequadas de ensino.
- 5 Falta de motivação e vontade de aprender.
- 6 Falta de acesso à educação de qualidade.
- 7 Falta de oportunidades de emprego e renda.
- 8 Falta de condições de vida adequadas.
- 9 Falta de acesso à saúde e serviços básicos.
- 10 Falta de acesso à cultura e lazer.

### PIBA 3 – A escola e a prevenção de violação de direitos

Indicador de vídeo:

EPIDEMIOLOGIA: A escola como rede de proteção de direitos da criança e do adolescente. Canal do YouTube: PIBA UERJ. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=...>

**Slide 1 de 10 slides sobre o curso e admissão**

**Um currículo entrecruçado**

**Slide 2 de 10 slides sobre o curso e admissão**

**Um currículo entrecruçado**

**Slide 3 de 10 slides sobre o curso e admissão**

**A escola como rede de proteção de crianças e adolescentes**

Para conhecer o curso PIBA, acesse esse link:

OBJETIVO do professor formado pelo curso é atuar em sala de aula, desenvolver e aprimorar suas habilidades para ensinar e cuidar e educar, como ciência, a educação, a cultura, e demais a sociedade.

OBJETIVO do curso é preparar o profissional a atuar em:

Atuação em sala de aula

Não atuar apenas com aulas, mas com projetos, eventos, ações, atividades, projetos sociais e outras atividades de ensino de crianças e adolescentes.

Interlocução com a comunidade escolar

Atuação em sala de aula e atividades que vão além da sala de aula (como projetos sociais, atividades comunitárias que vão além da sala de aula, atividades comunitárias e outras de intervenção).

**Slide 4 de 10 slides sobre o curso e admissão**

**Para conhecer o curso PIBA, acesse esse link:**

OBJETIVO do professor formado pelo curso é atuar em sala de aula, desenvolver e aprimorar suas habilidades para ensinar e cuidar e educar, como ciência, a educação, a cultura, e demais a sociedade.

OBJETIVO do curso é preparar o profissional a atuar em:

Atuação em sala de aula

Não atuar apenas com aulas, mas com projetos, eventos, ações, atividades, projetos sociais e outras atividades de ensino de crianças e adolescentes.

Interlocução com a comunidade escolar

Atuação em sala de aula e atividades que vão além da sala de aula (como projetos sociais, atividades comunitárias que vão além da sala de aula, atividades comunitárias e outras de intervenção).

**Slide 5 de 10 slides sobre o curso e admissão**

**4 - Finalizando: uma agenda por um mundo melhor.**

Conheça os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU: 17 metas, 2030 - a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

**Slide 6 de 10 slides sobre o curso e admissão**

**Conheça mais o futuro: ODS no Brasil: 17 metas, 2030 - a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**

**Slide 7 de 10 slides sobre o curso e admissão**

**Conheça mais o futuro: ODS no Brasil: 17 metas, 2030 - a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**

**Slide 8 de 10 slides sobre o curso e admissão**

**Conheça mais o futuro: ODS no Brasil: 17 metas, 2030 - a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**

**Slide 9 de 10 slides sobre o curso e admissão**

**Conheça mais o futuro: ODS no Brasil: 17 metas, 2030 - a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**

**Slide 10 de 10 slides sobre o curso e admissão**

**Conheça mais o futuro: ODS no Brasil: 17 metas, 2030 - a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**

**Vamos corrigir o nosso "esperança"?**

**17.16.8. CURSO VII - FREQUÊNCIA ESCOLAR E BOLSA FAMÍLIA: CRITÉRIOS CUMPRIDOS EM SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL:**

**ÍNDICE**

### 1 - Apresentação do curso

1. Apresentação do curso
2. Objetivos centrais da Aula 1
3. Linguagem e sociedade: aspectos iniciais
4. Comunicação e política democrática no Programa Bolsa Família
5. Elementos iniciais sobre Comunicação

O eixo de curso é estruturado e centrado sobre o Tema de Comunicação que envolve o eixo de diálogo fundamentado e não somente a ação isolada em várias dimensões do Programa Bolsa Família.

A visão democrática parte de um momento de reconhecimento e participação por parte dos beneficiários que se tem como eixo de participação em todas as etapas: desde o acesso, o investimento até os resultados produzidos em diálogo com os beneficiários.

O curso apresentará temas de política e comunicação, bem como abordará temas centrais de uma nova agenda estruturando ações comunicacionais fundamentadas em diferentes situações comunicativas no país.

### 2 - Objetivos da Aula 1

- Apresentar o eixo político da comunicação e sociedade.
- Observar o papel e inserção da comunicação para o desenvolvimento social no Brasil.
- Discutir o papel da comunicação social para transformação e desenvolvimento no Programa Bolsa Família.
- Apresentar o eixo político da comunicação.
- Apresentar o conceito de diálogo e linguagem.

### 3 - Linguagem e sociedade: aspectos iniciais

- Linguagem é socialmente construída.
- Formas linguísticas variam de acordo com o contexto.
- O contexto social e sociocultural também é construído com as linguagens.
- Há uma interação entre contexto e linguagem e não se pode analisar uma linguagem sem analisar o contexto social, político, econômico, cultural.
- Por isso, há linguagens, práticas e discursos sociais, produzidos e reproduzidos.

Programas sociais em local e presencial

### Outros exemplos de Linguagens

Linguagem artística e visual

Linguagem presencial e gestual

Em cada contexto, devemos usar a linguagem mais adequada, seja de texto, audiovisual ou a comunicação escrita e oral, presencial e virtual.

Comunicação política e bem viver social

### Comunicação pública

- Comunicação entre cidadãos e o Estado.
- Comunicação entre organizações cidadãs.
- O que se entende por comunicação cidadã é a participação dos cidadãos na construção de políticas públicas.
- O diálogo para que haja uma interação social, política e econômica promovendo o bem viver social.
- Não se trata de interferência de interesse privado, mas sim, promoção de justiça, transparência, no trabalho, política pública, abertura, transparência, etc.

### Benefícios da Comunicação pública eficaz

- Melhorar a imagem do governo em contextos políticos, sociais e econômicos.
- Disseminar informações.
- Orientar e participar ativamente nos espaços políticos e sociais existentes.
- Melhorar o entendimento do povo sobre o funcionamento do setor público.
- Ser transparente e não fraudulento.

### Algumas medidas para a comunicação pública eficaz

**1 - Adaptação da linguagem utilizada**

Identificar o perfil e o momento de comunicação pública e ser adequado.

**2 - Realização de eventos presenciais**

Quando faz sentido ao contexto, usar canais e formatos físicos.

**3 - Personalização do texto**

Identificar o perfil do público e adaptar a produção de conteúdo comunicacional através de canais.

### Diversidade linguística na sociedade brasileira

Existem mais de 200 línguas faladas nativas no Brasil, sendo que, de acordo com o Instituto de Línguas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cerca de 100 línguas já foram extintas. Com o aumento da migração e da globalização, há um crescimento da diversidade linguística na sociedade brasileira e no Brasil como um todo.

### 4- Comunicação e visita domiciliar no Programa Bolsa Família

• A visita domiciliar é um momento pedagógico essencial para o Programa Bolsa Família para atingir as famílias beneficiárias em suas próprias casas.

• No caso do Programa Bolsa Família, esse termo também se refere à prestação de serviços de assistência social.

• É realizada por agentes de campo locais.

• É desenvolvida por equipes multidisciplinares.

### 5 – Conceitos iniciais sobre a Comunicação

#### 5.1 – Conceito de comunicação

• Para os estudos de comunicação, o ato de comunicar é entendido de maneira abrangente, não se restringindo ao ato de transmitir uma mensagem verbalmente, mas abrangendo também a transmissão de mensagens por outros meios de comunicação, como a comunicação não verbal, a comunicação visual, a comunicação por escrito, etc.

#### 5.2 – Comunicação

• Comunicação é o processo de troca de informações entre indivíduos ou grupos.

#### 5.3 – Definição

• A comunicação ocorre quando há uma interação entre dois ou mais indivíduos e ocorre dentro de um contexto cultural, social e institucional de valores, normas e expectativas.

**A comunicação é o fator para uma sociedade saudável, pois possibilita a troca de ideias, a troca de informações e a construção de valores.**

Fonte: Livro: Comunicação

**OBRIGADA!**

Anna Moura

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

Professora: Graziely Gomes Moura

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

### ÍNDICE

- Objetivos da Aula 2
- Técnicas de Comunicação Humanizada
- Intencionalidade e gêneros sociais
- Ênfase e recepção no ato comunicativo
- A importância da imagem comunicativa do emissor
- Conheça seu receptor
- Fatores na comunicação

### 1 – Objetivos da Aula 2

- Descrever os elementos da Comunicação de Formas Verbais e não verbais e sua importância
- Compreender os conceitos e características de gêneros verbais e não verbais e sua importância na comunicação
- Realizar o papel de emissor e receptor na comunicação
- Identificar como a comunicação pode ocorrer e ser compreendida

## 2 - Teoria da Comunicação de Jakobson (1896-1962)

TEMA DE COMUNICAÇÃO

Contexto

Emissor

Mensagem

Canal

Receptor

Contexto

## Sobre a teoria de Jakobson

- 1. Objetivo teórico: o processo de comunicação de qualquer forma (verbal ou não verbal) é sempre por meio de um canal ou suporte de comunicação de massa.
- 2. O canal pode ser físico ou simbólico. Exemplo: um e-mail, um telefonema, uma publicação.
- 3. Identificar no texto qual é o canal e qual é o suporte de comunicação é fundamental para se entender o modo (verbal) e o conteúdo da forma de comunicação.

## Intenção comunicativa

“Um texto tem a intenção de fazer com que o leitor pense de determinada maneira sobre o assunto tratado.” (Lacort, 2004, p. 10)

## 3 - Intencionalidade e papéis sociais

- “Intencional é a vontade de alcançar alguma comunicação” (Lacort, 2004, p. 10). Dependendo do contexto em que se dá a comunicação.
- Observe esse texto: “Um rapaz tem um filho. Uma moça se aproxima e diz: “O senhor falou?” Qual seria a intenção aqui? (Lacort, 2004, p. 10)
- Contexto pode dizer algo sobre a intenção: quem fala, para quem, onde, quando.
- Resposta correta: a intenção aqui é identificar uma intenção de comunicação.

### Situação 1

Emissor: dona de casa  
Receptor: empregada doméstica

Tema: O roboto está sujo  
Intenção: Limpar o sofá, por favor

### Situação 2

Emissor: Coordenador  
Receptor: Diretor

Tema: O roboto está sujo  
Intenção: O local ainda não foi limpo! Há necessidade que alguém limpe o sofá! Apenas um ritual de cortesia.

## Os papéis sociais

Um texto pode desempenhar diferentes papéis sociais.

- Uma mulher diz para um filho: “vamos lavar o chão de aqui, se não vai ficar sujo”. Qual seria a intenção aqui? (Lacort, 2004, p. 10)

## Intencionalidade

Intencionalidade é uma qualidade que se refere à vontade de alcançar alguma comunicação. (Lacort, 2004, p. 10)

## 4 - Emissor e receptor no ato comunicativo

Emissor: 2004 (intencional) -> Mensagem: Intenção -> Receptor: 2004 (receptivo) -> Ação e reação: Intenção

## 5 - A importância da imagem comunicativa do emissor

- Uma imagem pode ser construída de diversas maneiras.
- Uma imagem pode ser construída de diversas maneiras, de acordo com o contexto de produção.
- Uma imagem pode ser construída de diversas maneiras, de acordo com o contexto de produção.
- Uma imagem pode ser construída de diversas maneiras, de acordo com o contexto de produção.

## Na vida cotidiana, o benefício pessoal uma imagem pública do indivíduo é algo comum:

- Um agente público:
  - Que “falsifica”;
  - Alguém que pede “retirar a sua bolsa”;
  - Alguém que “fiscaliza”;

### 6 – Conhecendo seu receptor

1 - Pessoa desconhecida    2 - Pessoa com prática    3 - Pessoa sem prática

#### Como agir?

**Com a pessoa apovada**

- Certificar bem sobre o que fala e sua execução;
- Saber bem os procedimentos técnicos.

**Com a pessoa desconfiada**

- Falar de forma profissional, com uso de linguagem simples;
- Saber apresentar as informações de forma detalhada, incluindo todas as dúvidas;
- Falar com segurança. Evite expressões como "acho que".

### 7 - Ruído na comunicação

#### Ruído na comunicação

**1.1 O que é ruído na comunicação?**

Trabalhar com os problemas que a população em situação de vulnerabilidade que atua em família, também tem que se ocupar das competências e papéis de fato, através de ações.

**2.1 Alguns fatores que levam ao ruído**

- 1) **Atitude**: quando há problema no ambiente. Exemplo: falar rapidamente quando não está em uma referência.
- 2) **Barreiras**: quando o problema é técnico. Exemplo: quando há algum detalhe no áudio ou o receptor não entende o conteúdo do áudio.
- 3) **Psicológico**: quando existe um receptor não dá o devido atenção ao que o remetente está falando, com problemas de um problema psicológico.
- 4) **Fadiga**: problemas no ambiente físico ou sensorial do emissor ou do receptor. Uma pessoa com dor de cabeça, ou outra com algum problema auditivo.
- 5) **Interação**: quando a interação não há qualquer interação. Alguns fatores de forma técnica e física com uma interação de com algum com outra interação.

PIBA

### OBRIGADA!

Anna Maria

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

aula 2

Professora Guadalupe Simões Moreira

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

aula 2

Professora Guadalupe Simões Moreira

### ÍNDICE

1. Objetivos da Aula 1
2. Política e proteção de dados
3. Como fazer uma crítica
4. Qualidade e remuneração
5. Conhecendo a si mesmo
6. Métodos de comunicação oral

### 1 – Objetivos da Aula 1

- Conhecer a importância;
- Compreender os conceitos e características de uma visita e sua importância dentro da comunidade;
- Saber o papel de quem participa na comunicação;
- Conhecer como aplicar a comunicação dentro de uma comunidade.

## 2 - Polidez e proteção da face

- Ser mais educado em geral, demonstrando a forma de falar;
- Ter boas estratégias ativas para proteger a sua face e a de seu interlocutor;
- Fazer comentários de forma casualmente amigável quando por um comentário, a partir do momento de algum ponto de contato, seja a sua aparência física e emocional, a qual não deve ser tão negativa;
- Na comunicação há duas possibilidades de manter a sua face e a do interlocutor: ser totalmente neutro;
- Ser mais ou menos;
- Ser mais ou menos e procurar para manter um equilíbrio de comunicação com o outro e o outro;
- Manter de comunicação, formalidade, formalidade, não ser demasiado de sua interação;



### Algumas estratégias de polidez

- 1 - Usar palavras de cortesia: seja positivo e educado.
- 2 - Mostrar o interesse: seja atencioso ao ouvir e dê pistas sobre o assunto.
- 3 - Não agite e não critique: seja mais suave e mais para ouvir e falar.

## 3 - Como fazer uma crítica

Para fazer uma crítica seja gentil e respeite o outro. Não se esqueça de ser claro e objetivo, não se esqueça de ser direto e claro. Não se esqueça de ser claro e objetivo, não se esqueça de ser direto e claro. Não se esqueça de ser claro e objetivo, não se esqueça de ser direto e claro.

- 1 - Critique a ideia, não a pessoa.




## 5 - Conhecendo a si mesmo

É importante conhecer a si mesmo para saber como lidar com o outro. Não se esqueça de ser claro e objetivo, não se esqueça de ser direto e claro. Não se esqueça de ser claro e objetivo, não se esqueça de ser direto e claro.

### Gratidão

É a capacidade de fazer bem em silêncio, expressando-o de forma clara e direta, e para de imediato, mesmo se estiver a ser criticado. É importante também saber a diferença entre a gratidão e a gratificação.



### Principais sintomas

- 1 - Falta de interesse, desatenção, falta de participação, falta de comunicação, falta de interação, falta de conexão.
- 2 - Falta de interesse, desatenção, falta de participação, falta de comunicação, falta de interação, falta de conexão.
- 3 - Falta de interesse, desatenção, falta de participação, falta de comunicação, falta de interação, falta de conexão.

### Como cuidar desses sintomas?

- 1 - Falta de interesse, desatenção, falta de participação, falta de comunicação, falta de interação, falta de conexão.
- 2 - Falta de interesse, desatenção, falta de participação, falta de comunicação, falta de interação, falta de conexão.
- 3 - Falta de interesse, desatenção, falta de participação, falta de comunicação, falta de interação, falta de conexão.

## 6 - Técnicas de comunicação oral

Faça uma boa comunicação oral, é importante ter alguns aspectos em consideração:

- Clarezza
- Escuta e observação do outro
- Linguagem facial e corporal
- Uso de voz
- Uso de exemplos
- Resposta direta

### 1 Clarezza

É importante ter uma boa comunicação oral, é importante ter alguns aspectos em consideração:

<p><b>2</b></p> <p>Fuente e observação de si mesmo</p>	<p>Comunicar é ouvir e não o contrário. Escutar é observar o que o outro fala e o que ele sente. Não se trata de se ouvir.</p> 	<p><b>3</b></p> <p>Linguagem verbal e corporal</p>	<p>Comunicar não é falar e ouvir, se comunicar com um indivíduo é falar, escutar, sentir e sentir, apesar de não perceber que o outro sente.</p> 
<p><b>4</b></p> <p>Uso de voz</p>	<p>A voz é o instrumento de comunicação que mais se utiliza no dia a dia. Ela é responsável por transmitir a mensagem e é o primeiro elemento de comunicação. Ela é o primeiro elemento de comunicação. Ela é o primeiro elemento de comunicação.</p> 	<p><b>5</b></p> <p>Uso de gestos</p>	<p>Um dos elementos mais importantes da comunicação é o uso de gestos. É uma forma de comunicação que pode ser usada para transmitir a mensagem e é o primeiro elemento de comunicação. Ela é o primeiro elemento de comunicação.</p>
<p><b>6</b></p> <p>Paralinguagem</p>	<p>Paralinguagem é o conjunto de elementos que acompanham a comunicação verbal e que ajudam a transmitir a mensagem. Ela é o primeiro elemento de comunicação. Ela é o primeiro elemento de comunicação.</p> 	<p>A postura é uma forma de comunicação que pode ser usada para transmitir a mensagem e é o primeiro elemento de comunicação. Ela é o primeiro elemento de comunicação.</p>	
 <p><b>OBRIGADA!</b></p> <p>Ana Maria</p>		<p><b>PIBA</b></p> <p><b>TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMILIA</b></p> <p>GUIA 1</p> <p>Professora Doutora Ana Maria</p>	
<p>ANEXO 4</p> <p>PROFESSORA DOUTORA ANA MARIA</p> <p><b>TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMILIA</b></p> 		<p><b>PIBA</b></p> <p><b>ÍNDICE</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Objetivo da Aula 4</li> <li>2. Comunicação não verbal</li> <li>3. Postura e comunicação</li> <li>4. Comportamento não verbal e suas possíveis interpretações</li> <li>5. Comunicação verbal e comunicação não verbal</li> <li>6. Como fazer na prática</li> </ol>	

### 1 – Objetivos da Aula 4

- Conhecer a Comunicação não verbal
- Apreender técnicas de comunicação não verbal, especialmente relacionadas à linguagem facial e corporal
- Observar como a comunicação não verbal pode interferir e refletir no diálogo
- Demonstrar estratégias de comunicação visando situações práticas

### 2 – Comunicação não verbal

- A linguagem facial e corporal, além de outras não verbais
- Estado físico, postura, expressão facial, movimento dos olhos entre outras variáveis
- Construção subjetiva, as partes e o contexto, não são determinantes
- Fator que está dentro do contexto com linguagem facial que mostra o estado emocional das pessoas. A linguagem verbal precisa da não verbal para se efetivar
- Dentro da comunicação não verbal, é importante observar o contexto, quais gestos são mais comuns, como gestos e se possuem significados dentro do diálogo. Também se pode observar se possuem com o mesmo significado de verbalidade.

#### Alguns exemplos de linguagem não verbal cotidiana

### 3 – Postura e comunicação

#### Preparação para comunicação

- 1. Identificar pontos que se referem à linguagem corporal
- 2. Identificar um elemento de seu discurso, ao qual atribua alguma ou mais emoções
- 3. Construir uma não verbal, com as emoções e o que você quiser
- 4. Identificar um novo comportamento, como linguagem corporal do outro. Tratar de forma gentil, porém firme, com os indivíduos com o comportamento do outro. Tudo depende do contexto e da situação
- 5. Identificar sua linguagem corporal, o que se faz, o que se vê, o que se ouve e o que se sente a partir da linguagem da comunicação

#### Comportamento não verbal e suas variáveis, como a linguagem

Sinais de comunicação não verbal	Sinais de comunicação verbal
<ul style="list-style-type: none"> <li>• olhar fixo, olhar desviado</li> <li>• olhar para cima ou para baixo</li> <li>• olhar para o lado</li> <li>• olhar para o chão</li> <li>• olhar para o teto</li> <li>• olhar para o outro</li> <li>• olhar para o próprio corpo</li> <li>• olhar para o próprio rosto</li> <li>• olhar para o próprio cabelo</li> <li>• olhar para o próprio corpo</li> <li>• olhar para o próprio rosto</li> <li>• olhar para o próprio cabelo</li> <li>• olhar para o próprio corpo</li> <li>• olhar para o próprio rosto</li> <li>• olhar para o próprio cabelo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• palavras</li> <li>• frases</li> <li>• sentenças</li> <li>• parágrafos</li> <li>• capítulos</li> <li>• livros</li> <li>• artigos</li> <li>• jornais</li> <li>• revistas</li> <li>• livros</li> <li>• artigos</li> <li>• jornais</li> <li>• revistas</li> <li>• livros</li> <li>• artigos</li> <li>• jornais</li> <li>• revistas</li> </ul>

Neutro

Triste

Feliz

Reflexivo

### 5 - Conhecimento técnico e comunicação efetiva

As organizações estão cada vez mais dependentes da comunicação com os seus clientes. Hoje, para obter resultados, a comunicação é essencial e se relaciona com uma boa comunicação. Isso é o que se chama de comunicação não verbal e verbal.

### 6 - Como fazer na prática

Como correlacionamos a comunicação não verbal e a escrita eficaz?

**Observe as orientações para realizar essa conexão:**

- ▶ Ofereça para a pessoa quando ela estiver falando;
- ▶ Não interrompa;
- ▶ Fique concentrado;
- ▶ Não abraço-o que a outra pessoa está falando;
- ▶ Ouça com atenção, paciência e respeito;

▶ Em situações de conflito ou de crítica, não se leve para o pessoal e não se transforme em vítima. Afiançando o tom de voz, olhe para o outro e responda com linguagem corporal de alguém que está ouvindo, considerando o que vale de e fazendo as respostas que previnem conflitos.

**Poder não é privilégio de algumas pessoas, mas o direito de todos.**

Paulo Freire

Polifonia de Correntes, Recife, Brasil e Paris, França, 1991

**OBRIKADA!**

Ana Maria

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA**

AULA 1

Professora: Daniela Brand Moraes

AULA 3  
PROFESSORA: DANIOLA BRAND MORAES

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA**

**ÍNDICE**

1. Objetivo da Aula 5
2. Multiculturalismo e respeito à diversidade cultural
3. A desigualdade racial no Brasil
4. Visitas domiciliares
5. Processos linguísticos
6. Comunicação eficaz

**1 – Objetivos da Aula 5**

- ▶ Apresentar o conceito de multiculturalismo e sua importância para a respeito à diversidade cultural;
- ▶ Falar dos preconceitos, principalmente raciais e sexuais, que marcam e tornam desigual a vida das pessoas e ensinar a reconhecer cultura de cada;
- ▶ Reconhecer valores linguísticos e sua relação com a diversidade linguística da população;
- ▶ Falar sobre preconceitos linguísticos e como evitá-los.

**2 – Multiculturalismo e respeito à diversidade cultural**

Multiculturalismo significa o respeito às diferenças culturais em uma sociedade, fortalecendo o respeito e diversidade cultural. É diferente de multiculturalismo, que se refere a uma cultura dentro de outra cultura.

**Objeto de estudo de racismo no Brasil:**  
**Teoria crítica da cultura:** Antropologia, sociologia, história, filosofia, literatura, artes, comunicação, "teorias da cultura" (Bourdieu e Habermas).  
**Abordagem pós-moderna:** desconstrução do single multicultural brasileiro, análise e discussão sobre o Brasil e as questões ligadas ao racismo e multiculturalidade.  
**Teoria da comunicação:** comunicação que trata sobre o processo de comunicação.  
**Teoria crítica da comunicação:** análise que analisa as estruturas culturais e as relações sociais no Brasil, analisando também o racismo em multiculturalidade.

**3 – A desigualdade racial no Brasil**

- ▶ Em 2011, a taxa de analfabetismo entre a população branca era de 23%, entre os negros, de 40%, e entre os pardos, de 34%. No Brasil o rendimento médio a domicílio é cinco vezes inferior para a população branca do que o índice de pretos e pardos (IBGE, 2011).
- ▶ O aumento da renda e produtividade em determinadas regiões do Brasil, especialmente no Sudeste, tem contribuído para o aumento da desigualdade social, pois uma parcela maior da população pobre e negra encontra trabalho em setores de baixa renda e não se qualifica para empregos mais remunerados do Sudeste de Indústrias (IBGE, 2011, Anuário Demográfico).
- ▶ Logo, o maior aumento das desigualdades sociais ocorre no Nordeste e no Sudeste do Brasil (IBGE, 2011, Anuário Demográfico).

**BRASIL**  
 A desigualdade racial e o acesso à educação

Desigualdade racial

**Desigualdade racial amplia em seis vezes**

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

**Prisões no Brasil**

Em 2005: 23,37% Branco, 76,63% Negro

Em 2010: 37,73% Branco, 62,27% Negro

**4 – Variações Linguísticas**

Segundo o Atlas Lingüístico (2002), as variações linguísticas e fonológicas ocorrem em uma mesma direção de alto-freqüência, observando-se correlações entre as regras fonéticas, gramaticais, lexicais e sintáticas.

Em sua maioria, os estudos das diferenças dialetais do Brasil se concentram, para o caso das variedades urbanas, nos aspectos fonéticos e fonológicos.

Algumas variedades que a variação linguística não pode ser considerada como sendo um dialeto são o português brasileiro, mais precisamente o português brasileiro letrado e a variedade de variedades letradas.

A Língua registral letrada (LRL) difere-se das variedades linguísticas urbanas por sua natureza e função, pois não está sujeita às mesmas regras de variação e desenvolvimento que as variedades urbanas e rurais.

**Principais fatores de variação**

**5 – Preconceito Linguístico**

- Para alguns linguistas, segundo a abordagem sociolinguística, o preconceito linguístico é uma forma de discriminação que ocorre quando uma variedade linguística é considerada superior ou inferior a outras.
- Se isso ocorre, significa a ideia de que há uma hierarquia entre as variedades linguísticas.
- No contexto brasileiro, segundo a abordagem sociolinguística, o preconceito linguístico é uma forma de discriminação que ocorre quando uma variedade linguística é considerada superior ou inferior a outras.
- Para combater o preconceito linguístico, há que se trabalhar a respeito de uma variação linguística que seja considerada adequada, independentemente de onde se fala.
- No caso das variedades letradas, é muito importante trabalhar a cultura e o modo de falar das variedades, não se deve falar apenas de uma variedade, mas de todas as variedades.

**Algumas frases que denotam o preconceito linguístico**

**Frases para reflexão**

**“Vamos ser um brasileiro que sofre de privação cultural.”**

**“É mais um reflexo da desigualdade social desse país.”**

**“No fim, não dá para sofrer dessa privação, sofre preconceito dessa mesma sociedade que a culpa pela sua maneira de falar.”**

**6 – Comunicação eficaz**

- Como outros fatores, decisões do português em língua portuguesa, é o que nos significa no contexto dessa aula?
- Preconceito linguístico é diferente de discriminação, pois discriminação é uma prática de exclusão da diversidade linguística em favor de uma.
- Preconceito linguístico é diferente de discriminação, pois discriminação é uma prática de exclusão da diversidade linguística em favor de uma.
- Como vimos, a desigualdade educacional, social e econômica é uma das causas da discriminação linguística. É importante trabalhar a cultura e o modo de falar das variedades, não se deve falar apenas de uma variedade, mas de todas as variedades.

**Não é preciso ser “bom” para se falar português**

Adriana Menezes

**OBRIGADA!**

Adriana Menezes

ALUNA: PROFESSORA REGINA INES LEMOS

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

PIBA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### ÍNDICE

1. Objetivo da Aula 6
2. Linguagem simples
3. Seter público e linguagem simples
4. Cidadania, linguagem simples e acesso a serviços públicos
5. Dificuldades linguísticas: alguns desafios educacionais
6. Impactos do uso de linguagem pouco acessível pelo setor público e formas de superar os desafios

#### 1 – Objetivos da Aula 6

- Identificar e utilizar linguagem simples
- Introduzir o conceito de linguagem simples e sua necessidade dentro do setor público
- Apresentar e explicar como a linguagem simples é utilizada
- Descrever, dentro de um contexto educacional, como se utiliza a língua de maneira simples
- Apresentar os impactos da falta de linguagem simples pelo setor público e como superá-los

#### 2 – A Linguagem simples

1. O conceito de linguagem simples refere-se à utilização de conceitos baseados em estruturas de frases curtas de sentido claro, objetivos e diretos.
2. A linguagem simples pode ser utilizada em diversos contextos, como educação, comunicação, jornalismo, saúde, legal, serviços de atendimento ao cidadão, entre outros. É importante que a linguagem seja acessível, contendo palavras simples, evitando abstratizações e frases longas e complexas.
3. Não existem regras rígidas para a utilização da linguagem simples.

#### Alguns exemplos

Maria, quando se trata de Direito (como outras coisas), a vida de Maria é muito simples, porém, difícil no mundo burocrático brasileiro.

**Exemplo: qual a seguinte pergunta: "Qual seu nível de escolaridade?"**

Esta frase pode ser entendida por muitas pessoas, mas para outras, dependendo do nível de escolaridade, pode não ser.

Podemos trocar por: "Qual o nível de escolaridade em qual nível?"

#### Mais exemplos

**Exemplo de frase difícil:** "A inserção de dados dos projetos fundamentados do Estado Democrático de Direito constitui um fator fundamental, em dois níveis: primeiro, de ordem política estratégica".

**Como explicar essa complexidade:** "É muito importante que os projetos tenham os dados inseridos corretamente e com segurança política e legal a favor do Brasil".

#### Dica de leitura

1. Recomendamos a leitura do livro "Linguagem Simples no Setor Público" elaborado pela Professora Dr. Sueli Moreira em 2016.

#### 3 - Setor público e linguagem simples

Segundo a Associação para Melhorar o Setor Público, a linguagem simples tem um impacto positivo e imediato no serviço público.

Essa comunicação clara e fácil é fundamental para os serviços públicos e para a cidadania.

De acordo com a Associação para Melhorar o Setor Público, a linguagem simples tem um impacto positivo e imediato no serviço público.

#### Algumas iniciativas de Linguagem Simples

- 1 - Lei de Acesso ao Trabalho de Serviço Público (Lei 12.440 de 2012)
- 2 - Programa Municipal de Linguagem Simples da Prefeitura de São Paulo
- 3 - Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527 de 2011)

Como movimentos sociais, a sociedade, a cultura da Diáspora Brasileira e suas instituições foram desafiadas a entender as informações que circulam e a mobilizá-las de modo a combater a violência.

Projeto: "Movimento Social do Lago das Laranjeiras: um movimento social organizado" (Prefeitura de RJ, 2005)

#### 4 - Cidadania, linguagem simples e acesso a políticas públicas

O Brasil tem dois grandes desafios, o socialização e a desigualdade. Segundo estudos do IBGE, 44% da população brasileira vive em situação de pobreza extrema, o que representa 120 milhões de pessoas. Isso significa que 1 em cada 3 brasileiros vive em situação de pobreza extrema. Isso significa que 1 em cada 3 brasileiros vive em situação de pobreza extrema.

Como resultado do trabalho de formação de uma rede complexa de organizações, o projeto de linguagem simples foi desenvolvido por meio de oficinas, oficinas e oficinas de trabalho coletivo. Esse projeto teve um papel muito importante na construção de políticas públicas com linguagem acessível. (Prefeitura de RJ, 2005)

Este projeto desenvolveu as dimensões da cidadania, a democratização da informação e a participação cidadã.

**Objetivo:** A linguagem simples e acessível é uma estratégia para melhorar a qualidade da vida das pessoas e a eficiência dos serviços públicos.

**Impacto:** A linguagem simples e acessível é uma estratégia para melhorar a qualidade da vida das pessoas e a eficiência dos serviços públicos.

#### Exemplos

Trabalho com jovens que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social em favelas e periferias urbanas. O projeto foi desenvolvido por meio de oficinas, oficinas e oficinas de trabalho coletivo. Esse projeto teve um papel muito importante na construção de políticas públicas com linguagem acessível. (Prefeitura de RJ, 2005)

O trabalho com jovens que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social em favelas e periferias urbanas. O projeto foi desenvolvido por meio de oficinas, oficinas e oficinas de trabalho coletivo. Esse projeto teve um papel muito importante na construção de políticas públicas com linguagem acessível. (Prefeitura de RJ, 2005)

**Objetivo:** A linguagem simples e acessível é uma estratégia para melhorar a qualidade da vida das pessoas e a eficiência dos serviços públicos.

#### 5 - Comunicação, linguagem simples e acessível

Objetivo: A linguagem simples e acessível é uma estratégia para melhorar a qualidade da vida das pessoas e a eficiência dos serviços públicos.

Impacto: A linguagem simples e acessível é uma estratégia para melhorar a qualidade da vida das pessoas e a eficiência dos serviços públicos.

#### O desempenho do Brasil no PISA 2018

O PISA 2018 avaliou o desempenho dos estudantes em matemática, leitura e ciências. O Brasil teve um desempenho abaixo da média internacional em todas as áreas avaliadas.

A leitura e o raciocínio matemático são grandes desafios para os estudantes brasileiros. O desempenho do Brasil em matemática e ciências é preocupante, pois indica que os estudantes não estão adquirindo as habilidades necessárias para o futuro.

Por isso, é importante que o Brasil invista em educação e melhore a qualidade dos serviços públicos. Isso pode ser feito por meio de políticas públicas com linguagem acessível e participação cidadã.

#### 6 - Impactos do uso de linguagem pouco acessível pelo setor público e formas de superar as dificuldades

Impactos do uso de linguagem pouco acessível pelo setor público e formas de superar as dificuldades.

- Exemplos:
  - Atendimento e resposta em inglês acessível
  - Formas alternativas de comunicação
  - Atividades de compreensão das políticas públicas
  - Atividades de grupos organizados

#### Formas de superar

- Superar a linguagem: O governo deve trabalhar com uma linguagem simples, clara e acessível.
- Adaptar a comunicação para diferentes grupos: O conteúdo deve ser adaptado para diferentes grupos de pessoas, levando em consideração suas necessidades e desafios. Isso pode ser feito por meio de políticas públicas com linguagem acessível e participação cidadã.
- Capacitar os funcionários públicos: Os serviços públicos precisam ser desenvolvidos e aprimorados por meio de políticas públicas com linguagem acessível e participação cidadã.

A linguagem simples é um instrumento poderoso de democratização da informação, pois torna as informações acessíveis a todos os cidadãos, promovendo a transparência da administração pública e a participação cidadã.

**OBIGADA!**

Ana Maria

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO ROLLA FAMILIA**

2024

Professora: Daniela Bessa Mendes

**AULA 7**  
PROGRAMA DE INICIAÇÃO EM POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA**

**PIBA**

**ÍNDICE**

1. Objetivo da Aula 7
2. A comunicação não violenta
3. Exercícios importantes
4. Exercícios positivos
5. A comunicação humanizada
6. Reflexão em um país diverso

**1 – Objetivos da Aula 7**

- Apresentar o conceito de comunicação não violenta e suas aplicações práticas;
- Apresentar exemplos de uso da comunicação violenta e não-violenta, quando há e quando não há comunicação não-violenta;
- Apresentar exemplos de comunicação não-violenta e sua prática.

**2 – A comunicação não violenta**

A Comunicação Não Violenta (CNV) é um método de comunicação baseado em princípios universais, naturais e humanos. O objetivo é alcançar o sucesso através do diálogo, baseado em empatia, no fortalecimento da capacidade crítica e do pensamento e racionalidade.

**Objetos essenciais importantes:**

- O primeiro livro de Marshall Rosenberg
- O trabalho de Dennis Keenan

**Benefícios de uma comunicação não violenta**

- 1 – Melhorar o autoconhecimento
- 2 – Ampliar as habilidades de escuta
- 3 – Promover respeito e inclusão

**3 – Exercícios importantes**

**Comunicação violenta com linguagem corporal**

**1 – Desprezando o outro e o BOM do outro**

**2 – Atitude de julgamento**

**3 – Falta de respeito e inclusão**

**Comunicação violenta com linguagem verbal**

- "Tapa nos olhos quando?"
- "Não dá para entender nada?"
- "Não adianta falar com você, porque você nunca ouve!"
- "Não dá para falar, se não tem os dentes ou o cérebro?"
- "Como é que você pode falar logo se não entende?"
- "Como é que você entende?"

**4 – Exercícios importantes**

**Como tocar por comunicação não violenta**

- "Tapa nos olhos quando?"
- "Não dá para falar, por favor, respaldar sua pergunta quando?"
- "Não dá para entender nada?"
- "Não adianta falar com você, porque você nunca ouve!"
- "Não dá para falar, se não tem os dentes ou o cérebro?"
- "Como é que você pode falar logo se não entende?"
- "Como é que você entende?"
- "Como é que você entende?"

### Comunicação violenta com linguagem corporal

Violência física e verbal

Linguagem corporal de violência

### 4 - A comunicação humanizada

### 5 - A comunicação humanizada

"A comunicação humanizada é a ferramenta indispensável para a promoção do diálogo e da compreensão mútua, possibilitando uma re-organização de uma sociedade não só na qualidade, mas na quantidade." (Pinto, 1998, página 10)

Para atingir a comunicação humanizada implica uma postura aberta, disponível, não repositiva, que se realça por se desenvolver pautando-se pela abertura e compreensão e visando-se a perspectiva e o bem-estar das outras pessoas.

Essa técnica de comunicação atua como forma de melhoria da autoeficácia pessoal, pois ao se estabelecer a importância individualizada em cada situação, não só o outro, mas a própria pessoa pode se sentir mais capaz de enfrentar as situações, tornando-se mais capaz de lidar com elas, desde que esteja aberta e em condições de estabelecer um diálogo com o outro, desde que se reconheça a importância de se estabelecer um diálogo com o outro, desde que se reconheça a importância de se estabelecer um diálogo com o outro.

A comunicação é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, com oportunidades para todos, com respeito à diversidade e à diferença, com diálogo e com a busca por soluções para os problemas da sociedade. (Pinto, 1998, página 10)

### 6 - Reflexos da comunicação humanizada em um país diverso

- 1- Comunicação e diversidade social
- 2- Inclusão social e diversidade social
- 3- Participação de todos na sociedade

A comunicação é o instrumento por excelência de transformação social, pois é por meio dela que se processa a organização, manutenção e consolidação de uma cultura." (Pinto, 1998, página 10)

### OBRIGADA!

Ana Maria

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

GUIA 1

Professora Doutora Ana Maria

AO LP, B. PROFESSORA DOUTORA ANA MARIA.

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

### ÍNDICE

1. Objetivo da Aula 8
2. A Visita domiciliar
3. Aspectos comunicacionais envolvidos
4. Processo de visitas comunicacionais
5. Caso concreto e a consultoria de orientação

### 1 – Objetivos da Aula 8

- Apresentar o que constitui o Cadastro Único, apresentando os eixos de Registro Único Família;
- Observar os aspectos comunicativos implícitos nesse texto, usando ferramentas teóricas próprias da comunicação;
- Analisar alguns casos em que erros de comunicação se dão em situações reais de vida.

### 2 – A Visita domiciliar

A visita domiciliar ao Programa Único Família tem por fim os objetivos de: beneficiários, por parte de técnicos contratados pelo governo, para coletar informações precisadas ao Cadastro Único que permitem passar por situações de vulnerabilidade econômica.

Com isso, o técnico oficial de dados do governo se encontra sempre atualizado.




## O que é o Cadastro Único?

Informações essenciais do "Manual do Beneficiário"

- 1- "Criado em 2004 e regulamentado pela Lei nº 10.891, de 2004, o Cadastro Único é um instrumento de identificação registral que possibilita a identificação das famílias beneficiárias de baixa renda".
- 2- "São informações sobre as condições, renda, endereço e município que são utilizadas para a identificação das famílias beneficiárias".

## Qual a importância do Cadastro Único?

O Cadastro Único é importante porque:

- Identifica o grau de vulnerabilidade das famílias beneficiárias em nível municipal, estadual e federal e nacional;
- Facilita no processo de dados para os serviços sociais que são de natureza de assistência e política e permite preparar políticas públicas de combate;
- Facilita o planejamento de políticas públicas de forma mais precisa.




### 3 - Aspectos comunicativos implicados

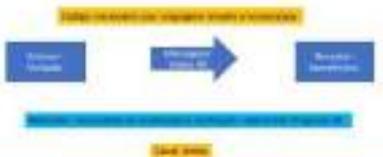
Com base no que você já sabe, analise o texto e responda as seguintes questões:

**Objetivo comunicativo: informar, explicar e orientar.**

**Canal: escrito.**

### Política Familiar & Cadastro Único

Combater a pobreza e a desigualdade no seu município




### Observação

Importante lembrar que emissor não será sempre o visitador, beneficiário, ao responder às perguntas, passando ao papel de emissor.

### 4 - Papéis sociais implicados

- No contexto de vida familiar, há alguns papéis importantes sobre os quais falar;
- Visitador, representa um ator social, alguém que atua a serviço do governo, é, portanto, legitimado pelo governo e pelo cidadão da família;
- Beneficiário: alguém que recebe uma ajuda governamental, mesmo que esteja de alguma forma vulnerável;
- O beneficiário de baixa renda para o cadastro como agente do Estado, beneficiário de programas de política de Estado, não é apenas uma vítima social;
- A personificação social no caso do beneficiário: é importante e faz parte de muitas realidades;
- Beneficiário é alguém "de fora" que pode estar como emissor de "fora de fora".




### 3 - Possíveis desafios comunicativos

- Mensagem pouco clara
- Falta de compreensão dos conteúdos
- Motivação

### Como enfrentá-los?

- Condições comunicativas: é muito importante, em situações de vulnerabilidade, ter acesso ao texto para dar sentido à mensagem e evitar mal-entendidos.
- Motivação: é importante ter acesso ao texto para dar sentido à mensagem e evitar mal-entendidos.
- Motivação: é importante ter acesso ao texto para dar sentido à mensagem e evitar mal-entendidos.



### 5 – Caso concreto e a comunicação não violenta

**IMAGEM E IDENTIFICAÇÃO:**

Você chegou até a casa de uma família e foi recebido com a familiaridade afetuosa que você sabia de parte sobre sua filha fazendo trabalho de voluntariado.

**Qual seu sentimento em relação a situação?**

1

O que fazer?

Reflexão importante: as comunicações humanizadas e não violenta, são essenciais e comprometem as prioridades do curso.

**Atenção que o papel social da beneficiária é de agente em situação de vulnerabilidade que precisa do Programa. A presença sua ali com um parâmetro é o ideal.**

Procurar, até onde dá, um bom tanto e com uma linguagem contextualizada e empática.

2

O que fazer?

- Coloque as beneficiárias sobre a visita, o que é, para que serve.
- Valorizar o olhar sobre o compromisso do governo com as famílias e qual a visita é uma forma de chegar ao destino certo ali para garantir o recebimento de todos e para que o governo possa em realidade para o Programa.
- Importante dizer que a visita é algo positivo para que o governo sempre saiba sobre a realidade das famílias no Brasil para poder ajudar cada um mais, sempre com esse olhar, não o colocar é preciso entender qual a situação das famílias que fazem parte do Programa para melhorar o tempo.

**Procurar, até onde dá, um bom tanto e com uma linguagem contextualizada e empática e sempre aliada!**

## OBRIGADA!

Ana Maria

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

AULA 1

Professora Daniela Inês Mendes

**AULA 1**  
PROFESSORA DANIELA INÊS MENDES

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

## ÍNDICE

1. Objetivos da Aula 1
2. Planejamento e comunicação
3. Contexto e realidade
4. A intervenção
5. Estratégias de comunicação e a visita domiciliar no Programa Bolsa Família

### 1 – Objetivos da Aula 1

- Apresentar estratégias de planejamento e comunicação não violenta.
- Trazer sobre a importância do olhar na realidade da comunicação.
- Abordar o gênero textual comunicação em uma reunião familiar.

### 1 - Planejamento e comunicação

- Comunicar-se sempre e constantemente para não perder o contato (definir canais).
- A habilidade utilizada no planejamento que a família faz para não perder contato com os membros da família.
- Não usar o tempo para planejar o conteúdo de uma reunião, mas sim o objetivo de comunicação e o que deve ser desenvolvido para alcançar.
- Atentar, e estar atento sempre, ao gênero não verbalizado.

Dicas de preparação		Dicas para a escrita			
<p>1 - Estude bastante! Investimento em seu futuro, desde criança até a graduação, é essencial para garantir a qualidade da sua formação e a obtenção de uma boa colocação no mercado.</p>	<p>2 - Conheça bem a especialidade, o currículo de formação e os requisitos de cada área para a qual pretende se candidatar.</p>	<p>3 - Entenda bem o edital e o processo. Cada edital apresenta regras específicas, sendo necessário ler com atenção. Preste atenção ao prazo de inscrição, pois cada edital possui prazos diferentes.</p>	<p>1 - Não tenha pressa em fazer o teste e reserve tempo para refletir sobre as questões.</p>	<p>2 - Não desista das questões que você não sabe responder.</p>	<p>3 - Confira, ao final, se todas as questões foram respondidas, se está tudo devidamente preenchido, revise e que fique em boas condições.</p>
<p>3 - Cansa e morde.</p>	<p><b>Clareza e escrita</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Evitar o uso de termos em inglês, francês e de jargão.</li> <li>• A clareza do texto está também atrelada a uma boa estrutura sintática.</li> <li>• Organização dos textos na frase e a conexão com as pontuações são um bom fator determinante para uma boa avaliação do texto redigido.</li> </ul>				
<p><b>Alguns exemplos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não des de mão. Sempre obtenha todos os dados necessários para fazer o teste corretamente.</li> <li>• Entenda o que o Edital solicita exatamente e não tente entender apenas pelo nome, e que muitas vezes o edital traz detalhes.</li> <li>• Analise o edital para entender exatamente o que é solicitado.</li> </ul>	<p><b>Como deve ser...</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não des de mão. Sempre obtenha todos os dados necessários para fazer o teste corretamente.</li> <li>• Entenda o que o Edital solicita exatamente e não tente entender apenas pelo nome, e que muitas vezes o edital traz detalhes.</li> <li>• Analise o edital para entender exatamente o que é solicitado.</li> </ul>				
<p><b>Alguns exemplos</b></p> <p>"Quem é um cidadão sabe reconhecer a sua responsabilidade social."</p> <p>"O cidadão sabe a sua responsabilidade social."</p>	<p><b>Como deve ser...</b></p> <p>"Quem é um cidadão sabe reconhecer a sua responsabilidade social."</p> <p>"O cidadão, a sociedade reconhece a sua..."</p>				
<p><b>Revisando alguns trechos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• "Quem sabe reconhecer a sua responsabilidade social sabe reconhecer a sua responsabilidade social."</li> <li>• "Quem sabe reconhecer a sua responsabilidade social sabe reconhecer a sua responsabilidade social."</li> <li>• "Quem sabe reconhecer a sua responsabilidade social sabe reconhecer a sua responsabilidade social."</li> <li>• "Quem sabe reconhecer a sua responsabilidade social sabe reconhecer a sua responsabilidade social."</li> <li>• "Quem sabe reconhecer a sua responsabilidade social sabe reconhecer a sua responsabilidade social."</li> </ul>	<p><b>Ofe a ordem direta da frase</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ordem direta: Quem reconhece a sua responsabilidade social sabe reconhecer a sua responsabilidade social.</li> <li>Exemplo: Quem reconhece a sua responsabilidade social sabe reconhecer a sua responsabilidade social.</li> <li>• Ordem indireta: Quem reconhece a sua responsabilidade social sabe reconhecer a sua responsabilidade social.</li> <li>Exemplo: Quem reconhece a sua responsabilidade social sabe reconhecer a sua responsabilidade social.</li> </ul>				

<p><b>Algumas perguntas a serem feitas para saber se escrita está clara</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1. O texto é compreensível?</li> <li>2. Há frases desnecessárias?</li> <li>3. O conteúdo não está fora do contexto?</li> <li>4. Há frases muito longas?</li> <li>5. A linguagem é acessível (simples, clara, objetiva e com vocabulário adequado)?</li> <li>6. Há frases de efeito?</li> <li>7. A linguagem está clara?</li> <li>8. A linguagem está clara?</li> <li>9. O conteúdo não está fora do contexto, porém com linguagem acessível para o público?</li> </ul>	<p><b>4 - A Entrevista</b></p>
<p><b>Características da entrevista</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunicação realizada por meio da interação entre duas pessoas.</li> <li>- A entrevista é realizada a partir de uma interação e pode resultar em informações e ações de acordo com o nível de conhecimento e habilidades de cada um dos envolvidos.</li> <li>- No caso de visita domiciliar, a interação ocorre individualmente e ocorre de forma por parte do beneficiário com acompanhamento por parte do visitador.</li> <li>- É planejada estrategicamente.</li> <li>- A visita ocorre em condições adequadas com dados e informações atualizadas e verificadas.</li> </ul>	<p><b>5 - Estratégias de comunicação e a visita domiciliar no Programa Bolsa Família</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Tudo que a estratégia das propostas feitas. Compreendo todos eles. Saiba que cada proposta significa.</li> <li>Atende a todos, programar.</li> <li>Fazer as estratégias de forma clara e objetiva para quem é beneficiário do programa.</li> <li>Estabelecer comunicação com o público.</li> </ul>
<p><b>Atividade 1</b></p> <p><b>Atividade 1</b></p> <p>Atividade 1 e 2 em uma única página que você pode usar para reunir a família.</p> <p>Atividade 1 e 2 em uma única página que você pode usar para reunir a família.</p>	<p><b>OBRIGADA!</b></p> <p>Jessica Mendes</p>
<p><b>TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA</b></p> <p>2024-25</p> <p>Professora Jocelina Alves Mendes</p>	<p><b>TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA</b></p>
<p><b>ÍNDICE</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Objetivo da Aula 10</li> <li>2. Importância do atendimento social na comunicação no Programa Bolsa Família.</li> <li>3. Alguns exemplos de problemas na comunicação em visitas.</li> <li>4. Como atuar, identificar e resolver.</li> <li>5. Considerações finais.</li> </ol>	<p><b>1 - Objetivos da Aula 10</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentar a importância do atendimento social na comunicação em visitas domiciliares do Bolsa Família.</li> <li>Apresentar algumas estratégias para melhorar as visitas domiciliares e a comunicação em visitas.</li> <li>Identificar e apresentar alguns exemplos de problemas de comunicação encontrados para serem trabalhados no Programa Bolsa Família com os visitadores.</li> </ul>

### 1 - Importância do sistema social na comunicação no Programa Bolsa Família

Em 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e definiu que o SUSAS é formado por serviços e ações de assistência social realizados por diferentes setores da sociedade brasileira (governos municipais, estaduais e federais).

Um dos eixos centrais, a assistência social, atua em três níveis de atuação:

1. Nível de Atendimento em Situação de Risco, no âmbito do SUSAS, e ações de proteção social de nível municipal, estadual e federal.

2. Nível de Atendimento em Situação de Risco, no âmbito do SUSAS, e ações de proteção social de nível municipal, estadual e federal.

3. Nível de Atendimento em Situação de Risco, no âmbito do SUSAS, e ações de proteção social de nível municipal, estadual e federal.

Alguns exemplos de problemas de comunicação em visitas:

- 1 - Não há comunicação com o sistema social durante as visitas.
- 2 - Não há comunicação com o sistema social durante as visitas.
- 3 - Não há comunicação com o sistema social durante as visitas.

### 3 - Alguns exemplos de problemas na comunicação em visitas

Exemplos de problemas de comunicação em visitas:

- 1 - Não há comunicação com o sistema social durante as visitas.
- 2 - Não há comunicação com o sistema social durante as visitas.
- 3 - Não há comunicação com o sistema social durante as visitas.

### Alguns exemplos de problemas na comunicação em visitas

- 1 - Não há comunicação com o sistema social durante as visitas.
- 2 - Não há comunicação com o sistema social durante as visitas.
- 3 - Não há comunicação com o sistema social durante as visitas.

### 3 - Como atuar, mediar e acolher

- 1 - Importante sempre em qualquer situação de emergência.
- 2 - Importante sempre em qualquer situação de emergência.
- 3 - Importante sempre em qualquer situação de emergência.

### 4 - Como atuar, mediar e acolher

- 1 - Importante sempre em qualquer situação de emergência.
- 2 - Importante sempre em qualquer situação de emergência.
- 3 - Importante sempre em qualquer situação de emergência.

**TRANSFORMANDO O BRASIL**  
 Bolsa Família conecta 21 anos e protege 21,7 milhões de pessoas

Desde 2003, o Bolsa Família conecta 21 anos e protege 21,7 milhões de pessoas. Desde 2003, o Bolsa Família conecta 21 anos e protege 21,7 milhões de pessoas.

### 5 - Considerações Finais

20 anos de Bolsa Família como o programa que respeita a dignidade dos brasileiros e reduz desigualdades sociais.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Conselho Nacional de Políticas Sociais (CNPS).

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Conselho Nacional de Políticas Sociais (CNPS).

**PIBA**

Quando você está sendo atendido(a) pelo(a) profissional(a) responsável(a) pelo(a) atendimento(a) ao cidadão, lembre-se de que o atendimento ao cidadão é uma atividade essencial para a melhoria dos serviços.

Para isso, é necessário que você seja "Comunicativo e humanizado" em todas as situações.

Comunicativo e humanizado significa: ser capaz de ouvir, entender, explicar, responder e resolver os problemas do cidadão. Isso inclui: ser claro, objetivo, cordial, respeitoso e acessível em todas as situações.

Para isso, é necessário que você seja capaz de ouvir, entender, explicar, responder e resolver os problemas do cidadão.

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

O PIBA é uma ferramenta de comunicação de alto nível, que possibilita o atendimento ao cidadão de forma humanizada. Para isso, é necessário que você seja comunicativo e humanizado em todas as situações.

**PIBA**

**OBRIGADA!**

Ana Maria

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

**17.16.9. CURSO VIII - TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZAÇÃO E A VISITA DOMICILIAR DO BOSA FAMÍLIA:**

**PIBA**

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA**

CURSO VIII

Professora Doutora Ana Maria

**PIBA**

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA**

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

**PIBA**

**ÍNDICE**

1. Apresentação do curso
2. Objetivos gerais do Curso
3. Linguagem e ferramentas essenciais básicas
4. Comunicação e visita domiciliar no Programa Bolsa Família
5. Conteúdos de ensino sobre Comunicação

**PIBA**

**1 - Apresentação do curso**

O objetivo do curso é promover a melhoria dos serviços de Comunicação que atendem o cidadão de forma humanizada e acessível, através de visitas domiciliares no Programa Bolsa Família.

A visita domiciliar é um momento de relacionamento e participação que possibilita benefícios que se tornam reais de forma mais rápida. Para isso, é necessário que o profissional seja comunicativo e humanizado em todas as situações.

O curso abordará temas de comunicação e humanização, bem como técnicas de comunicação, em uma linguagem acessível, com exemplos práticos de comunicação humanizada em diferentes situações de atendimento ao cidadão.

## 2 – Objetivos da Aula 1

- Apresentar conceitos e reflexões sobre linguagem e sociedade
- Discutir sobre a importância da comunicação para o desenvolvimento social numa sociedade democrática
- Refletir sobre os valores éticos e da Comunicação e sobre o papel da Comunicação para a sociedade
- Apresentar um panorama da atual Comunicação
- Apresentar o contexto do curso e da disciplina

## 3 – Linguagem e sociedade: aspectos iniciais

- Linguagem é um fenômeno cultural social
- Permite trocas sociais essenciais para a vida em sociedade
- É possível para a sociedade humana, o acesso à cultura e ao progresso
- Permite estabelecer relações de troca entre indivíduos que não podem ser resolvidas apenas individualmente, através de meios físicos, sociais, econômicos ou culturais
- Por meio da linguagem, podemos estabelecer relações sociais, produzindo e consumindo cultura

## Outros exemplos de Linguagens

Trabalho artístico em arquitetura

Linguagem artística e visual

Linguagem verbal e gestual

Uma linguagem, produzida por a linguagem para outro, não, do que, qualifica-se a comunicação dentro e exterior de si mesma.

## Comunicação pública e bem comum social

## Comunicação pública

- Comunicação entre o governo público e a sociedade
- Comunicação entre governo público e sociedade
- Trata-se de comunicação bidirecional e adaptada às necessidades de diferentes públicos
- Inclui, entre outras coisas, ações de educação, de saúde, de segurança pública e de cultura
- Trata-se de comunicação de interesse público, que visa ao bem comum da sociedade, através de ações, políticas e programas, desenvolvidos pelo Estado

## Benefícios da Comunicação pública eficaz

- Estabelece o diálogo de qualidade em espaços públicos, locais comunitários
- Democratiza as informações
- Garante a participação social nas ações públicas e ações privadas
- Estimula o aprimoramento de políticas, ações e programas de interesse público
- Atrai investimentos de qualidade

## Algumas medidas para a comunicação pública eficaz

- 1 – Adaptação de linguagem e canais
- 2 – Investimento em canais e formatos
- 3 – Avaliação de impacto

### Diversidade linguística na sociedade brasileira



Existem no Brasil mais de 200 línguas, desde línguas indígenas até línguas estrangeiras, de origem europeia, africana e asiática, com um conjunto de dialetos regionais. São línguas que possuem vocabulário e estruturas gramaticais muito diferentes, mas que compartilham a mesma base de compreensão: a língua portuguesa brasileira.

### 4 - Comunicação e visita domiciliar no Programa Bolsa Família

- A visita domiciliar é um instrumento pedagógico essencial para o Programa Bolsa Família para atingir as famílias beneficiárias em suas comunidades.
- No caso do Programa Bolsa Família, tem como objetivo principal a prestação de apoio às beneficiárias.
- É realizada por agentes de campo locais.
- É desenvolvida por equipes multidisciplinares interdisciplinares.



### 5 – Conceitos Iniciais sobre a Comunicação

#### 5.1 – Conceito de comunicação

• A comunicação é o processo pelo qual o emissor transmite a mensagem ao receptor por meio de um canal (verbal, escrito ou não verbal). Assim, a comunicação ocorre quando há um emissor, um receptor, um canal e um conteúdo.

#### 5.2 – Tipos de comunicação

• Comunicação verbal: ocorre por meio da palavra falada ou escrita.

#### 5.3 – Comunicação não verbal

• A comunicação não verbal ocorre por meio de gestos, expressões faciais, postura, etc. Ela complementa a comunicação verbal e é essencial para a compreensão da mensagem.



A comunicação é o fator para uma sociedade saudável, para garantir a troca de ideias, o fortalecimento de valores e a promoção de ações.



**OBIGADA!**

Ana Maria

## TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

Professora Ana Maria

PIBA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO



**ÍNDICE**

1. Objetivos da Aula 2
2. Teoria da Comunicação de Jakobson
3. Intencionalidade e papéis sociais
4. Emissor e receptor na ato comunicativo
5. A importância da imagem comunicativa do emissor
6. Conheça seu receptor
7. Fatores na comunicação



### 1 – Objetivos da Aula 2

- Descrever os Elementos da Comunicação de Jakobson e sua importância para a comunicação.
- Compreender os conceitos de Intencionalidade e papéis sociais e sua importância para a comunicação.
- Analisar o papel de emissor e receptor na comunicação.
- Verificar como a intenção e a imagem podem atuar e influenciar na comunicação.

### 2 – Teoria da Comunicação de Jakobson (1896-1982)

### Sobre a teoria de Jakobson

- 1. **Relevância teórica:** a prática da comunicação de qualquer forma – verbal ou não verbal – sempre por meio de um código comum.
- 2. **O canal pode ser físico ou simbólico.** Sempre por meio de um código comum.
- 3. **Identifica os aspectos que fazem a relação estabelecida na comunicação e suas diferenças de comunicação e comunicação para se obter os efeitos desejados e o entendimento da forma da comunicação.**



**Intencionalidade:**  
"Tal qual quer a coisa seja, é que querendo é que acontece".  
"A comunicação é a manifestação da intenção".  
"Intencionalidade" – Dicionário de Língua Portuguesa

### 3 – Intencionalidade e papéis sociais

- "Intencionalidade é a necessidade de algum propósito comunicativo" – Erving Goffman (1966). Disponível em: <http://www.eric.com.br/>
- **Objetivo da comunicação:** "Um papel em um ato, uma etapa no processo e não "o ato" em si mesmo". Qual seria a intenção do emissor? Qual a intenção do receptor?
- **Exemplos:** pedir para fazer uma tarefa, chamar atenção, pedir desculpas, pedir ajuda, etc.
- **Relevância teórica:** a prática da comunicação sempre por meio de um código comum.

**Situação 1**  
Emissor: dona de casa  
Receptor: empregada doméstica  
Texto: O lixo está sujo.  
Intenção: Limpe e cozinha, por favor.

**Situação 2**  
Emissor: Coordenador  
Receptor: Diretor  
Texto: O lixo está sujo.  
Intenção: O local ainda não foi limpo! Há necessidade que alguém limpe o terreno! Apenas um ritual de cortesia.

### Os papéis sociais

Um mesmo ato comunicativo pode desempenhar diferentes papéis sociais.

- Uma mulher diz para o marido: "Por favor, limpe o lixo". Se ela está falando com uma empregada doméstica, o ato comunicativo é diferente.
- Uma mulher diz para o marido: "Por favor, limpe o lixo". Se ela está falando com um amigo, o ato comunicativo é diferente.
- Uma mulher diz para o marido: "Por favor, limpe o lixo". Se ela está falando com um filho, o ato comunicativo é diferente.

Comunicar é uma atividade essencial para a vida humana. Para isso, é necessário estabelecer contato com outras pessoas de forma eficaz.

### 4 – Emissor e receptor no ato comunicativo

The diagram shows the flow from the **Emissor** (who encodes the message) to the **Mensagem** (the message itself) and finally to the **Receptor** (who decodes the message).

### 5 – A importância da imagem comunicativa de emissor

- Uma imagem que é construída ao longo da vida.
- Uma imagem que é influenciada por fatores, de modo a criar o contexto de qualidade percebida.
- Uma que é construída ao longo da vida, a partir de experiências, de modo a criar o contexto de qualidade percebida.
- Uma imagem que é construída ao longo da vida, a partir de experiências, de modo a criar o contexto de qualidade percebida.
- Uma imagem que é construída ao longo da vida, a partir de experiências, de modo a criar o contexto de qualidade percebida.

### Na vida cotidiana, o beneficiado possui uma imagem prévia do visitado, já que este indivíduo é visto como:

- Um agente público;
- Um "funcionário";
- Alguém que pode "estragar a sua festa";
- Alguém que "barranca";

Na vida cotidiana, o beneficiado possui uma imagem prévia do visitado, já que este indivíduo é visto como um agente público, um "funcionário", alguém que pode "estragar a sua festa", alguém que "barranca".

### 6 – Conhecendo seu receptor

1 – Pessoa desconhecida

2 – Pessoa com contato

3 – Pessoa com afinidade

### Como agir?

**Com a pessoa desconhecida**

- Conversar bem sobre o que fez e sua execução;
- Saber bem os procedimentos técnicos;

**Com a pessoa desconhecida**

- Falar de forma profissional, com uso de linguagem simples;
- Saber apresentar as informações de forma detalhada, incluindo todas as dúvidas;
- Falar com segurança. Evite expressões como "acho que";

### 7- Ruído na comunicação

### Ruído na comunicação

**1.1 O que é ruído na comunicação?**

Ruído é todo o elemento que prejudica ou distorce a mensagem que deve ser passada. Também pode ser o receptor não compreendendo o que, de fato, ocorreu após isso.

**1.2 Alguns fatores que levam ao ruído**

- 1) **Barreiras físicas:** ruído físico no ambiente. Exemplo: falar muito alto quando não está em um ambiente silencioso.
- 2) **Barreiras psicológicas:** ruído psicológico. Exemplo: quando se fala algo muito rápido ou muito devagar, o receptor não consegue entender.
- 3) **Barreiras culturais:** ruído cultural. Exemplo: quando se fala algo muito técnico ou muito informal, o receptor não consegue entender.
- 4) **Barreiras emocionais:** ruído emocional. Exemplo: quando se fala algo muito triste ou muito feliz, o receptor não consegue entender.
- 5) **Barreiras físicas:** ruído físico no ambiente. Exemplo: falar muito alto quando não está em um ambiente silencioso.

OBRIKADA!

Anna Maria

PIBA

TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

AULA 2

Professora Guadalupe Simões Moreira

PIBA

ANEXO 2  
PROGRAMA INSTITUCIONAL BOLSA FAMÍLIA

TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

PIBA

ÍNDICE

- Objetivos da Aula 1
- Polidez e proteção da face
- Como fazer uma crítica
- Qualidade e reconhecimento
- Conhecimento e se reconhec
- Métodos de comunicação oral

1 – Objetivos da Aula 3

- Desenvolver a autoconsciência
- Compreender os conceitos e interconexões e aplicar os dados e os resultados obtidos às situações
- Desenvolver a capacidade de analisar e interpretar as comunicações
- Identificar os pontos fortes e as dificuldades presentes nas comunicações e reconhecer as necessidades

PIBA

2 – Polidez e proteção da face

- Ativar estratégias em nível discursivo e nível da face
- Identificar estratégias utilizadas para proteger a sua face e a de seu interlocutor
- Fazer comparações de valores socioculturais através da análise de um episódio, a partir da descrição de um episódio de comunicação, tendo a sua dimensão moral e éticas, e qual ele deve ter sua importância
- No planejamento da sua intervenção, dar sugestões para que o episódio seja resolvido de maneira adequada
- Desenvolver o diálogo
- Identificar as estratégias utilizadas para proteger a sua face e a de seu interlocutor
- Desenvolver as estratégias e a capacidade para analisar as estratégias de comunicação em situações de conflito
- Realizar a comunicação, formalizada, tendo em conta o contexto de sua intervenção

Algumas estratégias de polidez

- Usar palavras de cortesia para iniciar e encerrar
- Mostrar o conhecimento das normas de cortesia e das normas sociais convencionais
- Não agir e não criticar sem antes mostrar o respeito pelo outro e a crítica



**2**

Fuente e observação de audio

Atividade: Ouvir o conteúdo e fazer o texto, depois, discutir o conteúdo com o grupo e fazer o texto. (1 hora para cada slide)

**3**

Linguagem verbal e corporal

Atividade: Ouvir o texto e fazer o texto, depois, discutir o conteúdo com o grupo e fazer o texto. (1 hora para cada slide)

**4**

Uso de voz

Atividade: Ouvir o texto e fazer o texto, depois, discutir o conteúdo com o grupo e fazer o texto. (1 hora para cada slide)

**5**

Uso de gestos

Atividade: Ouvir o texto e fazer o texto, depois, discutir o conteúdo com o grupo e fazer o texto. (1 hora para cada slide)

**6**

Planejamento

Atividade: Ouvir o texto e fazer o texto, depois, discutir o conteúdo com o grupo e fazer o texto. (1 hora para cada slide)

Atividade: Ouvir o texto e fazer o texto, depois, discutir o conteúdo com o grupo e fazer o texto. (1 hora para cada slide)

**OBRIKADA!**

Ana Maria

**PIBA**

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMILIA**

SLIDE 1

Professora Doutora Ana Maria



### 5 - Conhecimento técnico e comunicação efetiva

o conhecimento técnico, com domínio e competência em se auto avaliar. Nesse auto-avaliação incluem saber a importância de manter o que mudou com sua formação. Saber a importância de não se esquecer de tudo isso em uma comunicação efetiva.

### 6 - Como fazer na prática

Como correlacionamos a comunicação não verbal e a escrita ativa?

- Observe as orientações para realizar essa correlação:
- 1. Não se desentenda;
  - 2. Não se desentenda;
  - 3. Não se desentenda;
  - 4. Não se desentenda;
  - 5. Não se desentenda;
  - 6. Não se desentenda;
  - 7. Não se desentenda;
  - 8. Não se desentenda;
  - 9. Não se desentenda;
  - 10. Não se desentenda;

**Prática não é privilégio de algumas pessoas, mas o direito de todos.**

Prof. Dr. ...

... ..

## OBRIGADA!

Ana Maria

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMILIA

... ..

Professora Ana Maria ...

AULA 5

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMILIA

## ÍNDICE

1. Objetivo da Aula 5
2. Multiculturalismo e respeito à diversidade cultural
3. A desigualdade social no Brasil
4. Visitas Domiciliares
5. Processo linguístico
6. Comunicação efetiva

### 1 – Objetivos da Aula 5

- 1. Apresentar o conceito de multiculturalismo e sua importância para a respeito à diversidade cultural.
- 2. Falar da importância, principalmente, para o acadêmico, que conhece o momento histórico e social que vive e a respeito à diversidade cultural no Brasil.
- 3. Apresentar aspectos linguísticos e sua relação com a diversidade linguística da população.
- 4. Falar sobre processos linguísticos e sobre a aula 5.

### 2 – Multiculturalismo e respeito à diversidade cultural

Multiculturalismo significa o respeito às diferenças culturais em uma sociedade, incluindo o respeito à diversidade cultural. Isso implica em reconhecer e respeitar as diferenças culturais.

**Objetivo da aula 5:** Apresentar o conceito de multiculturalismo e sua importância para o acadêmico, que conhece o momento histórico e social que vive e a respeito à diversidade cultural no Brasil.

**Conteúdo da aula 5:** Multiculturalismo e respeito à diversidade cultural. A importância da diversidade cultural para a sociedade brasileira.

**Atividade 1:** Apresentação de vídeos que abordam a diversidade cultural e o respeito à diversidade cultural no Brasil.

**Atividade 2:** Apresentação de vídeos que abordam a diversidade cultural e o respeito à diversidade cultural no Brasil.

### 3 – A desigualdade racial no Brasil

- Em 2012, a taxa de analfabetos entre a população branca era de 30%, entre os negros, de 60%; e entre os pardos, de 50%. Ao olhar a realidade racial, a diferença é ainda maior e os resultados favorecem às elites e à elite da política e política (IBGE, 2012).
- De acordo com o IBGE, a renda média bruta mensal em reais dos negros (R\$1.000,00) é menor do que a dos brancos (R\$1.500,00). Isso significa que os negros recebem cerca de 66% do que os brancos recebem em termos de renda. Isso significa que os negros recebem cerca de 66% do que os brancos recebem em termos de renda.
- De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego entre os negros é de 12,5%, enquanto a dos brancos é de 7,5%.

### BRASIL

Índice de desigualdade racial

IBGE

### Desigualdade racial: dados de desigualdade

Fluxos migratórios em direção às áreas urbanas e centros de planejamento urbano e gestão de áreas (%)

Desigualdade racial	10%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018

### Prisões no Brasil

Prisões em 2005 e 2010

Em 2005	23.375	91.482
Brancos	10,2%	99,4%
Em 2010	22.336	106.773
Brancos	10,2%	99,7%

IBGE

### 4 – Variações linguísticas

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as variações linguísticas e fonéticas ocorrem em todas as regiões do Brasil, refletindo as diferenças culturais e sociais.

- Na variação linguística, as diferenças fonéticas são as mais evidentes, como o uso de "tudo" em vez de "tudo", "tudo" em vez de "tudo", etc.
- Além disso, há variações no uso de palavras e expressões, como o uso de "tudo" em vez de "tudo", "tudo" em vez de "tudo", etc.
- A variação linguística é uma característica natural da língua portuguesa, refletindo a diversidade cultural e social do Brasil.

### Principais fatores de variação

- Variação linguística: diferenças fonéticas e lexicais.
- Variação fonética: diferenças na pronúncia das palavras.
- Variação lexicológica: diferenças no uso de palavras e expressões.
- Variação morfológica: diferenças na formação das palavras.
- Variação sintática: diferenças na construção das frases.

### 5 – Preconceito linguístico

- Preconceito linguístico é uma forma de discriminação que ocorre quando uma variedade linguística é considerada inferior a outra.
- Preconceito linguístico ocorre quando uma variedade linguística é considerada inferior a outra.
- Preconceito linguístico ocorre quando uma variedade linguística é considerada inferior a outra.

### Algumas frases que denotam o preconceito linguístico

- "Não fale com esse sotaque, não dá para entender!"
- "Não fale com esse sotaque, não dá para entender!"
- "Não fale com esse sotaque, não dá para entender!"

### Frases para reflexão

Quando se vai trabalhar, qual sotaque vale mais?

É mais ou menos de desigualdade social isso aqui?

Na hora de falar, qual sotaque vale mais?

### 5 – Comunicação eficaz

- Como falar melhor, melhorar a comunicação em sala de aula? É a pergunta que todos nós devemos fazer.
- Preconceito linguístico é uma forma de discriminação que ocorre quando uma variedade linguística é considerada inferior a outra.
- Preconceito linguístico é uma forma de discriminação que ocorre quando uma variedade linguística é considerada inferior a outra.

Minha filha me fez "sairte" pelo sei de ninguém.

Graciela Bressanini



**OBIGADA!**

Ana Maria

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA**  
AULA 5  
Professora Graziela Bressanini

**AULA 5**  
PROFESSORA GRAZIELA BRESSANINI

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA**

**ÍNDICE**

1. Objetivo da Aula 5
2. Linguagem simples
3. Letear público e linguagem simples
4. Cidadania, linguagem simples e acesso a políticas públicas
5. Dificuldades linguísticas: alguns desafios educacionais
6. Impactos do uso de linguagem pouco acessível tanto saber público e formas de superar os desafios

**1 – Objetivos da Aula 5**

- 1. Identificar e utilizar linguagem simples
- 2. Interagir no contexto de frequência elevada à sua comunidade (bairro de origem) pública
- 3. Apresentar e relação entre linguagem simples e cidadania
- 4. Conscientizar sobre questões educacionais do acesso à saúde, cidadania e cultura das famílias
- 5. Apresentar os impactos do não uso de linguagem simples para saber público e como superar esses desafios

**2 – A linguagem simples**

1. O conceito de linguagem simples refere-se à utilização de comunicação baseada em estruturas de frases, léxico de alto nível, ideias, objetivos e sentimentos
2. A linguagem simples pode ser utilizada em diversos contextos, como produção de materiais de instruções, formulários, textos legais, informativos das áreas educacionais, ambientais, sociais, entre outros. É importante não se confundir com a linguagem mais acessível, incluindo também recursos didáticos e recursos tecnológicos
3. Não apenas que linguagem simples seja a ausência de linguagem complexa

**Alguns exemplos**

Muito simples, de acordo com o Dicionário de Termos Jurídicos, o uso de termos jurídicos, jurídicos e jurídicos em um mesmo contexto.

**Exemplo: Uma criança pergunta: "Qual era o pai do cavaleteiro?"**

Essa frase pode ser entendida por muitas pessoas, mas, para outras, dependendo do nível de escolaridade, pode não ser.

**Podemos trocar por: "Qual era o pai do cavaleteiro em qual época?"**

*Exemplos de linguagem simples: frases de fácil compreensão, frases curtas, frases com palavras simples e frases com palavras simples e frases com palavras simples.*

**Mais exemplos**

**Exemplo de frase difícil:** "A comunicação efetiva dos princípios fundamentais da Agenda Democrática do Brasil consiste de fortes diretrizes, em dois pilares, baseadas na ordem jurídica constitucional".

**Exemplo de frase mais simples:** "É muito importante que os princípios fundamentais da Agenda Democrática do Brasil consistam em dois pilares: a ordem jurídica constitucional".

**Dica de leitura**

1. Recomendamos a leitura do livro "Linguagem Simples: os desafios da cidadania" publicado pela Polivox na São Paulo em 2016.

### 3 - Setor público e linguagem simples

Segundo a Pesquisa Nacional Brasileira de 2010, a linguagem simples é usada em 40% dos documentos e 50% dos sites públicos.

Essa linguagem simples é usada em documentos, sites, aplicativos e serviços públicos.

Exemplos: guias, formulários, sites, aplicativos e serviços públicos.

### Algumas iniciativas de Linguagem Simples

1 - Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527 de 2012)  
Torna mais fácil obter informações sobre o funcionamento do governo federal.

2 - Programa Municipal de Linguagem Simples do Rio de Janeiro  
Iniciativa para melhorar a comunicação com o cidadão.

3 - Lei de Acesso à Informação dos Estados (Lei 12.527 de 2012)  
Torna mais fácil obter informações sobre o funcionamento do governo estadual.

Este movimento social, a chamada, a favor da linguagem simples é uma das formas mais recentes de garantir as informações, que os cidadãos e suas organizações, têm o direito de receber.

**Objetivo:** Melhorar a qualidade dos serviços públicos.

**Benefícios:** Melhorar a qualidade dos serviços públicos, reduzir a burocracia e aumentar a transparência.

### 4 - Cidadania, linguagem simples e acesso a políticas públicas

“O Brasil tem um grande desafio: a melhoria e a divulgação de informações sobre os serviços públicos. Isso é essencial para a cidadania e a participação social.”

Um exemplo de como isso pode ser feito é através da linguagem simples. Isso significa usar uma linguagem clara e direta, que seja fácil de entender para todos os cidadãos.

Um exemplo de como isso pode ser feito é através da linguagem simples. Isso significa usar uma linguagem clara e direta, que seja fácil de entender para todos os cidadãos.

**Objetivo:** Melhorar a qualidade dos serviços públicos, reduzir a burocracia e aumentar a transparência.

### Exemplos

“Quando você precisa obter um documento, não precisa ir ao órgão público. Você pode fazer isso online, de forma simples e direta.”

“Quando você precisa obter um documento, não precisa ir ao órgão público. Você pode fazer isso online, de forma simples e direta.”

**Objetivo:** Melhorar a qualidade dos serviços públicos, reduzir a burocracia e aumentar a transparência.

### 5 - 200 milhões de brasileiros sem acesso a serviços públicos

### 6 - Desempenho do Brasil no PISA 2018

o Brasil tem um bom desempenho em relação ao desempenho médio dos países em desenvolvimento. Isso indica que o Brasil está avançando em termos de educação e desenvolvimento humano.

### 6 - Impactos do uso de linguagem simples acessível pelo setor público e formas de superar os desafios

#### 6.1 - Impactos

- Melhoria e qualidade dos serviços públicos
- Melhoramento da participação cidadã
- Maior transparência dos serviços públicos
- Estímulo de grupos marginalizados

### Formas de superar

- Simplificar a linguagem: O governo deve fazer um uso de linguagem simples, clara e direta.
- Melhorar a comunicação: O governo deve fazer um uso de linguagem simples, clara e direta.
- Capacitar os servidores públicos: O governo deve fazer um uso de linguagem simples, clara e direta.

“A linguagem simples é um instrumento poderoso de democratização do conhecimento, que torna as informações acessíveis a todos os cidadãos, promovendo a participação social e o desenvolvimento humano.”



**OBRIGADA!**

Ana Maria



**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA**

AULA 7

Professora Guiliana Bred Moura

**AULA 7**  
PROFESSORA GUILIANA BRED MOURA

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA**



**ÍNDICE**

1. Objetivo da Aula 7
2. A comunicação não violenta
3. Exemplos negativos
4. Exemplos positivos
5. A comunicação humanizada
6. Reflexão em um caso clínico

**1 – Objetivos da Aula 7**

- Apresentar conceitos de comunicação não violenta e sua importância social;
- Apresentar exemplos de uso da comunicação violenta e não-violenta, mostrando quando há e quando não há violência;
- Apresentar exemplos de comunicação humanizada e sua importância social.

**2 – A comunicação não violenta**

A Comunicação Não Violenta (CNV) é um método de comunicação desenvolvido pelo psicólogo americano, Marshall Rosenberg. O objetivo é desenvolver relações positivas e efetivas, baseadas no respeito, na empatia e na responsabilidade individual e do pertencimento à humanidade.

**Alguns princípios importantes:**

- se coloca antes de mim, Marshall Rosenberg
- O Instituto Domini, Brasil

**Benefícios de uma comunicação não violenta**



1 – Melhor relacionamento



2 – Ajuda na resolução de conflitos



3 – Prevenção de estresse e ansiedade

**3 – Exemplos negativos**



**Comunicação violenta com linguagem corporal**

**Linguagem não-verbal e falta de atenção**



**Violência na linguagem facial e corporal**



**Linguagem facial e corporal de respeito**



**Olhar de não comprometimento e desatenção**



**Comunicação violenta com linguagem verbal**

- "Fique logo aqui dentro!"
- "Não tem porque virar de lado!"
- "Não adianta tentar conversar com você, porque você nunca escuta!"
- "Não tem importância, se não tem eu não vou prestar!"
- "Então não precisa, porque não vai fazer de nada!"
- "Então não precisa!"

### 6 - Exemplos concretos

#### Como tocar por comunicação não violenta

- "Tudo começa com o 'eu'?"
- "O feedback positivo, por exemplo, é mais importante que o negativo?"
- "Qual é a linguagem corporal aqui?"
- "O feedback construtivo é que faz sentido? Ou não tem sentido, porque realmente construtivo?"
- "Tudo começa sempre com o 'eu', porque não é necessário?"
- "Mas por que não falar mais 'eu'? Qual é a importância de falar sobre o 'eu' quando se está se comunicando com outro?"
- "Tudo começa com o 'eu' ou com o 'você'?"
- "Como falar com alguém que não quer ouvir?"
- "Como falar com alguém que não quer falar?"
- "Como falar com alguém que não quer ouvir?"
- "Como falar com alguém que não quer falar?"

### Comunicação não violenta com linguagem corporal

Exemplos concretos e exemplos

Linguagem facial no diálogo

Linguagem gestual no diálogo

### 5 - A comunicação humanizada

### 5 - A comunicação humanizada

"A comunicação humanizada é o processo de estabelecer uma conexão emocional e intelectual com o outro, permitindo que ele se abra e compartilhe suas experiências e sentimentos." (Linda Ferraz, psicóloga brasileira)

Para isso, precisamos do feedback para nos ajudar a entender o que o outro está pensando e sentindo, e também para nos ajudar a entender o que o outro está pensando e sentindo.

Esta forma de comunicação, com um foco no outro, é fundamental para estabelecer uma conexão emocional e intelectual com o outro, permitindo que ele se abra e compartilhe suas experiências e sentimentos.

A comunicação é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, permitindo que todos tenham voz e sejam ouvidos.

### 6 - Reflexos da comunicação humanizada em um país diverso

- 1 - Valorização e reconhecimento da diversidade no país.
- 2 - Redução da desigualdade social e econômica.
- 3 - Participação de todos no país, não apenas dos ricos e poderosos.

"Comunicação é o instrumento por meio do qual se estabelece a conexão entre os indivíduos e os grupos, permitindo que todos tenham voz e sejam ouvidos." (Linda Ferraz, psicóloga brasileira)

**OBIGADA!**

Ana Maria

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMILIA

ANA M.

Professora Ana Maria Silva

### AULA 8 MÓDULO 2020/1 (18h)

## TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

### ÍNDICE

1. Objetivos da Aula 8
2. A Visita domiciliar
3. Aspectos comunicativos implicados
4. Presença de outras organizações
5. Caso concreto e a consultação de usuário

---

### 1 – Objetivos da Aula 8

- 1- Apresentar a que se trata a visita domiciliar, principalmente no caso do Programa Bolsa Família.
- 2- Identificar os aspectos comunicativos implicados nessa visita, assim como os papéis e funções dos profissionais envolvidos.
- 3- Analisar alguns casos em que áreas de intervenção se cruzam e compreender o contexto social envolvido.

### 2 – A Visita domiciliar

A visita domiciliar no Programa Bolsa Família consiste na ida do técnico às famílias beneficiárias, por parte de técnicos contratados pelo governo, para coletar informações precisadas no Cadastro Único que permitem passar por avaliações de acompanhamento social.

Sendo assim, o técnico oficial de dados do governo se encontra sempre atualizado.

---

### O que é o Cadastro Único?

Informações essenciais do “Manual do Estabelecido”

- 1- “Trata-se um único e regulamentado pelo Decreto L. 688, de 2007”
- 2- “É um instrumento de identificação e cadastração de famílias beneficiárias de baixa renda”.
- 3- “São informações sobre as condições socioeconômicas das famílias beneficiárias, atualizadas e mantidas para obter diagnósticos socioeconômicos das famílias beneficiárias”

### Qual a importância do Cadastro Único?

O Cadastro Único é importante porque:

- 1- permite a gestão integrada de todos os benefícios sociais de caráter financeiro e não financeiro;
- 2- Auxilia na prestação de dados para que o Estado desenvolva ações de políticas que beneficiem o cidadão e possam promover políticas públicas de combate;
- 3- Facilita o planejamento de políticas públicas de intervenção social.

---

### 3 - Aspectos comunicativos implicados

Este texto tem que ser lido no contexto social, e não simplesmente por si só, no modo convencional de se ler um texto.

### A intenção do usuário é reunir as informações necessárias para o órgão público

---

### Observação

importante lembrar que o técnico não será sempre o visitado. Beneficiário, ao responder às perguntas, passará ao papel de emissor.

### 4 - Papéis sociais implicados

- 1- Ser visitado de visita domiciliar, mesmo quando o usuário se encontra em estado de saúde;
- 2- Visitado: representa um ato público, apesar de não se tratar de governo. É, portanto, legitimado pelo governo a estar visitado por técnicos;
- 3- Beneficiário: alguém que recebe uma ajuda governamental. Possui um estado de pobreza e vulnerabilidade;
- 4- O beneficiário não pode ser tratado como agente do Estado. Independentemente de ser ou não do Estado, não se pode obrigá-lo a ser assistido;
- 5- A visita domiciliar se trata de uma intervenção social e não apenas de uma prática de trabalho técnico;
- 6- O técnico é aquele “de fora” que pode ser considerado agente de “força de ocupação”;

### 3 - Possíveis desafios comunicativos

Desafios para o usuário

Desafios para o profissional da assistência

Comunicação

### Como enfrentá-los?

É preciso reconhecer o outro, reconhecer suas histórias e situações, entender que a falta de dados não é ausência de possibilidades humanas.

Quando há comunicação de emergência, estabelecer uma rotina diária com o usuário através de mensagens curtas e objetivas, sempre com o intuito de estabelecer uma conexão.

Adotar uma linguagem acessível, evitar termos técnicos, utilizar linguagem clara e objetiva, sempre com o intuito de estabelecer uma conexão.

### 5 – Caso concreto e a comunicação não violenta

Imagine a seguinte situação:

Você chegou em casa de uma família e foi recebido por o beneficiário informado por você sobre a falta de acesso ao atendimento presencial.

**O que fazer com essa comunicação não violenta?**

1

**O que fazer?**

Muito importante, de comunicação humanizada e não violenta, um objetivo é compreender os sentimentos de quem.

**Uma vez o caso real de beneficiário, é de ajudar em situações de vulnerabilidade que geram o Programa. A intervenção não está em permitir o uso.**

Quando, de fato, não se tem acesso a um atendimento presencial, o que fazer?

2

**O que fazer?**

- Realizar as mediações entre o usuário e o serviço, para que seja possível.
- Importante deixar claro as responsabilidades de governo com as famílias e que a falta de acesso não é culpa do usuário, mas sim do sistema e da falta de recursos do sistema e para que o governo possa ser melhorado para o Programa.
- Importante dizer que a falta de acesso não é culpa do usuário, mas sim do sistema e da falta de recursos do sistema e para que o governo possa ser melhorado para o Programa.

Quando não há acesso à internet, não usar aplicativos, apenas usar o telefone celular.

**OBRIGADA!**

Ana Maria

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA**

GUIA 1

Professora: Daniela Brand Moraes

AO LÍTER, O PROFESSOR DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA**

**ÍNDICE**

1. Objetivos da Aula 9
2. Planejamento e comunicação
3. Contexto e cenário
4. A entrevista
5. Estratégias de comunicação e a visita domiciliar no Programa Bolsa Família

### 1 – Objetivos da Aula 9

- Apresentar estratégias de planejamento e comunicação em e-prints.
- Tomar ciência e importância do plano de comunicação e comunicação.
- Abordar o plano institucional e o plano de comunicação.

### PIBA 2 – Planejamento e comunicação

- Compreender o plano e a importância dele para o trabalho de pesquisa científica.
- A importância do plano de comunicação para o trabalho de pesquisa científica.
- Ter um e-prints em e-prints, é possível de ser feito mesmo com o plano de comunicação e o plano de comunicação para e-prints.
- Abordar o plano de comunicação e o plano de comunicação.




### Dicas de preparação

- 1 – Faça o plano de comunicação antes de escrever o texto, sendo possível o plano de comunicação e o plano de comunicação.
- 2 – Faça o plano de comunicação antes de escrever o texto, sendo possível o plano de comunicação e o plano de comunicação.
- 3 – Faça o plano de comunicação antes de escrever o texto, sendo possível o plano de comunicação e o plano de comunicação.

### Dicas para a escrita

- 1 – Não tenha que escrever o texto e escrever o texto que não seja escrito.
- 2 – Não tenha que escrever o texto e escrever o texto que não seja escrito.
- 3 – Não tenha que escrever o texto e escrever o texto que não seja escrito.








### 3 – Clarez e escrita



### Clarez e escrita

- Escreva do texto em frases, frases e de frases.
- A clarez do texto está sempre presente e em uma estrutura simples.
- Organização dos textos na frase e o texto em um parágrafo que não tenha absolutamente para uma estrutura simples.




### Alguns exemplos

- Exemplo de texto de comunicação sobre o plano de comunicação e o plano de comunicação.
- Exemplo de texto de comunicação sobre o plano de comunicação e o plano de comunicação.
- Exemplo de texto de comunicação sobre o plano de comunicação e o plano de comunicação.

### Como deve ser.

- Exemplo de texto de comunicação sobre o plano de comunicação e o plano de comunicação.
- Exemplo de texto de comunicação sobre o plano de comunicação e o plano de comunicação.
- Exemplo de texto de comunicação sobre o plano de comunicação e o plano de comunicação.






### Alguns exemplos

"Exemplo de texto de comunicação sobre o plano de comunicação e o plano de comunicação."

"Exemplo de texto de comunicação sobre o plano de comunicação e o plano de comunicação."

### Como deve ser..

"Exemplo de texto de comunicação sobre o plano de comunicação e o plano de comunicação."

"Exemplo de texto de comunicação sobre o plano de comunicação e o plano de comunicação."






### Revisando alguns trechos:

- "Quem lê, aprende no silêncio do livro. **Dele** ele aprende a escrever na realidade, como a realidade."
- "Neste livro, aprende-se a se apropriar do livro **dele** até mesmo a aprender a produzir, a ler a realidade."
- "Ele sempre aprende a ler e a escrever **por** ele, ele se apropria e domina a linguagem."
- "Ele escreve e produz a partir de **dele** porque ele se apropria e domina a linguagem de **dele**."
- "Por isso, quem não produz nada sozinho, a linguagem **dele** não é dele."
- "Por isso quem não produz nada sozinho, a linguagem **dele** não é dele."

### Olhe a ordem direta da frase

- Quem lê, aprende no silêncio do livro. **Dele** ele aprende a escrever na realidade, como a realidade.

Exemplo: Livro foi escrito pelo agente público na segunda-feira.

- Quem escreve** foi segundo-feira, Maria foi segunda, pelo agente público.

A ordem direta **por** ele, ele se apropria e domina a linguagem de **dele**, ele escreve e produz a partir de **dele** porque ele se apropria e domina a linguagem de **dele**.

### Algumas perguntas a serem feitas para saber se escrita está clara

- 1) Há palavras desconhecidas?
- 2) Há frases desconhecidas?
- 3) Há palavras desconhecidas dentro das frases?
- 4) Há frases desconhecidas?
- 5) Há palavras desconhecidas dentro das frases?
- 6) Há frases desconhecidas?
- 7) Há palavras desconhecidas dentro das frases?
- 8) Há frases desconhecidas?
- 9) Há palavras desconhecidas dentro das frases?
- 10) Há frases desconhecidas?

### 1 - A Entrevista

### Características da entrevista

- 1- Entrevista realizada com o entrevistado em duas partes.
- 2- A entrevista é realizada a partir de uma entrevista e pode resultar em informações e outros dados de forma oral ou escrita. Geralmente realizada em sala de aula e em sala de aula.
- 3- Não pode ser realizada em sala de aula e em sala de aula e em sala de aula e em sala de aula.
- 4- A entrevista é realizada em sala de aula e em sala de aula e em sala de aula e em sala de aula.
- 5- A entrevista é realizada em sala de aula e em sala de aula e em sala de aula e em sala de aula.

### 5 - Estratégias de comunicação e a visita domiciliar no Programa Bolsa Família

- 1- Todas as perguntas das perguntas feitas. Compreenda todos eles. Todos os que são todos as perguntas feitas.
- 2- Todas as perguntas das perguntas feitas. Compreenda todos eles. Todos os que são todos as perguntas feitas.
- 3- Todas as perguntas das perguntas feitas. Compreenda todos eles. Todos os que são todos as perguntas feitas.
- 4- Todas as perguntas das perguntas feitas. Compreenda todos eles. Todos os que são todos as perguntas feitas.

**Atividade 1** é a primeira atividade que você pode usar para avaliar a escrita.

Atividade 1 é a primeira atividade que você pode usar para avaliar a escrita.

### OBRIGADA!

Ana Maria

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

2023-2024

Professora: Daniela Gomes Mendes

### TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

2023-2024

**ÍNDICE**

1. Objetivo da Aula 10
2. Importância do ambiente social na comunicação no Programa Bolsa Família
3. Alguns exemplos de problemas na comunicação em visitas
4. Como atuar, mediar e acolher
5. Considerações finais

### 1 – Objetivos da Aula 10

- Apresentar e explicar a importância do ambiente social na comunicação em visitas domiciliares do Bolsa Família
- Apresentar algumas estratégias para lidar com conflitos, desafios e dificuldades do trabalho
- Destacar a importância desses fatores de comunicação trabalhados para atuar no trabalho no Programa Bolsa Família em visitas domiciliares.

### 1 – Importância do ambiente social na comunicação no Programa Bolsa Família

“A saúde é essencial para que a população possa aproveitar plenamente os benefícios que surgem de uma estratégia educacional em visitas domiciliares”

Como um profissional, a importância social é fundamental e não se trata de apenas um fator, mas sim de um conjunto de fatores que atuam em conjunto para garantir a qualidade do trabalho e a satisfação dos profissionais envolvidos.

Assim, a importância do ambiente social é fundamental para a qualidade do atendimento que é prestado aos usuários, bem como para a satisfação dos profissionais envolvidos. Portanto, é essencial compreender a importância do ambiente social e como ele atua no trabalho em visitas domiciliares, bem como a importância do trabalho em equipe e a importância do trabalho em equipe para garantir a qualidade do trabalho e a satisfação dos profissionais envolvidos.

### Alguns problemas

- Desprezo pelo trabalho em equipe por parte dos profissionais
- Alguns não percebem a importância do trabalho em equipe em visitas domiciliares
- Desprezo pelo trabalho em equipe por parte dos profissionais
- Alguns não percebem a importância do trabalho em equipe em visitas domiciliares
- Alguns não percebem a importância do trabalho em equipe em visitas domiciliares
- Alguns não percebem a importância do trabalho em equipe em visitas domiciliares

Importância do ambiente social e alguns exemplos de problemas na comunicação

### 3 – Alguns exemplos de problemas na comunicação em visitas

1 – Desprezo pelo trabalho em equipe

2 – Não dar valor ao trabalho em equipe em visitas domiciliares

3 – Desprezo pelo trabalho em equipe

### Alguns exemplos de problemas na comunicação em visitas

1 – Alguns não percebem a importância do trabalho em equipe em visitas domiciliares

2 – Alguns não percebem a importância do trabalho em equipe em visitas domiciliares

3 – Alguns não percebem a importância do trabalho em equipe em visitas domiciliares

### 3 – Como atuar, mediar e acolher

- Respeitar o trabalho em equipe em visitas domiciliares
- Ser um profissional que atua em visitas domiciliares
- Como atuar, mediar e acolher em visitas domiciliares
- Como atuar, mediar e acolher em visitas domiciliares

### 4 – Como atuar, mediar e acolher

- Como atuar, mediar e acolher em visitas domiciliares
- Como atuar, mediar e acolher em visitas domiciliares
- Como atuar, mediar e acolher em visitas domiciliares

### 4 – Como atuar, mediar e acolher

Como atuar, mediar e acolher em visitas domiciliares



**30 anos de Bolsa Família: como o programa respeita a dignidade dos brasileiros e reduz desigualdades sociais**

Essa em 30º aniversário em reconhecimento às conquistas de todos e todas, é uma ótima oportunidade para refletir sobre o programa.



PIBA, Agência de Inovação em Assistência Social do Rio de Janeiro, promove o curso de capacitação em comunicação e visita domiciliar para o PIBA.

### ATIVIDADE AVALIATIVA

Com base no que foi apresentado nessa aula, discuta em um texto entre 200 e 300 palavras com o(a) colega(a) as seguintes questões:

1) O que significa Programação, avaliação, implementação, monitoramento e comunicação no contexto do PIBA?

2) Qual a importância da Comunicação Humanizada e da Visita Domiciliar para quem trabalha com o PIBA?

3) Como a comunicação humanizada e a visita domiciliar podem contribuir para a melhoria da qualidade da prestação de serviços?

4) De que modo a comunicação humanizada e a visita domiciliar podem contribuir para a melhoria da qualidade da prestação de serviços?

### Considerações finais

A vida pode ser um desafio, especialmente quando se trata de comunicação e interação. No entanto, com a comunicação humanizada e a visita domiciliar, podemos superar esses desafios e oferecer um atendimento de qualidade para todos.

Vamos trabalhar para oferecer um atendimento de qualidade para todos, com a comunicação humanizada e a visita domiciliar. Vamos trabalhar para oferecer um atendimento de qualidade para todos, com a comunicação humanizada e a visita domiciliar.

Com base no que foi apresentado nessa aula, discuta em um texto entre 200 e 300 palavras com o(a) colega(a) as seguintes questões:

1) O que significa Programação, avaliação, implementação, monitoramento e comunicação no contexto do PIBA?

2) Qual a importância da Comunicação Humanizada e da Visita Domiciliar para quem trabalha com o PIBA?

3) Como a comunicação humanizada e a visita domiciliar podem contribuir para a melhoria da qualidade da prestação de serviços?

4) De que modo a comunicação humanizada e a visita domiciliar podem contribuir para a melhoria da qualidade da prestação de serviços?



Este é um curso de capacitação em comunicação e visita domiciliar para o PIBA. O curso é gratuito e destinado a todos os profissionais que trabalham com o PIBA.



**OBRIGADA!**

Ana Maria

## TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

PIBA

Professora Ana Maria

## TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO HUMANIZADA E A VISITA DOMICILIAR NO BOLSA FAMÍLIA

PIBA



### ÍNDICE

1. Objetivo da Aula 10
2. Importância do atendimento social na comunicação no Programa Bolsa Família
3. Alguns exemplos de problemas de comunicação em visitas
4. Como atuar, mediar e acolher
5. Considerações finais

### 1 - Objetivos da Aula 10

- Apresentar a importância do atendimento social na comunicação no Programa Bolsa Família
- Apresentar algumas estratégias para lidar com conflitos durante a comunicação no PIBA
- Trabalhar a importância de uma visita domiciliar humanizada para quem trabalha com o Programa Bolsa Família em nível domiciliar

### 1 – Importância do sistema social na comunicação no Programa Bolsa Família

1.1 – O sistema social é importante porque ele ajuda a garantir que as famílias tenham acesso aos serviços e benefícios do programa. Isso é importante porque ajuda a garantir que as famílias tenham acesso aos serviços e benefícios do programa.

1.2 – O sistema social é importante porque ele ajuda a garantir que as famílias tenham acesso aos serviços e benefícios do programa. Isso é importante porque ajuda a garantir que as famílias tenham acesso aos serviços e benefícios do programa.

1.3 – O sistema social é importante porque ele ajuda a garantir que as famílias tenham acesso aos serviços e benefícios do programa. Isso é importante porque ajuda a garantir que as famílias tenham acesso aos serviços e benefícios do programa.

#### Alguns problemas

- 1 – Falta de informação sobre os serviços e benefícios do programa.
- 2 – Falta de acesso aos serviços e benefícios do programa.
- 3 – Falta de suporte emocional e psicológico.

### 2 – Alguns exemplos de problemas na comunicação em visitas

2.1 – Falta de informação sobre os serviços e benefícios do programa.

2.2 – Falta de acesso aos serviços e benefícios do programa.

2.3 – Falta de suporte emocional e psicológico.

### 3 – Como atuar, mediar e acolher

3.1 – Atuar: ajudar a família a acessar os serviços e benefícios do programa.

3.2 – Mediar: ajudar a família a lidar com os problemas e dificuldades.

3.3 – Acolher: oferecer suporte emocional e psicológico.

### 4 – Como atuar, mediar e acolher

4.1 – Atuar: ajudar a família a acessar os serviços e benefícios do programa.

4.2 – Mediar: ajudar a família a lidar com os problemas e dificuldades.

4.3 – Acolher: oferecer suporte emocional e psicológico.

### ATIVIDADE AVALIATIVA

Como base no que foi aprendido nessa aula, desenvolva um texto sobre 30 anos de Bolsa Família com o tema: "30 anos de Bolsa Família: como o programa resgata a dignidade dos brasileiros e reduz desigualdades sociais?".

1. O que significa resgatar a dignidade? Como isso pode ser feito?

2. Como o Bolsa Família resgata a dignidade dos brasileiros e reduz as desigualdades sociais?

3. Como o Bolsa Família resgata a dignidade dos brasileiros e reduz as desigualdades sociais?

4. Como o Bolsa Família resgata a dignidade dos brasileiros e reduz as desigualdades sociais?

### Considerações finais

A ideia geral desta aula era abordar conhecimentos gerais sobre diversidade e inclusão, com foco no debate sobre a construção humanista e sua importância nas várias dimensões e inter-relações, abrangendo duas famílias.

Além disso, quis saber dos aspectos que envolvem a teoria da construção e do trabalho corporal, local, global etc., incluindo desde as condições de trabalho até a realidade social do Brasil, como a construção de valores que no momento incluem a diversidade cultural e social do Brasil. Uma outra dimensão não é apenas um tema acadêmico, e sim estar político, social e cultural, desde as condições de trabalho até a realidade social em geral.

Estamos falando de pessoas em situação de vulnerabilidade social por um contexto que as coloca a viver em condições de risco. São pessoas que têm um direito humano à prioridade em suas necessidades. Não se trata que sua situação muda, é a realidade humanamente dita.

Quero que você seja capaz de reconhecer, identificar e explicar os valores, desde a perspectiva da ética, desde a perspectiva da diversidade, desde a perspectiva da justiça, desde a perspectiva da sustentabilidade social.

É preciso reconhecer a importância da diversidade cultural e social no Brasil.

Diversidade cultural e social no Brasil: desde as condições de trabalho até a realidade social em geral.

Diversidade cultural e social no Brasil: desde as condições de trabalho até a realidade social em geral.

Diversidade cultural e social no Brasil: desde as condições de trabalho até a realidade social em geral.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

PIBA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**OBRIGADA!**

Ana Maria

**17.16.10. CURSO IX FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO RECADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA:**

### ÍNDICE

1. Apresentação do curso
2. Objetivos gerais da Aula 1
3. Família: conceitos básicos
4. Família e diversidade

### 1 - Apresentação do curso

O objetivo do curso é promover reflexões sobre os aspectos gerais da família no contexto da construção de políticas públicas e a importância da diversidade cultural e social no Brasil. O curso é destinado aos bolsistas do PIBA e tem como objetivo principal a construção de valores que no momento incluem a diversidade cultural e social do Brasil. Uma outra dimensão não é apenas um tema acadêmico, e sim estar político, social e cultural, desde as condições de trabalho até a realidade social em geral.

Estamos falando de pessoas em situação de vulnerabilidade social por um contexto que as coloca a viver em condições de risco. São pessoas que têm um direito humano à prioridade em suas necessidades. Não se trata que sua situação muda, é a realidade humanamente dita.



### 2 – Objetivos da Aula 1

- Apresentar o conceito de família
- Analisar quais os critérios sobre as concepções de família e de diversidade
- Considerar as concepções de família e de diversidade à luz da importância para o reconhecimento no Brasil e família

### 3 – Família: conceitos iniciais



Uma grande diversidade, formada por uma estrutura heterogênea, que envolve uma gama variada de arranjos familiares, incluindo uma ampla gama de arranjos com filhos e adoção, arranjos de idosos que vivem com famílias. Todos os arranjos representam uma variação da maneira que as pessoas vivem suas vidas, e incluem arranjos em conjuntos, arranjos multigeracionais, arranjos com crianças, adolescentes e adultos (Kaufman, 2012).

### Família tradicional ou nuclear



Uma família tradicional ou nuclear é aquela formada por um pai, uma mãe e seus filhos. É a estrutura familiar mais comum no Brasil e em muitos outros países.



Uma família tradicional ou nuclear é aquela formada por um pai, uma mãe e seus filhos. É a estrutura familiar mais comum no Brasil e em muitos outros países.

### Família monoparental



Uma família monoparental é aquela formada por um único responsável por um ou mais filhos. Pode ser formada por uma mãe ou um pai que cria os filhos sozinho.

### Família avóparental



Uma família avóparental é aquela formada por avós que criam os filhos. Isso pode acontecer por diversos motivos, como a ausência dos pais biológicos.

### Família reconstituída



Uma família reconstituída é aquela formada por um pai e uma mãe que se casaram depois de terem tido filhos de outros casamentos.

### Família unipessoal



Uma família unipessoal é aquela formada por uma única pessoa que vive sozinha.



A Constituição Brasileira garante o direito à família e à diversidade. Ela reconhece a família como o núcleo básico da sociedade e protege os direitos de todos os membros da família.

### 4. Família e diversidade



- O conceito familiar varia em função da diversidade do mundo, considerando a diversidade e a complexidade das relações humanas, bem como a diversidade e a complexidade da família. Isso significa que não há uma única maneira de definir o que é uma família.
- É importante reconhecer que a diversidade não é apenas uma questão de gênero, mas também de orientação sexual, idade, raça, cultura e outras características.
- A Constituição Brasileira garante o direito à família e à diversidade. Ela reconhece a família como o núcleo básico da sociedade e protege os direitos de todos os membros da família.

Infographic illustrating different family models and their characteristics.

**Infância feliz para famílias com membros em vulnerabilidade econômica: de onde vem?**

PIBA FOC, o Núcleo de Iniciação, tem como missão promover o desenvolvimento profissional e acadêmico dos bolsistas em parceria com as famílias.

Como a vulnerabilidade econômica afeta a infância de seu filho? Quais as possibilidades de intervenção? Como podemos ajudar?

**Infância feliz: desafios, mas também é algo que podemos ter em mãos.**

Prof. Dra. Cláudia Elvira

**OBRIGADA!**

Prof. Dra. Cláudia Elvira

**PIBA**

**FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO RECADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA**

SLA 3

Professora Doutora Cláudia Elvira

**PIBA**

**FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO RECADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA**

**PIBA**

**ÍNDICE**

- Objetivos da Aula 3
- Aspectos iniciais sobre diversidade e sociedade
- Diverso e suas construções identitárias
- A importância dessas construções para os beneficiários do Bolsa Família

**1 – Objetivos da Aula 3**

- Apresentar aspectos iniciais que mostram diversidade e identidade
- Revisar o conceito de gênero e sua implicação econômica, social, racial e cultural
- Substituir as construções identitárias no Brasil contemporâneo
- Reflexão sobre a importância dessas construções para os beneficiários do Bolsa Família e para famílias que não são beneficiárias do programa

**PIBA**

**2 – Aspectos iniciais sobre identidade e sociedade**

- Conceito de identidade significa definir quem é e quem não é, sendo isso dentro e fora do indivíduo que pretende definir. Quem identifica a sua identidade há o mesmo processo de exclusão, criação e reconstrução de si mesmo e também é fortemente contextualizada.
- "A família é vista como um sistema social responsável pelo crescimento de valores, crenças, atitudes e aptitudes que estão presentes em indivíduos (Grossi, 2009, p. 10). Portanto, um conceito abrangente de uma família inclui não apenas os membros biológicos, especialmente das crianças que dependem de cuidados físicos de outros, mas também a interação de suas relações sociais" (Pimenta, 2017).

**Papel da família na construção identitária da criança**

- Fam. de origem mais recente de beneficiários do programa
- Novos arranjos familiares de pais, mães e filhos/as adotivos
- Condições que os sujeitos e seus membros e de pertencimento, inclusão e promoção de cidadania

**PIBA**

### Escola e identidade

- A escola constitui um local de várias dimensões de desenvolvimento: acadêmico, cognitivo e afetivo;
- O estudante ocupa de perfis, experiências e diferenças;
- Essas relações são psicopedagógicas, mas se estendem ao trabalho coletivo, promovendo sua integração;
- Os valores vividos, além de oferecer um grau de acolhimento, contribuem para a formação de um cidadão responsável, de consciência política e cívica, que busca, de maneira comprometida, a justiça social, de um ambiente favorável ao desenvolvimento profissional de seus alunos e sempre com respeito às diferenças (BRASIL, 2014; BRASIL, 2015).

### 3 – Como fazer uma crítica

Para fazer uma crítica construtiva que possa gerar reflexão, é necessário:

- ser transparente quanto às suas intenções, seja em elogios ou em críticas, afinal, há parte da natureza do ser humano que busca o feedback positivo ou negativo para se desenvolver e ter oportunidades para melhorar;
- descrever o comportamento ou o resultado em si, não se deve atacar a pessoa;
- descrever o impacto que o comportamento ou o resultado causou nos fatos ou situações, seja a curto ou longo prazo;
- descrever o impacto que o comportamento ou o resultado causou nos valores, seja a longo ou curto prazo;
- descrever o impacto que o comportamento ou o resultado causou nos fatos, seja a longo ou curto prazo, e não se deve atacar a pessoa.

**PIBA**

### 1. Diversidade e equidade

### Você sabia que...

Desde criança você foi sensibilizado a agir de forma mais inclusiva, não apenas acadêmica, de modo que o respeito às diferenças seja uma prática cotidiana. Isso não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de eficiência. É isso que nos dá a grande vantagem que podemos obter ao trabalhar com pessoas e equipes de diferentes habilidades, físicas e cognitivas, quando buscamos a inovação em conjunto. É aqui de onde nascem as ideias mais criativas e de maior impacto (BRASIL, 2015).

**PIBA**

**Equidade e diversidade de gênero**

Equidade é o conceito de gênero sobre uma diversidade de gênero, onde as diferenças são tratadas de forma igualitária, considerando as necessidades e as capacidades de cada pessoa. Isso não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de eficiência. É isso que nos dá a grande vantagem que podemos obter ao trabalhar com pessoas e equipes de diferentes habilidades, físicas e cognitivas, quando buscamos a inovação em conjunto. É aqui de onde nascem as ideias mais criativas e de maior impacto (BRASIL, 2015).

**PIBA**

### Equidade de gênero

Equidade é o conceito de gênero sobre uma diversidade de gênero, onde as diferenças são tratadas de forma igualitária, considerando as necessidades e as capacidades de cada pessoa. Isso não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de eficiência. É isso que nos dá a grande vantagem que podemos obter ao trabalhar com pessoas e equipes de diferentes habilidades, físicas e cognitivas, quando buscamos a inovação em conjunto. É aqui de onde nascem as ideias mais criativas e de maior impacto (BRASIL, 2015).

**PIBA**

### Equidade e diversidade de gênero

Equidade é o conceito de gênero sobre uma diversidade de gênero, onde as diferenças são tratadas de forma igualitária, considerando as necessidades e as capacidades de cada pessoa. Isso não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de eficiência. É isso que nos dá a grande vantagem que podemos obter ao trabalhar com pessoas e equipes de diferentes habilidades, físicas e cognitivas, quando buscamos a inovação em conjunto. É aqui de onde nascem as ideias mais criativas e de maior impacto (BRASIL, 2015).

**PIBA**

### Equidade e diversidade de gênero

Equidade é o conceito de gênero sobre uma diversidade de gênero, onde as diferenças são tratadas de forma igualitária, considerando as necessidades e as capacidades de cada pessoa. Isso não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de eficiência. É isso que nos dá a grande vantagem que podemos obter ao trabalhar com pessoas e equipes de diferentes habilidades, físicas e cognitivas, quando buscamos a inovação em conjunto. É aqui de onde nascem as ideias mais criativas e de maior impacto (BRASIL, 2015).

**PIBA**

### Pessoas Transsexuais

**Transsexual:** A transsexualidade é uma orientação sexual, onde as diferenças são tratadas de forma igualitária, considerando as necessidades e as capacidades de cada pessoa. Isso não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de eficiência. É isso que nos dá a grande vantagem que podemos obter ao trabalhar com pessoas e equipes de diferentes habilidades, físicas e cognitivas, quando buscamos a inovação em conjunto. É aqui de onde nascem as ideias mais criativas e de maior impacto (BRASIL, 2015).

**PIBA**

### Pessoas Transsexuais

**Transsexual:** A transsexualidade é uma orientação sexual, onde as diferenças são tratadas de forma igualitária, considerando as necessidades e as capacidades de cada pessoa. Isso não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de eficiência. É isso que nos dá a grande vantagem que podemos obter ao trabalhar com pessoas e equipes de diferentes habilidades, físicas e cognitivas, quando buscamos a inovação em conjunto. É aqui de onde nascem as ideias mais criativas e de maior impacto (BRASIL, 2015).

**Introdução**

Este curso é destinado aos profissionais que atuam no âmbito do PIBA, com o objetivo de apresentar o curso e o conteúdo programático do curso, bem como o funcionamento do curso em 2017.

**Introdução**

Este curso é destinado aos profissionais que atuam no âmbito do PIBA, com o objetivo de apresentar o curso e o conteúdo programático do curso, bem como o funcionamento do curso em 2017.

### 4 - A importância desses conceitos para os beneficiários do Bolsa Família

- O maior responsável pelas ações sociais e familiares, incluindo a família, dentro do sistema de proteção social, é o Estado. Isso ocorre porque a família, embora seja o núcleo básico de organização social, não possui recursos suficientes para garantir o bem-estar de todos os membros da família, especialmente em situações de vulnerabilidade social, como a pobreza e a violência.
- Portanto, em situações de vulnerabilidade social, é necessário que o Estado intervenha para garantir o bem-estar de todos os membros da família, especialmente em situações de vulnerabilidade social, como a pobreza e a violência.
- O PIBA atua para garantir o acesso dos beneficiários do Bolsa Família aos serviços de proteção social, incluindo a família, dentro do sistema de proteção social, e o acesso de todos os membros da família aos serviços de proteção social.
- O PIBA atua para garantir o acesso dos beneficiários do Bolsa Família aos serviços de proteção social, incluindo a família, dentro do sistema de proteção social, e o acesso de todos os membros da família aos serviços de proteção social.

**Objetivo da aula 4**

Apresentar a importância dos conceitos de vulnerabilidade social, pobreza e violência para os beneficiários do Bolsa Família, bem como o funcionamento do curso em 2017.

**OBRIGADA!**

Professora Doutora Cláudia César

**FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO CADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA**

SLIDE 1

Professora Doutora Cláudia César

**AULA 4**

PROFESSORA DOUTORA CLÁUDIA CÉSAR

**FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO CADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA**

**ÍNDICE**

1. Objetivo da Aula 4
2. Violência familiar e seus impactos sociais
3. Gênero, raça e violência
4. Posição LGBTQIA+ e violência
5. Importância do Bolsa Família para pessoas em situação de violência e de vulnerabilidade

**1 - Objetivos da Aula 4**

- Apresentar a importância dos conceitos de vulnerabilidade social, pobreza e violência para os beneficiários do Bolsa Família, bem como o funcionamento do curso em 2017.
- Apresentar a importância dos conceitos de vulnerabilidade social, pobreza e violência para os beneficiários do Bolsa Família, bem como o funcionamento do curso em 2017.
- Apresentar a importância dos conceitos de vulnerabilidade social, pobreza e violência para os beneficiários do Bolsa Família, bem como o funcionamento do curso em 2017.
- Apresentar a importância dos conceitos de vulnerabilidade social, pobreza e violência para os beneficiários do Bolsa Família, bem como o funcionamento do curso em 2017.

**2 - Violência familiar e seus impactos sociais**

Violência familiar e seus impactos sociais

Indicador	Valor
Violência familiar	10,7%
Violência doméstica	11,2%
Violência sexual	12,1%
Violência física	13,5%
Violência psicológica	14,8%



## FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO RECADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA

AULA 5

Professora Doutora Cláudia Cibarel

ALUNO: \_\_\_\_\_

PRESEÇA: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

### FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO RECADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA

## ÍNDICE

1. Objetivo da Aula 5
2. Preconceitos, estereótipos e discriminação de classe, raça e gênero
3. Trabalho com o Bolsa Família: olhares críticos sobre família, diversidade e gênero
4. Transformação social e educação crítica
5. Considerações Finais

### 1 – Objetivos da Aula 5

- Falar sobre problemas raciais e de gênero que envolvem os conceitos de preconceito, estereótipos e discriminação
- Refletir de forma crítica sobre família, diversidade e gênero e sua importância para aqueles que trabalham com o Programa Bolsa Família.
- Expor a relevância das questões atuais mais salta na transformação social e educação crítica daqueles que vão trabalhar com o Programa Bolsa Família.

### 2 – Preconceitos, estereótipos e discriminação de classe, raça e gênero

Os estereótipos construídos acerca dos grupos sociais que compõem a sociedade, abrangendo gênero, orientação sexual, cor/raça, classe, entre outros, tornam-se características definidoras de lugares na sociedade – lugar social, econômico, simbólico. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2021

Quem refletir sobre algumas formas de violência que temos em nossa sociedade?

### 3 – Trabalho com o Bolsa Família: olhares críticos sobre família, diversidade e gênero

“Uma família não existe se um dos de seus membros que lhe compõem não possui a sua própria família e, portanto, independentemente de sua raça, cor/raça, orientação sexual, gênero ou de seu nível social (renda/moradia)” (Artigo 23 de Educação Cidadã em sua Essência e Fundamentos, 2016)

Quem refletir?

Como trabalhar em parceria com os pais/mães e familiares das crianças e adolescentes?

Qual a importância da participação da comunidade?

Preconceitos Discriminação no Brasil

### BRASIL

Família e participação comunitária

Importância social da educação comunitária

Qual o papel dos educadores neste processo?

### Pesquisa realizada em municípios com acesso à rede pública de educação, com indicadores discriminatórios e percentual de área (%)

Indicador	Prevalência	Prevenção
Existência de uma rede pública de educação	84,4	15,6
Existência de uma rede pública de educação comunitária	82,7	17,3
Existência de uma rede pública de educação comunitária com acesso à rede pública de educação	80,4	19,6
Existência de uma rede pública de educação comunitária com acesso à rede pública de educação e comunitária	84,4	15,6

Fonte: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017

**4 - Transformação social e educação crítica**

Segundo Azeiteiro (2000) para ser uma política social efetiva, a educação não pode ser vista em si mesma. De quem depende o sistema de todos os países, porém, o Brasil se trata o sistema de ensino para não ser visto como sendo influenciado por interesses, com a finalidade não de formar "cidadão", mas de formar, não apenas para ser visto a respeito de ser visto a ser, mas também a respeito de ser visto.



**Tema do ENEM de dia 05/11/2023**

**enem 2023**

**BOLETA PARA O ENCAMBIO DO PROVA DO ENEM DE 2023**



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

**Se a educação nacional não proporcionar a sociedade uma boa formação e a cidadania social.**

Resolução, 1994

**PROVA DE INICIAÇÃO EM POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL**

Esta prova tem como finalidade avaliar os conhecimentos adquiridos em disciplinas de caráter teórico e prático de uma disciplina de Iniciação em Políticas de Inclusão Social. Ela tem como objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos em disciplinas de caráter teórico e prático de uma disciplina de Iniciação em Políticas de Inclusão Social. Ela tem como objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos em disciplinas de caráter teórico e prático de uma disciplina de Iniciação em Políticas de Inclusão Social.



**OBRIGADA!**

Cláudia César





**FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO RECADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA**

AULA 2

Professora Cláudia César

---

**AULA 2**

**PROFESSORA CLÁUDIA CÉSAR**

**FAMÍLIA E DIVERSIDADE NO RECADASTRAMENTO DO BOLSA FAMÍLIA**






1. Objetivos da Aula 2
2. Bolsa Família e o perfil familiar dos beneficiários
3. Fatores socioeconômicos, étnicos e de gênero presentes nos perfis
4. Impactos da vulnerabilidade socioeconômica na vida dos beneficiários do Bolsa Família
5. Relevância do Bolsa Família no enfrentamento das desigualdades

**ÍNDICE**

---



**1 - Objetivos da Aula 2**

- Conhecer o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (perfil étnico)
- Observar os impactos das vulnerabilidades étnicas e de gênero nos perfis
- Refletir sobre as condições de vulnerabilidade presentes nos perfis familiares beneficiários
- Demonstrar a importância do Programa para o enfrentamento das desigualdades étnicas e socioeconômicas



**2 - Bolsa Família e o perfil familiar dos beneficiários**

**OBJETIVO DA AULA 2**

Conhecer o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (perfil étnico)

Observar os impactos das vulnerabilidades étnicas e de gênero nos perfis

Refletir sobre as condições de vulnerabilidade presentes nos perfis familiares beneficiários

Demonstrar a importância do Programa para o enfrentamento das desigualdades étnicas e socioeconômicas



**3 - Fatores socioeconômicos, étnicos e de gênero presentes nesse perfil**

**Por que ter beneficiários com esse perfil é relevante?**

Ter esse perfil de beneficiários ajuda a reduzir as desigualdades socioeconômicas, étnicas e de gênero no Brasil. Além disso, ajuda a promover a inclusão social e a valorizar a diversidade cultural e étnica do Brasil. Também ajuda a promover a equidade de gênero e a valorizar o papel das mulheres na sociedade brasileira.

Em 2023, o PIBA possui 75 mil beneficiários em todo o Brasil, sendo que 30% são mulheres e 25% são negros. Isso representa um avanço em relação aos dados de 2022, quando o PIBA possuía 65 mil beneficiários, sendo que 25% eram mulheres e 20% eram negros.

**Mulheres são responsáveis principais por 80% das crianças de 0 a 6 anos no Brasil**

De acordo com o IBGE, as mulheres são responsáveis por 80% das crianças de 0 a 6 anos no Brasil. Isso indica que as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado e educação das crianças no Brasil.

**Por que isso é relevante?**

Verificar o perfil socioeconômico, étnico e de gênero dos beneficiários do Bolsa Família ajuda a identificar as necessidades das famílias e a promover a inclusão social e a valorizar a diversidade cultural e étnica do Brasil. Também ajuda a promover a equidade de gênero e a valorizar o papel das mulheres na sociedade brasileira.

**Como é esse perfil?**

PIBA

**4 - Impactos de vulnerabilidade socioeconômica na vida dos beneficiários do Bolsa Família**

Segundo o IBGE, 62% do PIB brasileiro é gerado por famílias com renda mensal de até R\$ 1.000. Isso indica que a maioria das famílias brasileiras vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Essa situação pode impactar a vida dos beneficiários do Bolsa Família de várias maneiras, incluindo a falta de acesso a serviços básicos, a insegurança alimentar e a falta de oportunidades de emprego e educação.

**Por que isso é relevante?**

Identificar os impactos da vulnerabilidade socioeconômica na vida dos beneficiários do Bolsa Família ajuda a desenvolver estratégias para melhorar a qualidade de vida dessas famílias e promover a inclusão social e a valorizar a diversidade cultural e étnica do Brasil.

**5 - Relevância do Bolsa Família no enfrentamento das desigualdades**

- 1 - 20,5 milhões de famílias beneficiadas
- 2 - Milhões de crianças, jovens e adultos educados
- 3 - Redução da mortalidade infantil

PIBA

**5 - Relevância do Bolsa Família no enfrentamento das desigualdades**

- 1 - Acesso de qualidade ao ensino
- 2 - Melhoria das condições de moradia e saneamento
- 3 - Fortalecimento econômico e social das famílias

PIBA

**OBIGADA!**

Professora Daniela Cláudia Góes

PIBA

**17.16.11. CURSO X - POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DESAFIOS PARA INCLUSÃO NO BOLSA FAMÍLIA:**



**PIBA**

**PIBA Oportunidade Internacional 1**

**1 - Oportunidade de Iniciação em Atividades de Pesquisa em Biologia (PIBA) em um programa internacional em Portugal (2024)**

O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia.

**PIBA**

**PIBA Oportunidade Internacional 2**

**2 - Oportunidade de Iniciação em Atividades de Pesquisa em Biologia (PIBA) em um programa internacional em Portugal (2024)**

O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia.

**PIBA**

**3 - O PIBA para você e sua família**

**PIBA para você e sua família**

O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia.

**PIBA**

**PIBA Oportunidade Nacional 1**

**1 - Oportunidade de Iniciação em Atividades de Pesquisa em Biologia (PIBA) em um programa nacional em Portugal (2024)**

O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia.

**PIBA**

**PIBA Oportunidade Nacional 2**

**2 - Oportunidade de Iniciação em Atividades de Pesquisa em Biologia (PIBA) em um programa nacional em Portugal (2024)**

O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia.

**3 - Desafio comamparências para sua recordação**

O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia. O PIBA oferece oportunidades acadêmicas e científicas em áreas de interesse específico para estudantes de graduação em Biologia.

**Introdução à metodologia de avaliação social**

- 1. O desenvolvimento de uma metodologia de avaliação social para avaliar impactos e resultados de Políticas e Programas Sociais
- 2. O desenvolvimento de uma metodologia de avaliação social para avaliar impactos e resultados de Políticas e Programas Sociais
- 3. O desenvolvimento de uma metodologia de avaliação social para avaliar impactos e resultados de Políticas e Programas Sociais

**Construção Metodológica e validação social II**

1. Metodologia de avaliação social para avaliar impactos e resultados de Políticas e Programas Sociais

2. Metodologia de avaliação social para avaliar impactos e resultados de Políticas e Programas Sociais

3. Metodologia de avaliação social para avaliar impactos e resultados de Políticas e Programas Sociais

**3 – Casos de sucesso**

1. Metodologia de avaliação social para avaliar impactos e resultados de Políticas e Programas Sociais

2. Metodologia de avaliação social para avaliar impactos e resultados de Políticas e Programas Sociais

3. Metodologia de avaliação social para avaliar impactos e resultados de Políticas e Programas Sociais

**REFERÊNCIAS**

PIBA. *Metodologia de avaliação social para avaliar impactos e resultados de Políticas e Programas Sociais*. Rio de Janeiro: PIBA, 2018.

PIBA. *Metodologia de avaliação social para avaliar impactos e resultados de Políticas e Programas Sociais*. Rio de Janeiro: PIBA, 2018.

**Obrigado!**

Alvaro Moura

PIBA

**ASAS**

Definição dos grupos de Povos e Comunidades Tradicionais para a validação e a promoção de seus direitos

PIBA

**PIBA**

**ÍNDICE GERAL**

- 1. Plano e Comitê Gestor Institucional (plano diretor e constituição do comitê)
- 2. Políticas Institucionais de incentivo às "Políticas e estratégias inovadoras" implementadas nos estabelecimentos de ensino
- 3. Estrutura organizacional do Plano de Inovação Institucional (plano diretor) e a estrutura de sua execução
- 4. O Modelo de Inovação Institucional (modelo de inovação) e Plano de Inovação Institucional
- 5. O Impacto do Programa PIBA: perfil dos grupos de Inovação e Inovação Institucional e Inovação em Inovação

**SUMÁRIO**

- 1. Considerações Iniciais
- 2. Definição dos grupos organizados e processos de implementação
- 3. Políticas públicas que influenciam o plano e a implementação do PIBA
- 4. O papel do PIBA na implementação do plano diretor
- 5. Estrutura do PIBA

**CONTEÚDO**



**PIBA 1 – Considerações Iniciais**

Objetivos principais:

- 1. Desenvolver o plano diretor de inovação e inovação institucional do PIBA
- 2. Criar e implementar políticas e estratégias de inovação em nível de ensino superior
- 3. Criar e implementar políticas e estratégias de inovação em nível de ensino médio e ensino fundamental

**PIBA 2 – Modelo de Inovação Institucional**

- 1. Modelo de Inovação Institucional (modelo de inovação)
- 2. Políticas públicas de incentivo às "Políticas e estratégias inovadoras" implementadas nos estabelecimentos de ensino
- 3. Estrutura organizacional do Plano de Inovação Institucional (plano diretor) e a estrutura de sua execução

**PIBA 3 – Definição dos grupos organizados como Plano e Comitê Gestor Institucional**

Objetivos principais:

- 1. Desenvolver o plano diretor de inovação e inovação institucional do PIBA
- 2. Criar e implementar políticas e estratégias de inovação em nível de ensino superior
- 3. Criar e implementar políticas e estratégias de inovação em nível de ensino médio e ensino fundamental



**PIBA 4 – O plano de inovação (plano diretor)**

- 1. Modelo de Inovação Institucional (modelo de inovação)
- 2. Políticas públicas de incentivo às "Políticas e estratégias inovadoras" implementadas nos estabelecimentos de ensino
- 3. Estrutura organizacional do Plano de Inovação Institucional (plano diretor) e a estrutura de sua execução

**Modelo de Inovação Institucional (modelo de inovação)**

1. Plano Diretor
2. Políticas Públicas
3. Estrutura Organizacional
4. Políticas de Inovação
5. Estrutura de Inovação
6. Políticas de Inovação
7. Estrutura de Inovação
8. Políticas de Inovação
9. Estrutura de Inovação
10. Políticas de Inovação
11. Estrutura de Inovação
12. Políticas de Inovação
13. Estrutura de Inovação
14. Políticas de Inovação
15. Estrutura de Inovação
16. Políticas de Inovação
17. Estrutura de Inovação
18. Políticas de Inovação
19. Estrutura de Inovação
20. Políticas de Inovação

**Modelo de Inovação Institucional (modelo de inovação)**

1. Plano Diretor
2. Políticas Públicas
3. Estrutura Organizacional
4. Políticas de Inovação
5. Estrutura de Inovação
6. Políticas de Inovação
7. Estrutura de Inovação
8. Políticas de Inovação
9. Estrutura de Inovação
10. Políticas de Inovação
11. Estrutura de Inovação
12. Políticas de Inovação
13. Estrutura de Inovação
14. Políticas de Inovação
15. Estrutura de Inovação
16. Políticas de Inovação
17. Estrutura de Inovação
18. Políticas de Inovação
19. Estrutura de Inovação
20. Políticas de Inovação

**PIBA** - Plano de Desenvolvimento PIBA - das PCTs

**Objetivo:** Melhorar a qualidade de vida das comunidades beneficiadas por meio de ações de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

**Resultado:** Aumento da renda familiar, melhoria das condições de moradia, acesso a serviços básicos e aumento da participação social.

**PIBA**

**3 - Políticas públicas que beneficiam povos e comunidades tradicionais**

**Objetivo:** Garantir o acesso a políticas públicas e serviços básicos para as comunidades tradicionais.

**Resultado:** Acesso a serviços de saúde, educação e saneamento básico.

**Contato:** PIBA - Rua 100, Desemboque - 22250-000, Rio de Janeiro, RJ. Telefone: (21) 250-1111. E-mail: piba@uerj.br

**PIBA**

**Exemplos de programas de apoio vigentes que beneficiam PCTs**

- Programa de Apoio às Comunidades Tradicionais (PACT)
- Programa de Apoio às Comunidades Tradicionais (PACT)
- Programa de Apoio às Comunidades Tradicionais (PACT)

**PIBA**

**4 - A importância da inclusão socioeconômica desses grupos**

**Objetivo:** Promover a inclusão socioeconômica das comunidades tradicionais.

**Resultado:** Aumento da renda familiar e melhoria das condições de vida.

**Contato:** PIBA - Rua 100, Desemboque - 22250-000, Rio de Janeiro, RJ. Telefone: (21) 250-1111. E-mail: piba@uerj.br

**PIBA**

**Importância da inclusão socioeconômica**

**Objetivo:** Promover a inclusão socioeconômica das comunidades tradicionais.

**Resultado:** Aumento da renda familiar e melhoria das condições de vida.

**3 – Considerações Finais**

Este relatório contém as conclusões finais do processo de avaliação das famílias tradicionais. De acordo com o resultado da avaliação, as famílias tradicionais são classificadas em três níveis de vulnerabilidade econômica:

- Nível 1:** Famílias tradicionais com alta vulnerabilidade econômica.
- Nível 2:** Famílias tradicionais com vulnerabilidade econômica moderada.
- Nível 3:** Famílias tradicionais com baixa vulnerabilidade econômica.

Este relatório contém as conclusões finais do processo de avaliação das famílias tradicionais. De acordo com o resultado da avaliação, as famílias tradicionais são classificadas em três níveis de vulnerabilidade econômica:

**REFERÊNCIAS**

PIBA. (2018). Guia de Orientação para a Avaliação das Famílias Tradicionais. Rio de Janeiro: PIBA.

PIBA. (2018). Manual de Avaliação das Famílias Tradicionais. Rio de Janeiro: PIBA.

PIBA. (2018). Cadastro Geral das Famílias Tradicionais. Rio de Janeiro: PIBA.

PIBA. (2018). Índice Geral das Famílias Tradicionais. Rio de Janeiro: PIBA.

PIBA. (2018). Relatório de Avaliação das Famílias Tradicionais. Rio de Janeiro: PIBA.

**DERIVADA!**

Aluna: [Nome da Aluna]

**PIBA**

**ALTA**

O Cadastro Geral e seus benefícios para incluir pessoas e famílias pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais.

**ÍNDICE GERAL**

- 1. Povos e Comunidades Tradicionais: definição e reconhecimento.
- 2. Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e suas diretrizes.
- 3. Objetivos e princípios do Programa de Inovação em Políticas de Inclusão (PIBA).
- 4. Metodologia de Avaliação das Famílias Tradicionais.
- 5. Resultados da Avaliação das Famílias Tradicionais.
- 6. Conclusões e recomendações.

**SUMÁRIO**

1. Introdução
2. Cadastro Geral: importância para a inclusão econômica e social das famílias tradicionais
3. Os desafios para a inclusão das famílias tradicionais
4. Sugestões para a implementação do processo de avaliação das famílias tradicionais
5. Considerações finais



**PIBA 1 – Condições de trabalho**

**PIBA 1 – Trabalhe bem, ao despertar cedo.**

**Objetivos de aprendizagem:**

- Analisar as condições de trabalho dos docentes no Brasil em relação à carreira, carga horária, remuneração, benefícios e condições de trabalho em geral.
- A importância da carreira de professor e as condições de trabalho, bem como as condições de trabalho dos professores em geral.
- Como trabalhar em condições de trabalho que possibilitem um bom desempenho e produtividade, com respeito às condições de trabalho.



- Registrar o nome do docente e o nome da escola em que está trabalhando.
- Registrar o nome do docente e o nome da escola em que está trabalhando.
- Registrar o nome do docente e o nome da escola em que está trabalhando.

**PIBA 2 – Colégio Único: sua importância para povos e povos indígenas e comunidades tradicionais.**

**PIBA 2 – Colégio Único: sua importância para povos e povos indígenas e comunidades tradicionais.**

**Objetivos de aprendizagem:**

• Conhecer a história, a importância e a atuação do Colégio Único em relação aos povos e povos indígenas e comunidades tradicionais.




**PIBA 3 – Cuidados de higiene pessoal para docentes e professores de educação infantil e do ensino fundamental.**

**PIBA 3 – Cuidados de higiene pessoal para docentes e professores de educação infantil e do ensino fundamental.**

**Objetivos de aprendizagem:**

- Conhecer a importância da higiene pessoal para docentes e professores de educação infantil e do ensino fundamental.
- Conhecer a importância da higiene pessoal para docentes e professores de educação infantil e do ensino fundamental.
- Conhecer a importância da higiene pessoal para docentes e professores de educação infantil e do ensino fundamental.

**Objetivos de aprendizagem:**

- Conhecer a importância da higiene pessoal para docentes e professores de educação infantil e do ensino fundamental.
- Conhecer a importância da higiene pessoal para docentes e professores de educação infantil e do ensino fundamental.
- Conhecer a importância da higiene pessoal para docentes e professores de educação infantil e do ensino fundamental.

**PIBA 3 – Os desafios para a inclusão dos grupos de PCTs**

**PIBA 3 – Os desafios para a inclusão dos grupos de PCTs**

**Objetivos de aprendizagem:**

- Conhecer os desafios para a inclusão dos grupos de PCTs.
- Conhecer os desafios para a inclusão dos grupos de PCTs.
- Conhecer os desafios para a inclusão dos grupos de PCTs.




**PIBA 3 – O desafio para a inclusão dos grupos de PCTs**

**PIBA 3 – O desafio para a inclusão dos grupos de PCTs**

**Objetivos de aprendizagem:**

- Conhecer os desafios para a inclusão dos grupos de PCTs.
- Conhecer os desafios para a inclusão dos grupos de PCTs.
- Conhecer os desafios para a inclusão dos grupos de PCTs.




**Atenção: não se esqueça de trazer o seu documento de identificação para a aula.**

**4 – Saiba mais em breve!**  
 Saiba mais no processo de inscrição em [www.uerj.br/pt-br/graduacao/graduacao/graduacao](http://www.uerj.br/pt-br/graduacao/graduacao/graduacao)



**Processo de inscrição de 2024**

- 1. Inscrição em [www.uerj.br/pt-br/graduacao/graduacao/graduacao](http://www.uerj.br/pt-br/graduacao/graduacao/graduacao)
- 2. Seleção de candidatos para o curso PIBA
- 3. Inscrição em [www.uerj.br/pt-br/graduacao/graduacao/graduacao](http://www.uerj.br/pt-br/graduacao/graduacao/graduacao)
- 4. Seleção de candidatos para o curso PIBA

**Benefícios oferecidos ao PIBA**

- 1. Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos
- 2. Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos
- 3. Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos
- 4. Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos
- 5. Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos
- 6. Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos
- 7. Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos
- 8. Bolsas de Iniciação em Banco de Alimentos

**5 – Considerações finais**

Este projeto tem como objetivo principal promover a inclusão social e a formação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da iniciação em Banco de Alimentos.

Este projeto tem como objetivo principal promover a inclusão social e a formação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da iniciação em Banco de Alimentos.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretoria de Avaliação Institucional. Avaliação Institucional de Cursos de Graduação em Alimentos e Nutrição. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretoria de Avaliação Institucional. Avaliação Institucional de Cursos de Graduação em Alimentos e Nutrição. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretoria de Avaliação Institucional. Avaliação Institucional de Cursos de Graduação em Alimentos e Nutrição. Brasília, DF: MEC, 2010.

**OBRIGADA!**  
 Maria Mendonça de Sá

Este projeto tem como objetivo principal promover a inclusão social e a formação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da iniciação em Banco de Alimentos.

**ÍNDICE**

O impacto do Programa Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e perspectivas futuras

**NOVOS E COMPLEXOS TRADICIONALISMO, RECONHECIMENTO QUANTITATIVO E DESENVOLVIMENTO PARA INCLUSÃO NO SUSTENTABILIDADE**

**ÍNDICE GERAL**

- 1. Plano estratégico institucional: caminhos para a sustentabilidade
- 2. Políticas públicas de assistência "Povos e Comunidades Tradicionais" e desafios socioeconômicos atuais
- 3. Política de inclusão social: desafios e estratégias para a sustentabilidade e promoção de direitos
- 4. O Cadastro Único e sua função estratégica para os direitos por meio do Programa Comunidades Tradicionais
- 5. Os impactos do Programa Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e perspectivas futuras

### SUMÁRIO

- 1. Características Gerais
- 2. O Impacto do Programa Bolsa Família entre os indivíduos locais
- 3. O Impacto do Bolsa-Família para PCTs e suas das pessoas indígenas
- 4. Perspectivas futuras
- 5. Conclusões finais

**ABRIL/2023**



**1 – Características Gerais**

**Objetivos principais:**

- 1. Avaliar o impacto do Bolsa Família entre os indivíduos locais, nos municípios de PCTs.
- 2. Avaliar o impacto do Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e suas perspectivas futuras, considerando a sustentabilidade e promoção de direitos.
- 3. Avaliar o impacto do Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e suas perspectivas futuras.

**2 – O Impacto do Programa Bolsa Família entre os indivíduos**

- 1. Avaliar o impacto do Bolsa Família entre os indivíduos locais, nos municípios de PCTs.
- 2. Avaliar o impacto do Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e suas perspectivas futuras, considerando a sustentabilidade e promoção de direitos.
- 3. Avaliar o impacto do Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e suas perspectivas futuras.

**2 – O Impacto do Programa Bolsa Família entre os indivíduos**

**Objetivos principais:**

- 1. Avaliar o impacto do Bolsa Família entre os indivíduos locais, nos municípios de PCTs.
- 2. Avaliar o impacto do Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e suas perspectivas futuras, considerando a sustentabilidade e promoção de direitos.
- 3. Avaliar o impacto do Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e suas perspectivas futuras.

**3 – O Impacto do Programa Bolsa Família entre os indivíduos**

**Objetivos principais:**

- 1. Avaliar o impacto do Bolsa Família entre os indivíduos locais, nos municípios de PCTs.
- 2. Avaliar o impacto do Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e suas perspectivas futuras, considerando a sustentabilidade e promoção de direitos.
- 3. Avaliar o impacto do Bolsa Família em grupos de Povos e Comunidades Tradicionais e suas perspectivas futuras.

**PIBA** **Boletim Família e Saúde do meio ambiente II**

- 1. **Exercício de autoquestionamento:**
- 2. **Atividade de diagnóstico:** Responda a questão de 0 a 10 em relação ao seu meio ambiente.
- 3. **Estado de conservação do ambiente:**
  - 1. **Estado de conservação:** Se o meio ambiente estiver em estado de conservação ruim, você deve tomar medidas para melhorar o meio ambiente. Se o meio ambiente estiver em estado de conservação bom, você deve manter o meio ambiente em estado de conservação bom.
  - 2. **Estado de conservação:** Se o meio ambiente estiver em estado de conservação ruim, você deve tomar medidas para melhorar o meio ambiente. Se o meio ambiente estiver em estado de conservação bom, você deve manter o meio ambiente em estado de conservação bom.

**PIBA** **Boletim Família e Saúde do meio ambiente II**

- 4. **Atividade de diagnóstico:** Responda a questão de 0 a 10 em relação ao seu meio ambiente.

**Objetivo:** Avaliar o conhecimento da população sobre o meio ambiente e a saúde.

**PIBA** **3 – O Impacto do Boletim Família para PCTs: o caso dos prazos indígenas**

**Objetivo do Boletim:** Avaliar o conhecimento da população sobre o meio ambiente e a saúde.

**Conteúdo do Boletim:**

- 1. **Estado de conservação:** Se o meio ambiente estiver em estado de conservação ruim, você deve tomar medidas para melhorar o meio ambiente. Se o meio ambiente estiver em estado de conservação bom, você deve manter o meio ambiente em estado de conservação bom.

**PIBA** **Boletim Família e Saúde dos prazos indígenas**

**Objetivo do Boletim:** Avaliar o conhecimento da população sobre o meio ambiente e a saúde.

**Conteúdo do Boletim:**

- 1. **Estado de conservação:** Se o meio ambiente estiver em estado de conservação ruim, você deve tomar medidas para melhorar o meio ambiente. Se o meio ambiente estiver em estado de conservação bom, você deve manter o meio ambiente em estado de conservação bom.

**PIBA** **Boletim Família e Saúde dos prazos indígenas: resultados da pesquisa I**

- 1. **Estado de conservação:** Se o meio ambiente estiver em estado de conservação ruim, você deve tomar medidas para melhorar o meio ambiente. Se o meio ambiente estiver em estado de conservação bom, você deve manter o meio ambiente em estado de conservação bom.

**PIBA** **Boletim Família e Saúde dos prazos indígenas: resultados da pesquisa II**

- 1. **Estado de conservação:** Se o meio ambiente estiver em estado de conservação ruim, você deve tomar medidas para melhorar o meio ambiente. Se o meio ambiente estiver em estado de conservação bom, você deve manter o meio ambiente em estado de conservação bom.

**PIBA** **4 – Perspectivas Futuras**

**Objetivo do Boletim:** Avaliar o conhecimento da população sobre o meio ambiente e a saúde.

**Conteúdo do Boletim:**

- 1. **Estado de conservação:** Se o meio ambiente estiver em estado de conservação ruim, você deve tomar medidas para melhorar o meio ambiente. Se o meio ambiente estiver em estado de conservação bom, você deve manter o meio ambiente em estado de conservação bom.

### 3 - Considerações Finais

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto de Políticas de Inovação e Gestão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IPIG/UERJ).

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases: uma primeira fase de diagnóstico e uma segunda fase de construção de políticas de inovação para o PIBA. O objetivo principal da pesquisa foi avaliar o potencial de inovação das instituições de ensino superior e de pesquisa no Brasil.

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de fortalecer a cultura de inovação nas instituições de ensino superior e de pesquisa, bem como de criar mecanismos de apoio à inovação, como a criação de parques tecnológicos e a implementação de programas de inovação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Plano Nacional de Inovação 2011-2012. Brasília: CNPq, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Plano Nacional de Inovação 2011-2012. Brasília: MCTI, 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional de Cultura 2011-2014. Brasília: MEC, 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano Plurianual 2013-2017. Brasília: MPOG, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Plano Nacional de Emprego 2011-2014. Brasília: MTE, 2011.

### ORIGINAÇÃO

Cláudia Regina de Sá

### PIBA e Comunidades Tradicionais: cultura, pluralidade e construção identitária

Cláudia Regina de Sá

### ÍNDICE GERAL

- 1. PIBA e Comunidades Tradicionais: cultura, pluralidade e construção identitária
- 2. Metodologia de pesquisa do "Índice de Comunidades Tradicionais" e desafios para sua implementação
- 3. Resultados da pesquisa do PIBA e Comunidades Tradicionais: uma perspectiva regionalizada
- 4. O desafio de integrar cultura, ciência, tecnologia e inovação
- 5. O desafio de integrar cultura, ciência, tecnologia e inovação: uma perspectiva regionalizada

## SUMÁRIO

- 1. Considerações Iniciais
  - 2. Metodologia
  - 3. PIBA e Comunidades Tradicionais: uma perspectiva regionalizada
  - 4. Desafios para a construção identitária
  - 5. Conclusões finais
- REFERÊNCIAS

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto de Políticas de Inovação e Gestão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IPIG/UERJ).

**PIBA** 1 – Considerações gerais

Resumo e objetivos gerais

O presente documento tem como objetivo apresentar o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e suas modalidades de atuação em diferentes níveis de ensino.

O PIBA é um programa de formação de professores que visa proporcionar aos bolsistas a oportunidade de atuar em escolas públicas, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.

O PIBA é um programa de formação de professores que visa proporcionar aos bolsistas a oportunidade de atuar em escolas públicas, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.

**PIBA**

Objetivo geral do curso:

- Formar e qualificar professores para atuar em escolas públicas, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.

**PIBA**

Os objetivos específicos do curso são:

- Desenvolver o conhecimento teórico e prático dos bolsistas em relação à prática pedagógica, didática e avaliativa em escolas públicas de ensino fundamental e médio.
- Atuar em escolas públicas de ensino fundamental e médio, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.
- Atuar em escolas públicas de ensino fundamental e médio, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.

**PIBA**

Para isso, os objetivos são:

- Atuar em escolas públicas de ensino fundamental e médio, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.
- Atuar em escolas públicas de ensino fundamental e médio, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.
- Atuar em escolas públicas de ensino fundamental e médio, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.

**PIBA** 2 – Cultura popular

Objetivo geral:

Atuar em escolas públicas de ensino fundamental e médio, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.



**PIBA**



Objetivo geral do curso:

- Atuar em escolas públicas de ensino fundamental e médio, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.

**PIBA** O curso de "Novos Saberes Tradicionais" tem como objetivo proporcionar aos bolsistas a oportunidade de atuar em escolas públicas de ensino fundamental e médio, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.

O curso é dividido em duas modalidades: presencial e online.

O curso é dividido em duas modalidades: presencial e online.

**PIBA** O curso de "Novos Saberes Tradicionais" tem como objetivo proporcionar aos bolsistas a oportunidade de atuar em escolas públicas de ensino fundamental e médio, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.

O curso é dividido em duas modalidades: presencial e online.

O curso é dividido em duas modalidades: presencial e online.

**PIBA** 3 – Pais e Comunidade Tradicionalista: desafios do passado e do presente



Objetivo geral do curso:

- Atuar em escolas públicas de ensino fundamental e médio, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.

**PIBA** Missão da UERJ

Objetivo geral do curso:

- Atuar em escolas públicas de ensino fundamental e médio, desenvolvendo suas competências e habilidades pedagógicas e didáticas.

**PIBA 4 – Iniciação para a construção literária**

**PIBA Construção literária e visualização do texto**

- 1. O texto literário é um tipo de texto que tem como objetivo principal a produção de efeitos estéticos e emocionais no leitor, através da linguagem verbal e visual.
- 2. O texto literário é caracterizado pela presença de elementos como a linguagem figurada, a organização da narrativa, a construção de personagens e a utilização de recursos estilísticos.
- 3. O texto literário é produzido em um contexto histórico e cultural, sendo influenciado por fatores como a sociedade, a cultura e a linguagem.
- 4. O texto literário é produzido em um contexto de interação entre o autor e o leitor, sendo influenciado por fatores como a recepção crítica e a interpretação do texto.

**PIBA 5 – Considerações Finais**

Este projeto teve como objetivo principal a formação de bolsistas em atividades de pesquisa e extensão, promovendo a interação entre os alunos e os professores, bem como a participação dos bolsistas em eventos acadêmicos e culturais.

Os resultados alcançados durante o curso foram muito positivos, com a participação dos bolsistas em eventos acadêmicos e culturais, bem como a produção de trabalhos acadêmicos e artísticos.

**PIBA 5 – Considerações Finais**

Este projeto teve como objetivo principal a formação de bolsistas em atividades de pesquisa e extensão, promovendo a interação entre os alunos e os professores, bem como a participação dos bolsistas em eventos acadêmicos e culturais.

Os resultados alcançados durante o curso foram muito positivos, com a participação dos bolsistas em eventos acadêmicos e culturais, bem como a produção de trabalhos acadêmicos e artísticos.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 12.796, de 2012. Institui o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Atividades de Pesquisa (PIBA) e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 12.796, de 2012. Institui o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Atividades de Pesquisa (PIBA) e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 12.796, de 2012. Institui o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Atividades de Pesquisa (PIBA) e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 12.796, de 2012. Institui o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Atividades de Pesquisa (PIBA) e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

**PIBA**

**OBIGADA!**

Carla Beatriz dos Santos

**PIBA**

Este projeto teve como objetivo principal a formação de bolsistas em atividades de pesquisa e extensão, promovendo a interação entre os alunos e os professores, bem como a participação dos bolsistas em eventos acadêmicos e culturais.



## 18. Mapeamento de Comunidades:

Projeto de Iniciação e Banco de Alimentos  
 Plano de Trabalho: Comunidades de Terceira e Quarta Idade Suburbâneas  
 Professora: Tereza Maria (Coordenadora)  
 Discentes: Renata Fátima, Cida-Úrsula Regina, e Eliane Maria

**Parte I - FASE DE TERCEIRA**

2. Desenvolvimento do projeto: "Mapas sobre a vida de terceira"

o desenvolvimento da fase de desenvolvimento do projeto foi realizado em 2011 pela primeira comunidade formada desde 2011 a partir do IIC (Instituto de Iniciação Científica) desenvolvido por Braga et al. (2011).

Os mapas de mapeamento foram desenvolvidos por meio de visitas de campo e entrevistas com os moradores das comunidades. Foram realizadas visitas de campo em todas as comunidades mapeadas, com o objetivo de coletar informações sobre a realidade das comunidades e sobre as necessidades dos moradores. As informações coletadas foram utilizadas para a elaboração dos mapas.

As comunidades mapeadas são:

1. Comunidade
2. Comunidade
3. Comunidade
4. Comunidade
5. Comunidade

As informações coletadas foram utilizadas para a elaboração dos mapas e para a identificação das necessidades das comunidades. Os mapas foram elaborados com o objetivo de fornecer informações sobre a realidade das comunidades e sobre as necessidades dos moradores.

o desenvolvimento da fase de desenvolvimento do projeto foi realizado em 2011 pela primeira comunidade formada desde 2011 a partir do IIC (Instituto de Iniciação Científica) desenvolvido por Braga et al. (2011).

As informações coletadas foram utilizadas para a elaboração dos mapas e para a identificação das necessidades das comunidades. Os mapas foram elaborados com o objetivo de fornecer informações sobre a realidade das comunidades e sobre as necessidades dos moradores.

**LEGENDA**

1. Comunidade
2. Comunidade
3. Comunidade
4. Comunidade
5. Comunidade

**ABREVIAÇÕES**

IBO - Centro Municipal de Idosos II  
 IDO - Zona Oeste Municipal de Rio de Janeiro III  
 IDO - Zona Norte Municipal de Rio de Janeiro I  
 IDO - Zona Norte do Município de Rio de Janeiro III  
 IDO - Município de Rio de Janeiro III  
 IDO - Zona Norte do Rio de Janeiro III  
 IDO - Zona Oeste do Rio de Janeiro III  
 IDO - Zona Norte do Rio de Janeiro III  
 IDO - Zona Oeste do Rio de Janeiro III  
 IDO - Zona Norte do Rio de Janeiro III  
 IDO - Zona Oeste do Rio de Janeiro III

**TOTAL**

Comunidade	Nº de moradores
Comunidade	100
Comunidade	140
Comunidade	50
Comunidade	70
Comunidade	30
Comunidade	100
<b>TOTAL</b>	<b>590</b>

Nota: Os dados são apenas para fins informativos e não devem ser utilizados para fins estatísticos.

Introdução

**Missões e Desafios da Faculdade Católica em São Carlos**

Esta missão tem caráter de missão das instituições de ensino superior e reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

A preservação e a atualização do patrimônio cultural e do legado de conhecimentos para a sustentabilidade do campus são também o objetivo das ações voltadas para a sustentabilidade. As ações devem fortalecer, como princípios básicos, o compromisso pedagógico e a atuação cidadã, visando à sustentabilidade da instituição e contribuindo para a sociedade.

**1. Introdução: Tensões e Tensões à República Constitucional de São Carlos**

Esta missão acadêmica e social reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

**2. Visão Geral e Descrição Geral**

Esta missão acadêmica e social reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

Esta missão acadêmica e social reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

Esta missão acadêmica e social reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

**Resumo para o Projeto de Trabalho em Família**

**1. Introdução: Tensões e Tensões**

1

Introdução

Introdução: A sustentabilidade de São Carlos em duas esferas, acadêmica e social, reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

Esta missão acadêmica e social reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

**2. Visão Geral e Descrição Geral**

Esta missão acadêmica e social reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

Esta missão acadêmica e social reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

**3. Conclusão Geral**

Esta missão acadêmica e social reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

Esta missão acadêmica e social reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

Esta missão acadêmica e social reflete em duas esferas, destacando as dimensões acadêmica e social. Assim, a missão acadêmica refere-se à formação de cidadãos capazes de atuar na identificação e resolução de problemas, a fim de proporcionar condições que favoreçam a descoberta de conhecimentos e a atuação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão social.

**APLICAÇÃO DA**

Em 2011, PIBA, através de uma das ações que se realizam em São Carlos, ofereceu o curso de Iniciação em Banco Alimentar, promovido pelo Banco Alimentar de São Carlos. O curso teve como objetivo proporcionar aos estudantes a oportunidade de atuar em projetos de pesquisa e extensão social, contribuindo para a sustentabilidade da instituição e da sociedade.



1







- GRANDE
- 48 Instituto Tecnológico
    - R. Instituto, 121 - CEP 07018-207
    - BOCAIMMANS
  - 49 Universidade Federal do Rio de Janeiro - BOMJARDIM
    - R. Maracanã, 299 - CEP 21040-902
    - BOA VISTA
  - 50 Universidade Estadual de Maricá - Centro de Ciências
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 51 Casa de Cultura Felício de Almeida
    - R. Rua Conquistador, 38 - CEP 20140-009
    - GUARANÍS
  - 52 Centro Universitário de Maricá
    - Rua Fátima, 30 - CEP 20130-012, Av. Vinte e Nove de Abril, 11 - CEP 20140-009
    - BOCAIMMANS
  - 53 Universidade Federal do Rio de Janeiro - ITAIPAVA
    - R. Fátima, 38 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 54 Instituto Tecnológico de Aeronáutica
    - R. São João, 677 - CEP 20931-900
    - ÁGUA SÉCULA
  - 55 Instituto de Física de Maricá
    - R. Roberto Carlos, 249 - CEP 20140-009
    - GUARANÍS
  - 56 Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro
    - R. Bessaia, 40 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 57 Universidade Federal do Rio de Janeiro - PARRICHA
    - R. João Fátima, 205 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 58 Instituto de Física de Maricá - Centro de Ciências
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 59 Universidade Federal do Rio de Janeiro - PARRICHA
    - R. Bessaia, 40 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA

GRANDE

- GRANDE
- 55 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 56 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 57 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 58 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 59 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 60 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 61 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 62 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 63 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 64 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 65 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA
  - 66 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Física de Maricá
    - R. João Fátima, 402 - CEP 20130-012
    - PERUÍBA

GRANDE





- 1. R. Siqueira Freitas, 22 - 20170-000  
SQUARE SIAE
- 16. Centro de Desenvolvimento Científico de La  
S. Maria Paula, 25 - 22251-450  
(MANGUARA)
- 17. Departamento de Física e Física Aplicada  
R. Augusto Franco, 27  
SQUARE
- 18. IFPA - Vila Antel  
R. TAVOLLA-SILVEIRA, 22 - 21209-900  
VILA ANTIEL
- 19. Unidade de Pós-Graduação em Física  
R. São Francisco, 344  
MANGUARA
- 20. Centro Física Casa Grande  
Rua Mário Magalhães, 21 - 22230-110  
SQUARE
- 21. Rua Luperon (Mantido em nome de Engenheiro)  
R. Siqueira, 65, 142  
SQUARE
- 22. IGE - IGUAÇU, 24 20  
R. Diniz de Moraes, 202 - 22194-902  
MANGUARA
- 23. TCC-FCIB (MANTIDO)  
R. Siqueira, 260 - 22194-902  
MANGUARA
- 24. Rua Brás de Pina, 15  
Rua E de Santos, 14, Lote 11 - 22290-002  
SQUARE
- 25. Rua Domingos Mourão  
R. Diniz de Moraes, 202 - 22194-902  
MANGUARA  
1981-81661 (Laboratório de Física) - Rua do Maracajá 100 (Mantido em nome de Engenheiro)  
SQUARE
- 26. R. Siqueira Freitas, 22 - 20170-000  
SQUARE
- 27. Termino Museu Interdisciplinar Física (Mantido em nome de Engenheiro)

Mantido

- 8. RUA FORTES, 101  
SQUARE
- 15. Instituto de Física Carlos  
R. Figueiredo de Albuquerque, 25 - 22190-900  
SQUARE
- 16. Rua Carlos  
R. Figueiredo de Albuquerque  
MANGUARA
- 17. IFPA  
Rua Siqueira de Freitas, 220  
MANGUARA
- 18. Instituto de Física  
Av. São Francisco, 25 - 22190-900  
SQUARE
- 19. UFPA OFI OLIVEIRA  
Rua Figueiredo de Albuquerque, 25  
MANGUARA
- 20. IFPA - IFPA FÍSICA  
Rua Siqueira de Freitas, 220  
MANGUARA
- 21. IGE (Mantido)  
R. Siqueira, 65, 142  
SQUARE
- 22. Instituto de Física Carlos  
R. Figueiredo de Albuquerque, 25 - 22190-900  
SQUARE
- 23. IFPA - IFPA FÍSICA  
Rua Siqueira de Freitas, 220  
MANGUARA
- 24. IFPA - IFPA FÍSICA  
Rua Siqueira de Freitas, 220  
MANGUARA
- 25. IFPA - IFPA FÍSICA  
Rua Siqueira de Freitas, 220  
MANGUARA
- 26. IFPA - IFPA FÍSICA  
Rua Siqueira de Freitas, 220  
MANGUARA

Mantido





104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

Deixa-se constituído que todos os nomes mencionados são fictícios, sendo o beneficiário de uma bolsa de iniciação em atividades de pesquisa.

**TERMINO DE LICENCIATURA E CANDIDATURA - BOLSISTA RACIONAL**

- 1- Termina de Licenciatura
- 2- Não Aguarda Terminar Licenciatura
- 3- Termina de Licenciatura mas não Candidatura
- 4- Termina de Licenciatura mas não Candidatura e não Aguarda
- 5- Não Aguarda
- 6- Termina de Licenciatura
- 7- Termina de Licenciatura e não Aguarda
- 8- Termina de Licenciatura e não Aguarda
- 9- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda
- 10- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda e não Aguarda
- 11- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda e não Aguarda e não Aguarda
- 12- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda e não Aguarda e não Aguarda e não Aguarda
- 13- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda
- 14- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda
- 15- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda
- 16- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda
- 17- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda
- 18- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda
- 19- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda
- 20- Termina de Licenciatura e não Aguarda e não Aguarda





Qualificação	Instituição	Período	Responsabilidade
Graduação em Engenharia de Alimentos	UFRRJ	Agrupamento 22	Projeto de Iniciação em Atividade Acadêmica

**Referências:**

Lei nº 20.263 de 12 de maio de 2014, que institui o Programa de Iniciação em Atividade Acadêmica (PIAA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob o número de processo 000042/2014, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.uerj.br/pt-br/legislacao/legislacao-geral/leis/20263-14>

<http://www.uerj.br/pt-br/legislacao/legislacao-geral/leis/20263-14>

<http://www.uerj.br/pt-br/legislacao/legislacao-geral/leis/20263-14>

## 19. Artefatos de Imagem:

### 19.1. Templates do Material de Aula - PIBA:





19.2. Cards de Divulgação - PIBA:

Somos um **programa social** criado em 2023

Com parceria entre a **Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SEDSODH** e a **UERJ-Universidade do Estado do Rio de Janeiro**.

**CADASTRO ÚNICO**

Nosso compromisso está ligado ao desenvolvimento social e fortalecimento da capacidade dos municípios junto à Gestão do Cadastro Único, assim atendendo famílias de:

Ciganos, pernanzoma e comunidades de favelas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores, assentada da reforma agrária, beneficiários do programa nacional de crédito fundiário, semipostas, atreladas por empreendimentos de infraestrutura, grupo de sistema cacequim, moradores de moradia precária, indígenas e quilombolas.

Também são públicos prioritários do programa a população em situação de rua, as pessoas com deficiência, as pessoas idosas e as crianças em situação de trabalho infantil.





19.3. Logo - PIBA:



#### 19.4. Card divulgação ACNUR - PIBA:

**PALESTRA**

**16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES - SITUAÇÃO DAS REFUGIADAS E MIGRANTES**

**30 DE NOV**    **A PARTIR DAS 14h**    **AUDITÓRIO DA UERJ**

**Márcia Márcia Abade**  
Advogada  
Violência de gênero contra as mulheres migrantes. A importância da atuação multidisciplinar.

**Isadora Soares C. Lopes**  
Língua e Tradução - UFRRJ  
A proteção de pessoas refugiadas no Brasil.

**Sara Araújo de Castro**  
Advogada ACNUR  
A integração de comunidades de migrantes e refugiados no Brasil.

**Prof.ª Cláudia Gonçalves**  
Advogada ACNUR

**Andréia Pinheiro**  
Advogada ACNUR

**Isabel de Souza Oliveira**  
Advogada ACNUR

**Isabel Pinheiro**  
Advogada ACNUR

**Isabel Pinheiro**  
Advogada ACNUR

**AGUARDAMOS A SUA PRESENÇA!**  
ENTRADA GRATUITA.

**REALIZADO POR:** UERJ, PIBA, ACNUR

**PARCERÍAS:** UERJ, PIBA, ACNUR

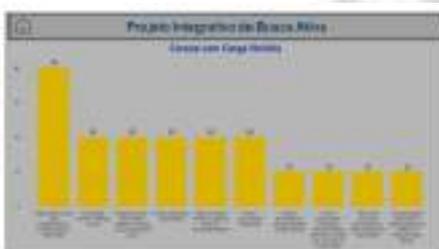
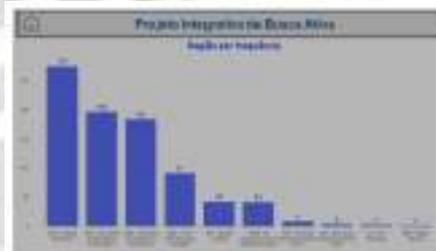
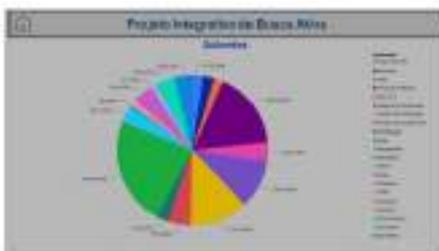
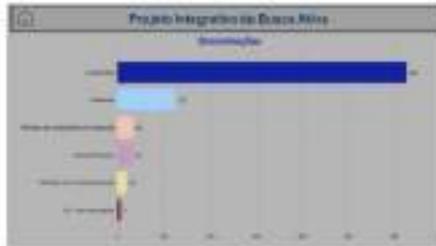
**19.5. Logos PIBA por municípios:**

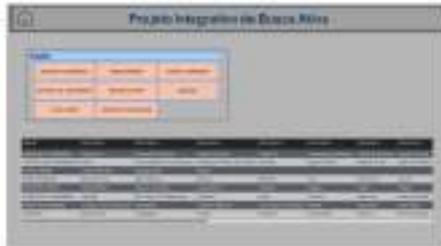


**19.6. Logos PIBA por região:**



**20. Construção BI - PIBA:**





## 21. Propostas Comerciais Construção de BI:

### 21.1. Propostas 01:



### 1.1. Propostas 02:



**Programa de Provas de Seleção Edital nº 001/2019**

**1. Sumário Executivo**  
O objetivo do Edital é a seleção de estudantes para o Programa de Provas de Seleção de Bolsas de Iniciação em Atividades de Pesquisa (PIBA) da Flico. O Edital estabelece as regras e procedimentos para a realização das provas e a seleção dos candidatos.

**2. Objetivos do Projeto**

- Realizar a seleção de estudantes para o PIBA.
- Selecionar os alunos de acordo com o edital.
- Selecionar os alunos de acordo com o edital.

**3. Metodologia**  
O Edital estabelece a metodologia para a realização das provas e a seleção dos candidatos.

**4. Descrição do Projeto**  
O Edital estabelece a descrição do projeto de pesquisa e a metodologia de trabalho.

**5. Resultados**  
O Edital estabelece os resultados esperados e a metodologia de avaliação.

**6. Organização**  
O Edital estabelece a organização do processo de seleção.



**1. Descrição Específica**

- Realizar a seleção de estudantes para o PIBA.
- Selecionar os alunos de acordo com o edital.
- Selecionar os alunos de acordo com o edital.

**2. Dados do Projeto**  
Nome do Projeto: PIBA  
Número do Edital: 001/2019  
Data de Edição: 15/03/2019  
Local: Flico

**Assinatura**  
  
Nome: [Nome do Responsável]

**21.2. Propostas 03:**

**4.1. PROPOSTA EDUCACIONAL 03**  
www.fundacaoflico.org.br

**Assinatura do Responsável**  
[Assinatura]

**Nome do Responsável**  
[Nome]

**Proposta de Trabalho de Iniciação em Atividades de Pesquisa**

**Resumo para avaliação de projeto**  
O projeto tem como objetivo a seleção de estudantes para o PIBA. O projeto estabelece as regras e procedimentos para a realização das provas e a seleção dos candidatos.

**Objetivos e metodologia**  
O projeto estabelece os objetivos e a metodologia para a realização das provas e a seleção dos candidatos.

**Descrição do Projeto**  
O projeto estabelece a descrição do projeto de pesquisa e a metodologia de trabalho.

**Resultados esperados**  
O projeto estabelece os resultados esperados e a metodologia de avaliação.

**Organização**  
O projeto estabelece a organização do processo de seleção.

**Assinatura**  
[Assinatura]

**Nome do Responsável**  
[Nome]

**4.1. PROPOSTA EDUCACIONAL 03**  
www.fundacaoflico.org.br

## 22. Propostas Comerciais Construção de Moodle:

### 22.1. Propostas 01:

Item	Descrição	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
1	Desenvolvimento de Módulos	10000,00	10	100000,00
2	Integração com o Banco de Dados	50000,00	1	50000,00
3	Implementação de Ferramentas de Análise	10000,00	10	100000,00
4	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
5	Manutenção e Suporte	10000,00	10	100000,00
6	Formação de Usuários	10000,00	10	100000,00
7	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
8	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
9	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
10	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
11	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
12	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
13	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
14	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
15	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
16	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
17	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
18	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
19	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
20	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00

Item	Descrição	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
1	Desenvolvimento de Módulos	10000,00	10	100000,00
2	Integração com o Banco de Dados	50000,00	1	50000,00
3	Implementação de Ferramentas de Análise	10000,00	10	100000,00
4	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
5	Manutenção e Suporte	10000,00	10	100000,00
6	Formação de Usuários	10000,00	10	100000,00
7	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
8	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
9	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
10	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
11	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
12	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
13	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
14	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
15	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
16	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
17	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
18	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
19	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00
20	Atualização de Conteúdo	10000,00	10	100000,00

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

## 22.2. Propostas 02:

### O que dizem sobre nós

“A equipe do projeto foi muito profissional, com uma ótima comunicação e entrega de resultados. O projeto foi entregue dentro do prazo e com qualidade.”

**Mônica Zaffarelli**  
Coordenadora de Projetos

“A equipe do projeto foi muito profissional, com uma ótima comunicação e entrega de resultados. O projeto foi entregue dentro do prazo e com qualidade.”

**Ala M. de A.**  
Coordenadora de Projetos

### Case de Sucesso

**Faculdade IADE**

“A equipe do projeto foi muito profissional, com uma ótima comunicação e entrega de resultados. O projeto foi entregue dentro do prazo e com qualidade.”

**+ 40,000**  
Cursos de alunos

**+ 3,000**  
Alunos ativos

**+ 2,000**  
Cursos ativos

### Nossas Soluções

“A equipe do projeto foi muito profissional, com uma ótima comunicação e entrega de resultados. O projeto foi entregue dentro do prazo e com qualidade.”

### Plataforma de Aprendizagem

“A equipe do projeto foi muito profissional, com uma ótima comunicação e entrega de resultados. O projeto foi entregue dentro do prazo e com qualidade.”

### Instalação e Personalização do Moodle

“A equipe do projeto foi muito profissional, com uma ótima comunicação e entrega de resultados. O projeto foi entregue dentro do prazo e com qualidade.”

- ✓ Instalação e configuração do Moodle no servidor
- ✓ Configuração de usuários e papéis
- ✓ Configuração de cursos e disciplinas
- ✓ Configuração de temas e layouts
- ✓ Configuração de plugins e extensões

### Exemplos de personalização do Moodle

### Investimento

Item	Valor	Observações
Instalação e configuração do Moodle	R\$ 10.000,00	
Configuração de usuários e papéis	R\$ 5.000,00	
Configuração de cursos e disciplinas	R\$ 5.000,00	
Configuração de temas e layouts	R\$ 5.000,00	
Configuração de plugins e extensões	R\$ 5.000,00	
Configuração de relatórios	R\$ 5.000,00	
<b>Total</b>	<b>R\$ 35.000,00</b>	

### Premissas plataforma Moodle

“A equipe do projeto foi muito profissional, com uma ótima comunicação e entrega de resultados. O projeto foi entregue dentro do prazo e com qualidade.”



### Premissas plataforma Moodle

#### Objetivos da Plataforma Moodle

- Atualização de conteúdos e materiais de ensino (novos conteúdos de cursos, atualizações de disciplinas, materiais de apoio, etc.)
- Disponibilização de conteúdos de apoio (documentos, vídeos, etc.)
- Disponibilização de conteúdos de apoio (documentos, vídeos, etc.)
- Disponibilização de conteúdos de apoio (documentos, vídeos, etc.)
- Disponibilização de conteúdos de apoio (documentos, vídeos, etc.)

Seu objetivo é disponibilizar e disponibilizar conteúdos de apoio.

#### Principais Funcionalidades

Monitorar o desempenho dos alunos em cursos e disciplinas.



#### Redes Sociais

- @cafeead
- cafeead@uerj.br
- www.cafeead.uerj.br
- ucafeead




## Proposta Comercial

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE CURSOS



## Muito Obrigado

Agenciamos a implementação de cursos em EAD para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Esperamos que esta proposta seja útil para a sua instituição e que possamos trabalhar juntos para a melhoria da qualidade da educação.

Se quiser saber mais sobre nossos serviços, entre em contato conosco pelo e-mail ou telefone.

Contato: (21) 2512-1111

## Sobre a Café EAD

Atividade de Ensino de 20 anos no mercado

Atividade de Ensino de 20 anos no mercado

**Atuação**

Atuação em cursos de graduação e pós-graduação em áreas de Engenharia, Ciências Exatas e Ciências Sociais.

**Atuação**

Atuação em cursos de graduação e pós-graduação em áreas de Engenharia, Ciências Exatas e Ciências Sociais.

**Atuação**

Atuação em cursos de graduação e pós-graduação em áreas de Engenharia, Ciências Exatas e Ciências Sociais.

## Excelência

Atuação em cursos de graduação e pós-graduação em áreas de Engenharia, Ciências Exatas e Ciências Sociais.

Atuação em cursos de graduação e pós-graduação em áreas de Engenharia, Ciências Exatas e Ciências Sociais.

Atuação em cursos de graduação e pós-graduação em áreas de Engenharia, Ciências Exatas e Ciências Sociais.

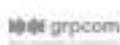
## Alguns Clientes













22.3. Propostas 03:

**Proposta Comercial**

Para: 0004 - UERJ - RJ - RJ - RJ  
E-mail: [suporte@uerj.br](mailto:suporte@uerj.br)  
Data de Emissão: 11/06/2024, às 11:54:00 (UTC-03:00)

Descrição	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
<b>Consultoria</b> Serviços de consultoria para elaboração de projeto de pesquisa, de fim de curso, trabalho de conclusão de curso, etc. O valor unitário será de R\$ 100,00 por hora. O valor total será de R\$ 100,00 por hora. O valor total será de R\$ 100,00 por hora.	R\$ 100,00	80	R\$ 8.000,00
<b>Instalação Mensal</b> Instalação mensal de serviços de consultoria para elaboração de projeto de pesquisa, de fim de curso, trabalho de conclusão de curso, etc. O valor unitário será de R\$ 100,00 por hora. O valor total será de R\$ 100,00 por hora.	R\$ 100,00	80	R\$ 8.000,00
<b>Consultoria Mensal</b> Consultoria mensal para elaboração de projeto de pesquisa, de fim de curso, trabalho de conclusão de curso, etc. O valor unitário será de R\$ 100,00 por hora. O valor total será de R\$ 100,00 por hora.	R\$ 100,00	80	R\$ 8.000,00
<b>Suprimento</b> Material de consumo para elaboração de projeto de pesquisa, de fim de curso, trabalho de conclusão de curso, etc. O valor unitário será de R\$ 100,00 por hora. O valor total será de R\$ 100,00 por hora.	R\$ 100,00	80	R\$ 8.000,00
<b>Total Geral:</b>			<b>R\$ 32.000,00</b>

**Forma de Pagamento:** À vista em dinheiro ou depósito em nome do beneficiário.  
**Forma de entrega:** À entrega física.  
**Validade:** 06 meses, contados a partir da data de emissão.  
**Endereço:** Rua Marquês de São Carlos, 201 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20131-002

22.4. Propostas 04:





**Adopta**

**22. Tema de Iniciação em Atividades de Pesquisa**

**Matéria específica**  
 O tema a ser desenvolvido deve estar alinhado às áreas de atuação dos pesquisadores bolsistas e pesquisadores em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Atividade**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em uma ou mais disciplinas.

**Pré-requisitos**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em disciplinas de graduação em nível de licenciatura em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Conteúdo programático**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em disciplinas de graduação em nível de licenciatura em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Comunicação em português**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em português.

**Localização**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em uma ou mais disciplinas.

**Adopta**

**23. Tema de Iniciação em Atividades de Pesquisa**

**Matéria específica**  
 O tema a ser desenvolvido deve estar alinhado às áreas de atuação dos pesquisadores bolsistas e pesquisadores em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Atividade**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em uma ou mais disciplinas.

**Pré-requisitos**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em disciplinas de graduação em nível de licenciatura em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Conteúdo programático**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em disciplinas de graduação em nível de licenciatura em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Comunicação em português**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em português.

**Localização**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em uma ou mais disciplinas.

**Adopta**

**24. Tema de Iniciação em Atividades de Pesquisa**

**Matéria específica**  
 O tema a ser desenvolvido deve estar alinhado às áreas de atuação dos pesquisadores bolsistas e pesquisadores em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Atividade**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em uma ou mais disciplinas.

**Pré-requisitos**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em disciplinas de graduação em nível de licenciatura em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Conteúdo programático**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em disciplinas de graduação em nível de licenciatura em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Comunicação em português**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em português.

**Localização**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em uma ou mais disciplinas.

**Adopta**

**25. Tema de Iniciação em Atividades de Pesquisa**

**Matéria específica**  
 O tema a ser desenvolvido deve estar alinhado às áreas de atuação dos pesquisadores bolsistas e pesquisadores em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Atividade**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em uma ou mais disciplinas.

**Pré-requisitos**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em disciplinas de graduação em nível de licenciatura em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Conteúdo programático**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em disciplinas de graduação em nível de licenciatura em áreas afins, podendo incluir projetos de extensão de âmbito institucional e/ou social.

**Comunicação em português**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em português.

**Localização**  
 O tema a ser desenvolvido deve ser desenvolvido em uma ou mais disciplinas.



**Adapta**

**Notas introdutórias**

**Formas de pagamento**

Pagamento em até 12 parcelas mensais em cartão de crédito.

Formas de pagamento em até 12 parcelas mensais em cartão de crédito.

**Informações importantes**

Este curso é oferecido em parceria com a UERJ, sob a supervisão do Conselho de Ensino e Pesquisa da UERJ.

Este curso é oferecido em parceria com a UERJ, sob a supervisão do Conselho de Ensino e Pesquisa da UERJ.

**Adapta**  
code Partner  
COMO SEU PARTNER TECNOLÓGICO



100%  
Liberdade  
de escolha  
de curso  
e de instituição  
de ensino superior

**Adapta**

**Notas introdutórias**

Este curso é oferecido em parceria com a UERJ, sob a supervisão do Conselho de Ensino e Pesquisa da UERJ.

Este curso é oferecido em parceria com a UERJ, sob a supervisão do Conselho de Ensino e Pesquisa da UERJ.

**Adapta**  
code Partner  
COMO SEU PARTNER TECNOLÓGICO



### 23. Propostas Comerciais Construção Identidade Visual:

#### 23.1. Propostas 01:

**SWW**

Proposta nº 2000

**Objeto:** [Descrição do projeto]

**Valor:** [Valor em reais]

**Forma de Pagamento:** [Forma de pagamento]

**Validade:** [Validade da proposta]

**Assinatura:** [Assinatura do responsável]

**Objeto:** [Descrição do projeto]

**Valor:** [Valor em reais]

**Forma de Pagamento:** [Forma de pagamento]

**Validade:** [Validade da proposta]

**Assinatura:** [Assinatura do responsável]



## 23.2. Propostas 02:

**Investimento**

**Identidade visual adaptada para seis regiões**  
Quando falamos de identidade visual, vamos muito além do conceito de cores, logo, de qualquer elemento gráfico e visual para representar a identidade de uma determinada empresa. A identidade visual tem a responsabilidade de mostrar quem é a empresa, sua valores e como se comporta no mercado.

**Logo**

- Desenvolvimento de Logo para o conjunto de lançamento e manual de aplicação.
- Adaptações de logo e conceito visual, com 5 artes/ 1 para cada região.

**R\$997,00**

**Adaptação do Logo, para criação de conceito para lançamento**

- Adaptações de logo e conceito visual, com 6 artes/ 1 para cada região.

**R\$997,00**

**Investimento**

**Produção de 8 conteúdos relevantes para as redes sociais, blogs e newsletter para lançamento e atualização de informações sobre o PIBA**

- Conteúdo - parágrafo, criação e 8 copies sobre PIBA.
- Design de artes - 3 Canva e 5 canva pro.
- Adaptação do texto para blog e LinkedIn.

**R\$807,00**

**Produção de 1 vídeo curto (até 5 min) com depoimentos de alunos ou gestores do projeto destacando os benefícios que obtiveram com o programa.**

- 1 dia de gravação na UERJ, com imagens cobertas de iPhone 12, microfones de lapela e softbox com luz.
- Edição dos vídeos/ depoimentos.
- Legendas.

**R\$997,00**

**Investimento**

**Consultoria Estratégica de Marketing para lançamento**

- Construção de estratégia de marketing abrangendo - Análise, Plano de Marketing, Plano de Lançamento.
- Construção e implementação do plano de desenvolvimento de produtos.
- Realização de planilhas consultivas de Lançamento.

**R\$1.497,00**

**Investimento**

**Importante:**

- Esta proposta contempla a criação de 2 e-book com até 20 páginas cada + Capa, com edição simples.
- Cada página excedente será cobrada um adicional de R\$15,00/página.
- O prazo de entrega dos materiais será de 35 dias, a contar da entrega de todo conteúdo que faz parte do material. Caso haja uma necessidade de entrega em um prazo menor, o orçamento enviado poderá sofrer alteração, conforme a complexidade.

**Investimento**

**Não incluso na proposta:** Compra de vídeos, músicas e fotografias, filmagem in loco, ou qualquer tipo de deslocamento para alguma realização de trabalho externo, além do apresentado na proposta. Também não está incluso pagamento de app para uso de edições de vídeos ou artes.

**Forma de Pagamento**

- Simão de 50% do valor total, no ato da proposta.
- 50% na entrega do material.

**Validade da Proposta de 30 dias.**

**A 3L Marketing**  
*Unicidade e Personalidade do seu negócio*

"Antigos resolve" problemas e encontrar a melhor solução para o seu negócio."

Fazemos marketing e focamos em 3L: **Local, Unique e Soluções**. Entendendo que, para nos destacarmos nos dois e-books, precisamos fazer um planejamento de Data, e-mail, Instagram e etc a da do nosso negócio.

Assim como preferir "Seu negócio" com o nome em português, assim como uma "solução de negócios".

Mas inovar e fazer diferente é se destacar no mercado e precisa investir para ter todos 3L e é assim como fazemos o nosso.

Quer saber, ou revisar o seu negócio e de que forma? **Chama a 3L Marketing!**



**PROJETO DESIGN | PIBA**

A Escola de Administração e Finanças da UERJ busca a 3L Marketing para desenvolver alguns materiais legais, para divulgação do projeto de inovação do Biscoito Três.

**Solicitação da escola:**

1. Criar 2 e-books informativos oferecidos pelo PIBA;
2. Template para slides - criar template de slide para a identidade visual do projeto e suas diferentes áreas;
3. Identidade visual adaptada para redes sociais;
4. Produção de 15 conteúdos relevantes para as redes sociais, blogs e newsletters para lançamento e atualização de informações sobre o PIBA;
5. Produção de 5 vídeos curto (vídeos 5 minutos) para depoimentos de alunos ou gestores do projeto destacando os benefícios que obtiveram com o programa.

**Investimento**

- ✓ **2 e-books informativos oferecidos pelo PIBA**
  - Conteúdo formatado para aflição página, por e-book
  - Design de Capa contendo identidade visual apresentada
- ✓ **Template para slides - criar modelo de slide para a identidade visual do projeto e suas diferentes áreas**
  - Capa de apresentação padrão
  - 15 slides diferenciados

**R\$277,00 pacote com 15 páginas.**

Outra página completa para elaboração de 15 páginas de slides.

### 23.3. Propostas 03:

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROPOSTA Nº 03

OBJETO: Desenvolvimento de materiais de divulgação para o Projeto de Inovação em Business Administration (PIBA) da UERJ.

1. OBJETIVO GERAL

1.1. Desenvolver materiais de divulgação para o PIBA, incluindo:

- 1.1.1. 2 e-books informativos;
- 1.1.2. Template para slides;
- 1.1.3. Identidade visual adaptada para redes sociais;
- 1.1.4. Produção de 15 conteúdos relevantes para as redes sociais, blogs e newsletters;
- 1.1.5. Produção de 5 vídeos curtos (vídeos 5 minutos) para depoimentos de alunos ou gestores do projeto.

2. VALORES

2.1. R\$ 277,00

2.2. Prazo de entrega: 15 dias úteis.

## 24. Propostas Comerciais Gerente de Projetos:

### 24.1. Propostas 01:

**PROPOSTA COMERCIAL**

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2022.

Prezado(a) senhor(a),

Com o intuito de atender a solicitação de proposta comercial para a prestação de serviços de **GERENTE DE PROJETOS** para o projeto de **PIBA**, com as seguintes características:

Objeto:	Atividade de Gerente de Projetos para o projeto PIBA
Valor estimado:	R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Seguem as informações técnicas e comerciais:

Nome da Empresa:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Endereço:	Rua XXXXXXXX, Nº XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX-XXXXXX
Telefone:	(XX) XXXXXXX-XXXXXX
E-mail:	XXXXXXXXXXXX@XXXXXXXXXXXX.COM.BR
Nome do Responsável:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Assinatura:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e aguardamos o retorno de sua empresa.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### 24.2. Propostas 02:

**PROPOSTA COMERCIAL - GERENTE DE PROJETOS**

**1. AMPLIAÇÃO DA EQUIPE:**

Queremos expandir nossa equipe e garantir a continuidade de nossos projetos, buscando profissionais experientes e comprometidos com a excelência em nossos serviços.

Se você possui experiência em Gerência de Projetos e possui o perfil adequado para atuar em nossa equipe, gostaríamos de conhecer seu currículo e sua disponibilidade para uma entrevista.

Envie-nos seu currículo atualizado e uma carta de apresentação para: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX@XXXXXXXXXXXX.COM.BR**.

**2. CONSULTORIA TÉCNICA:**

Estamos buscando profissionais experientes para atuar em projetos de consultoria técnica em áreas como: **XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX**.

Se você possui experiência e qualificação para atuar em consultoria técnica, gostaríamos de conhecer seu currículo e sua disponibilidade para uma entrevista.

**3. PARCELAÇÃO DE SERVIÇOS:**

Estamos buscando parceiros experientes para atuar em projetos de parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Se você possui experiência e qualificação para atuar em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, gostaríamos de conhecer seu currículo e sua disponibilidade para uma entrevista.

**4. CONTATO:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**PROPOSTA COMERCIAL - GERENTE DE PROJETOS**

**1. SERVIÇOS DE GERENTE DE PROJETOS PARA O PROJETO PIBA:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**2. SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**3. PARCELAÇÃO DE SERVIÇOS:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**4. CONTATO:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**REVISÃO TÉCNICA - COMISSÃO EXECUTIVA**

para a elaboração do projeto

**1 - CONSIDERAÇÕES**

1.1. O presente projeto tem por objetivo a implementação de um escritório de gerenciamento de projetos (PMO) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

**2 - OBJETIVOS**

2.1. O objetivo principal do projeto é a implementação de um PMO que permita a gestão integrada dos projetos da UERJ, garantindo a qualidade, o prazo e o custo dos mesmos.

2.2. Os objetivos secundários são:

- Estabelecer uma metodologia padrão para a gestão dos projetos.
- Criar um banco de dados de projetos para facilitar o acompanhamento e a comunicação.
- Realizar a capacitação dos gestores de projetos e dos membros do PMO.
- Desenvolver um sistema de relatórios para monitorar o andamento dos projetos.
- Ampliar a transparência e a comunicação entre os departamentos da UERJ.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO EM BANCO DE ALIMENTOS (PIBA) - EDITAL Nº 1.000/2019

**REVISÃO TÉCNICA - COMISSÃO EXECUTIVA**

para a elaboração do projeto

1.1. O presente projeto tem por objetivo a implementação de um escritório de gerenciamento de projetos (PMO) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

1.2. O projeto será executado em duas fases: a primeira fase será a de planejamento e a segunda fase será a de implementação.

1.3. O planejamento será realizado em um prazo de 60 dias, a partir da data de aprovação do projeto.

1.4. A implementação será realizada em um prazo de 180 dias, a partir da data de aprovação do projeto.

1.5. O projeto será financiado pelo PIBA, com o valor total de R\$ 100.000,00.

1.6. O projeto será coordenado pelo(a) bolsista(a) selecionado(a) para a realização do projeto.

**2 - CONSIDERAÇÕES**

---

**REVISÃO TÉCNICA - COMISSÃO EXECUTIVA**

para a elaboração do projeto

1.1. O presente projeto tem por objetivo a implementação de um escritório de gerenciamento de projetos (PMO) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

1.2. O projeto será executado em duas fases: a primeira fase será a de planejamento e a segunda fase será a de implementação.

1.3. O planejamento será realizado em um prazo de 60 dias, a partir da data de aprovação do projeto.

1.4. A implementação será realizada em um prazo de 180 dias, a partir da data de aprovação do projeto.

1.5. O projeto será financiado pelo PIBA, com o valor total de R\$ 100.000,00.

1.6. O projeto será coordenado pelo(a) bolsista(a) selecionado(a) para a realização do projeto.

**2 - CONSIDERAÇÕES**

---

**REVISÃO TÉCNICA - COMISSÃO EXECUTIVA**

para a elaboração do projeto



**IMPLEMENTAÇÃO DE UM ESCRITÓRIO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS (PMO)**

---







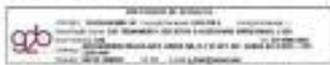
Gestão de Projetos

Informe para avaliação de propostas

Assunto: Assessoria

INSTRUMENTO CONTRATUAL DE ASSessoria EMPRESARIAL LTDA

CPF: 10.232.442/01-30



Informe para avaliação

E-mail: [compra@ggb.uerj.br](mailto:compra@ggb.uerj.br)

Endereço eletrônico: [www.ggb.uerj.br](http://www.ggb.uerj.br)

Telefone para correspondência

de Projeto Assessoria Empresarial LTDA - Avenida Pasteur - Bloco 5 - Sala 502 - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22251-900

Endereço eletrônico

Internet

Agência UERJ

de 04/04/2017

para preenchimento

Página 1



Gestão de Projetos

## PROPOSTA DE ACESSORIA EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS

UERJ

Prezado Senhor,

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ) está realizando o processo licitatório nº 002/2017 para contratação de Assessoria em Gerenciamento de Projetos para a execução de projetos de investimento em obras de infraestrutura urbana e de saneamento básico.

Este processo licitatório tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de Assessoria em Gerenciamento de Projetos para a execução de projetos de investimento em obras de infraestrutura urbana e de saneamento básico. Para mais informações, consulte o Edital nº 002/2017, disponível em [www.compras.uerj.br](http://www.compras.uerj.br).

para preenchimento

Página 1



Gestão de Projetos

### 1. Apresentação

Com o intuito de promover o desenvolvimento de Projetos em empresas de grande porte e para a execução de investimentos em obras de infraestrutura urbana e de saneamento básico, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ) está realizando o processo licitatório nº 002/2017 para contratação de Assessoria em Gerenciamento de Projetos para a execução de projetos de investimento em obras de infraestrutura urbana e de saneamento básico.

### 2. Beneficiário

O Beneficiário deste processo licitatório é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), através da Diretoria de Planejamento e Gestão de Projetos (DGP). O processo licitatório tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de Assessoria em Gerenciamento de Projetos para a execução de projetos de investimento em obras de infraestrutura urbana e de saneamento básico.

O Beneficiário deste processo licitatório é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), através da Diretoria de Planejamento e Gestão de Projetos (DGP). O processo licitatório tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de Assessoria em Gerenciamento de Projetos para a execução de projetos de investimento em obras de infraestrutura urbana e de saneamento básico.

O Beneficiário deste processo licitatório é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), através da Diretoria de Planejamento e Gestão de Projetos (DGP). O processo licitatório tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de Assessoria em Gerenciamento de Projetos para a execução de projetos de investimento em obras de infraestrutura urbana e de saneamento básico.

O Beneficiário deste processo licitatório é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), através da Diretoria de Planejamento e Gestão de Projetos (DGP). O processo licitatório tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de Assessoria em Gerenciamento de Projetos para a execução de projetos de investimento em obras de infraestrutura urbana e de saneamento básico.

O Beneficiário deste processo licitatório é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), através da Diretoria de Planejamento e Gestão de Projetos (DGP). O processo licitatório tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de Assessoria em Gerenciamento de Projetos para a execução de projetos de investimento em obras de infraestrutura urbana e de saneamento básico.

para preenchimento

Página 1

## 24.4. Propostas 03:



**dheka**

**Índice**

1. Apresentação	03
2. Contexto	03
3. Metodologia de Trabalho	04
3.1. Metodologia de Projeto Tradicional	04
3.2. Características do Projeto Agil	04
4. Equipe de Trabalho	08
5. Responsabilidades	10
5.1. Funções do UERJ	10
5.2. Funções da dheka	10
6. Metodologia de Trabalho	11
6.1. Local de Trabalho e Interprodutos	11
6.2. Recursos e Recursos Humanos	14
6.3. Cronograma de Trabalho	16
7. Riscos de Trabalho e Análise	17

**dheka**

**1. Apresentação**

A dheka  
 é uma empresa  
 de serviços de projetos de software.

**Objetivo**

Proporcionar, através de nossos serviços, a realização de projetos de software de alta qualidade e com prazos e custos otimizados.

**Responsabilidades compartilhadas de consultoria e desenvolvimento** O objetivo principal do projeto é a entrega de resultados de alta qualidade e com prazos e custos otimizados.

**Qualificação da equipe** A dheka possui uma equipe de profissionais altamente qualificados e experientes em projetos de software de alta qualidade e com prazos e custos otimizados.

**Forma e condições de pagamento** O pagamento será realizado em parcelas mensais, conforme o cronograma de trabalho.

**Assinatura**

**dheka Engenharia de Software**  
 Rua da Marquês, 1111 - Marquês - Rio de Janeiro - RJ  
 CEP: 22251-900  
 Fone: (21) 2500-1111  
 www.dheka.com.br

**dheka**

**2. Contexto**

O objetivo deste documento é apresentar a metodologia de trabalho e os produtos a serem entregues. Este documento é um guia para o cliente e a dheka, com o objetivo de garantir a qualidade e a entrega de resultados de alta qualidade e com prazos e custos otimizados.

### 1. Metodologias de Trabalho

A investigação de pesquisa que consiste em estabelecer bases para um trabalho que possibilite um avanço. Pode ser realizada por meio de etapas ligadas entre si, desde o estágio de pesquisa teórica, tendo em consideração diferentes níveis de análise, até a sua conclusão.

#### 1.1. Metodologia de Trabalho

O desenvolvimento de Trabalho é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas para resolver um problema de pesquisa. Com o conhecimento de como trabalhar, o pesquisador consegue atingir resultados melhores em seu trabalho e obter um registro acadêmico mais consistente.

Quando se trata de pesquisa, a ideia é gerar conhecimentos de caráter científico a partir de fatos observáveis do mundo. São fatos observáveis aqueles a respeito dos quais há consenso quanto ao tempo, espaço e qualidade.

Um bom trabalho de pesquisa é aquele que apresenta uma estrutura lógica, coerente e consistente, com fatos observáveis e conclusões que são o resultado de uma análise de fatos, dados e informações coletadas e analisadas de maneira crítica.

De acordo com a metodologia de trabalho, a metodologia de trabalho é a metodologia de trabalho que envolve a aplicação de conhecimentos de caráter científico a partir de fatos observáveis do mundo. São fatos observáveis aqueles a respeito dos quais há consenso quanto ao tempo, espaço e qualidade.

### 1. Metodologias de Trabalho

A investigação de conhecimento de Pesquisa é aquela que visa a obtenção de dados através de técnicas científicas. De acordo com o modelo de trabalho de pesquisa, o conhecimento é obtido através de técnicas científicas e métodos de trabalho de pesquisa. O conhecimento é obtido através de técnicas científicas e métodos de trabalho de pesquisa. O conhecimento é obtido através de técnicas científicas e métodos de trabalho de pesquisa.

#### 1.2. Metodologia de Trabalho

O desenvolvimento de Trabalho é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas para resolver um problema de pesquisa. Com o conhecimento de como trabalhar, o pesquisador consegue atingir resultados melhores em seu trabalho e obter um registro acadêmico mais consistente.

Quando se trata de pesquisa, a ideia é gerar conhecimentos de caráter científico a partir de fatos observáveis do mundo. São fatos observáveis aqueles a respeito dos quais há consenso quanto ao tempo, espaço e qualidade.

### 1. Metodologias de Trabalho

A investigação de conhecimento de Pesquisa é aquela que visa a obtenção de dados através de técnicas científicas. De acordo com o modelo de trabalho de pesquisa, o conhecimento é obtido através de técnicas científicas e métodos de trabalho de pesquisa. O conhecimento é obtido através de técnicas científicas e métodos de trabalho de pesquisa.

#### 1.3. Metodologia de Trabalho

O desenvolvimento de Trabalho é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas para resolver um problema de pesquisa. Com o conhecimento de como trabalhar, o pesquisador consegue atingir resultados melhores em seu trabalho e obter um registro acadêmico mais consistente.

Quando se trata de pesquisa, a ideia é gerar conhecimentos de caráter científico a partir de fatos observáveis do mundo. São fatos observáveis aqueles a respeito dos quais há consenso quanto ao tempo, espaço e qualidade.

### 1. Metodologias de Trabalho

A investigação de conhecimento de Pesquisa é aquela que visa a obtenção de dados através de técnicas científicas. De acordo com o modelo de trabalho de pesquisa, o conhecimento é obtido através de técnicas científicas e métodos de trabalho de pesquisa. O conhecimento é obtido através de técnicas científicas e métodos de trabalho de pesquisa.

#### 1.4. Metodologia de Trabalho

O desenvolvimento de Trabalho é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas para resolver um problema de pesquisa. Com o conhecimento de como trabalhar, o pesquisador consegue atingir resultados melhores em seu trabalho e obter um registro acadêmico mais consistente.

Quando se trata de pesquisa, a ideia é gerar conhecimentos de caráter científico a partir de fatos observáveis do mundo. São fatos observáveis aqueles a respeito dos quais há consenso quanto ao tempo, espaço e qualidade.



**dhelica**

orientações gerais quanto ao processo de inscrição para o curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

- 1. O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.
- 2. O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.
- 3. O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.
- 4. O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.
- 5. O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.
- 6. O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.
- 7. O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.
- 8. O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.
- 9. O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.
- 10. O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

**dhelica**

**1. Objetivos do Curso**

- 1. O curso tem como objetivo principal a formação de profissionais capacitados para atuar em áreas relacionadas à Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica.

**2. Local de Trabalho e Infraestrutura**

O curso será ministrado no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

**dhelica**

**3. Modalidades de Candidação**

O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

Com base nas informações acima e nos parâmetros estabelecidos, o candidato deverá inscrever-se no curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

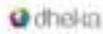
O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

O curso é oferecido no âmbito do curso de graduação em Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica, com ênfase em Energia Elétrica, oferecido pelo curso de Engenharia de Energia Elétrica e Eletrônica da UERJ.

**dhelica**

**4. Informações de Contato**

Endereço: Rua Marquês de São Carlos, 225 - Maracanã, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 22251-900  
Telefone: (21) 2512-2100  
E-mail: dhelica@uerj.br



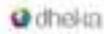
### 10. Características da Proposta:

Esta proposta tem por objetivo desenvolver um projeto de pesquisa em parceria com o PIBA, visando a realização de atividades de iniciação em pesquisa em laboratório de iniciação em atividades de pesquisa em laboratório de iniciação em atividades de pesquisa em laboratório.

Assim como o PIBA, a dheka também está voltada ao desenvolvimento de projetos de pesquisa em parceria com o PIBA, visando a realização de atividades de iniciação em pesquisa em laboratório de iniciação em atividades de pesquisa em laboratório de iniciação em atividades de pesquisa em laboratório.

Toda a proposta de projeto de pesquisa deve ser encaminhada para o e-mail: [projeto@dhaka.com.br](mailto:projeto@dhaka.com.br), sendo que o e-mail será respondido dentro de 15 dias úteis.

Com o PIBA, você terá acesso a todos os recursos necessários para a realização de sua pesquisa em laboratório de iniciação em atividades de pesquisa em laboratório de iniciação em atividades de pesquisa em laboratório.



### 11. Frazes de Validade e Acreditação

Rua de Arica, 246 - Maracanã - RJ

O processo de validação da proposta é de responsabilidade do PIBA, sendo que a dheka não se responsabiliza por eventuais problemas que possam ocorrer durante o processo de validação.

Qualquer dúvida, entre em contato conosco pelo e-mail: [projeto@dhaka.com.br](mailto:projeto@dhaka.com.br)

**Contato Dheka**  
Telefone: (21) 2517-4130  
E-mail: [projeto@dhaka.com.br](mailto:projeto@dhaka.com.br)  
[www.dhaka.com.br](http://www.dhaka.com.br)

[Facebook](#) [Twitter](#) [LinkedIn](#) [YouTube](#)

[www.dhaka.com.br](http://www.dhaka.com.br)  
+55 21 2517-4130  
[projeto@dhaka.com.br](mailto:projeto@dhaka.com.br)





**05**

Este curso aborda o tempo que profissionais qualificados e comprometidos dedicam para a educação. As metas e competências de ensino são elaboradas para a realidade de cada profissional, considerando a sua prática e o contexto em que atua. O curso é desenvolvido para a formação de professores em áreas específicas, visando a melhoria da qualidade do ensino e a formação de profissionais capazes de atuar em contextos de diversidade cultural e social, promovendo a inclusão e a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

Apresenta-se, portanto, não apenas como um curso de formação de professores, mas também como um curso de formação de cidadãos, promovendo a inclusão e a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

Seguem-se as informações sobre o curso, incluindo o nome, o número de créditos, o nome do professor responsável e o nome do curso.

**Valéria Mestres Coordenadora Geral do Projeto PIBA**

**07**

**Comunidade, Território e Políticas Sociais**

**Objetivos**

Atuar na área de pesquisa, ensino e extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, promovendo a inclusão e a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

**Conteúdo Programático**

Introdução ao conceito de território e ao desenvolvimento das ações, promovendo a inclusão e a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

**Estratégias de atuação no SUAS para o trabalho junto aos Grupos Populares, Tradicionais e Específicos - GPTE, s**

**Objetivos**

Atuar na área de pesquisa, ensino e extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, promovendo a inclusão e a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

**Conteúdo Programático**

Introdução ao conceito de território e ao desenvolvimento das ações, promovendo a inclusão e a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

**08**

**Família e diversidade no cadastramento do bolsa família**

**Objetivos**

Atuar na área de pesquisa, ensino e extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, promovendo a inclusão e a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

**Conteúdo Programático**

Introdução ao conceito de território e ao desenvolvimento das ações, promovendo a inclusão e a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

**Frequência escolar e bolsa família: critérios cumpridos em sua importância social**

**Objetivos**

Atuar na área de pesquisa, ensino e extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, promovendo a inclusão e a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

**Conteúdo Programático**

Introdução ao conceito de território e ao desenvolvimento das ações, promovendo a inclusão e a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

### Gestão de Equipes Empoderadas

**Objetivos**

Reflexão sobre a gestão de recursos humanos no âmbito da política pública de inclusão social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no contexto da Estratégia Bolsa Família. Especial ênfase na abordagem de equipes para garantir o desempenho de atividades, ações e serviços, promovendo um ambiente colaborativo e ético no cotidiano profissional.

**Conteúdo Programático**

Agrupamento de equipes de gestão de equipes. Apresentação de experiências locais, regionais e nacionais de empoderamento. Pesquisa e relato profissional. Medição de conflitos e estratégias de resolução de problemas. Avaliação processual para a melhoria em equipe. Trabalho em equipe e como uma abordagem empoderadora pode fortalecer o trabalho em equipe. Superar barreiras e multiplicadores.

### Mães solo, bolsa família e o papel da mulher na sociedade brasileira

**Objetivos**

Debater sobre o papel da mulher brasileira, refletindo sobre o papel da mulher na democracia e no desenvolvimento econômico, especialmente no que diz respeito às mães solo, e sua importância para a formação da cidadania. Analisar como a política social pode contribuir para a inclusão social e econômica das mães solo, promovendo a autonomia e a participação na sociedade.

**Conteúdo Programático**

Debater, refletir e avaliar o papel da mulher brasileira, sua importância para a formação da cidadania e o desenvolvimento econômico, especialmente no que diz respeito às mães solo, e sua importância para a formação da cidadania.

### Mapeamento, Busca Ativa, Cadastramento e Recadastramento das Famílias

**Objetivos**

Exercer atividades técnicas, metodológicas, técnicas e operacionais para o desenvolvimento de cadastro ativo e recadastramento das famílias. Desenvolver as atividades operacionais de mapeamento, busca ativa, cadastramento e recadastramento das famílias, visando à melhoria da qualidade do cadastro ativo e do acesso aos serviços.

**Conteúdo Programático**

Técnicas, metodologias e ferramentas para o desenvolvimento do cadastro ativo e do acesso aos serviços. Atualização do cadastro ativo e do acesso aos serviços. Atualização do cadastro ativo e do acesso aos serviços. Atualização do cadastro ativo e do acesso aos serviços.

### Povos e comunidades tradicionais: reconhecimento identitário e desafios para inclusão no Bolsa Família

**Objetivos**

Apresentar as especificidades culturais, históricas e identitárias dos povos e comunidades tradicionais e identificar as principais dificuldades enfrentadas por essas comunidades para acessar a programação social. Analisar como a política social pode contribuir para a inclusão social e econômica dessas comunidades, promovendo a autonomia e a participação na sociedade.

**Conteúdo Programático**

Povos e Comunidades Tradicionais: cultura, história, identidade, diversidade. Políticas sociais de inclusão social. Políticas sociais de inclusão social. Políticas sociais de inclusão social. Políticas sociais de inclusão social.

### Técnicas de Comunicação Humanização e a Visita Domiciliar do Bolsa Família

**Objetivos**

Exercer a visita domiciliar, técnica de comunicação que envolve a interação do agente humano com a comunidade, visando à melhoria da qualidade dos serviços e do acesso aos serviços.

**Conteúdo Programático**

Exercer a visita domiciliar, técnica de comunicação que envolve a interação do agente humano com a comunidade, visando à melhoria da qualidade dos serviços e do acesso aos serviços.

### Uma abordagem antirracista no recenseamento de famílias Programa Bolsa Família

**Objetivos**

Exercer a abordagem antirracista no recenseamento de famílias, visando à melhoria da qualidade dos serviços e do acesso aos serviços.

**Conteúdo Programático**

Exercer a abordagem antirracista no recenseamento de famílias, visando à melhoria da qualidade dos serviços e do acesso aos serviços.

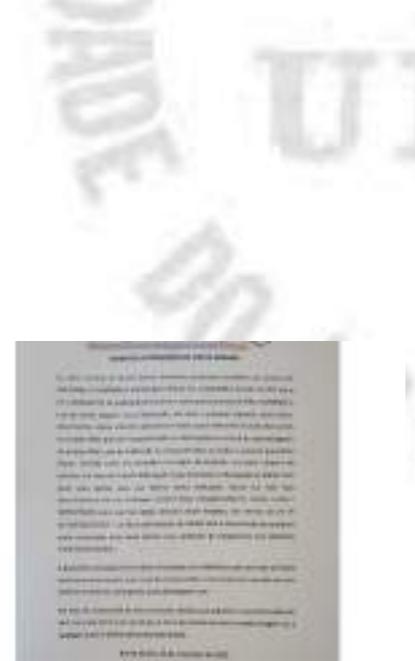
**PROFESSORES**

Logo of PIBA (Programa Bolsa Família) and logos of UERJ and the Government of Rio de Janeiro.





## 26. Termos de Imagem:



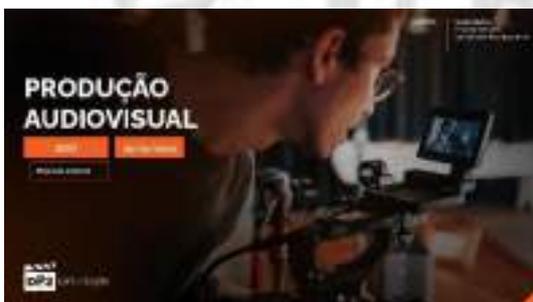


## 27. Solicitação de Proposta Comercial de Vídeos:



EMPRESA	CNPJ	Forma de Entrega	Data	Valor
Infocine produções	11 36944 9900	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00
Brazilia/Monte	11 3396 3024	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00
Agem Nova Imagens	11 3930 0207	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00
IMM imagens	11 3811 4880	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00
Inf	11 8710 0000	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00
W produções	11 36944 9900	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00
Produção 360	11 47074 570	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00
Signal Video - DTV	11 3980 7800	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00
Media	11 36944 9900	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00
Pulse Films	11 3881 4400	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00
L&F Filmes	11 3880 4700	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00
IMM Comunicação	11 3811 4800	WhatsApp	20/11/2018	aprox. 20000,00

### 27.1. Proposta 01:



### COMO FUNCIONA

**Seleção e Pós-Produção**

Seleção de projetos e realização de pós-produção.

**Produção**

Realização da produção dos vídeos.

**Pós-Produção e Distribuição**

Realização da pós-produção e distribuição dos vídeos.

### POR QUE VIDEO?

- 01** **Alta acessibilidade** - O vídeo é acessível a todos os públicos.
- 02** **Gravagem** - Permite a gravação de conteúdos em qualquer lugar e a qualquer hora.
- 03** **Interatividade** - Permite a interação com o conteúdo por meio de links e comentários.
- 04** **Score** - Permite a avaliação do conteúdo por meio de notas e comentários.



### EXEMPLOS DE VIDEOS

### ORÇAMENTO

**Identificação**

Projeto: \_\_\_\_\_

Objetivo: \_\_\_\_\_

Realização: \_\_\_\_\_

Posterior: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_

### CONDIÇÕES

**Validação da proposta**

Por meio da validação da proposta, o PIBA avalia a viabilidade da proposta.

**Forma de Pagamento**

O pagamento é realizado por meio de depósito em nome do PIBA.

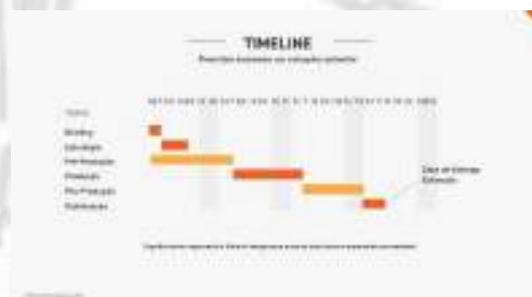
### CONDIÇÕES

**Observações**

Atenção para as observações e para o prazo de entrega dos vídeos.

**Condições**

- Realização da produção dos vídeos.
- Realização da pós-produção dos vídeos.
- Distribuição dos vídeos.





## 27.2. Proposta 02:

 **Polka Filmes**

Rua do Lavradio, 2076 - Favela do Maracanã - Rio de Janeiro - RJ

**Proposta de Produção de Documentário - 2016/2017**

**À Vossa Excelência,**

Qualquer dúvida, solicite esclarecimento referente ao projeto mediante contato pelo e-mail: [contato@polkafilmes.com.br](mailto:contato@polkafilmes.com.br)

**DO PROJETO**

Formosa e bela, a cidade de Rio de Janeiro possui um patrimônio histórico e artístico único, que merece ser preservado e divulgado para as futuras gerações.

- Salvar o patrimônio arquitetônico e histórico da cidade
- Criar um espaço de memória e educação para as crianças
- Criar um espaço de memória e educação para as crianças
- Criar um espaço de memória e educação para as crianças
- Criar um espaço de memória e educação para as crianças

**DO PÚBLICO**

Este projeto é voltado para o público em geral, com ênfase nas crianças e jovens.

**Recursos humanos:**

11 Acadêmicos  
17 Estúdios de Vídeo

**Em síntese:**

O projeto tem como objetivo principal a preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade de Rio de Janeiro, através da criação de um espaço de memória e educação para as futuras gerações.

Polka Filmes - Rua do Lavradio, 2076 - Favela do Maracanã - Rio de Janeiro - RJ

O projeto tem como objetivo principal a preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade de Rio de Janeiro, através da criação de um espaço de memória e educação para as futuras gerações.

**Em síntese:**

O projeto tem como objetivo principal a preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade de Rio de Janeiro, através da criação de um espaço de memória e educação para as futuras gerações.

**Forma de Pagamento:**

- Valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - a ser pago em 12 parcelas mensais de R\$ 8.333,33 (oito mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).
- O valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - a ser pago em 12 parcelas mensais de R\$ 8.333,33 (oito mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

**Prazo de Entrega:**

O projeto deve ser entregue em até 12 meses após a aprovação da proposta.

**Em síntese:**

O projeto tem como objetivo principal a preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade de Rio de Janeiro, através da criação de um espaço de memória e educação para as futuras gerações.

Polka Filmes - Rua do Lavradio, 2076 - Favela do Maracanã - Rio de Janeiro - RJ



**Responsabilidades do Produtor**

- Entregar os produtos especificados no produto acabado, dentro e fora das prazos acordados, de acordo com o cronograma aprovado;
- Garantir, de acordo com o cronograma aprovado, que os produtos sejam entregues no prazo e em quantidade acordada;
- Entregar os produtos em conformidade com o cronograma aprovado;
- Informar qualquer alteração para realização de ajustes;

**Condições de Pagamento**

- Condições de pagamento, prazo de entrega de produtos e prazo de entrega de produtos, de acordo com o cronograma aprovado;
- Condições de pagamento, prazo de entrega de produtos e prazo de entrega de produtos, de acordo com o cronograma aprovado;
- Condições de pagamento, prazo de entrega de produtos e prazo de entrega de produtos, de acordo com o cronograma aprovado;

**Responsabilidade do Cliente**

Tudo o que não for especificado no contrato e/ou no cronograma aprovado, será de responsabilidade do Cliente, sendo de responsabilidade do Cliente garantir a entrega dos produtos em conformidade com o cronograma aprovado e/ou o cronograma aprovado.

**De acordo do Material Base**

O Cliente é responsável por garantir a entrega dos produtos em conformidade com o cronograma aprovado e/ou o cronograma aprovado.

Resumo

Outros dados

27.3. Proposta 03:

**viralata**

Lista de itens e preços:

1. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.
2. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.
3. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.

Valor total: R\$ 100,00

**viralata**

**Serviços**

- 1. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.
- 2. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.
- 3. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.

**Contato**

Nome: [Nome]

Telefone: [Telefone]

E-mail: [E-mail]

**viralata**

Portfólio

1. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.

2. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.

3. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.

**viralata**

Portfólio

1. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.

2. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.

3. Item de entrega: 100 unidades de entrega de 100 unidades.



27.4. Proposta 04:



## Proposta de produção

### O PROJETO

- Edição de vídeos, aulas gravadas, criação pontual de vídeos de introdução nas atividades de iniciação em Atividade Acadêmica, Iniciação em Atividade Acadêmica (vídeos introdutórios) e vídeos de cursos, disciplinas e projetos.
- Criação de vídeos orientados para o desenvolvimento com o objetivo de dar suporte a docentes, tutores e orientadores de trabalhos acadêmicos.
- Realização de cursos de iniciação para o pós-graduação.

#### INVESTIMENTO: EDIÇÃO DE VÍDEO

<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolvimento de conteúdos e materiais didáticos</li> <li>✓ Cursos em vídeo</li> <li>✓ Edição de vídeos em HD</li> <li>✓ Edição de vídeos em 4K</li> <li>✓ Criação de vídeos em 3D</li> <li>✓ Edição de vídeos em tempo real em 4K em HD</li> <li>✓ Realização de cursos de iniciação para o pós-graduação</li> </ul>	<div style="border: 1px solid white; padding: 5px; background-color: white; color: #e91e63; margin-bottom: 5px;">R\$ 250,00</div> <div style="font-size: x-small; color: white;">TOTAL DO PROJETO</div> <div style="border: 1px solid white; padding: 5px; background-color: white; color: #e91e63; margin-bottom: 5px;">R\$ 200,00</div> <div style="font-size: x-small; color: white;">TOTAL DO PROJETO</div> <div style="border: 1px solid white; padding: 5px; background-color: white; color: #e91e63;">R\$ 180,00</div> <div style="font-size: x-small; color: white;">TOTAL DO PROJETO</div>
--	---

**27.5. Proposta 05:**

Se inscrever para receber a proposta

A empresa Znit Participações Ltda presta serviços de produção, edição e distribuição de conteúdos audiovisuais para o setor público, privado e acadêmico. A Znit Participações Ltda é uma empresa de capital fechado, inscrita no CNPJ nº 16.074.888/0001-00, localizada na Rua da Assembleia, nº 100, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

**SERVIÇOS:**

- Edição de vídeo em HD e 4K, produção de vídeos em 3D, criação pontual de vídeos de introdução nas atividades de iniciação em Atividade Acadêmica, Iniciação em Atividade Acadêmica (vídeos introdutórios) e vídeos de cursos, disciplinas e projetos.
- Criação de vídeos orientados para o desenvolvimento com o objetivo de dar suporte a docentes, tutores e orientadores de trabalhos acadêmicos.
- Realização de cursos de iniciação para o pós-graduação.

**INVESTIMENTO:**

- R\$ 250,00 (Total do Projeto)

**Orçamento:**

- R\$ 200,00 (Total do Projeto)

**Modalidade:**

- Edição de vídeos em HD e 4K em tempo real
- Edição de vídeos em tempo real em 4K em HD

**ZNIT PARTICIPAÇÕES**  
 Rua da Assembleia, nº 100, Centro, Rio de Janeiro, RJ  
 CNPJ nº 16.074.888/0001-00  
 Telefone: (21) 2512-1000



**27.6. Proposta 06:**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
 LABORATÓRIO DE GENÉTICA  
 LABORATÓRIO DE GENÉTICA

**Proposta Comercial**

Objeto: Fornecimento de reagentes para o desenvolvimento de testes de diagnóstico molecular para a detecção de agentes patogênicos em amostras de alimentos.

Descrição do Material	Quantidade	Unidade	Valor
Reagentes para PCR (primers, Taq polimerase, dNTPs, buffer, água destilada)	50.000	ml	R\$ 1.000,00
Reagentes para eletroforese em gel (TBE, TBE-M, formol, glicina, SDS, brometo de etídio)	20.000	l	R\$ 500,00
Reagentes para clonagem (plasmídeo, DNA polimerase, ligase, enzimas de restrição)	50.000	l	R\$ 2.000,00
Reagentes para sequenciamento (BigDye 3.1, tampão de corrida)	50.000	ml	R\$ 1.500,00
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>R\$ 5.000,00</b>

**28. AEDA:**

**28.1. Cláudia Cristina Mendes Giesel:**

**RESOLUÇÃO Nº 21.2014 do Conselho**

**AGENDA DE TRABALHOS**

Objeto: **AGENDA DE TRABALHOS** (Resolução nº 21.2014 do Conselho)

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

Resolução nº 21.2014 do Conselho

Objeto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

Resolução nº 21.2014 do Conselho

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

**RESOLUÇÃO Nº 21.2014 do Conselho**

**AGENDA DE TRABALHOS**

Objeto: **AGENDA DE TRABALHOS** (Resolução nº 21.2014 do Conselho)

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

Resolução nº 21.2014 do Conselho

Objeto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

Resolução nº 21.2014 do Conselho

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

**RESOLUÇÃO Nº 21.2014 do Conselho**

**AGENDA DE TRABALHOS**

Objeto: **AGENDA DE TRABALHOS** (Resolução nº 21.2014 do Conselho)

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

Resolução nº 21.2014 do Conselho

Objeto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

Resolução nº 21.2014 do Conselho

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

**RESOLUÇÃO Nº 21.2014 do Conselho**

**AGENDA DE TRABALHOS**

Objeto: **AGENDA DE TRABALHOS** (Resolução nº 21.2014 do Conselho)

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

Resolução nº 21.2014 do Conselho

Objeto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

Resolução nº 21.2014 do Conselho

Assunto: **AGENDA DE TRABALHOS**

Expediente: **Resolução nº 21.2014 do Conselho**

**28.2. Anne Caroline de Morais Santos:**





ARQUIVO DE BOLSAS INICIAÇÃO

ALUNO(A) INICIAÇÃO EM BANCO DE ALIMENTOS

Nome completo: Juliane Erica Cristina de Oliveira Carvalho

Matrícula: 101.000.000.000

CPF: 000.000.000-00

Endereço: Rua dos Estados Unidos, 100 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20040-000

Telefone: (21) 2500-0000

E-mail: juliane@uerj.br

Assinatura do(a) aluno(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) orientador(a): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

ARQUIVO DE BOLSAS INICIAÇÃO

ALUNO(A) INICIAÇÃO EM BANCO DE ALIMENTOS

Nome completo: Juliane Erica Cristina de Oliveira Carvalho

Matrícula: 101.000.000.000

CPF: 000.000.000-00

Endereço: Rua dos Estados Unidos, 100 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20040-000

Telefone: (21) 2500-0000

E-mail: juliane@uerj.br

Assinatura do(a) aluno(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) orientador(a): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

ARQUIVO DE BOLSAS INICIAÇÃO

ALUNO(A) INICIAÇÃO EM BANCO DE ALIMENTOS

Nome completo: Juliane Erica Cristina de Oliveira Carvalho

Matrícula: 101.000.000.000

CPF: 000.000.000-00

Endereço: Rua dos Estados Unidos, 100 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20040-000

Telefone: (21) 2500-0000

E-mail: juliane@uerj.br

Assinatura do(a) aluno(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) orientador(a): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

ARQUIVO DE BOLSAS INICIAÇÃO

ALUNO(A) INICIAÇÃO EM BANCO DE ALIMENTOS

Nome completo: Juliane Erica Cristina de Oliveira Carvalho

Matrícula: 101.000.000.000

CPF: 000.000.000-00

Endereço: Rua dos Estados Unidos, 100 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20040-000

Telefone: (21) 2500-0000

E-mail: juliane@uerj.br

Assinatura do(a) aluno(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) orientador(a): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

28.4. Juliane Erica Cristina de Oliveira Carvalho



**ANEXO II - Formulário**

**Formulário de inscrição**

**INSCRIÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA**

Nome completo: **BRUNO DA SILVA OLIVEIRA**

Identidade (RG) nº: **123456789**

Data de nascimento: **10/10/1990**

Endereço completo: **Rua das Flores, 123 - Centro - Rio de Janeiro - RJ**

Telefone: **(21) 1234-5678**

E-mail: **bruno.oliveira@uerj.br**

Assinatura do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável: \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO DE INTERESSE**

Eu, **BRUNO DA SILVA OLIVEIRA**, declaro que sou estudante de graduação em **Engenharia de Materiais** na **UERJ** e que estou interessado em participar das atividades de pesquisa oferecidas pelo PIBA.

Assinatura do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_

**ANEXO III - Formulário**

**Formulário de inscrição**

**INSCRIÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA**

Nome completo: **BRUNO DA SILVA OLIVEIRA**

Identidade (RG) nº: **123456789**

Data de nascimento: **10/10/1990**

Endereço completo: **Rua das Flores, 123 - Centro - Rio de Janeiro - RJ**

Telefone: **(21) 1234-5678**

E-mail: **bruno.oliveira@uerj.br**

Assinatura do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável: \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO DE INTERESSE**

Eu, **BRUNO DA SILVA OLIVEIRA**, declaro que sou estudante de graduação em **Engenharia de Materiais** na **UERJ** e que estou interessado em participar das atividades de pesquisa oferecidas pelo PIBA.

Assinatura do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_

**ANEXO IV - Formulário**

**Formulário de inscrição**

**INSCRIÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA**

Nome completo: **BRUNO DA SILVA OLIVEIRA**

Identidade (RG) nº: **123456789**

Data de nascimento: **10/10/1990**

Endereço completo: **Rua das Flores, 123 - Centro - Rio de Janeiro - RJ**

Telefone: **(21) 1234-5678**

E-mail: **bruno.oliveira@uerj.br**

Assinatura do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável: \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO DE INTERESSE**

Eu, **BRUNO DA SILVA OLIVEIRA**, declaro que sou estudante de graduação em **Engenharia de Materiais** na **UERJ** e que estou interessado em participar das atividades de pesquisa oferecidas pelo PIBA.

Assinatura do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_

**ANEXO V - Formulário**

**Formulário de inscrição**

**INSCRIÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA**

Nome completo: **BRUNO DA SILVA OLIVEIRA**

Identidade (RG) nº: **123456789**

Data de nascimento: **10/10/1990**

Endereço completo: **Rua das Flores, 123 - Centro - Rio de Janeiro - RJ**

Telefone: **(21) 1234-5678**

E-mail: **bruno.oliveira@uerj.br**

Assinatura do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável: \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO DE INTERESSE**

Eu, **BRUNO DA SILVA OLIVEIRA**, declaro que sou estudante de graduação em **Engenharia de Materiais** na **UERJ** e que estou interessado em participar das atividades de pesquisa oferecidas pelo PIBA.

Assinatura do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_





28.6. Jociane Souza da Silva

**ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO**

para o cargo de **PROFESSOR**

**ÁREA DE CONCURSO:**

Nome candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**

Nome do candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**

Nome do candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**

**ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO**

para o cargo de **PROFESSOR**

**ÁREA DE CONCURSO:**

Nome candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**

Nome do candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**

Nome do candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**

**ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO**

para o cargo de **PROFESSOR**

**ÁREA DE CONCURSO:**

Nome candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**

Nome do candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**

Nome do candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**

**ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO**

para o cargo de **PROFESSOR**

**ÁREA DE CONCURSO:**

Nome candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**

Nome do candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**

Nome do candidato: **Jociane Souza da Silva**

Matrícula: **20261274** CPF: **044447741**

Endereço: **Rua do Brasil, 17 - Favelinha - Araruama - RJ - CEP: 28740-000**

Assinatura: **Jociane Souza da Silva**



28.7. Gabriela Gonzalez da Silva Castro

The image displays four copies of a PIBA application form, arranged in a 2x2 grid. Each form is a document from the Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) and the PIBA (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Administração). The forms contain the following information:

- Personal Information:** Name (Gabriela Gonzalez da Silva Castro), ID (124.011.1347), and contact details.
- Academic Information:** Current institution (UERJ), course (Licenciatura em Pedagogia), and enrollment status.
- Declaration of Interest:** A section where the applicant declares their interest in the PIBA program and their commitment to the institution.
- Signature and Date:** The applicant's signature and the date of submission.

28.8. Mary Lane Cruz Madureira

**ANEXO I - TERMO DE SELECÇÃO**

**DESEMPENHO EM PROVA OBJETIVA**

**INSCRIÇÃO Nº 17400000000000000000**

**Nome completo: Larissa de Azevedo Cruz**

**Matrícula: 17400000000000000000**

**CPF: 000.000.000-00**

**Endereço: Rua das Laranjeiras, 120, 20131-000, Rio de Janeiro, RJ**

**Telefone: (21) 2500-0000**

**E-mail: larissa.azevedo@uerj.br**

**Assinatura do candidato: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do responsável: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do coordenador: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do diretor: Larissa de Azevedo Cruz**

**ANEXO II - TERMO DE SELECÇÃO**

**ANEXO III - TERMO DE SELECÇÃO**

**Nome completo: Larissa de Azevedo Cruz**

**Matrícula: 17400000000000000000**

**CPF: 000.000.000-00**

**Endereço: Rua das Laranjeiras, 120, 20131-000, Rio de Janeiro, RJ**

**Telefone: (21) 2500-0000**

**E-mail: larissa.azevedo@uerj.br**

**Assinatura do candidato: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do responsável: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do coordenador: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do diretor: Larissa de Azevedo Cruz**

**ANEXO IV - TERMO DE SELECÇÃO**

**ANEXO V - TERMO DE SELECÇÃO**

**Nome completo: Larissa de Azevedo Cruz**

**Matrícula: 17400000000000000000**

**CPF: 000.000.000-00**

**Endereço: Rua das Laranjeiras, 120, 20131-000, Rio de Janeiro, RJ**

**Telefone: (21) 2500-0000**

**E-mail: larissa.azevedo@uerj.br**

**Assinatura do candidato: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do responsável: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do coordenador: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do diretor: Larissa de Azevedo Cruz**

**ANEXO VI - TERMO DE SELECÇÃO**

**ANEXO VII - TERMO DE SELECÇÃO**

**Nome completo: Larissa de Azevedo Cruz**

**Matrícula: 17400000000000000000**

**CPF: 000.000.000-00**

**Endereço: Rua das Laranjeiras, 120, 20131-000, Rio de Janeiro, RJ**

**Telefone: (21) 2500-0000**

**E-mail: larissa.azevedo@uerj.br**

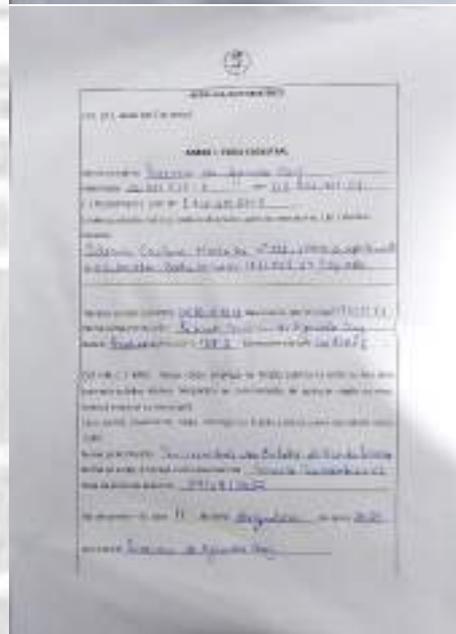
**Assinatura do candidato: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do responsável: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do coordenador: Larissa de Azevedo Cruz**

**Assinatura do diretor: Larissa de Azevedo Cruz**

28.9. Larissa de Azevedo Cruz



28.10. Waléria Silva de Medeiros



**ATA DE ABERTURA DE ENCOMENDAS**

DATA: 15/06/2016

**ATA Nº 001 DE 2016**

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de informática.

Valor estimado: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Local de realização: Rua da Assembleia, 150 - Centro, Rio de Janeiro - RJ.

Horário: das 14h às 16h.

Participantes: [List of participants]

Abertura: às 14h, no local de realização do processo.

Encerramento: às 16h, no local de realização do processo.

Assinatura: [Signature]

**ATA DE ABERTURA DE ENCOMENDAS**

DATA: 15/06/2016

**ATA Nº 002 DE 2016**

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de informática.

Valor estimado: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Local de realização: Rua da Assembleia, 150 - Centro, Rio de Janeiro - RJ.

Horário: das 14h às 16h.

Participantes: [List of participants]

Abertura: às 14h, no local de realização do processo.

Encerramento: às 16h, no local de realização do processo.

Assinatura: [Signature]

**ATA DE ABERTURA DE ENCOMENDAS**

DATA: 15/06/2016

**ATA Nº 003 DE 2016**

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de informática.

Valor estimado: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Local de realização: Rua da Assembleia, 150 - Centro, Rio de Janeiro - RJ.

Horário: das 14h às 16h.

Participantes: [List of participants]

Abertura: às 14h, no local de realização do processo.

Encerramento: às 16h, no local de realização do processo.

Assinatura: [Signature]

**ATA DE ABERTURA DE ENCOMENDAS**

DATA: 15/06/2016

**ATA Nº 004 DE 2016**

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de informática.

Valor estimado: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Local de realização: Rua da Assembleia, 150 - Centro, Rio de Janeiro - RJ.

Horário: das 14h às 16h.

Participantes: [List of participants]

Abertura: às 14h, no local de realização do processo.

Encerramento: às 16h, no local de realização do processo.

Assinatura: [Signature]

28.11. Claudio Fico Fonseca





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**EDITAL Nº 001/2014**

Para vagas em nível de ensino superior

**ÁREA DE ATIVIDADES DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PROVA OBJETIVA Nº 001/2014**

Local: Centro de Convenções UERJ, Rua Marquês de São Carlos, 201, Maracanã, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20201-900

Data: 2014-01-21

Telefone: (21) 251-21000 | E-mail: gpe@uerj.br

O Edital será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no site eletrônico da UERJ. O candidato deverá estar em posse de todos os documentos exigidos no Edital e comparecer ao local de realização da prova no dia e horário estabelecidos no Edital. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova.

Assinatura: \_\_\_\_\_

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**EDITAL Nº 001/2014**

Para vagas em nível de ensino superior

**ÁREA DE ATIVIDADES DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PROVA OBJETIVA Nº 001/2014**

Local: Centro de Convenções UERJ, Rua Marquês de São Carlos, 201, Maracanã, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20201-900

Data: 2014-01-21

Telefone: (21) 251-21000 | E-mail: gpe@uerj.br

O Edital será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no site eletrônico da UERJ. O candidato deverá estar em posse de todos os documentos exigidos no Edital e comparecer ao local de realização da prova no dia e horário estabelecidos no Edital. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova.

Assinatura: \_\_\_\_\_

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**EDITAL Nº 001/2014**

Para vagas em nível de ensino superior

**ÁREA DE ATIVIDADES DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PROVA OBJETIVA Nº 001/2014**

Local: Centro de Convenções UERJ, Rua Marquês de São Carlos, 201, Maracanã, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20201-900

Data: 2014-01-21

Telefone: (21) 251-21000 | E-mail: gpe@uerj.br

O Edital será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no site eletrônico da UERJ. O candidato deverá estar em posse de todos os documentos exigidos no Edital e comparecer ao local de realização da prova no dia e horário estabelecidos no Edital. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova.

Assinatura: \_\_\_\_\_

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**EDITAL Nº 001/2014**

Para vagas em nível de ensino superior

**ÁREA DE ATIVIDADES DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PROVA OBJETIVA Nº 001/2014**

Local: Centro de Convenções UERJ, Rua Marquês de São Carlos, 201, Maracanã, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20201-900

Data: 2014-01-21

Telefone: (21) 251-21000 | E-mail: gpe@uerj.br

O Edital será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no site eletrônico da UERJ. O candidato deverá estar em posse de todos os documentos exigidos no Edital e comparecer ao local de realização da prova no dia e horário estabelecidos no Edital. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos antes do início da prova.

Assinatura: \_\_\_\_\_

28.14. Rodrigo Felix da Silva







<b>VERSÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>MODIFICAÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
01	14/11/2023	Versão Inicial	Raul Queirós
02	16/11/2023	Inclusão do Plano de Trabalho e Revisões.	Raul Queirós
03	21/11/2023	Revisão de Status das Atividades	Raul Queirós
04	21/11/2023	Revisão Versão Final	Raul Queirós

